SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RN

Rio Grande do Norte , 09 de Julho de 2018 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO IX | Nº 1805

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2018

Rua: Napoleão Antão, nº 100, bairro: Ary de Pinho, Acari/RN, CEP: 59.370-000
CNPJ (MF): 08.097.008/0001-20

PROCESSO MA/RN Nº 1806140001/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2018

CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ACARI/RN E A EMPRESA LEMOS E MARQUESLTDA - ME, CNPJ Nº 01.243.220/0001-09, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN, Inscrito no CNPJ/MF sob o n° 08.097.008/0001-20, com sede na Rua Napoleão Antão, 100, Ari de Pinho, Acari/RN, CEP: 59370- 000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **ISAIAS DE MEDEIROS CABRAL**, brasileiro, solteiro comerciante CPF nº 703.525.854-04, RG nº 859.192 SSP/RN, residente e domiciliado na Rua Juvenal Lamartine, nº 48, Centro, Acari RN

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte - FEMURN

DIRETORIA BIÊNIO 2017-2018

PRESIDENTE – Prefeito José Leonardo Cassimiro de Araújo

1º VICE-PRESIDENTE – Cargo vago

2º VICE-PRESIDENTE - Prefeito Luis Eduardo Bento da Silva

3º VICE-PRESIDENTE - Prefeita Maria Bernardete Nunes Rego Gomes

4º VICE-PRESIDENTE - Prefeito Thales André Fernandes

5º VICE-PRESIDENTE - Prefeito Robson de Araújo

SECRETÁRIO GERAL - Prefeito Alessandru Emmanuel Pinheiro e Alves

2ª SECRETÁRIA - Prefeita Suely Fonseca Bezerra de Lima

TESOUREIRO GERAL - Prefeito Laerte Ney de Paiva Fagundes

2ª TESOUREIRA - Prefeita Mara Lourdes Cavalcanti

CONSELHO FISCAL - Prefeito Anteomar Pereira da Silva

CONSELHEIRO FISCAL - Prefeito Francisco das Chagas Félix Bertuleza

CONSELHEIRA FISCAL - Prefeita Patrícia Peixoto Targino

CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE - Prefeito Luiz Antônio Bandeira de Souza

CONSELHEIRA FISCAL SUPLENTE - Prefeita Antônia Ferreira Lima Furtado

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

CONTRATADA: LEMOS E MARQUESLTDA - ME, com endereço à Av. João da Escossia, 345, Doze Anos Salas 10, 11 e 12, Mossoró/RN, inscrita no **CNPJ** sob o nº **01.243.220/0001-09,** representada por **WERNER DE PAIVA MARQUES,** brasileiro, casado, Analista de Sistemas inscrito no CPF sob nº 480.904.924-87, RG 750.716 ITEP/RN, residente e domiciliado na Rua Cesar Campos, 496, Alto da Conceição, Mossoró/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DIPLOMAS LEGAIS
2.1- Firmam o presente instrumento de contrato, sob a égide da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicando subsidiariamente a Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO
3.1- Constitui objeto do presente contrato é a **contratação de empresa para cessão de uso (locação) de software destinado à manutenção e suporte Contínuo e permanente das atividades contábeis e administrativas da Prefeitura Mun. de Acari/RN**.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO
4.1- A execução dos serviços licitados deverá ser realizada pela contratada na sede da Prefeitura Municipal de Acari/RN, mediante pronto recebimento da ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS e na forma estabelecida no Termo de Referência que fica sendo parte integrante do presente Contrato independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO
5.1- Pela execução dos serviços o MUNICIPIO CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a importância global de R$ 32.400.00(trinta e dois mil e quatrocentos reais). Nos seguintes termos:

Código	Descrição	Unid	Quant	Preço	Total
386	Módulo de Protocolo, Módulo de Licitação,Módulo de Patrimônio,Módulo de Almoxarifado, Sistema de Contabilidade e Portal da Transparência.	SERV	12	R$ 2.700,00	R$ 32.400,00
TOTAL					**R$ 32.400,00**

5.2- O pagamento será efetuado à Contratada observando as regras da Instrução Normativa nº 001/2018 que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos do Município de Acari/RN.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DE PREÇOS

6.1- Os preços inicialmente contratados, em moeda corrente nacional, poderão ser alterados, nos Termos do artigo 65 da Lei 8.666/93, a fim de resguardar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7.1- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do Orçamento Geral do Município de Acari/RN – Prefeitura Municipal, aprovado para o exercício de 2018. Dotação Orçamentária: 04.04.122.00040013.2006 – MANUTENÇÃO DA SEC. ADM. TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS – Fonte: 1000 - Elemento de Despesa: 339039.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1- São obrigações do CONTRATANTE:
8.1.1- Acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, bem como efetuar o pagamento de acordo com a forma convencionada;
8.1.2- Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa executar os serviços contratados, dentro das condições pactuadas;

8.1.3- Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços, fixando o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas para sua regularização;
8.1.4- Ordenar, se for o caso, a imediata substituição de empregado. Quando houver, da CONTRATADA que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização;
8.1.5- Observar para que durante toda vigência do mencionado contrato sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA, exigíveis na licitação, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com prazo de validade vencida.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
9.1- Na execução deste contrato, a CONTRATADA o fará com empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que forem confiados, obrigando-se ainda a:

9.1.1- Cumprir a forma da execução dos serviços consubstanciado no Termo de Referênca (Anexo I) do presente Edital.
9.1.2- Responder, integralmente, pelo pagamento de eventuais encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e/ou comerciais resultantes da execução dos termos do contrato administrativo decorrente desta licitação, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;
9.1.3- Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigado, sem prévio assentimento por escrito, do Município de Acari/RN;

9.1.4- Prestar, em tempo hábil, todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo Município Contratante e atender, pronta e irrestritamente, às reclamações desta;
9.1.5- Pagar regulamente os impostos, taxas e demais contribuições e tributos decorrentes da execução do objeto do instrumento contratual a ser posteriormente firmado;
9.1.6- Executar os serviços de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência;
9.1.7 – Garantir, quando for o caso, a qualidade e eficiência dos serviços pelo prazo não inferior a 05 (cinco) anos, na forma da legislação em vigor;
9.2- Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta de preços, os acréscimos ou supressões dos serviços que porventura se fizerem necessários, a exclusivo critério do CONTRATANTE, respeitados os percentuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
9.3- Por força do § 2º, do art. 32, da Lei 8.666/93, fica a CONTRATADA obrigada a declarar ao CONTRATANTE, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de quaisquer fatos que o impeçam de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO
10.1- Fazem parte integrante do presente contrato, independente de transcrição, a proposta vencedora e demais peças que constituem o respectivo procedimento administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES
11.1- Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores na forma da legislação em vigor, sem prejuízo das multas previstas no Edital do Tomada de Preços nº 013/2018 e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa.
11.2- As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas no Município de Acari/RN e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais. A Administração poderá aplicar as seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa:
11.2.1- multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para a assinatura do Contrato;
11.2.2- multa de 10% (dez por cento), no caso de recusa injustificada para recebimento da nota de empenho;
11.2.3- multa de 5% (cinco por cento), pela inexecução total ou parcial do contrato, incidente sobre o valor mensal do contrato. A multa a que alude este tópico, não impede que a Contratante rescinda, unilateralmente, o Contrato e aplique as outras sanções previstas na legislação vigente à época;
11.2.4- multa de 1,0% (um por cento), incidente sobre o valor dos serviços não executados, por dia de atraso,
11.2.5- multa de 10% (dez por cento) no caso do licitante dar causa à rescisão do contrato;
11.2.6- a multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor;
11.2.7- as multas quando não descontadas nos termos da letra anterior, deverão ser colocadas à disposição do Município de Acari/RN, em sua tesouraria – Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da ciência expressa por parte da contratada;
11.2.8- decorrido o prazo estipulado no subitem anterior, o Município de Acari/RN fará a devida cobrança judicial, sem prejuízo do previsto no item abaixo;
11.2.9- o faltoso ficará impedido de licitar ou contratar com o Município de Acari/RN enquanto não quitar as multas devidas;
11.2.10- as multas poderão ser aplicadas tantas quantas forem às irregularidades constatadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
12.1- Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA
13.1- A vigência do contrato administrativo terá por termo inicial a data de sua assinatura e terá o prazo de duração de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessíveis períodos na forma do que dispõe o Art. 57, II da Lei n° 8.666/93.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS
14.1- O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65, da Lei 8.666/93, sempre através de Termos Aditivos numerados em ordem crescente, observando o respectivo crédito orçamentário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL
15.1- O presente contrato poderá ser rescindindo, unilateralmente, pela Administração, quando caracterizados os seguintes motivos:
15.1.1- Pelo não cumprimento das cláusulas contratuais, bem como pela inobservância do Termo de Referência;
15.1.2- Pelo cumprimento irregular de cláusulas contratuais;
15.1.3- Pela lentidão do cumprimento das obrigações assumidas, devendo, neste caso, a Administração comprovar a impossibilidade de conclusão dos serviços no prazo estipulado.
15.1.4- Pela paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
15.1.5- Pelo desentendimento das determinações e recomendações regulares do CONTRATANTE;
15.1.6- Pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução;
15.1.7- Por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas pelo CONTRATANTE.

15.2- Havendo interesse de quaisquer das partes signatárias em não mais prosseguir com o presente contrato, poderá este ser rescindido de pleno direito. Neste caso, deverá a parte interessada comunicar dita pretensão ao outro signatário, com antecedência mínima de 30 (trinta)

dias, para que este se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, a seu respeito

CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS
16.1- Fica estabelecida que caso venha ocorrer algum fato não previsto no presente contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitando o objeto do contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria e em especial a Lei nº 8.666/93, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO
17.1- O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato, por extrato, nos locais de costume e no Diário Oficial dos Municípios - FEMURN.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO
18.1- Fica eleito o foro da Comarca de Acari/RN, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Instrumento Contratual.
E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Acari/RN, 03 de Julho de 2018.

ISAÍAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

LEMOS E MARQUES LTDA - ME
P/ Contratada

TESTEMUNHAS

1. _____
CPF:

2. _____
CPF:

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:96193E90

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2017

PROCESSO Nº: Nº 1706160002/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Acari/RN.
Contratado: **PATRÍCIA DANTAS DE MELO - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 08.815.076/0001-87
Objeto: Aditamento de prazo da Ata de Registro de Preços para contratação de empresa para **SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PESSOAS E ENCOMENDAS**, para atender ao Município de Acari/RN**,** devidamente quantificados e especificados na proposta comercial de preços apresentada no **Pregão Presencial nº 014/2017**.
Vigência:06 (seis) meses.
Base Legal: Pregão Presencial nº **014/2017** – Processo Administrativo nº **1706160002/2017**.

Acari/RN, 06 de Julho de 2018.

ISAIAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:061B631E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2017

PROCESSO Nº: Nº 1706200001/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Acari/RN.
Contratado: **LP COMÉRCIO VAREJISTA DE PEÇAS E SERVIÇOS DE LOCAÇÕES EIRELLI - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 18.800.902/0001-78
Objeto: Aditamento de prazo da Ata de Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual **LOCAÇÃO PARCELADA DE VEÍCULOS** destinados a atender as demandas das diversas secretarias e órgãos municipais do município de Acari/RN**,** devidamente quantificados e especificados na proposta comercial de preços apresentada no **Pregão Presencial nº 015/2017**.
Vigência:06 (seis) meses.
Base Legal: Pregão Presencial nº **015/2017** – Processo Administrativo nº **1706200001/2017**.

Acari/RN, 06 de Julho de 2018.

ISAIAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:FD2CAA29

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

LICITAÇÃO
REAVISO DE LICITAÇÃO Nº 038/2018 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 572/2018

REAVISO DE LICITAÇÃO Nº 038/2018 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 572/2018. O Pregoeiro do Município de Afonso Bezerra/RN, CNPJ nº 08.294.688/0001-71, torna público o reaviso, bem como, que irá realizar novamente licitação no dia **20/07/2018 às 08h30min** na sede da Prefeitura Municipal. O referido procedimento se dá em virtude da ausência de licitantes ao certame, ou seja, licitação (**deserta**). **OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, DESTINADOS A CRECHE ESCOLA JOSÉ DA PENHA SOUZA, (CONVÊNIO Nº 703262/2010-FNDE/MEC), COM CONTRA PARTIDA DO NO MUNICIPIO AFONSO BEZERRA/RN. A quem interessar encontra-se à disposição na sede da prefeitura municipal o edital e anexos na integra.

JESIEL ANDRÉ FAUSTINO DA SILVA.
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Jesiel André Faustino da Silva
Código Identificador:7243C506

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2017.07.06-0001

Extrato de 1º Termo Aditivo ao contrato nº 2017.07.06-0001
A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN. Tona público o extrato do primeiro Termo Aditivo ao Contrato sob o nº 2017.07.06-0001, firmado entre as partes: Prefeitura Municipal de Alexandria - Rua Desembargador Ferreira Chaves, 305 - Centro - Alexandria - RN, CNPJ nº 08.148.462/0001-62, neste ato representada pela Prefeita **JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE**

SOUZA, Brasileira, Casada, Autônoma, residente e domiciliada na Rua Antônio Caetano, 54 - Casa - Centro - Alexandria - RN, CPF nº 021.883.624-46, Carteira de Identidade nº 4.087.629 SSP/PE e a empresa: A & T CONSTRUCOES COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME – com sede a Rua Julieta Dantas, 191 - Centro – Lucrécia/RN, inscrita no cadastro nacional de pessoa jurídica sob o nº 08.641.972/0001-77. Com o objeto da prorrogação da vigência do prazo do contrato, objeto da licitação na modalidade Tomada de Preço sob o nº 00002/2017, que objetiva a Contratação de pessoa jurídica do ramo da construção civil em regime de empreitada por preço global, para prestação dos serviços de modernização do estádio de futebol do município de Alexandria/RN, "O Fernandão". O contrato original foi assinado em 06 de julho de 2017, com vigência até o dia 05 de julho de 2018. Sendo prorrogado, ficando sua vigência de: **04/07/2018 a 03/07/2019**.

Alexandria/RN, 04 de julho de 2018.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Constitucional.

Publicado por:
Pedro Avelino M. Neto
Código Identificador:393DA92A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 315, DE 02 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº 315, DE 02 DE JULHO DE 2018.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal, c/c os artigos 80 e 81 da Lei Municipal n.º 819, de 1º de Julho de 2003;

CONSIDERANDO a necessidade de pleno funcionamento das unidades assistenciais e o cumprimento de metas administrativas;

CONSIDERANDO o respeito desta administração aos princípios constitucionais da supremacia do interesse público e da continuidade dos serviços essenciais;

R E S O L V E:

Art. 1o – **AUTORIZAR** o Servidor Público Municipal **PAULO CESAR DO NASCIMENTO,** Matrícula nº 1.715, ocupante do cargo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Obras, a trabalhar em serviço extraordinário 40 (quarentas) horas, durante o mês
de juLho de 2018.

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 02 de julho de 2018..

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:BA64B4FD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 316, DE 02 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº 316, DE 02 DE JULHO DE 2018.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal, c/c os artigos 80 e 81 da Lei Municipal n.º 819, de 1º de Julho de 2003;

CONSIDERANDO a necessidade de pleno funcionamento das unidades assistenciais e o cumprimento de metas administrativas;

CONSIDERANDO o respeito desta administração aos princípios constitucionais da supremacia do interesse público e da continuidade dos serviços essenciais;

R E S O L V E:

Art. 1o – **AUTORIZAR** a Servidora Pública Municipal **FRANCISCA NEILMA BATISTA,** Matrícula nº 097 ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a trabalhar em serviço extraordinário 40 (quarentas) horas, durante o mês de julho de 2018.

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 02 de julho de 2018.
.
JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:0DB6ACCD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 317, DE 02 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 317, DE 02 DE JULHO DE 2018.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal, c/c os artigos 80 e 81 da Lei Municipal n.º 819, de 1º de Julho de 2003;

CONSIDERANDO a necessidade de pleno funcionamento das unidades assistenciais e o cumprimento de metas administrativas;

CONSIDERANDO o respeito desta administração aos princípios constitucionais da supremacia do interesse público e da continuidade dos serviços essenciais;

RESOLVE:

Art. 1o – **AUTORIZAR** a Servidora Pública Municipal **FRANCISCA SORAIA DA SILVA PAIVA,** Matrícula nº 1.720, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada no Gabinete Civil, a trabalhar em serviço extraordinário 40 (quarentas) horas, durante o mês de julho de 2018.

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 02 de julho de 2018.
.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:E6835D0D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 318, DE 02 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº 318, DE 02 DE JULHO DE 2018.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal, c/c os artigos 80 e 81 da Lei Municipal n.º 819, de 1º de Julho de 2003;

CONSIDERANDO a necessidade de pleno funcionamento das unidades assistenciais e o cumprimento de metas administrativas;

CONSIDERANDO o respeito desta administração aos princípios constitucionais da supremacia do interesse público e da continuidade dos serviços essenciais;

R E S O L V E:

Art. 1o – **AUTORIZAR** a Servidora Pública Municipal **MARIA KALIANE DA SILVA SILVESTRE** Matrícula nº 106, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a trabalhar em serviço extraordinário 40 (quarentas) horas, durante o mês de julho de 2018.

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 02 de julho de 2018.
.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:9521C2F9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 319, DE 02 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº 319, DE 02 DE JULHO DE 2018.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal, c/c os artigos 80 e 81 da Lei Municipal n.º 819, de 1º de Julho de 2003;

CONSIDERANDO a necessidade de pleno funcionamento das unidades assistenciais e o cumprimento de metas administrativas;

CONSIDERANDO o respeito desta administração aos princípios constitucionais da supremacia do interesse público e da continuidade dos serviços essenciais;

RESOLVE:

Art. 1o – **AUTORIZAR** o Servidor Público Municipal **MARLON BRUNO SOUSA LOPES,** Matrícula nº 1.012, ocupante do cargo de Médico Veterinário, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, a trabalhar em serviço extraordinário 40 (quarentas) horas, durante o mês de julho de 2018.

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 02 de julho de 2018.
.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:374AF20D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 320, DE 02 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº 320, DE 02 DE JULHO DE 2018.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal, c/c os artigos 80 e 81 da Lei Municipal n.º 819, de 1º de Julho de 2003;

CONSIDERANDO a necessidade de pleno funcionamento das unidades assistenciais e o cumprimento de metas administrativas;

CONSIDERANDO o respeito desta administração aos princípios constitucionais da supremacia do interesse público e da continuidade dos serviços essenciais;

R E S O L V E:

Art. 1o – **AUTORIZAR** o Servidor Público Municipal **MANOEL MESSIAS BATISTA VITAL,** Matrícula nº 691, ocupante do cargo de Pintor, lotado na Secretaria Municipal de Obras, a trabalhar em serviço extraordinário 40 (quarentas) horas, durante o mês de julho de 2018.

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 02 de julho de 2018.
.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:5E22226F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 321, DE 02 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº 321, DE 02 DE JULHO DE 2018.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal, c/c os artigos 80 e 81 da Lei Municipal n.º 819, de 1º de Julho de 2003;

CONSIDERANDO a necessidade de pleno funcionamento das unidades assistenciais e o cumprimento de metas administrativas;

CONSIDERANDO o respeito desta administração aos princípios constitucionais da supremacia do interesse público e da continuidade dos serviços essenciais;

R E S O L V E:

Art. 1o – **AUTORIZAR** o Servidor Público Municipal **FRANCISCO MARCOS DANTAS DA SILVA,** Matrícula nº 92, ocupante do cargo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Obras, a trabalhar em serviço extraordinário 40 (quarentas) horas, durante o mês de julho de 2018.

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 02 de julho de 2018..

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:A713E93F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 322, DE 02 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº 322, DE 02 DE JULHO DE 2018.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal, c/c os artigos 80 e 81 da Lei Municipal n.º 819, de 1º de Julho de 2003;

CONSIDERANDO a necessidade de pleno funcionamento das unidades assistenciais e o cumprimento de metas administrativas;

CONSIDERANDO o respeito desta administração aos princípios constitucionais da supremacia do interesse público e da continuidade dos serviços essenciais;

R E S O L V E:

Art. 1o – **AUTORIZAR** a Servidora Pública Municipal **MARIA DE FATIMA FEITOSA,** Matrícula nº 207 ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada no Gabinete Civil, a trabalhar em serviço extraordinário 40 (quarentas) horas, durante o mês de julho de 2018.

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 02 de julho de 2018.
.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:2285D79E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 323, DE 02 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº 323, DE 02 DE JULHO DE 2018.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal, c/c os artigos 80 e 81 da Lei Municipal n.º 819, de 1º de Julho de 2003;

CONSIDERANDO a necessidade de pleno funcionamento das unidades assistenciais e o cumprimento de metas administrativas;

CONSIDERANDO o respeito desta administração aos princípios constitucionais da supremacia do interesse público e da continuidade dos serviços essenciais;

R E S O L V E:

Art. 1o – **AUTORIZAR** a Servidora Pública Municipal **FRANCILENE GUEDES DE SOUSA SATURNO** Matrícula nº 146, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a trabalhar em serviço extraordinário 40 (quarentas) horas, durante o mês de julho de 2018.

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 02 de julho de 2018.
.
JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:17FE44DC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 324, DE 02 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº 324, DE 02 DE JULHO DE 2018.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao Servidor **FRANCISCO ABRANTES DE OLIVEIRA,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Motorista D, Matrícula nº 485, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de Fortaleza/CE, a importância de R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais), a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 8.611-8, referente a diária no período do dia 05 de julho de 2018, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade – acompanhando o(a) paciente PEDRO AUGUSTO PAZ RIBEIRO para atendimento na Associação das Pioneiras Social Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação, ficando-lhe atribuído ½ (meia) diária, no valor unitário de R$ 362,00 (trezentos e sessenta e dois reais).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 02 de julho de 2018.
.
JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:E0765F58

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 325, DE 03 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº 325, DE 03 DE JULHO DE 2018.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso de suas atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I, e 45, ambos da Lei Orgânica Municipal, c/c o Art. 34 da Lei 819, de 1º de Julho de 2003.

CONSIDERANDO pedido de exoneração do(a) servidor(a).

R E S O L V E:

Art. 1o – Exonerar a pedido o(a) servidor(a) **NARLA ALAÍDE DIÓGENES BESSA,** portador(a) do CPF nº 042.003.154-59, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, Matrícula nº 1.248, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º – É declarada a vacância do cargo a partir da presente data.

Art. 3o – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 03 de julho de 2018.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:5562CB75

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 326, DE 04 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº 326, DE 04 DE JULHO DE 2018.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS DE ALEXANDRIA/RN, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder a Srª. **JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA,** Prefeita Municipal, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de Natal/RN, a importância de R$ 362,00 (trezentos e sessenta e dois

reais), a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 27.999-4, referente a diária no período de 06 de julho de 2018, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 362,00 (trezentos e sessenta e dois reais).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 04 de junho de 2018.

.

MARIA BEATRICE MOREIRA SOUSA
Secretária de Administração

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:D9223313

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 327, DE 06 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº 327, DE 06 DE JULHO DE 2018.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS DE ALEXANDRIA/RN, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder a Srª. **JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA,** Prefeita Municipal, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de Natal/RN, a importância de R$ 362,00 (trezentos e sessenta e dois reais), a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 27.999-4, referente a diária no período de 09 de julho de 2018, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 362,00 (trezentos e sessenta e dois reais).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 06 de junho de 2018.

.

MARIA BEATRICE MOREIRA SOUSA
Secretária de Administração

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:6AB8260A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 328, DE 06 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº 328, DE 06 DE JULHO DE 2018.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao(a) Servidor(a)) **CIBELE APARECIDA DE SOUSA LIMA,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Tributação e Finanças, ocupante do cargo de Secretária de Tributação e Finanças, Matrícula nº 1463, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de Natal/RN, a importância de R$ 241,34 (duzentos e quarenta e um reais e trinta e quatro centavos), a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 28.310-X, referente à diária no período de 09 de julho de 2018, quando irá tratar de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 241,34 (duzentos e quarenta e um reais e trinta e quatro centavos).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 20 de junho de 2018.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:7E9BB653

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 056/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS, CNPJ: 08.085.409/0001-60
CONTRATADO :FRANCISCO C. DE AZEVEDO – ME CNPJ: 12.972.310/0001-57

OBJETO: **LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, PALCO, CAMARIM, ESTANDES EM TS, BANHEIROS QUÍMICOS, GERADOR, TENDA TIPO PIRAMIDAL, SERVIÇOS DE SEGURANÇA, LOCAÇÃO DE MESAS DE PLÁSTICOS, LOCAÇÃO DE CADEIRAS DE PLÁSTICO, LOCAÇÃO DE FECHAMENTO, LOCAÇÃO DE GRADES ISOLADORA, LOCAÇÃO DE ARQUIBANCADAS, LOCAÇÃO DE TELÃO, LOCAÇÃO DE CARRO DE SOM, PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER, TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

VALOR: R$**23.020,00**(vinte e três mil, vinte reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
Unidade Orçamentaria: 02.008 –SEC.MUN.CULT.ESP. LAZER, TURISMO/DESEN.ECO
Ação:2063–Manutenção do Setor de Cultura.
Natureza: 3.3.90.39.– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.
Fonte:0100000000- Recursos Ordinários.

FUNDAMENTO LEGAL: De acordo com o que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e suas alterações posteriores.

VIGÊNCIA: 06 de julho até 06 de setembro de 2018.

Angicos/RN, 06 de julho de 2018.

DEUSDETE GOMES DE BARROS
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tonyzette Darlyton da Silva
Código Identificador:D4855466

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 057/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS, CNPJ: 08.085.409/0001-60
CONTRATADO :VALERIA ENTRETENIMENTOS EIRELI-ME CNPJ: 20.891.478/0001-66

OBJETO: **LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, PALCO, CAMARIM, ESTANDES EM TS, BANHEIROS QUÍMICOS, GERADOR,**

TENDA TIPO PIRAMIDAL, SERVIÇOS DE SEGURANÇA, LOCAÇÃO DE MESAS DE PLÁSTICOS, LOCAÇÃO DE CADEIRAS DE PLÁSTICO, LOCAÇÃO DE FECHAMENTO, LOCAÇÃO DE GRADES ISOLADORA, LOCAÇÃO DE ARQUIBANCADAS, LOCAÇÃO DE TELÃO, LOCAÇÃO DE CARRO DE SOM, PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER, TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

VALOR: R$ 3.350,00(três mil,trezentos e cinqüenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
Unidade Orçamentaria:02.008 –SEC.MUN. CULT.ESP. LAZER,TURISMO/DESEN.ECO
Ação:2063–Manutenção do Setor de Cultura.
Natureza: 3.3.90.39.– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.
Fonte:0100000000- Recursos Ordinários.

FUNDAMENTO LEGAL: De acordo com o que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e suas alterações posteriores.

VIGÊNCIA: 06 de julho até 06 de setembro de 2018.

Angicos/RN, 06 de julho de 2018.

DEUSDETE GOMES DE BARROS
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tonyzette Darlyton da Silva
Código Identificador:1C05BE3E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 102 DE 06 DE JULHO DE 2018

Substitui membro da Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo Municipal da Cidade de Angicos/RN e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE ANGICOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições conferidas pelo art. 74, inciso XII, da Lei Orgânica do município de Angicos,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o Senhor **Jacaúna Lopes de Araújo** para integrar a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Angicos, em substituição ao Senhor **Joilton Ernando da Cunha.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Palácio Prefeito Espedito Alves, Gabinete do Prefeito Municipal de Angicos/RN, em 06 de julho de 2018.

DEUSDETE GOMES DE BARROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manuela Rodrigues Silva
Código Identificador:8EBF6837

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

GABINETE CIVIL
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 034/2018

PROCESSO Nº. 05060003/2018- PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 034/2018. Fica HOMOLOGADA a decisão prolatada pelo Pregoeiro Oficial da Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura Municipal, nos termos do art. 38, inciso VII e art. 43, inciso VI da Lei 8.666/93 e Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002, à(s) empresa(s) vencedora(s): **LUMEN DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELETRICA LTDA EPP, CNPJ: 27.062.418/0001-24**, foi vencedora dos itens: 9, 10, 31, 36, 58, 112, 147, com o valor global de R$ 46.481,50 (quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos); **CASA DOS FERROS APODI LTDA EPP, CNPJ: 08.040.982/0001-57,** foi vencedora dos itens: 11, 15, 17, 19, 21, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 37, 38, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 53, 56, 60, 62, 65, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 79, 80, 82, 83, 85, 87, 89, 91, 92, 95, 96, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 118, 120, 122, 123, 125, 133, 137, 138, 145, com o valor global de R$ 56.725,50 (cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos); **JOSIMAR FERREIRA DE LIMA – ME, CNPJ: 26.691.021/0001-94**, foi vencedora dos itens: 2, 4, 6, 7, 8, 33, 59, 130, com o valor global de R$ 103.430,00 (cento e três mil, quatrocentos e trinta reais) e **E. & A. COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA-ME, CNPJ: 16.859.386/0001-21**, foi vencedora dos itens: 1, 3, 5, 12, 13, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 25, 32, 34, 35, 39, 42, 46, 49, 51, 52, 54, 55, 57, 61, 63, 64, 66, 67, 71, 72, 77, 78, 81, 84, 86, 88, 90, 93, 94, 97, 98, 102, 103, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 121, 124, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, com o valor global de R$ 173.799,50 (cento e setenta e três mil, setecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos)**.** Objeto: Elaboração de Registro de preço para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Materiais Elétricos e Hidráulicos, para suprir as necessidades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Apodi- RN, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Anexo I(Termo de Referencia)

LOCAL E DATA: Apodi/RN, 06 de julho de 2018.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:23FB647B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N°. 035/2018.

A Prefeitura Municipal de Apodi RN, através do Pregoeiro Oficial, torna público o RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO- Nº. 035/2018, cujo objeto Registro de preços, para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de higiene e limpeza, destinados à suprir as necessidades básicas das atividades e ações continuadas das unidades administrativas pertencentes à Prefeitura Municipal de Apodi-RN. onde consagraram-se vencedoras as empresas: Empresa: A. CARVALHO ALVES, CNPJ: 19.165.244/0001- 52, foi vencedora do itens: 2, 7, 11, 12, 16, 18, 19, 20, 28, 29, 35, 36, 38, 39, 44 com o valor global de R$ 79.023,34 (setenta e nove mil, vinte e três reais e trinta e quatro centavos); ESPERANÇA SUPERMERCADO LTDA – ME, CNPJ: 16.676.833/0001-07, foi vencedora do itens: 4, 6, 17, 26, 30, 34 com o valor global de R$ 93.618,91 (noventa e três mil, seiscentos e dezoito reais e noventa e um centavos); ROSILDETE LOPES MARINHO-ME, CNPJ: 06.039.254/0001- 08, foi vencedora do itens: 1, 5, 9, 13, 14, 21, 23, 24, 25, 27, 31, 32, 33, 37, 40, 41, 42, 43 com o valor global de R$ 48.179,82 (quarenta e oito mil, cento e setenta e nove reais e oitenta e dois centavos); IMPERVAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP, CNPJ: 70.152.095/0001-44, foi vencedora do itens: 3, 8, 10, 15, 22 com o valor global de R$ 11.042,16 (onze mil, quarenta e dois reais e dezesseis centavos). A empresa ESPERANÇA SUPERMERCADO LTDA – ME, CNPJ: 16.676.833/0001-07, apresentou a Certidão de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União vencida, sendo a empresa classificada como Microempresa, em acordo com a Lei Complementar 123 Art. 43 § 1o concedeu o prazo de cinco dias úteis para apresentação da certidão válida

Apodi/RN, 06 de Julho de 2018.

LÁZARO BANDEIRA E SOUSA
Pregoeiro

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:866077D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 108/2018 APODI/RN, EM 06 DE JULHO DE 2018

Abre Crédito Adicional Especial o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), autorizado pela Lei Municipal nº 1.325/2018 e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Apodi – **Alan Jefferson da Silveira Pinto**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a autorização para abertura de Crédito Adicional Especial, concedida pela Lei Municipal nº 1.325/2018, de 03 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição do dia 04 de julho de 2018.

D E C R E T A:

Art. 1º
- Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos dos artigos 40, 42, II e 42, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, destinado a Subvenção Social, conforme discriminado abaixo:

Órgão	**2**	**Prefeitura Municipal de Apodi**				
Unidade Orçamentária	2002	Gabinete do Prefeito				
Função	04	Administração				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	2	Programa de Apoio Administrativo				
Ação	2.2	Manutenção das Atividades do Gabinete Civil				
Natureza da despesa	300000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	330000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	335000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				
Elemento de Despesa	335043	Subvenção Social	Fonte	03121	R$	10.000,00
Total					**R$**	**10.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o Art. 1º desta Lei são provenientes de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior – Fonte de Recurso: 03121 – Royalties/Fundo Especial do Petróleo/Compensação Financeira Exploração de Recursos Minerais, nos termos do art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apodi/RN, em 06 de julho de 2018.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:A7C927F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0853/2018 DE 04 DE JULHO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera o Senhor **Hallisson de Oliveira Fernandes**, do cargo de **Divisão de Controle de Almoxarifado**, da Secretaria Municipal de Saúde, Símbolo CC3, na Estrutura Básica da Administração Pública Municipal de Apodi-RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 04 de julho de 2018.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:CAAB655C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0854/2018 DE 04 DE JULHO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Hallisson de Oliveira Fernandes**, para exercer o cargo em comissão de **Assessor de Saúde de Unidade Básica Melancias**, da Secretaria Municipal de Saúde, Símbolo CCI-B, na Estrutura Básica da Administração Pública Municipal de Apodi-RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 04 de julho de 2018.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:598BA01C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0855/2018 DE 04 DE JULHO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Senhora **Sergiana Gurgel de Brito Torres,** do cargo em comissão de **Divisão de Adm UBSMental**, da Secretaria Municipal de Saúde, Símbolo CC3, na Estrutura Básica da Administração Pública Municipal de Apodi-RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 04 de julho de 2018.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:61EE7AB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0856/2018 DE 04 DE JULHO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhora **Sergiana Gurgel de Brito Torres**, para exercer o cargo em comissão de **Assessor de Saúde de Unidade Básica Soledade**, da Secretaria Municipal de Saúde, Símbolo CCI-B, na Estrutura Básica da Administração Pública Municipal de Apodi-RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 04 de julho de 2018.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:901DF54E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0857/2018 DE 04 DE JULHO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Senhora **Francisca Eristenia dos Santos Freitas Morais**, do cargo de **Divisão de Almoxarifado** da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, Símbolo CC3, na Estrutura Básica da Administração Pública Municipal de Apodi-RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 02 de julho de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 04 de julho de 2018.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:D618B27E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0858/2018 DE 04 DE JULHO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Josenias Bezerra de Freitas**, para exercer o cargo de **Divisão de Almoxarifado** da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, Símbolo CC3, na Estrutura Básica da Administração Pública Municipal de Apodi-RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 02 de julho de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 04 de julho de 2018.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:C4807EB7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2018 ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Aos cinco dias do mês de julho do ano de 2018, o **MUNICÍPIO DE AREZ/RN**, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.161.234/0001-22, sediado na Praça Getúlio Vargas, n°. 270, Centro, Arez/RN, CEP: 59.170-000, neste ato representada pelo **PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, Sr. JOÃO ELIAS DE MATOS NETO**, residente e domiciliado em Arez/RN, nos termos da Lei nº. 8.666/93; Decreto Municipal nº. 528/2017; conforme a classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2018 – PMA/RN**, homologado em 04 de julho de 2018, resolve registrar o preço oferecido pela pessoa jurídica, como segue:
Razão Social: ALC BEZERRA-ME
CNPJ: 07.040.160/0001-03
Endereço: Av. José Anísio da Silva, nº. 06, Praia de Barreta, Nísia Floresta/RN
Telefone: (84) 3230-3068/ 3015-3185
Representante Legal: Alisson Luiz Chargas Bezerra
CPF: 008.298.884-62
LOTE 01 -1 - 0001813 - ABRAÇADEIRA DE FERRO COM PORCAS E ARRUELAS 3/8 -UND-20-Max-R$27,00-R$540,00 / 2 - 0001814 - ABRAÇADEIRA DE FERRO COM PORCAS E ARRUELAS 5/16 -UND-20-Max-R$18,00-R$360,00 / 3 - 0001815 - ABRAÇADEIRA DE NYLON 20 CM CAIXA COM 100 UNIDADE -CX-50-Asa Tigre-R$25,50-R$1.275,00 / 4 - 0001816 - ABRAÇADEIRA DE NYLON 30 CM CAIXA COM 100 UNIDADE -CX-20-Asa Tigre-R$30,00-R$600,00 / 5 - 0001822 - ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBO 30G -UND-100-Polytubes-R$3,50-R$350,00 / 6 - 0001823 - ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBO 75G - UND-100-Polytubes-R$6,25-R$625,00 / 7 - 0001824 - ALICATE RIBITADOR 4PONTAS -UND-2-Kala-R$31,00-R$62,00 / 8 - 0003206 - ALICATE PARA PODAÇÃO -UND-3-Kala-R$33,50-

R$100,50 / 9 - 0003207 - ALICATE UNIVERSAL 8 -UND-4-Kala-R$33,00-R$132,00 / 10 - 0003208 - ANCINHO 12 DENTES FERRO -UND-20-Worker-R$22,00-R$440,00 / 11 - 0001825 - ANCINHO 12 DENTES PLÁSTICO -UND-20-Worker-R$17,00-R$340,00 / 12 - 0001826 - ANEL DE CIMENTO PARA FOSSAS 1,20CM X 0,50 CM -UND-30-HM Premoldados-R$147,00-R$4.410,00 / 13 - 0001827 - ANEL PARA VEDAÇÃO DE SANITÁRIO -UND-50-Blukit-R$10,50-R$525,00 / 14 - 0001828 - ARAME FARPADO 250M -RL -10-Sigma-R$290,00-R$2.900,00 / 15 - 0003209 - ARAME GALVANIZADO 18 -KG-20-Sigma-R$22,00-R$440,00 / 16 - 0003210 - ARCO DE SERRA -UND-5-Max-R$44,00-R$220,00 / 17 - 0001830 - AREIA FINA -Mts-50-Maresol-R$65,00-R$3.250,00 / 18 - 0001831 - AREIA GROSSA -Mt-50-Maresol-R$62,00-R$3.100,00 / 19 - 0001832 - AREIA MÉDIA -Mts-50-Maresol-R$62,00-R$3.100,00 / 20 - 0001833 - ARGAMASSA 15KG C1 -Sc-50-Supercola-R$7,50-R$375,00 / 21 - 0001834 - ARGAMASSA 15KG C2 -Sc-50-Supercola-R$15,00-R$750,00 / 22 - 0001835 - ARGAMASSA 15KG C3 -Sc-50-Supercola-R$32,00-R$1.600,00 / 25 - 0003211 - ASSENTO SANITÁRIO TAMANHO PADRÃO COM TAMPA -UND-50-Krona-R$28,50-R$1.425,00 / 26 - 0001844 - BACIA SANITARIA CONVENCIONAL INFANTIL -UND-10-Casa e Dia-R$492,00-R$4.920,00 / 27 - 0003212 - BALDE PLÁSTICO REFORÇADO 12L -UND-50-Terraplast-R$20,00-R$1.000,00 / 28 - 0001845 - BARRA DE BANHEIRO INOX PARA DEFICIENTE - UND-10-Worker-R$214,00-R$2.140,00 / 29 - 0001847 - BICA DE ALUMÍNIO 40cm -Mt-60-Novelis-R$21,50-R$1.290,00 / 30 - 0001848 - BICA DE ALUMÍNIO 60cm -Mt-60-Novelis-R$29,50-R$1.770,00 / 31 - 0001849 - BICA DE ALUMINIO DE 1M X 1,20M -Metro-60-Novelis-R$55,00-R$3.300,00 / 32 - 0001853 - BLOCO DE CERÂMICA 20X40CM -UND-1.000-Premiun-R$5,50-R$5.500,00 / 35 - 0001854 - BOMBA FORMICIDA PARA VENENO EM PÓ - UND-5-Worker-R$47,50-R$237,50 / 36 - 0001855 - BOTAS DE BORRACHA PVC -Par-50-Pegada Forte-R$43,50-R$2.175,00 / 37 - 0001856 - BRITA CASCALHINHO -Mt-30-Polimix-R$160,00-R$4.800,00 / 38 - 0001857 - BRITA Nº 19 -Mt-30-Polimix-R$160,00-R$4.800,00 / 39 - 0001858 - Brocha -UND-25-Roma-R$7,00-R$175,00 / 40 - 0003215 - Cadeado 30mm -UND-50-Gold-R$23,00-R$1.150,00 / 41 - 0001859 - CADEADO 40mm -UND-50-Gold-R$35,50-R$1.775,00 / 42 - 0001860 - CAIBRO -Mt-300-Mad. Jatoba-R$8,50-R$2.550,00 / 48 - 0001870 - CAIXA DE PORTA 2,10X0,60 CM -UND-20-Mad. Jatoba-R$108,00-R$2.160,00 / 49 - 0001871 - CAIXA DE PORTA 2,10X0,70 CM -UND-20-Mad. Jatoba-R$110,00-R$2.200,00 / 50 - 0001872 - CAIXA DE PORTA 2,10X0,80 CM -UND-20-Mad. Jatoba-R$112,00-R$2.240,00 / 51 - 0001873 - CAIXA DE PORTA 2,10X0,90 CM -UND-20-Mad. Jatoba-R$208,00-R$4.160,00 / 52 - 0001875 - Cal 5kg -Sc-1.500-Hidrotintas-R$7,00-R$10.500,00 / 53 - 0001878 - CÂMARA DE AR PARA CARRO DE MÃO -UND-50-Sigma-R$27,00-R$1.350,00 / 57 - 0001885 - CANTONEIRA EM L ½ -Mt-50-Kala-R$39,00-R$1.950,00 / 58 - 0001886 - CANTONEIRA EM L 3X1/8 -Mt-50-Kala-R$41,00-R$2.050,00 / 59 - 0001887 - CANTONEIRA EM L2" - Mt-50-Kala-R$172,00-R$8.600,00 / 60 - 0001889 - CARRO DE MÃO DE FERRO COM BRAÇO DE MADEIRA -UND-20-Sigma-R$200,00-R$4.000,00 / 61 - 0003216 - CARRO DE MÃO DE FERRO INDUSTRIAL COM PNEU REFORÇADO -UND-40-Sigma-R$340,00-R$13.600,00 / 62 - 0001890 - CAVADEIRA PRETA C/CB N 09 -UND-3-Kala-R$44,00-R$132,00 / 63 - 0003217 - CHIBANCA COM CABO -UND-5-Minasul-R$88,00-R$440,00 / 64 - 0001893 - CIMENTO COM 50 KG -Sc-500-Nacional-R$28,00-R$14.000,00 / 65 - 0001894 - COLA DE SILICONE 500ML -Tubo-50-Worker-R$29,50-R$1.475,00 / 66 - 0001895 - COLA MADEIRA 500ML -Tubo-20-Hidrotintas-R$17,00-R$340,00 / 67 - 0003218 - COLHER PARA PEDREIRO -UND-10-Sigma-R$30,00-R$300,00 / 68 - 0001897 - CORDA DE AGAVE TRANÇADA PEÇA 3MT - UND-100-Sisaltec-R$6,50-R$650,00 / 69 - 0001898 - CORDA DE SEDA TRANÇADA 6mm -KG-100-Worker-R$23,50-R$2.350,00 / 70 - 0001907 - DOBRADIÇA PARA PORTA CARTELA COM 03 UNID P -UND-50-Silvana-R$20,00-R$1.000,00 / 71 - 0001908 - DURAPOX 100G -UND-30-Loctite-R$11,50-R$345,00 / 72 - 0003219 - ENCHADECO COM CABO -UND-5-Tramontina-R$53,50-R$267,50 / 73 - 0003220 - ENXADA 2,5 QUADRADA COM CABO -UND-30-Tramontina-R$55,00-R$1.650,00 / 74 - 0003221 - ESPÁTULA -UND-10-Atlas-R$8,00-R$80,00 / 75 - 0001915 - ESQUADRIAS TIPO VENEZIANA M² – JATOBÁ -Mt-100-Mad. Jatoba-R$728,00-R$72.800,00 / 76 - 0001916 - ESTACA DE MADEIRA MISTA 2M/10CM -UND-20-Maresol-R$23,00-R$460,00 / 77 - 0001917 - ESTROVENGA COM CABO -UND-20-Sigma-R$45,00-R$900,00 / 78 - 0001919 - Fechadura Comum -UND-20-Soprano-R$14,00-R$280,00 / 79 - 0001920 - FECHADURA EXTERNA COM CILINDRO TIPO BOLA -UND-100-Soprano-R$44,00-R$4.400,00 / 80 - 0001921 - FECHADURA INTERNA COM CHAVE TIPO BOLA -UND-100-Soprano-R$44,00-R$4.400,00 / 81 - 0001922 - FECHADURA PARA BANHEIRO - UND-30-Soprano-R$36,00-R$1.080,00 / 82 - 0001923 - FECHADURA TETRA CHAVE -UND-10-Soprano-R$115,00-R$1.150,00 / 83 - 0001924 - FERRO ¼ VARÃO DE 6 METROS - UND-50-Acelor Mital-R$22,00-R$1.100,00 / 84 - 0001925 - FERRO ½ VARÃO DE 6 METROS -UND-50-Acelor Mital-R$75,00-R$3.750,00 / 85 - 0001926 - FERRO 3/8 VARÃO DE 6 METROS - UND-30-Acelor Mital-R$49,50-R$1.485,00 / 86 - 0001927 - FERRO 4.2 CA 50 -KG-100-Acelor Mital-R$15,50-R$1.550,00 / 87 - 0001928 - FERROLHO PARA CADEADO -UND-50-Silvana-R$19,00-R$950,00 / 88 - 0001929 - FERROLHO TIPO TARGETA GRANDE -UND-50-Silvana-R$7,00-R$350,00 / 89 - 0001930 - FERROLHO TIPO TARGETA MÉDIO -UND-50-Silvana-R$5,50-R$275,00 / 90 - 0001932 - FLANGE 1/2 PVC -UND-50-Krona-R$12,00-R$600,00 / 91 - 0001933 - FLANGE 3/4 PVC -UND-40-Krona-R$13,00-R$520,00 / 92 - 0004598 - FLANGE 50MM PVC - UND-30-Krona-R$19,50-R$585,00 / 93 - 0004599 - FOICE -UND-30-Ramada-R$42,50-R$1.275,00 / 94 - 0001934 - FOLHA DE COMPENSADO DE 20MM -UND-20-Mad. Jatoba-R$265,00-R$5.300,00 / 95 - 0001935 - FOLHA DE MADEIRITE DE 20MM - UND-20-Mad. Jatoba-R$235,00-R$4.700,00 / 96 - 0001936 - Frechar -Mt-100-Mad. Jatoba-R$12,00-R$1.200,00 / 97 - 0001937 - GONZO PARA JANELA TIPO VENEZIANA -UND-500-Silvana-R$11,00-R$5.500,00 / 98 - 0001938 - Grampo para cerca de arame farpado - KG-50-Belgo-R$14,00-R$700,00 / 99 - 0001939 - GUIA PARA PORTA CORREDIÇA (TRILHO) -UND-30-Silvana-R$92,50-R$2.775,00 / 102 - 0001940 - IMPERMEABILIZANTE GALÃO 3.6 PARA CAIXA D´ÁGUA -UND-20-Imperador-R$60,00-R$1.200,00 / 115 - 0004609 - JOGO DE BROCAS DE PAREDE E MADEIRAS COM NO MÍNIMO 15 PEÇAS -UND-2-Sigma-R$70,50-R$141,00 / 123 - 0001946 - Lavanderia de cimento com pé -UND-5-OMC Premoldado-R$108,00-R$540,00 / 124 - 0001947 - LAVANDERIA TIPO TANQUE DE MÁRMORE -UND-10-Indimel-R$122,00-R$1.220,00 / 125 - 0001948 - LIMA FERRO -UND-10-K E F-R$30,00-R$300,00 / 126 - 0001949 - LINHA 3X5 POLEGADAS - Mt-30-Mad. Jatoba-R$27,50-R$825,00 / 127 - 0001950 - LINHA 3X6 POLEGADAS -Mt-30-Mad. Jatoba-R$30,00-R$900,00 / 128 - 0001951 - LINHA 3X8 POLEGADAS -Mt-30-Mad. Jatoba-R$42,50-R$1.275,00 / 129 - 0001952 - LIXA PARA FERRO 100 -UND-50-Tatu-R$5,50-R$275,00 / 130 - 0001953 - LIXA PARA FERRO 80 - UND-50-Tatu-R$5,00-R$250,00 / 131 - 0001954 - LIXA PARA MADEIRA 100 -UND-50-Tatu-R$3,70-R$185,00 / 132 - 0001955 - Lona preta -Mt-50-Worker-R$9,25-R$462,50 / **VALOR TOTAL DO LOTE 01-R$266.000,00**

LOTE 02 - 33 - 0003213 - BOIA PARA CAIXA DE ÁGUA ½ - UND-50-Krona-R$10,50-R$525,00 / 34 - 003214 - BOIA PARA CAIXA DE ÁGUA ¾ -UND-50-Krona-R$16,00-R$800,00 / 43 - 0001863 - CAIXA D'ÁGUA PLÁSTICA 1000LTS -UND-5-Aqualimp-R$490,00-R$2.450,00 / 44 - 0001864 - CAIXA D'ÁGUA PLÁSTICA 2000LTS -UND-5-Aqualimp-R$1.350,00-R$6.750,00 / 45 - 0001865 - CAIXA D'ÁGUA PLÁSTICA 250LTS -UND-10-Aqualimp-R$210,00-R$2.100,00 / 46 - 0001866 - CAIXA D'ÁGUA PLÁSTICA 500LTS -UND-10-Aqualimp-R$320,00-R$3.200,00 / 47 - 0001867 - CAIXA DE DESCARGA COM ENGATE E CANO ECONOMICA -UND-100-Metasul-R$54,00-R$5.400,00 / 54 - 0001882 - CANO DE 100MM ESGOTO PVC -Mts-200-Krona-R$13,00-R$2.600,00 / 55 - 0001883 - CANO PARA ÁGUA 60MM PVC -Mts-500-Krona-R$17,00-R$8.500,00 / 56 - 0001884 - CANO PARA ÁGUA PVC 75 MM -Mts-300-Krona-R$29,00-R$8.700,00 / 108 - 0004604 - JOELHO 60MM ÁGUA PVC -UND-50-Krona-R$17,00-R$850,00 / 109 - 0001942 - JOELHO 75 MM ÁGUA PVC - UND-30-Krona-R$29,00-R$870,00 / 110 - 0004605 - JOELHO DE 100MM ESGOTO -UND-200-Krona-R$17,50-R$3.500,00 / 111 - 0003227 - JOELHO DE 150MM ESGOTO -UND-100-Krona-R$33,00-R$3.300,00 / 112 - 0004606 - JOELHO ESGOTO 40MM - UND-100-Krona-R$2,40-R$240,00 / 113 - 0004607 - JOELHO LL

½MM PVC -UND-300-Krona-R$1,00-R$300,00 / 114 - 0004608 - JOELHO LL ¾MM PVC -UND-200-Krona-R$2,00-R$400,00 / 116 - 0001943 - KIT DE ACESSORIO PARA BANHEIRO 5 PEÇAS (INOX) -UND-5-Talita-R$78,00-R$390,00 / 117 - 0001944 - KIT DE ACESSORIO PARA BANHEIRO 5 PEÇAS (PLASTICO CROMADO) -UND-10-Metasul-R$44,00-R$440,00 / 142 - 0001963 - MANGUEIRA PLÁSTICA ¾ -Mt-200-Worker-R$5,00-R$1.000,00 / 162 - 0001980 - PIA INOX DE 1,20CM -UND-5-Classinox-R$182,00-R$910,00 /163 - 0001981 - PIA INOX DE 1,50CM -UND-5-Classinox-R$215,00-R$1.075,00 / 164 - 0001982 - PIA INOX DE 1,80CM -UND-5-Classinox-R$349,00-R$1.745,00 / 165 - 0001984 - PIA RETANGULAR 1,20X0,55mm MÁRMORE -UND-10-Indimel-R$159,00-R$1.590,00 / 166 - 0001985 - PIA RETANGULAR 1,50X0,55mm MÁRMORE -UND-5-Indimel-R$185,00-R$925,00 / 191 - 0002014 - REDUÇÃO DE 50/3/4 PVC -UND-20-Krona-R$6,00-R$120,00 / 192 - 0002015 - REGISTRO 60MM PVC -UND-5-Krona-R$59,00-R$295,00 / 193 - 0002019 - REGISTRO DE PASSAGEM DE ½ METAL -UND-30-Talita-R$49,00-R$1.470,00 / 194 - 0002020 - REGISTRO DE PASSAGEM DE ¾ METAL -UND-20-Talita-R$55,00-R$1.100,00 / 195 - 0002021 - REGISTRO PARA ÁGUA PVC 75 MM PASSAGEM -UND-10-Krona-R$123,00-R$1.230,00 / 196 - 0002023 - REGISTRO REGULAR DE GÁS PARA FOGÃO MC/ MANGUEIRA 1,20cm -UND-30-Aliança-R$52,00-R$1.560,00 / 199 - 0002026 - REPARO PARA CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA -UND-40-Blukit-R$127,00-R$5.080,00 / 202 - 0002034 - SIFÃO 40MM TIPO GARGANTA -UND-50-Krona-R$13,00-R$650,00 / 203 - 0002035 - SIFÃO DUPLO 70 MM -UND-50-Krona-R$21,00-R$1.050,00 / 205 - 0003233 - T 60MM PVC -UND-15-Krona-R$21,00-R$315,00 / 206 - 0002038 - T 75MM PVC -UND-15-Krona-R$32,00-R$480,00 / 232 - 0002073 - Torneira de cozinha ½ plástica -UND-50-Krona-R$9,55-R$477,50 / 233 - 0002074 - TORNEIRA DE JARDIM ½ PLÁSTICA -UND-30-Krona-R$5,50-R$165,00 / 234 - 0002075 - TORNEIRA DE METAL (PRESSÃO) PARA LAVATÓRIO 1/2 -UND-30-Viquia-R$45,00-R$1.350,00 / 235 - 0002076 - TORNEIRA DE PASSAGEM ½ PLÁSTICA -UND-50-Krona-R$10,00-R$500,00 / 236 - 0002077 - Torneira lavatório ½ plástico -UND-60-Krona-R$32,00-R$1.920,00 / 237 - 0002078 - TORNEIRA LAVATÓRIO ½ PLÁSTICO CROMADO 1/4 DE VOLTA -UND-25-Viquia-R$51,50-R$1.287,50 / 244 - 0002106 - VALVULA PARA PIA INOX -UND-30-Talita-R$24,00-R$720,00 / 245 - 0002107 - VÁLVULA PARA REGISTRO ½ METAL -UND-30-Talita-R$36,50-R$1.095,00 / 246 - 0002108 - VÁLVULA PARA REGISTRO ¾ METAL -UND-20-Talita-R$41,00-R$820,00 / 248 - 0002111 - VERGALHÃO DE ¼ 12M -UND-50-Acelor Mital-R$23,00-R$1.150,00 / 249 - 0002112 - VERGALHÃO DE ½ 12M -UND-50-Acelor Mital-R$150,00-R$7.500,00 / 250 - 0002113 - VERGALHÃO DE 3/8 12 METROS -UND-30-Acelor Mital-R$52,50-R$1.575,00 / 251 - 0002114 - VERGALHÃO DE 5/6 12 METROS -UND-30-Acelor Mital-R$43,00-R$1.290,00 / 252 - 0002115 - VERGALHÃO DE FERRO DE 1’ 12 MTS -UND-15-Acelor Mital-R$540,00-R$8.100,00 / 256 - 0004771 - ABRAÇADEIRA 60MM PVC -UND-10-Krona-R$14,00-R$140,00 / **VALOR TOTAL DO LOTE 02-R$100.000,00**

LOTE 03 - 23 - 0001836 - ARMAÇÃO BLAQUETE MONOFÁSICO COM 02 ISOLADORES -UND-20-Santana-R$27,55-R$551,00 / 24 - 0001837 - ARMAÇÃO BLAQUETE TRIFASICO COM 03 ISOLADORES -UND-15-Santana-R$40,00-R$600,00 / 100 - 0003225 - HASTE DE ATERRAMENTO 1/2X1,5M -UND-20-JJ Moises-R$26,00-R$520,00 / 101 - 0003226 - HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 COM CONECTOR -UND-30-JJ Moises-R$22,00-R$660,00 / 103 - 0001941 - INTERRUPTOR COM TOMADA DUPLA DE 20 A -UND-50-Romazi-R$17,70-R$885,00 / 104 - 0004600 - INTERRUPTOR CONJUGADO COM TOMADA 1 SEÇÕES (20A) -UND-50-Romazi-R$22,00-R$1.100,00 / 105 - 0004601 - INTERRUPTOR CONJUGADO COM TOMADA 2 SEÇÕES (20A) -UND-50-Romazi-R$27,30-R$1.365,00 / 106 - 0004602 - INTERRUPTOR DE 1 SEÇÃO (10A) -UND-150-Romazi-R$8,00-R$1.200,00 / 107 - 0004603 - INTERRUPTOR DE 2 SEÇÕES (10A) -UND-100-Romazi-R$11,00-R$1.100,00 / 118 - 0001945 - LÂMINA DE SERRA STARRET -UND-50-Irwin-R$13,00-R$650,00 / 119 - 0004611 - LÂMPADA ECONÔMICA 15W -UND-100-Gold-R$15,00-R$1.500,00 / 120 - 0004612 - LÂMPADA ECONÔMICA 24W -UND-100-Gold-R$18,00-R$1.800,00 / 121 - 0004616 - LÂMPADA INCANDESCENTE 15W (TIPO BOLINHA COLORIDA) -UND-1.000-Gold-R$16,50-R$16.500,00 / 122 - 0004617 - LÂMPADAS INCANDESCENTE 60W TRANSPARENTE -UND-150-Gold-R$7,20-R$1.080,00 / 180 - 0001997 - POSTE DE CIMENTO MONOFÁSICO 6 MTS -UND-10-Maresol-R$348,90-R$3.489,00 / 181 - 0001998 - POSTE DE CIMENTO TRIFÁSICO 7 MTS -UND-10-Maresol-R$450,00-R$4.500,00 / **VALOR TOTAL DO LOTE 03-R$37.500,00**

LOTE 04 - 133 - 0004620 - LUVA 60MM PVC -UND-50-Krona-R$24,00-R$1.200,00 / 134 - 0004621 - LUVA 75 MM PVC -UND-30-Krona-R$23,00-R$690,00 / 135 - 0001956 - LUVA DE BORRACHA CANO LONGO PVC -Par-40-Worker-R$25,00-R$1.000,00 / 136 - 0001957 - LUVAS DE COURO -Par-15-Worker-R$25,00-R$375,00 / 137 - 0001958 - MACHADO -UND-10-Ramada-R$72,00-R$720,00 / 138 - 0001959 - MADEIRITE 10mm -FL-50-Mad. Jatoba-R$62,00-R$3.100,00 / 139 - 0001960 - MALHA DE FERRO 1 X1/4 MM -M²-100-Acelor Mital-R$57,00-R$5.700,00 / 140 - 0001961 - MALHA DE FERRO 3 X16 MM -M²-100-Acelor Mital-R$64,00-R$6.400,00 / 141 - 0001962 - MALHA DE FERRO 5 X16 MM -M²-100-Acelor Mital-R$27,00-R$2.700,00 / 143 - 0001964 - MANTA ASFALTICA -Metro-100-Kala-R$24,00-R$2.400,00 / 144 - 0004622 - MÁQUINA DE FURAR DE IMPACTO -UND-1-Sigma-R$3.195,35-R$3.195,35 / 145 - 0004623 - MAQUITA -UND-1-Sigma-R$355,00-R$355,00 / 146 - 0001965 - MARRETA 2KG -UND-2-Monfort-R$55,00-R$110,00 / 147 - 0004624 - MARRETA 3KG -UND-10-Monfort-R$108,00-R$1.080,00 / 148 - 0001966 - MARRETA DE 10 QUILOS -UND-2-Monfort-R$325,00-R$650,00 / 149 - 0001967 - MARRETA DE 5 QUILOS -UND-5-Monfort-R$175,00-R$875,00 / 150 - 0003228 - MARTELO DE BORRACHA -UND-2-Worker-R$25,00-R$50,00 / 151 - 0003229 - MARTELO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL -UND-5-Worker-R$31,90-R$159,50 / 152 - 0001968 - MASSA CORRIDA PVA 18lts -LT-50-Hidrotintas-R$68,00-R$3.400,00 / 153 - 0001969 - MASSA PLASTICA 500 ML -UND-10-Carplast-R$59,00-R$590,00 / 154 - 0001970 - MEIO FIO GRANITO -Mt-200-Maresol-R$14,50-R$2.900,00 / 155 - 0001971 - NERVURA EM CONCRETO E FERRO -Mt-150-Maresol-R$19,50-R$2.925,00 / 156 - 0001972 - NOVA COR HIDRO PISO 18lts -LT-50-Hidrotintas-R$250,00-R$12.500,00 / 157 - 0003230 - PÁ DE BICO -UND-15-Sigma-R$29,90-R$448,50 / 158 - 0001973 - PÁ QUADRADA COM CABO 2.6 -UND-15-Sigma-R$29,99-R$449,85 / 159 - 0001975 - PARAFUSO PARA TELHA DE AMIANTO COM ARUELA DE VEDAÇÃO 5,16X110MM -UND-200-Worker-R$4,00-R$800,00 / 160 - 0001976 - PEDRA MARRUADA -Mts-50-MP Pedras-R$187,00-R$9.350,00 / 161 - 0001977 - PEDRA TIPO PARALELEPÍPEDOS -MILR -30-Maresol-R$635,00-R$19.050,00 / 167 - 0003231 - PISO ANTIDERRAPANTE 30 X 30 CM (PEDRA DE TATO) -UND-100-OMC Premoldado-R$22,00-R$2.200,00 / 168 - 0004634 - PISO ANTIDERRAPANTE P/PORTADORES DE ECESSIDADES ESPECIAIS 45X45 CM -Mts-100-OMC Premoldado-R$25,00-R$2.500,00 / 169 - 0001987 - PISO COMERCIAL 0,30X0,30CM -Mt-100-Cercamp-R$22,00-R$2.200,00 / 170 - 0001988 - PISO COMERCIAL 0,45X0,45cm -Mt-150-Cercamp-R$25,00-R$3.750,00 / 171 - 0001989 - PISO COMERCIAL 0,50X0,50cm -Mt-150-Cercamp-R$31,50-R$4.725,00 / 172 - 0003232 - PNEU DE CARRO DE MÃO (INDUSTRIAL) -UND-10-Sigma-R$42,00-R$420,00 / 173 - 0001990 - PORTA AFIXADA 0,80X2,10 CM -UND-10-Mad. Jatoba-R$120,00-R$1.200,00 / 174 - 0001991 - PORTA ALMOFADA 0,80X2,10 CM -UND-15-Mad. Jatoba-R$310,00-R$4.650,00 / 175 - 0001992 - PORTA ALMOFADA 0,90X2,10 CM -UND-15-Mad. Jatoba-R$465,00-R$6.975,00 / 176 - 0001993 - PORTA LAMINADA COM REVESTIMENTO 2,10 X 60 M -UND-15-Mad. Jatoba-R$210,00-R$3.150,00 / 177 - 0001994 - PORTA LAMINADA COM REVESTIMENTO 2,10 X 70 M -UND-15-Mad. Jatoba-R$210,00-R$3.150,00 / 178 - 0001995 - PORTA LAMINADA COM REVESTIMENTO 2,10 X 80 M -UND-30-Mad. Jatoba-R$210,00-R$6.300,00 / 179 - 0001996 - PORTA LAMINADA COM REVESTIMENTO 2,10 X 90 M -UND-15-Mad. Jatoba-R$340,00-R$5.100,00 / 182 - 0001999 - PRANCHA 6X4 MADEIRA -Mt-50-Mad. Jatoba-R$41,00-R$2.050,00 / 183 - 0002000 - PRANCHA 6X8 MADEIRA -Mt-50-Mad. Jatoba-R$49,90-R$2.495,00 / 184 - 0002001 - PREGO ½ -KG-30-Belgo-R$19,00-R$570,00 / 185 - 0002002 - PREGO 1 ¼ -KG-20-Belgo-R$19,00-R$380,00 / 186 - 0002003 - PREGO 2X8 -KG-20-Belgo-R$19,00-R$380,00 / 187 - 0002004 - PREGO DE 1 X 1,5" -KG-20-Belgo-R$19,00-R$380,00 /

188 - 0002005 - PREGO DE 2' -KG-20-Belgo-R$19,00-R$380,00 / 189 - 0002006 - PREGO DE 3' -KG-20-Belgo-R$19,00-R$380,00 / 190 - 0002007 - PREGO DE 4' -KG-20-Belgo-R$19,00-R$380,00 / 197 - 0002024 - REJUNTE PARA PISO 1 KG -KG-50-Supercola-R$4,00-R$200,00 / 198 - 0002025 - REMOVEDOR DE TINTA GALÃO 3.6 LITROS -Galão-20-Remotem-R$160,00-R$3.200,00 / 200 - 0002028 - RIPA EM MADEIRA -Mt-1.000-Mad. Jatoba-R$4,50-R$4.500,00 / 201 - 0002033 - SERROTE 18X450 -UND-3-Ramada-R$52,00-R$156,00 / 204 - 0002036 - Solvente litro -UND-80-Hidrotintas-R$27,00-R$2.160,00 / 207 - 0002041 - TÁBUA 15cm -Mt-60-Mad. Jatoba-R$12,99-R$779,40 / 208 - 0002042 - TÁBUA 20cm -Mt-60-Mad. Jatoba-R$19,99-R$1.199,40 / 209 - 0002043 - TÁBUA 30cm -Mt-60-Mad. Jatoba-R$35,90-R$2.154,00 / 210 - 0002044 - TAMBOR PLÁSTICO 200 LTS -UND-10-Igual-R$180,00-R$1.800,00 / 211 - 0002045 - TAMPA DE CIMENTO REDONDA PARA FOSSA 1,20CM -UND-20-Maresol-R$120,00-R$2.400,00 / 212 - 0002047 - TELA DE SEGURANÇA PARA SINALIZAÇÃO (PLASTICA DE 1 METRO) -Metro-100-Worker-R$12,50-R$1.250,00 / 213 - 0002048 - TELHA BRANCA CERAMICA TIPO COLONIAL -MILR -5-Ouro Branco-R$1.100,00-R$5.500,00 / 214 - 0002049 - Telha cerâmica tipo colonial -MILR -30-Ouro Branco-R$550,00-R$16.500,00 / 215 - 0002050 - TELHA DE AMIANTO 1,10 X 1,22 M -UND-20-LM Telhas-R$72,00-R$1.440,00 / 216 - 0002051 - TELHA DE AMIANTO 1,10 X 1,53 M -UND-100-LM Telhas-R$71,00-R$7.100,00 / 217 - 0002052 - TELHA DE AMIANTO 1,10 X 1,83 M -UND-100-LM Telhas-R$90,00-R$9.000,00 / 218 - 0002053 - TELHA DE AMIANTO 1,10 X 2,13 M -UND-100-LM Telhas-R$108,00-R$10.800,00 / 219 - 0002054 - TESOURA PARA PODAÇÃO -UND-5-Max-R$33,00-R$165,00 / 220 - 0002055 - TEXTURA ACRÍLICA 20LTS -Latão - 60-Hidrotintas-R$150,00-R$9.000,00 / 221 - 0002056 - Tijolo 08 furos -MILR -50-Premiun-R$440,00-R$22.000,00 / 222 - 0002057 - TIJOLO BRANCO TAMANHO MÉDIO -MILR -5-JM Tijolo-R$385,00-R$1.925,00 / 223 - 0002058 - TINTA DE SINALIZAÇÃO REFLEXIVA AMARELA CATERPILLA 18LT -LATÕES -20-Hidrotintas-R$280,00-R$5.600,00 / 224 - 0002059 - TINTA DE SINALIZAÇÃO REFLEXIVA BRANCA 18 LT -LATÕES -20-Hidrotintas-R$280,00-R$5.600,00 / 225 - 0002060 - TINTA DE SINALIZAÇÃO REFLEXIVA COR PRETA 18 LTS -LATÕES -20-Hidrotintas-R$280,00-R$5.600,00 / 226 - 0002061 - TINTA ESMALTE SINTÉTICO 3,6L -Gl-50-Hidrotintas-R$70,00-R$3.500,00 / 227 - 0002062 - TINTA LAVÁVEL EXTERNA 18L -LT-60-Hidrotintas-R$179,90-R$10.794,00 / 228 - 0002063 - TINTA LAVÁVEL EXTERNA ACRÍLICO 18L -LT-80-Hidrotintas-R$179,60-R$14.368,00 / 229 - 0002064 - TINTA LAVÁVEL INTERNA 18L -LT-200-Hidrotintas-R$122,00-R$24.400,00 / 230 - 0002065 - TINTA LÍQUIDO BRILHO 3,6 LTS -Galão-100-Hidrotintas-R$86,00-R$8.600,00 / 231 - 0003234 - TINTA MEGA PISO LATÃO 18 LITROS -UND-100-Hidrotintas-R$249,00-R$24.900,00 / 238 - 0002085 - TRENA DE 50 METROS -UND-2-Sigma-R$84,00-R$168,00 / 239 - 0002086 - TRENA DE 5M -UND-5-Sigma-R$15,00-R$75,00 / 240 - 0002090 - TUBO DE CIMENTO 1,00 MST X 1,00 MTS PARA DRENAGEM -UND-100-HM. Premoldados-R$275,00-R$27.500,00 / 241 - 0002092 - TUBO DE CIMENTO 60 CM X 1,00 MTS PARA DRENAGEM -UND-100-HM. Premoldados-R$275,00-R$27.500,00 / 242 - 0002093 - TUBO DE CIMENTO 80 CM X 1,00 MTS PARA DRENAGEM -UND-100-HM. Premoldados-R$275,00-R$27.500,00 / 243 - 0002095 - TUBO DE ESGOTO 150MM PVC -Mt-50-Krona-R$39,90-R$1.995,00 / 247 - 0002110 - veneno formicida em pó -KG-50-Guarani-R$19,90-R$995,00 / 253 - 0002116 - VERNIZ 3,6L -Gl-10-Hidrotintas-R$119,00-R$1.190,00 / 254 - 0002117 - VIGA DE CIMENTO - Metro-100-Maresol-R$15,00-R$1.500,00 / 255 - 0002120 - ZARCÃO 3,6L -Gl-20-Hidrotintas-R$79,90-R$1.598,00 / **VALOR TOTAL DO LOTE 04-R$433.500,00**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSTERIOR CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRÁULICO**, conforme especificações no Anexo I do Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2018 – PMA/RN**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (DOZE) MESES**, contados a partir da data de sua assinatura, incluindo nesse prazo de validade as eventuais prorrogações.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o Município de Arez/RN não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - Os preços registrados manter-se-ão fixos e irreajustáveis durante a validade desta Ata de Registro de Preço.

3.2 - Nas hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei n.º 8.666/93, Município de Arez/RN, poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro desta Ata de Registro de Preço, mediante solicitação fundamentada e aceita pelo Prefeito Municipal.

3.3 - Caso a pessoa jurídica registrada solicite a revisão de preço, a mesma deverá demonstrar de forma clara a composição do novo preço, através de planilhas de custo ou apresentação de nota(s) fiscal(is) do seu fornecedor, datada(s) do período da licitação e da solicitação do reajustamento.

3.4 - Não serão concedidas revisões de preço sobre as parcelas do objeto já contratadas ou empenhadas.

3.5 - Sendo julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado, apurados pelo Município de Arez/RN, e os propostos pela pessoa jurídica à época da realização do certame licitatório.

3.6 - Fica vedado à pessoa jurídica registrada interromper o fornecimento, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, independente da participação ou não da licitação, desde que autorizados pelo Prefeito Municipal de Arez/RN e em comum acordo com a pessoa jurídica registrada.

Parágrafo Único - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.2 - O preço ofertado pela(s) pessoa(s) jurídica(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no preâmbulo desta, de acordo com a respectiva classificação no **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2018 – PMA/RN**.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. Quando da requisição dos materiais licitados, a **PMA/RN** convocará oficialmente o primeiro colocado no certame para no prazo máximo de até **08 (OITO) DIAS ÚTEIS**, retirar a **Nota de Empenho** e/ou assinar a Ordem de Compra, na sede da Prefeitura Municipal, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **Edital**.

5.2. Retirada à **nota de empenho** e/ou **Ordem de Compra,** a licitante contratada deverá fornecer o material solicitado, no prazo de até **08 (OITO) DIAS ÚTEIS**.

5.3. Se, após o **início do fornecimento**, constatar-se que o material está sendo entregue em desacordo com a correspondente proposta de preços, fora das especificações fixadas, depois da licitante contratada ter sido regularmente notificado, este terá o prazo de mais **08 (OITO) DIAS ÚTEIS** para corrigir as falhas ou omissões.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento constante da Ordem de Compra, será efetuado no prazo máximo de **30 (TRINTA) DIAS** contados a partir da data em que for apresentada a Nota Fiscal/Fatura, devidamente conferida e atestada, comprovando o fornecimento.

6.2 - A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do registrado na Ata de Registro de Preços.

6.3 – O Município de Arez/RN poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Edital.

6.4 - É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certidão de Regularidade do **FGTS - CRF**), com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa

de Débitos relativos aos **TRIBUTOS FEDERAIS** e à **DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO),** Estadual (Certidão Negativa de **DÉBITO DO ESTADO** e quanto à **DÍVIDA ATIVA DO ESTADO**, Municipal (Certidão Negativa de **DÉBITO DO MUNICÍPIO**) e Trabalhista (Certidão Negativa de **DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT**, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho).

CLÁUSULA SÉTIMA – PENALIDADES

7.1 - Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Arez/RN, pelo prazo de até **05 (CINCO) ANOS**, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais penalidades legais, a licitante que:

a) Não assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.

b) Não retirar a Ordem de Compra, quando convocada dentro do prazo de vigência Ata de Registro de Preços.

c) Apresentar documentação falsa.

d) Deixar de entregar os documentos exigidos para o certame.

e) Ensejar o retardamento, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida.

f) Não mantiver a proposta.

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

7.2 – O disposto no item anterior não se aplica às licitantes convocadas nos termos do **Item 12.4** do Edital, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

7.3 – O atraso injustificado no fornecimento, sujeitará o licitante vencedor à multa de mora de **0,2% (DOIS DÉCIMOS POR CENTO)** por dia de atraso, até o máximo de **5% (CINCO POR CENTO)**, sobre o valor dos materiais não fornecidos.

7.4 – A multa a que se refere esta cláusula será descontada do pagamento eventualmente devido pelo Município de Arez/RN ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.5 – Pela inexecução total ou parcial da Ordem de Compra, o Município de Arez/RN poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multa no percentual de **10% (DEZ POR CENTO)**, calculada sobre o valor dos materiais não fornecidos.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração, por prazo não superior a **02 (DOIS) ANOS**.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, facultada a defesa do interessado no prazo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**.

Parágrafo Único - A aplicação da sanção prevista na alínea **"a"** não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas **"b"** e **"c"**, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**.

7.6 - As sanções previstas nas alíneas **"a"**, **"c"** e **"d"** do **ITEM 7.5**, poderão ser aplicadas conjuntamente com alínea **"b"**, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

8.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da ata de registro de preços;

b) recusar-se a celebrar a Ata de Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado;

d) for declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666/93;

e) for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do art. 7º da Lei Federal nº. 10.520/02.

8.2 - A Ata de Registro de Preço será cancelada automaticamente:

a) Por decurso de prazo de vigência.

b) Quando não restarem fornecedores registrados.

8.3 - O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nesta cláusula, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Prefeito Municipal.

8.4 - O fornecedor do bem poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

CLÁUSULA NONA – DA ORDEM DE COMPRA

9.1 – Após homologado o resultado deste Pregão e durante a validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Arez/RN eventualmente convocará a licitante vencedora para, **NO PRAZO MÁXIMO DE 08 (OITO) DIAS ÚTEIS**, aceitar ou retirar a Ordem de Compra, sob pena de decair o direito ao fornecimento, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93.

9.2 – A contratação decorrente desta Ata de Registro de Preço, será substituída pela Ordem de Compra e/ou Nota de Empenho, elaborada pela respectiva SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, em conformidade com o disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

9.3 – O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

9.4 – É facultado à Administração, quando a proponente vencedora não aceitar ou retirar a Ordem de Compra no prazo e condições estabelecidos ou não apresentar situação regular, convocar outro licitante, observada a ordem de classificação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - Integram esta Ata de Registro de Preços, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2018 – PMA/RN** e seus anexos, e a proposta da pessoa jurídica: **ALC BEZERRA-ME**, classificada, respectivamente, no certame supra numerado.

10.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com os Decreto Municipal nº. 528/2017; e subsidiariamente as normas constantes na Lei nº. 8.666/93.

10.3 - Fica eleito o foro da Comarca de Arez/RN, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Município de Arez
JOÃO ELIAS DE MATOS NETO
Prefeito Municipal em Exercício

ALC Bezerra- ME
Representante Legal
ALISSON LUIZ CHARGAS BEZERRA
Pessoa Jurídica Registrada

Publicado por:
Jane Kelly da Silva Viana
Código Identificador:740E21B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°059/2018

A Comissão Permanente de Licitação de Arez/RN, com autorização do Sr. João Elias de Matos Neto, Prefeito Municipal em Exercício, vem abrir o presente processo administrativo para SERVIÇOS DE REPARAÇÃO DO PRÉDIO ONDE ESTÁ INSTALADA A TORRE DE RETRANSMISSÃO DE TV, junto a J e J MATERIAL DE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrito no CNPJ/CPF: 14.940.177/0001-82, no valor global de R$ 7.746,54 (Sete mil, setecentos e quarenta e seis Reais e cinquenta e quatro centavos), onde fica DISPENSADO O PROCESSO LICITATÓRIO DESTA DESPESA, de acordo com o Art. 24, I, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Maiores informações, na sala da Comissão Permanente de Licitação situada à Praça Getúlio Vargas, nº 270, Centro, Arez/RN, no horário das 08h00min (Oito horas) às 14h00min (Quatorze horas).

Arez/RN, 10 de Maio de 2018.

JANE KELLY DA SILVA VIANA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

JOÃO ELIAS DE MATOS NETO
Prefeito Municipal em Exercício.

Publicado por:
Jane Kelly da Silva Viana
Código Identificador:019628F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 011/2017 EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE AREZ/RN, inscrito no CNPJ Nº: 08.161.234/0001-22
CONTRATADA: NOVETECH SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, inscrita no CNPJ Nº: 05.621.288/0001-35.
OBJETO: Prorrogação de Prazo.
VIGENCIA: 26/06/2018 A 26/06/2019.
DATA DA ASSINATURA: 21/06/2018.

Arez/RN, 21 de Junho de 2018.

Município de Arez
JOÃO ELIAS DE MATOS NETO
Prefeito Municipal em Exercício

Novetech Soluções Tecnológicas LTDA
EVANDRO COELHO DE CASTRO
Procurador Legal

Publicado por:
Jane Kelly da Silva Viana
Código Identificador:9DB98BB9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018
OBJETO: Aquisição de água e gás de cozinha (GLP).
DATA: 20 de julho de 2018.
HORA: 09h00min (nove) horas horário local.
LOCAL DA SESSÃO: Sede da licitação na Praça de Eventos – Rua Adauto Dornelas Câmara, S/N – Centro – Baia Formosa/RN.
INFORMAÇÕES: O Edital com seus anexos poderão ser adquiridos diretamente na sede da CPL no endereço acima citado, e/ou no site: https://www.licitafacil.tce.rn.gov.br. Maiores informações pelo E-mail: cpl@baiaformosa.rn.gov.br, diretamente na sala da CPL por meio eletrônico (pendrive, CDROM), no endereço já citado.

Baia Formosa/RN, 05 de julho de 2018.

ABRAÃO AZEVEDO LOPES
Pregoeiro

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:8886A668

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 256/2018 DE 06 DE JULHO DE 2018

Nomeia a Coordenadora Técnica de Assistência Social e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a senhora **Anny Catariny Oliveira da Fonseca** para o cargo de **Coordenadora Técnica de Assistência Social** nível **CC3**, com lotação na **Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.**

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de sua assinatura.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Centro Administrativo Francisco Bezerra Sobrinho
Gabinete da Prefeita
Baraúna- RN, 03 de julho de 2018.

LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:D30D8C75

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 264/2018, 06 DE JULHO DE 2018

Exonera o Secretário Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos, Pecuária e Meio Ambiente e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o senhor **Ruberlândio Silva de Queiróz** do cargo de **Secretário Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos, Pecuária e Meio Ambiente** nível **CC1**, com lotação na **Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos, Pecuária e Meio Ambiente.**

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Centro Administrativo Francisco Bezerra Sobrinho
Gabinete da Prefeita
Baraúna- RN, 06 de julho de 2018.

LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:2183DB71

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 082/2018-SMAP/PMBS

PORTARIA Nº 082/2018-SMAP/PMBS
Boa Saúde RN, 06 de julho de 2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAUDE/RN, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a lei Orgânica do Município e a Lei Complementar n° 001/97**,** que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico Único do Município de Boa Saúde/RN conforme artigo nº 84.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao servidor: **GENILSON DA ROCHA OLIVEIRA,** matrícula nº 121.982-0, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2017/2018, com vigência a partir de: 01 de julho a 30 de julho de 2018.**

Art. 2º. Fica autorizado o pagamento do adicional de 1/3 (um terço) sobre as respectivas remunerações dos servidores, nos moldes do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Boa Saúde.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos legais a partir de 01 de julho de 2018.

Art. 3º. Revoga-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

THIAGO HENRIQUE BORGES DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Matrícula 122.339-9

Publicado por:
Thiago Henrique Borges de Medeiros
Código Identificador:E7EEC703

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 138/2018-GP DE 06 DE JULHO DE 2018.

REPUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 138/2018-GP de 06 de JULHO de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 78, incisos VII e X e na forma do Art. 34, inciso II, alínea "a", todos da Lei Orgânica do Município,

E, considerando o disposto no Art. 55 da Lei nº 9.784/99,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Sr. José Emerson Miguel da Silva, com CPF n. 015.266.134-41 do cargo em provimento de comissão de Coordenador Administrativo, vinculado à Secretaria Municipal de Administração de Bom Jesus/RN.

CLÉCIO DA CÂMARA AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nadson Talles Lins da Silva
Código Identificador:FD1AAAE8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 139/2018 - COMUNICO QUE A SRA. FRANCISCA ALVES DE ASSIS, COM CPF: 634.357.134-53, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA ENCONTRA-SE EM FÉRIAS COM INÍCIO PREVISTO PARA 03/07/2018 E COM TÉRMINO EM 02/08/2018.

PORTARIA Nº 139/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
FÉRIAS: FRANCISCA ALVES DE ASSIS

Comunico que a Sra. FRANCISCA ALVES DE ASSIS, com CPF: 634.357.134-53, Lotada na Secretaria Municipal de Agricultura encontra-se em FÉRIAS com início previsto para 03/07/2018 e com término em 02/08/2018.

.

Bom Jesus-RN, em 06 de Julho de 2018.

CARPEGIANE ALVES DE ASSIS
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Nadson Talles Lins da Silva
Código Identificador:4ECE1D87

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 141/2018 - COMUNICO QUE O SR. LITIÉCIO XAVIER DANTAS, COM MATRÍCULA: 0000.336-1, LOTADO NA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO, ENCONTRA-SE DE FÉRIAS COM INÍCIO PREVISTO PARA 04/07/2018 E COM TÉRMINO EM 06/08/2018.

PORTARIA Nº 141/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE FÉRIAS: LITIÉCIO XAVIER DANTAS

Comunico que o Sr. LITIÉCIO XAVIER DANTAS, com matrícula: 0000.336-1, Lotado na secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo, encontra-se de FÉRIAS com início previsto para 04/07/2018 e com término em 06/08/2018.

.

Bom Jesus-RN, em 05 de JULHO de 2018.

CARPEGIANE ALVES DE ASSIS
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Nadson Talles Lins da Silva
Código Identificador:AED36E0F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 140/2018 - CONCEDER UMA DIÁRIA A SRA. EDYANE CRISTINA DO NASCIMENTO SILVA, COM O CPF: 089.404.154-18, COM O OBJETIVO DE PARTICIPAR DOM TREINAMENTO NA "A HORA CERTA" PONTO ELETRÔNICO, REALIZADA NO DIA 04 DE JULHO DE 2018, EM NATAL/RN.

PORTARIA Nº 140/2018

O Prefeito Constitucional do Município de Bom Jesus, Estado do Rio Grande do Norte, no exercício do poder emanado pelo povo, e no uso de suas atribuições legais que o cargo lhe confere,

RESOLVE:

Conceder uma diária a Sra. EDYANE CRISTINA DO NASCIMENTO SILVA, com o CPF: 089.404.154-18, com o objetivo de participar dom TREINAMENTO NA "A HORA CERTA" PONTO ELETRÔNICO, realizada no dia 04 de Julho de 2018, em Natal/RN.

.

Bom Jesus-RN, em 06 de JULHO de 2018.

CLÉCIO DA CÂMARA AZEVEDO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Nadson Talles Lins da Silva
Código Identificador:B9692FFD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DISPENSA 014/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II , da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) PONTO A PONTO MAGAZINE LTDA-ME, referente à Aquisição de instumentos musicais para a banda de musica oficial do municipio de brejinho-rn.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). HELTON LUIZ DA SILVA DIAS, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

BREJINHO - RN, 22 de Junho de 2018

JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:262A6E1E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DE CREDENCIAMENTO E OUTROS ATOS - PP 012/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018

ATA DA SESSÃO DE CREDENCIAMENTO, APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DO PREGÃO ACIMA DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA COM ABRANGÊNCIA NOS SETORES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SAÚDE, EDUCAÇÃO, ESPORTE E OBRAS, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO.

Às 10h00min do dia 06 de julho do ano de dois mil e dezoito, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento - RN, reuniu-se o Pregoeiro devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal através da portaria de nº008/2017 e Comissão de Licitação portaria nº 079/2017, para recebimento da documentação de CREDENCIAMENTO, PROPOSTAS DE PREÇOS E HABILITAÇÃO do **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 012/2018**, referente LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA COM ABRANGÊNCIA NOS SETORES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SAÚDE, EDUCAÇÃO, ESPORTE E OBRAS, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO, de conformidade com os termos do Edital acima epigrafado.
Inicialmente o Pregoeiro passa a credenciar as empresas participantes do certame e seus representantes legais, atendendo a publicação compareceu a empresa: **SX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ: 12.192.887/0001-46,** aqui representada pela senhora Marcia Maria Dantas de Oliveira, CPF: 020.395.524-21 e ID: 1464822 - SSP/RN. Após o credenciamento da empresa licitante, passa-se para a fase de abertura do envelope de proposta e análise da mesma, após analise obteve-se os seguintes resultados:

EMPRESA / CNPJ	VALOR DA PROPOSTA (MENSAL)	VALOR DA PROPOSTA (EXTENSO)
SX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ: 12.192.887/0001-46	R$ 3.180,00	(Três mil, cento e oitenta reais).

Em ato contínuo o Pregoeiro abre a sessão para a realização dos lances verbais e negociação, e não havendo concorrência, inicia-se uma negociação com vistas a adquirir o preço mais acessível de forma consensual para ambas as parte, onde obteve-se os seguintes resultados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
01	LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA COM ABRANGÊNCIA NOS SETORES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SAÚDE, EDUCAÇÃO, ESPORTE E OBRAS, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO	MENSAL	12	R$ 3.000,00	R$ 36.000,00
VALOR TOTAL (GLOBAL)					**R$ 36.000,00**

Em seguida passa-se para abertura do envelope de habilitação da empresa: **SX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ: 12.192.887/0001-46.** Em ato contínuo, o pregoeiro suspendeu a sessão para uma análise minuciosa da supracitada documentação. O resultado será publicado no Diário Oficial dos Municípios.
Em seguida o pregoeiro faculta a palavra a todos os presentes e nada a registrar manda-se lavrar a presente ata em duas vias que vai assinada pelo Pregoeiro, Membros da CPL e licitante encerrando a presente sessão as 11:15hs.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 06 de julho de 2018.

GILVAN CACHINA BEZERRA JUNIOR
Pregoeiro

ANTONIO CARLOS VIANA BALBINO
Membro

MARCIA MARIA DANTAS DE OLIVEIRA
SX Comércio e Serviços LTDA ME

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Baubino
Código Identificador:1C789C97

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 060/2018

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 060/2018

PROC. LICITATÓRIO SMS N° 1807030001– DISPENSA N.º 042/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAICÓ; CONTRATADA: B.B. DE ARAÚJO - ME – CNPJ: 08.301.095/0001-95; OBJETO: Contratação Direta para aquisição de tecidos para serem utilizados no hospital do Seridó; MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO; VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias úteis contados da data de sua assinatura qual seja em 05 de julho de 2018. VALOR GLOBAL: R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

ROBSON DE ARAUJO
Pelo Contratante.

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:954DB92E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N°061/2018

TOMADA DE PREÇOS N° 006/2018 – PROC. ADMINIST. MC/RN N°1803160074

CONTRATANTE: Município de Caicó/RN; **CONTRATADA**: R & R SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA – ME, inscrita no CNPJ 19.164.710/0001-85; **OBJETO**: execução dos serviços de REFORMA DO GINÁSIO POLIESPORTIVO MANOEL TORRES; **VIGÊNCIA**: 05 de julho de 2018 a 05 de outubro de 2018; **VALOR GLOBAL**: R$ 99.762,38 (noventa e nove mil setecentos e sessenta e dois reais e trinta e oito centavos); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**:

SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES: 08.12.361.0014.0827.1044 – CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS ESPORTIVAS, ELEMENTOS DE DESPESA: 449051 – OBRAS E INSTALAÇÕES, FONTES: 01001, PERCENTUAL DE RECURSOS PRÓPRIOS – 100 %, PERCENTUAL DE RECURSOS FEDERAIS – 00 %; **SUBSCRITORES**: Robson de Araújo – pelo CONTRATANTE e R & R SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA – ME.

Caicó/RN, 04 de julho de 2018.

ROBSON DE ARAÚJO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thayze Fernanda Lopes e Silva
Código Identificador:1DEBEEC4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PP 042/2018 - REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO GRADATIVA DE SERVIÇOS DE LOCAÇÕES DE CAMINHÃO TOCO TRUCADO COM TANQUE PIPA E CAMINHÃO BOIADEIRO

LICITAÇÃO Nº PP 042/2018
OBJETO: Locações de caminhão toco trucado com tanque pipa e caminhão boiadeiro
MODALIDADE: Pregão Presencial

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.

Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a prática do mercado local.

Considerando, que não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes.

Considerando, finalmente o que preconizado o inciso XX, do artigo 4º, da Lei Federal nº. 10.520/2002.

ADJUDICO o presente procedimento em favor da (s) licitante (s):

L F DE OLIVEIRA LOCACOES – ME - CNPJ: 28.528.806/0001-76					
Código	Descrição	Unid	Quant	Preço	Total
451077	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BOIADEIRO 3/4 COM GAIOLA E RAMPA DE ACESSO AOS ANIMAIS, ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DE 2000, COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO (POR CONTA DO CONTRATADO). COMBUSTÍVEL CUSTEADO PELO CONTRATANTE.	DIA	360	278,00	100.080,00
451129	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TOCO/TRUCADO COM A PIPA, CAPACIDADE DE 10.000L, COM OPERADOR MANUTENÇÃO E SEM O LÍQUIDO. COMBUSTÍVEL CUSTEADO PELO CONTRATANTE, PARA ABASTECIMENTO DA ZONA RURAL E URBANA	DIA	360	278,00	100.080,00
451076	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TOCO/TRUCADO COM AS PIPAS, CAPACIDADE DE 9.000L, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO E SEM O LÍQUIDO. COMBUSTÍVEL CUSTEADO PELO CONTRATANTE, PARA ABASTECIMENTO DA ZONA RURAL E URBANA.	DIA	360	278,00	100.080,00
TOTAL DO FORNECEDOR - L F DE OLIVEIRA LOCACOES - ME					300.240,00

Valor Total da Contratação R$ 300.240,00 (Trezentos Mil e Duzentos e Quarenta Reais).

Encaminhe o processo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para deliberação superior.

Caicó/RN, 06 de julho de 2018.

ERIJACKSON WILLYK DE ARAÚJO
Pregoeiro

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:A88163D3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PP 042/2018 - REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO GRADATIVA DE SERVIÇOS DE LOCAÇÕES DE CAMINHÃO TOCO TRUCADO COM TANQUE PIPA E CAMINHÃO BOIADEIRO

LICITAÇÃO Nº PP 042/2018
OBJETO: Locações de caminhão toco trucado com tanque pipa e caminhão boiadeiro
MODALIDADE: Pregão Presencial

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando, os atos praticados pelo Pregoeiro do Município, conjuntamente com a Equipe de Apoio, inclusive a expedição do ato adjudicatório.

Considerando, o que prevê o texto legal elencado no inciso XXII, do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

HOMOLOGO o procedimento em favor da (s) licitante (s):

L F DE OLIVEIRA LOCACOES – ME - CNPJ: 28.528.806/0001-76					
Código	Descrição	Unid	Quant	Preço	Total
451077	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BOIADEIRO 3/4 COM GAIOLA E RAMPA DE ACESSO AOS ANIMAIS, ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DE 2000, COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO (POR CONTA DO CONTRATADO). COMBUSTÍVEL CUSTEADO PELO CONTRATANTE.	DIA	360	278,00	100.080,00
451129	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TOCO/TRUCADO COM A PIPA, CAPACIDADE DE 10.000L, COM OPERADOR MANUTENÇÃO E SEM O LÍQUIDO. COMBUSTÍVEL CUSTEADO PELO CONTRATANTE, PARA ABASTECIMENTO DA ZONA RURAL E URBANA	DIA	360	278,00	100.080,00
451076	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TOCO/TRUCADO COM AS PIPAS, CAPACIDADE DE 9.000L, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO E SEM O LÍQUIDO. COMBUSTÍVEL CUSTEADO PELO CONTRATANTE, PARA ABASTECIMENTO DA ZONA RURAL E URBANA.	DIA	360	278,00	100.080,00
TOTAL DO FORNECEDOR - L F DE OLIVEIRA LOCACOES - ME					300.240,00

Valor Total da Contratação R$ 300.240,00 (Trezentos Mil e Duzentos e Quarenta Reais)

CONVOQUEM-SE a(s) empresa(s) acima mencionada para a assinatura da ata de registro de preços.

Caicó/RN, 06 de julho de 2018.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:339AA94A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001-2018

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001/2018

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2017
INEXIGIBILIDADE N° 005/2017 – PROC. ADMINISTRATIVO SMS/ RN N° 1705040036

PROMITENTE CONTRATANTE: Município de Caicó – RN; PROMITENTE CONTRATADA: **CENTRO DE ANESTESIA DO SERIDÓ SOCIEDADE SIMPLES LTDA – ME,** inscrito **no CNPJ Nº 11.160.185/0001-18**; OBJETO: Prorrogação da vigência do Termo

de Credenciamento nº 005/2017, para o período de 06 de julho de 2018 a 06 de outubro de 2018, não havendo necessidade de acréscimo de quantitativo; DATA DE ASSINATURA: 06 de julho de 2018; SUBSCRITORES: Robson de Araújo – pelo Contratante e **CENTRO DE ANESTESIA DO SERIDÓ SOCIEDADE SIMPLES LTDA – ME,** – pelo Contratado.

Caicó(RN), 06 de julho de 2018

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:F3003F02

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 124/2018 - GP.

Portaria nº 124/2018 - GP.

Nomeia Comissão de Processo Administrativo Disciplinar do Município de Canguaretama/RN e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CANGUARETAMA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONSTITUIR Comissão de Processo Administrativo Disciplinar do Município de Canguaretama/RN, com o objetivo de apurar possível infração aos artigos 168 e seguintes, com penalidade prevista no 307, inciso XVI da Lei Complementar n° 002/2006 de 26 de junho de 2006 que Dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Indireta e Fundações Públicas do Município de Canguaretama, e dá Outras Providências – pela servidora SEVERINA BORGES DA COSTA SILVA, matrícula 90-3, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura na função de Secretária Escolar, com as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório.

Artigo 2º - Designar, para compor a referida comissão, os agentes, ERICO EMANOEL DANTAS CRUZ, advogado, matrícula 0050, ANA MARIA PEREIRA DE PAIVA, Professora, matricula 662 e JOÃO BATISTA DA SILVA, brasileiro, professor, matrícula 1368-1, sob a presidência do primeiro.

Artigo 3° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Dê-se Ciência.

Gabinete da Prefeita, Canguaretama/RN, em 09 de julho de 2018.

MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO.
Prefeita

Publicado por:
Luis Felipe de Medeiros
Código Identificador:A72EBE90

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 125/2018- GP.

Portaria nº 125/2018- GP.

Substituir Membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar do Município de Canguaretama/RN e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CANGUARETAMA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar ANA MARIA PEREIRA DE PAIVA, Professora, matrícula 662, para, em substituição ao membro ÉRIKA FERNANDES BONDADE, Agente administrativo, matrícula nº 11, compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 288, de 11 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial do Município (D.O.M.) nº 1623, de 17 de outubro de 2017, referente ao Processo nº 08/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Dê-se Ciência.

Gabinete da Prefeita, Canguaretama/RN, em 09 de julho de 2018.

MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO.
Prefeita

Publicado por:
Luis Felipe de Medeiros
Código Identificador:C0682D5D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 024/2018, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23020004/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA BANDA JOAQUIM AMÂNCIO DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN. AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO DESTE PREGÃO ESTÃO CONTIDAS NO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Considerando o que dispõe a Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores.

Considerando ainda os autos do processo licitatório referente ao Pregão Presencial SRP nº 024/2018 – Processo Administrativo nº 23020004/2018, encaminhado pelo Pregoeiro Oficial do Município.

Considerando o parecer jurídico expedido pelo procurador geral do município relativo ao processo epigrafo.

Considerando que não fora demonstrado intenção de recurso quanto aos atos praticados pelo Pregoeiro Municipal.

Com base nas informações apresentadas, **HOMOLOGO** o presente procedimento de licitação, que apresentou como vencedoras as empresas:

EMPRESA	ITENS	VALOR TOTAL R$
QUASAR BRASIL INSTRUMENTOS MUSICAIS EIRELI – ME, CNPJ Nº: 28.453.974/0001-40.	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18.	48.548,00.
VALOR TOTAL GLOBAL (R$):		R$ 48.548,00.

Dê-se ciência e
Cumpra-se.

Caraúbas/RN, 06 de julho de 2018.

ANTONIO ALVES DA SILVA
Prefeito do Município de Caraúbas/RN.

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:CA3D67DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 024/2018, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23020004/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA BANDA JOAQUIM AMÂNCIO DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN. AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO DESTE PREGÃO ESTÃO CONTIDAS NO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Na qualidade de Pregoeiro Oficial do Município de Caraúbas/RN, nomeado pela Portaria Nº 004/2018, no uso de minhas atribuições legais,

Considerando,o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.

Considerando,que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a prática do mercado local.

Considerando,que não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes.

Considerando,finalmente que preconizado no inciso XX, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

Com base nas informações apresentadas, **ADJUDICO** o presente procedimento de licitação, que apresentou como vencedoras do processo licitatório em tela as empresas: **KUBITICHEK & NOGUEIRA LTDA – ME; CNPJ: 14.909.605/0001-04.**

EMPRESA	ITENS	VALOR TOTAL R$
QUASAR BRASIL INSTRUMENTOS MUSICAIS EIRELI – ME, CNPJ Nº: 28.453.974/0001-40.	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18.	48.548,00.
VALOR TOTAL GLOBAL (R$):		**R$ 48.548,00.**

Dê-se ciência e
Cumpra-se.

Caraúbas, 06 de julho de 2018.

GIRLEUDO GOMES DA SILVA
Pregoeiro do Município de Caraúbas/RN.

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:FCFA227A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/2015

EXTRATO 10º TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 001/2015
Contratante: Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN, CNPJ/MF n.º 10.292.556/0001-52 - Contratada: HB CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CPF (MF) sob n.º 09.599.581/0001-02 **- Da prorrogação do prazo: O presente instrumento tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato nº 001/2015, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO de Empresa com serviços de pavimentação, devendo o presente termo ter sua vigência a partir da data de 04 de maio a 05 de setembro de 2018 e valor de R$ 39.678,91 (trinta e nove mil, seiscentos e setenta e oito mil e noventa e um centavos).**

06 de julho de 2018.

GILSON DANTAS DE OLIVEIRA
Contratante

JOSÉ HUMBERTO DANTAS DE MEDEIROS
Contratado

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:6A278DEE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 02/2017 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Decreto nº 02/2017 Secretaria Municipal de Finanças

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares ao orçamento corrente, e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Coronel Ezequiel/RN, no uso de suas atribuições definidas pela Lei Orgânica Municipal, conjugada com a Lei Orçamentária Anula de 2017.

D e c r e t a:

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Municipal do ano corrente, instituído pela Lei Municipal nº 465/2016, de 22 de dezembro de 2016, crédito adicional suplementar no valor de R$ 84.206,56 (Oitenta e quatro mil, duzentos e seis reais e cinquenta e seis centavos), destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme ação/natureza especificadas na tabela I em anexo.

Art. 2º - Servirá como fonte de anulação para o crédito especificado no art. 1º deste Decreto, a anulação parcial de dotação especificada na tabela II em anexo, conforme previsão legal no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Em, 01 de Fevereiro de 2017

CLAUDIO MARQUES DE MACEDO
Prefeito do Município de Coronel Ezequiel

Tabela I – Ação/Natureza e Dotação a ser reforçada

Unidade	02	Gabinete do Prefeito
Função	04	Administração
Sub-função	122	Administração Geral
Ação	2002	Manutenção e funcio. Do Gabinete do Prefeito
Natureza	3.3.90.39	Outros Serviços de Ter. Pessoa jurídica
Valor	-	R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)

Unidade	12	Secretaria Mun. de Cultura e Turismo
Função	13	Cultural
Sub-função	392	Difusão Cultural
Ação	2029	Apoio a Eventos Socio Culturais
Natureza	3.3.90.39	Outros Serviços de Ter. Pessoa jurídica
Valor	-	R$ 24.206,56 (Vinte e quatro mil, duzentos e seis reais e cinquenta e seis centavos)

Tabela II – Ação/Natureza e Dotação a ser anulada

Unidade	05	Secretaria Mun. de Agricultura de Abastecimento
Função	20	Agricultura
Sub-função	606	Extensão Rural

Ação	1007	Construção de Cobertura de Banheiros
Natureza	4.4.90.52	Equip. Material Permanente
Valor	-	R$ 67.475,42 (Sessenta e sete mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos)

Unidade	0801	Secretaria Mun. de Agricultura de Abastecimento
Função	10	Saúde
Sub-função	301	Atenção Básica
Ação	1019	Ampl. Reforma e reequi. De Post. E Unidade Básica de Saúde
Natureza	4.4.90.52	Equip. Material Permanentes
Valor	-	R$ 16.731,14(Dezesseis mil, setecentos e trinta e um reais e catorze centavos)

Em, 01 de Fevereiro de 2017

CLAUDIO MARQUES DE MACÊDO
Prefeito do Município de Coronel Ezequiel

Publicado por:
Talita Dias da Costa
Código Identificador:7C838020

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 069/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DO MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município, nos termos do Art. 84 da Lei n.º 15/2001.

R E S O L V E:

Art. 1º. Concede 30 (trinta) dias de férias ao servidor **JOSÉ SALES MOREIRA FELIX**, ocupante do cargo de Gari pertencente ao quadro de provimento efetivo do Município, estando lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Obras, Viação e Transporte.
Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo do ano de 2017, as quais serão usufruídas entre os dias 09 de julho de 2018 e 08 de agosto de 2018, devendo retornar ao exercício de suas funções no dia 09 de agosto de 2018.
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Coronel João Pessoa/RN, 06 de julho de 2018.

ANTÔNIO LOPES FILHO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Andreia Nataliana Carvalho de Amorim
Código Identificador:C433AAA9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTAS TP 010/2018

A Prefeitura Municipal de Cruzeta/RN, por meio da Comissão Permanente de Licitação, vem tornar público a realização de sessão de abertura de propostas da licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS N° 010/2018, tendo como objeto a Construção de uma ciclovia à margem da BR 288, Novo Horizonte, Cruzeta/RN, ficando CONVOCADAS as seguintes empresas: CONSTRUTORA ALICERCE LTDA EPP e JOMT EMPREENDIMENTOS LTDA ME, que foram consideradas HABILITADAS para comparecerem no dia 11 de julho de 2018 às 08:30.

Cruzeta/RN, 06 de julho de 2018.

A COMISSÃO.

Publicado por:
Joseane Silva de Azevedo
Código Identificador:D174B980

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PP 038/2018

O Fundo Municipal de Saúde de Cruzeta/RN, por meio de sua Pregoeira e Equipe de apoio, vem tornar pública a realização de licitação do Processo nº 089/2018 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N° 038/2018, tendo como objeto o Registro de preços para eventual e futura aquisição de medicamentos de uso hospitalar que se realizará no dia 20/07/2018 às 08:00 h. O edital encontra-se a disposição dos interessados na sede da Prefeitura.

Cruzeta/RN, 06 de julho de 2018.

JOSEANE SILVA DE AZEVEDO
Pregoeira.

Publicado por:
Joseane Silva de Azevedo
Código Identificador:15E431DB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO PE 002/2018

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Cruzeta/RN, vem tornar pública a adjudicação do PROCESSO N° 070/2018-PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2018, tendo como objeto: **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR**, em favor do licitante **APFORM INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA** nos itens 01 ao 05, totalizando um valor de **R$ 161.589,00**.

Cruzeta/RN, 06 de julho de 2018

JOSEANE SILVA DE AZEVEDO
Pregoeira

Publicado por:
Joseane Silva de Azevedo
Código Identificador:517E4CB1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PE 002/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Cruzeta/RN, vem tornar pública a homologação do PROCESSO N° 070/2018-PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2018, tendo como objeto: **Registro de Preços para possível aquisição de material de consumo, descartáveis, cozinha e de limpeza**, **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR**, em favor do licitante **APFORM INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA**. Perfazendo um total de R$ **161.589,00.**

Cruzeta/RN, 06 de julho de 2018.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joseane Silva de Azevedo
Código Identificador:89DD6873

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO PP 032/2018

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Cruzeta/RN, vem tornar pública a adjudicação do PROCESSO N° 079/2018-PREGÃO PRESENCIAL

N° 032/2018, em favor dos licitantes CRM COMERCIAL LTDA nos itens 16, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 41, 46, 51, 52, 53, 54, 58, 64, 65, 66, 68, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 100, 106, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128 e 129 perfazendo um valor de R$ 41.239, 18, RDF – DISTIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA nos itens 02, 03, 05, 12, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 40, 47, 49, 57, 67, 71, 72, 73, 80, 92, 93, 94, 103, 107, 108, 109, 110, 135 e 136, perfazendo um valor de R$ 24.05, 98, NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI nos itens 01, 04, 13, 15, 25, 34, 48, 50, 59, 75, 76, 90, 91, 95, 96, 102, 105, 111, 112, 113, 114, 130, 132 e 134, perfazendo um valor de R$ 60.386, 65, FP COMERCIO E SERVIÇOS nos itens 10, 117, 131 e 138, LUCIANO L DA SILVA nos itens 06, 07, 08, 09, 14, 61, 88, 89 e 101, perfazendo um valor de R$ 78.959, 30 e PHOSPODONT LTDA nos itens 11, 17, 19, 33, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 55, 56, 60, 62, 63, 69, 70, 74, 81, 87, 97, 98, 99, 104 e 133 perfazendo um valor de R$ 17.811, 92. Totalizando um valor global de R$ 249.253, 03.

Cruzeta/RN, 26 de junho de 2018

JOSEANE SILVA DE AZEVEDO
Pregoeira

Publicado por:
Joseane Silva de Azevedo
Código Identificador:CF65D3A7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PP 032/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Cruzeta/RN, vem tornar pública a homologação do PROCESSO N° 079/2018-PREGÃO PRESENCIAL N° 032/2018, tendo como objeto: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de insumos hospitalares, em favor dos licitantes CRM COMERCIAL LTDA perfazendo um valor de R$ 41.239,18, RDF – DISTIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA perfazendo um valor de R$ 24.05,98, NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI perfazendo um valor de R$ 60.386,65, FP COMERCIO E SERVIÇOS perfazendo um valor de R$ 78.959,30 e PHOSPODONT LTDA perfazendo um valor de R$ 17.811,92. Totalizando um valor global de R$ 249.253,03.

Cruzeta/RN, 26 de junho de 2018

DÉBORA JULIANE MEDEIROS DE GÓES
Sec/gestora doFundo Municipal de Saúde

Publicado por:
Joseane Silva de Azevedo
Código Identificador:E85BB71A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 101/2018-GP

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA**, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 65, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com os artigos Nº 83º, 84º, 85º da Lei Complementar Municipal Nº 02/92, alterada pela Lei Complementar N° 02-A de 10 de Julho 1995,

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 55/2018 e o Parecer Jurídico proferido pela Procuradoria-Geral do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Prêmio à servidora **NADETE CLAUDINO DA SILVA VITAL**, matrícula nº 432-1, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Diversos, Ref. 04-A, do Quadro Efetivo deste Município, por 03 (três) meses, pelo período de 09/07/2018 a 09/10/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Cruzeta(RN), em 06 de julho de 2018.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araujo
Código Identificador:A1D6E079

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 098/2018-GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 65, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1° - Designar a servidora **HILKA TERESA CARDOSO DA COSTA**, matrícula 3011-2, Coordenadora de Apoio Administrativo, para responder pelo cargo de Secretário Municipal de Administração e de Tributação desta Prefeitura, até ulterior deliberação, em virtude de férias do Titular **PAULO CÉSAR RODRIGUES DE ARAÚJO**, matrícula 444-1, no período de 03 de julho a 02 de agosto de 2018.
Parágrafo único.A substituição de que trata o caput do artigo anterior é decorrente de férias regulamentares do substituído e perdurará até que o mesmo retorne as suas atividades normais.
Art. 2ºO substituto não fará jus ao recebimento durante a substituição, do subsídio correspondente ao cargo do substituído.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Cruzeta (RN), em 03 de julho de 2018.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araujo
Código Identificador:C121E60A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

Assunto: Necessidade de quebra de ordem cronológica de despesa liquidada
Credor: JOSILANE A DA SILVA ME , inscrito no CNPJ:13.266.536/0001-03
Objeto: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.
Liquidação :631/2018, 632/2018, 633/2018, 634/2018, 635/2018, 188/2018, 186/2018, 187/2018 .
Considerando as razões de interesse público para pagamento de obrigação – Art. 5º da Lei 8.666/93 – e sua imprescindibilidade para a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos pertencentes à Prefeitura Municipal de Cruzeta(RN), especialmente os utilizados para atendimento de demandas oriundas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e serviços urbanos, Secretaria Municipal de Agricultura meio ambiente e pesca e ainda da Secretaria municipal de Educação, cultura e esporte considerando a possibilidade de grandes prejuízos, caso haja suspensão no fornecimento do objeto do presente pagamento;
Considerando a necessidade de manutenção do fornecimento para atendimento de serviços essenciais e continuados, sobretudo os que possuem vinculação direta com a atividade fim do Poder Executivo Municipal em diversas áreas, em especial na infraestrutura, agricultura e educação , que não podem sofrer soluções de continuidade ou

mesmo terem execução prejudicada, sob pena de prejuízo aos munícipes;
Considerando o comando do Art. 5º da Lei 8.666/93, que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando o que reza o Art. 15, inciso V da Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;
Considerando, enfim, a relevância do interesse público requerido e a necessidade de manter o fornecimento do serviço acima citado, justifico a quebra cronológica da liquidação de despesas em caráter excepcional, recepcionado pelo Art. 5º da Lei 8.666/93, a fim de se evitar a suspensão do serviço.
Pelas razões expostas, autorizo o pagamento das**Notas Fiscais de nº 20, 477, 25, 480, 23, 479, 26, 482, 469, 19, 476, 22, 473, 21, 478** liquidadas em**03/07/2018,** totalizando um valor de**R$ 29.438,83 (vinte e nove mil quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta e três centavos).**

Cruzeta/RN, 06 de julho de 2018.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Larissa Dantas de Assunção
Código Identificador:A725FD83

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

Assunto: Necessidade de quebra de ordem cronológica de despesa liquidada
Credor: JOSILANE A DA SILVA ME , inscrito no CNPJ:13.266.536/0001-03
Objeto: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.
Notas de Liquidação: 767, 774 ,777 ,778 e 779/2018.
Considerando as razões de interesse público para pagamento de obrigação – Art. 5º da Lei 8.666/93 – e sua imprescindibilidade para a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde de Cruzeta(RN), especialmente os utilizados para atendimento de demandas oriundas da Secretaria Municipal de Saúde (ambulância, transporte de pacientes para exames, consultas e tratamentos)
Considerando a possibilidade de grandes prejuízos, caso haja suspensão no fornecimento do objeto do presente pagamento;
Considerando a necessidade de manutenção do fornecimento para atendimento de serviços essenciais e continuados, sobretudo os que possuem vinculação direta com a atividade fim do Poder Executivo Municipal em diversas áreas, em especial na saúde e educação, que não podem sofrer soluções de continuidade ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de prejuízo aos munícipes;
Considerando o comando do Art. 5º da Lei 8.666/93, que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando o que reza o Art. 15, inciso V da Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;
Considerando, enfim, a relevância do interesse público requerido e a necessidade de manter o fornecimento do serviço acima citado, justifico a quebra cronológica da liquidação de despesas em caráter excepcional, recepcionado pelo Art. 5º da Lei 8.666/93, a fim de se evitar a suspensão do serviço.
Pelas razões expostas, autorizo o pagamento das**Notas Fiscais de nº 471, 472, 473, 474 e 470** liquidadas em**03/07/2018** totalizando um valor de**R$ 4.951,84 (Quatro mil, novecentos e cinquenta e hum reais e oitenta e quatro centavos).**

Cruzeta/RN, 06 de Julho de 2018.

DEBORA JULIANE MEDEIROS DE GOES
Secretária de Saúde

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Larissa Dantas de Assunção
Código Identificador:B39A24D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

Assunto: Necessidade de quebra de ordem cronológica de despesa liquidada
Credor: ALEX SILVANO FERREIRA DANTAS EPP, inscrito no CNPJ:04.567.761/0001-80
Objeto: Fornecimento de Combustível
Notas de Liquidação: 205/2018, 206/2018, 660/2018, 661/2018, 662/2018, 663/2018, 664/2018, 665/2018, 196/2018, 197/2018, 198/2018, 199/2018, 200/2018, 201/2018.
Considerando as razões de interesse público para pagamento de obrigação – Art. 5º da Lei 8.666/93 – e sua imprescindibilidade para a manutenção do abastecimento da frota de veículos pertencentes à Prefeitura Municipal de Cruzeta(RN), especialmente os utilizados para atendimento de demandas oriundas da Municipal de Saúde (ambulância, transporte de pacientes para exames, consultas e tratamentos), e da Secretaria Municipal de Educação (transporte escolar);
Considerando a possibilidade de grandes prejuízos, caso haja suspensão no fornecimento do objeto do presente pagamento;
Considerando a necessidade de manutenção do fornecimento para atendimento de serviços essenciais e continuados, sobretudo os que possuem vinculação direta com a atividade fim do Poder Executivo Municipal em diversas áreas, em especial na saúde e educação, que não podem sofrer soluções de continuidade ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de prejuízo aos munícipes;
Considerando o comando do Art. 5º da Lei 8.666/93, que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando o que reza o Art. 15, inciso V da Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;
Considerando, enfim, a relevância do interesse público requerido e a necessidade de manter o fornecimento de combustível, justifico a quebra cronológica da liquidação de despesas em caráter excepcional, recepcionado pelo Art. 5º da Lei 8.666/93, a fim de se evitar a suspensão do serviço.
Pelas razões expostas, autorizo o pagamento das**Notas Fiscais de nº 1976, 1970, 1966, 1968, 1967, 1969, 1972, 1971, 1977, 1964, 1965, 1974, 1975, 1973** liquidadas em**06/07/2018**, totalizando um valor de**R$ 38.894,89 Trinta e Oito mil, Oitocentos e noventa e quatro reais e oitenta e nove Centavos.)**

Cruzeta/RN, 06 de julho de 2018.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Larissa Dantas de Assunção
Código Identificador:56E74DDB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DA ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E RECEBIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS – TOMADA DE PREÇO Nº 004/2018

No dia 05 (cinco) do mês de julho do ano de 2018, às 08h00min, na Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, situada à Rua Abílio Chacon, 346, Andar Superior do SESI, Sala I – JK – Currais Novos/RN, reuniram-se os membros efetivos da Comissão Permanente de Licitação, constituída através da Portaria nº 2347, de 29 de setembro de 2017, para dar início à sessão pública referente ao Processo Licitatório Tomada de Preço nº 004/2018, visando à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL, PARA EXECUTAR RECOMPOSIÇÃO DA BARRAGEM NA COMUNIDADE MALHADA LIMPA,** na Zona Rural desta cidade. Dando início aos trabalhos, a presidente declarou aberta a sessão pública, sendo verificada a presença das empresas interessadas: JUDSON G. DA SILVA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI ME, CNPJ 08.838.881/0001-26, CONSTRUTORA CRISTAL LTDA, CNPJ 24.289.118/0001-40 e TLL SERVIÇOS LTDA, CNPJ 12.272.630/0001-02. A empresa G T A CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 05.487.212/0001-69 se limitou a entregar o envelope nº 1 de habilitação e envelope nº 2 das propostas de preços devidamente lacrados e não ficou para participar da sessão de abertura dos envelopes de habilitação. As empresas ENGEMAQ LOCAÇÃO E SERVIÇOS TECNICOS LTDA, CNPJ 05.831.917/0001-51 e ENGEMAX CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA EIRELI, CNPJ 18.716.666/0001-06 fizeram a entrega dos envelopes nº 1 de habilitação e envelopes nº 2 das propostas de preços devidamente lacrados na sede da CPL e foi lhes entregue uma declaração de recebimento dos envelopes. Dessa forma, não participando da sessão de abertura de envelopes de habilitação. Conseguinte, a Presidente passou os envelopes para rubricas nos lacres pelos membros da comissão e demais participantes e abriu os envelopes nº 01 dos documentos de habilitação de todas as empresas. Após análise da habilitação foram entregues os envelopes nº 1 para o visto de todos os participantes. A licitante CONSTRUTORA CRISTAL LTDA citou que a ENGEMAX CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA EIRELI apresentou o comprovante estadual vencido, que o acervo não é compatível com o objeto, que não foi apresentada a Declaração de menor, que não apresentou a Certidão Simplificada, que não apresentou a Declaração de Visitação aos Locais das Obras ou a Declaração de Renúncia da Visita Técnica como também a garantia da proposta; mencionou que o CNAE da empresa JUDSON G. DA SILVA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI ME não é compatível com a atividade econômica do objeto desta Tomada de Preços como também o acervo técnico não é compatível; citou ainda que a empresa G T A CONSTRUÇÕES LTDA não apresentou o ato constitutivo, que o acervo técnico não é compatível com o objeto desta Tomada de Preços, que a certidão simplificada se encontra vencida e que apresentou a declaração de elaboração da proposta junto com os documentos de habilitação; citou que a empresa TLL SERVIÇOS LTDA não apresentou o ato constitutivo, que o endereço da certidão do FGTS não corresponde com a do cartão de CNPJ, que o balanço patrimonial não foi registrado na Junta Comercial e que não apresentou a capacitação técnico-operacional em nome da empresa; alegou que a empresa ENGEMAQ LOCAÇÃO E SERVIÇOS TECNICOS LTDA não apresentou o comprovante de pagamento da garantia da proposta e o acervo não é compatível com o objeto da Tomada de Preços. A licitante JUDSON G. DA SILVA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI ME alegou que o comprovante de pagamento das empresas CONSTRUTORA CRISTAL LTDA e G T A CONSTRUÇÕES LTDA não estão autenticados. A licitante TLL SERVIÇOS LTDA declarou não ter nada a alegar. Nada mais havendo a constar, a Comissão Permanente de Licitação decidiu suspender a sessão para analisar todas as alegações a fim de julgar a habilitação que será divulgada logo após.

Currais Novos/RN, 05 de julho de 2018.

ANDREA TITO DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:FE8E943C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 01.02/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS
Contratada: LINS E GUIMARÃES ENGENHARIA LTDA ME
Processo: 128/2018 – **Tomada de Preço -** 002/2018
Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de obras de engenharia civil com a finalidade de executar obra de reforma e ampliação de postos de saúde
VALOR TOTAL: R$ 160.339,09 (cento e sessenta mil, trezentos e trinta e nove reais e nove centavos)
PERÍODO DE VIGÊNCIA: 26/06/2018 à 22/12/2018

Currais Novos, 26 de junho de 2018

ODON OLIVEIRA DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:43A4C278

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA CHAMADA PUBLICA Nº 01/2018 PARA O CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM FISIOTERAPIA

A Comissão Permanente de Licitação do Munícipio de Currais Novos/RN, formalmente designada pela Portaria nº 2347, de 29 de setembro de 2017, dá publicidade ao resultado do julgamento da habilitação da Chamada Pública nº 01/2018 para credenciar empresas especializadas em fisioterapia realizada no dia 27 de junho de 2018, às 09:00 horas, na sede da CPL.

I – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação torna pública a todos os interessados que na Licitação na modalidade Chamada Pública nº 01/2018, tendo como objeto o Credenciamento de Empresas Especializadas em Fisioterapia, após análise detalhada da documentação apresentada pelas empresas participantes, a Comissão julgou **HABILITADOS** os licitantes: **FISIOCLÍNICA DE CURRAIS NOVOS** – CNPJ: 35.305.87/0001-00; **DANIELLE SURAMMA DE M MEDEIROS ME** – CNPJ: 13.283.935/0001-74; **POLIFISIO FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA ME** – CNPJ: 19.923.714/0001-08 e **JARDELINE DE OLIVEIRA BRAGA ME** – CNPJ: 21.941.960/0001-26 por cumprirem com todos os critérios e exigências definidos no edital. E sendo **INABILITADOS** os licitantes: **CLÍNICA ESPAÇO VIVA LTDA** – CNPJ: 22.336.511/0001-11 e **REVITALLE CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E PILATES LTDA** – CNPJ: 27.026.492/0001-40 por não apresentarem o Alvará de Licença de Funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária Estadual conforme a letra "e" do subitem 5.4 do Edital. A Comissão de Licitação informa aos representantes das empresas supracitadas que, transcorrido o prazo recursal de 03 (três) dias úteis contando da sua publicação, proceder-se-á a publicação de uma nova data para a abertura dos envelopes contendo a proposta das empresas habilitadas na sede da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Abílio Chacon, 346, Andar Superior do SESI, Sala I – JK – Currais Novos/RN.

Currais Novos/RN, 03 de julho de 2018

ANDREA TITO DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

*Republicado por incorreção

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:98968C10

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 958, DE 04 DE JULHO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Currais Novos e Lei Complementar nº 007, de 15 de dezembro de 2006, e,

Considerando o teor do Processo nº 6.621/2018, de autoria do servidor abaixo mencionado;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar, a partir desta data, a vacância do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, do Quadro de Provimento Efetivo do Município de Currais Novos/RN, ocupado pela servidora **Ana Isabel Dantas de Oliveira**, matrícula 2754-2, em razão de posse em outro cargo público inacumulável, nos termos do artigo 43, inciso VI da Lei Complementar Municipal nº 07, de 15 de dezembro de 2006 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 04 de julho de 2018.

ODON OLIVEIRA DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:A62522A8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4755, DE 05 DE JULHO DE 2018.

Exonera a pedido, a servidora Margarida Leonardo Silva de Alcântara, do cargo de Secretária Escolar.

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conforme artigo 56, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e,
Considerando os artigos 44, Parágrafo Único, e artigo 192 da Lei Complementar nº 007, de 15 de dezembro de 2006, e tendo em vista o que consta no Protocolo nº 7.206/2018,
RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a servidora **Margarida Leonardo Silva de Alcântara**, matrícula nº 2517-1, do cargo efetivo de Secretária Escolar, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, integrante do Quadro de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Currais Novos.

Parágrafo único. Fica determinada a vacância do cargo mencionado no *caput* deste artigo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de julho de 2018.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 05 de julho de 2018.

ODON OLIVEIRA DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:EF96B6CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 165/2018 PROCESSO PMCN/RN N° 2599/2018

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível, com fundamento no art. 25, inciso II, da Lei Federal n° 8.666/93, a contratação do(a) Sr(a). GABRIELA MEDEIROS CALAÇA, CPF: 060.760.244-96, para prestação de serviço de ADMINISTRADORA, no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no período de 02 de junho de 2018 a 31 de dezembro de 2018, com valor mensal de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 6509/2018 pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Currais Novos, 29 de junho de 2018.

ODON OLIVEIRA DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:007A3C26

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO TOMADA DE PREÇOS 004/2018

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 004/2018 – TP
O Município de Encanto, através da Prefeitura Municipal de Encanto, torna público que às 09h00min do dia 31/07/2018, fará realizar licitação na modalidade Tomada de preços Nº 004/2018, tipo Menor preço global, para Contratação da prestação de serviços de engenharia civil de drenagem superficial com pavimentação em paralelepípedos da Rua Antônio Juvenal de Souza, Rua Antônia Izabela R. de Oliveira, Rua Projetada 01, Rua Projetada 02, Rua da Comunidade Terra Boa Trecho 01, Rua da Comunidade Terra Boa Trecho 02 e Rua da Comunidade Terra Boa Trecho 03 no Município de Encanto-RN de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na Rua Umbelino Granjeiro, 17 – Centro – Cidade de Encanto-RN-Prefeitura Municipal de Encanto - RN.
O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Rua Umbelino Granjeiro, 17 – Centro – Cidade de Encanto-RN, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente das 08:00 à 13:00.

Encanto/RN, 06 de julho de 2018

MARIA LUCIGLEICE ALVES DE OLIVEIRA
Presidente - CPL

Publicado por:
Maria Lucigleice Alves de Oliveira
Código Identificador:FBF05E62

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 015/2018

PROCESSO Nº 12060001/18.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DEPREÇOS Nº 015/2018
Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. HAROLDO FERREIRA DE MORAIS, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Presencial nº 015/2018. RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO. Objeto: registro de preços para eventual aquisição de combustíveis, na complementação de abastecimentos das viagens administrativas de volta a partir da cidade de Natal/RN, destinados à frota de veículos pertencentes à Prefeitura Municipal de Felipe Guerra e os sob a sua responsabilidade, através das unidades administrativas da prefeitura municipal de Felipe Guerra-RN, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Anexo I(Termo de Referencia). Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018. Homologado para: M. B. COMÉRCIO E DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI - CNPJ: 08.345.698/0001-99, vencedora dos itens nº 01 e 02, totalizando o valor R$ 96.060,00 (noventa e seis mil e sessenta reais).

Felipe Guerra - RN. 05 de julho de 2018.

HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Francisca Pereira da Silva Neta
Código Identificador:905E4039

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AVISO CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12060001/18.
OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de combustíveis, na complementação de abastecimentos das viagens administrativas de volta a partir da cidade de Natal/RN, destinados à frota de veículos pertencentes à Prefeitura Municipal de Felipe Guerra e os sob a sua responsabilidade, através das unidades administrativas da prefeitura municipal de Felipe Guerra-RN, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Anexo I(Termo de Referencia).

A Prefeitura Municipal de Felipe Guerra do Estado do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ/MF nº 08.349.086/0001-74, através da secretaria municipal de Administração e Recursos Humanos torna público que, **CONVOCA** o licitante classificado, **M. B. COMÉRCIO E DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI - CNPJ: 08.345.698/0001-99**, classificado no certame, que compareça a prefeitura municipal de Felipe Guerra-RN no **prazo de cinco dias úteis** contados da data da convocação, para proceder à assinatura da Ata de registro de preços, o prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador. No caso o licitante vencedor, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações previstas no Edital e seus Anexos, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada à ordem de classificação, para, depois de feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar a Ata. A proposta final (readequada) do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada.

Felipe Guerra/RN, 06 de julho de 2018.

ANTÔNIO HERÔNILDO LEITE
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Antonio Heronildo Leite
Código Identificador:93CEB42B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO- PROCESSO: 0107001/2018

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0107001/2018
Objeto:. Aquisição de gasolina comum
Contratado: Posto De Combustivel N.S Aparecida LTDA - EPP (04.385.537/0001-78)
Valor Total Julgado: R$ 21.903,16
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Tainã Soares Tomaz
Código Identificador:3F099A85

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO: 0106058/2018

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0106058/2018
Objeto:. Contratação de prestador de serviços de viagens com pessoas carentes para tratamento de saúde em Pau dos Ferrosl/RN
Contratado: CEILDO LEITE DE OLIVEIRA (044.124.284-78)
Valor Total Julgado: R$ 294,73
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Tainã Soares Tomaz
Código Identificador:7CE6AC1B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0106059/2018

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0106059/2018
Objeto:. Serviço de Preenchimento de Tonner para a Secretaria Municipal de Saúde.
Contratado: DAMIÃO RODRIGUES DA SILVA (079.647.884-85)
Valor Total Julgado: R$ 868,42
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Tainã Soares Tomaz
Código Identificador:C4400182

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO -PROCESSO: 0106060/2018

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0106060/2018

Objeto:. Aquisição de Costela de Boi Destinado ao Hospital Severina Carlos de Andrade.

Contratado: Manoel Rosa da Silva (008.269.178-95)
Valor Total Julgado: R$ 1.260,00
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Tainã Soares Tomaz
Código Identificador:D9C04DE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO -PROCESSO: 0106061/2018

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0106061/2018
Objeto:. Serviços de fornecimento de pães para o hospital maternidade Severina Carlos de Andrade.
Contratado: HOMERO LEITE DA SILVA (036.452.634-38)
Valor Total Julgado: R$ 368,42
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Tainã Soares Tomaz
Código Identificador:3CBC7787

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO -PROCESSO: 0106062/2018

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0106062/2018
Objeto:. Contratação de prestador de serviços de viagens com pessoas carentes para tratamento de saúde em Mossorol/RN
Contratado: Pedro Henrique Miranda (101.959.924-31)
Valor Total Julgado: R$ 1.423,36
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Tainã Soares Tomaz
Código Identificador:E5061019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO -PROCESSO: 0106063/2018

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0106063/2018
Objeto:. Serviço de Retoques e Pinturas do Posto de Saúde do Sitio Logradouro.
Contratado: Lairton Câmara de Oliveira (593.287.544-53)
Valor Total Julgado: R$ 516,00
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Tainã Soares Tomaz
Código Identificador:F770F2DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO- PROCESSO: 0106064/2018

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0106064/2018
Objeto:. Aquisição de Costela de Boi Destinado a Escola Municipal Ernesto Ferreira.
Contratado: LUIZ FREIRE DE OLIVEIRA (143.873.874-91)
Valor Total Julgado: R$ 1.320,00
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Tainã Soares Tomaz
Código Identificador:8D23FC61

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO- PROCESSO: 0106065/2018

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0106065/2018
Objeto:. Contratação de Serviços de Manutenção e Troca de Óleo dos Onibus Escolares Pertencentes a Secretaria Municipal de Educação.
Contratado: Rubivan Leite Da Silva (021.446.824-02)
Valor Total Julgado: R$ 290,52
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Tainã Soares Tomaz
Código Identificador:403D28FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO -PROCESSO: 0106066/2018

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0106066/2018
Objeto:. Serviços de fornecimentos de polpas de frutas para as escolas da rede municipal de ensino.
Contratado: Emerson Godeiro Cavalcante Câmara (120.070.164-00)
Valor Total Julgado: R$ 515,78
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Tainã Soares Tomaz
Código Identificador:13731AE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO- PROCESSO: 0106067/2018

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0106067/2018
Objeto:. Serviço de Fornecimento de Lanches para a Secretaria Municipal de Ação Social.
Contratado: RONALDO ALEXANDRINO DA SILVA (039.714.774-02)
Valor Total Julgado: R$ 126,31
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Tainã Soares Tomaz
Código Identificador:870AC450

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO- PROCESSO: 0106068/2018

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0106068/2018
Objeto:. Contratação de prestador de serviços de viagens com pessoas carentes para tratamento de saúde em Mossorol/RN
Contratado: Gilvan Estevam da Silva (335.923.734-04)
Valor Total Julgado: R$ 2.105,26
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Tainã Soares Tomaz
Código Identificador:5B674A84

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018 – PP – SRP

O Município de Galinhos/RN, torna público a quem interessar que estará promovendo o recebimento de documentos de "Proposta" e "Habilitação", através da Licitação – PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018, no dia 23 de julho de 2018, às 09h00min, no prédio sede da prefeitura, sediada à Praça 03 Poderes, 717, Centro – Galinhos/RN, visando a **OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MEDICAMENTOS, ATRAVÉS DE OFERTA DE MAIOR LANCE PERCENTUAL**

DE DESCONTO SOBRE A TABELA DA ABC FARMA - ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACÊUTICO PARA FARMÁCIAS E DROGARIAS DO SETOR, conforme especificações contidas no Edital em referência. O edital está disponível na Prefeitura, no setor de licitação ou no site licitafacil.tce.rn.gov.br

Galinhos/RN, em 06 de julho de 2018.

FRANCINALDO SILVA DA CRUZ
Prefeito

Publicado por:
Anderson Victor da Silva Costa
Código Identificador:C3EF9B02

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

REFERÊNCIA: TOMADA DE PREÇOS N° 003/2018 – TP
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE IMAGENS E ÁUDIO EM EVENTOS, ELABORAÇÃO DE ROTEIROS, MATÉRIAS JORNALÍSTICAS E GRAVAÇÃO DE VÍDEOS INSTITUCIONAIS NO MUNICÍPIO DE GALINHOS/RN.

DAS PRELIMINARES

Impugnação interposta tempestivamente pela empresa CLIP PRODUÇÕES LTDA, com fundamento nas Leis 8.666/93.

DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

A empresa impugnante contesta especificamente o item 7.8.2, Subitens b, c, d e d2 do Edital. Alega que as cláusulas contêm exigências desproporcionais, que afrontam os princípios da isonomia e competitividade e opina que tais requisitos devem ser exigidos somente após a licitação.
Em outro ponto, a empresa, questiona a exigência de realizar até o dia 04 de julho de 2018 o cadastro de fornecedores, alegando que tal norma restringe a competitividade.
Por fim, pede provimento a impugnação pedindo que o edital tenha os itens questionados alterados.

DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES
NO QUE TANGE AOS SUBITENS 7.8.2 B, C e D:
A princípio vejamos o que diz a especificação inicial do serviço, conforme termo de referência:
"A Prefeitura Municipal de Galinhos contratará conforme especificado no Objeto deste Edital para o período de 12 meses objetivando a ***realização de captação de imagens e áudio em eventos, elaboração de roteiros, gravação de vídeos institucionais, matérias jornalísticas (captações externas, gravação em estúdio, entrevistas), tomadas aéreas com Drone radiocontrolado****, edição de vídeos, captação fotográfica, produção de animações, vinhetas e materiais em computação gráfica, produção de material para alimentação de canais institucionais (site oficial do Município e redes sociais), criação de canal no youtube, reprodução de mídias em telões com projetor FULL HD, transmissão ao vivo de eventos via internet, administração e alimentação de redes sociais oficiais do Município (site, instagram, fanpage, canal do youtube)****, conforme descrições e quantidades neste Anexo."*

Inicialmente, percebemos que um dos serviços que deverão ser prestados pela empresa vencedora da licitação é tomada aérea realizada por drone e os demais serviços irão demandar uma equipe de profissionais para a realização de todo o serviço.

Sabendo disso, a Administração pública tem que elaborar um edital de uma forma que a empresa licitante comprove, desde a licitação, sua capacidade para elaboração do serviço.

Assim, a maneira que a Administração pode realizar uma licitação que passe segurança de uma boa contratação é exigindo a comprovação de aparelhamento e de pessoal das empresas licitantes interessadas.

O art. 30, II da Lei n° 8.666/1993 afirma claramente essa opção, vejamos:

Art.30.A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II-comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do ***aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação****, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*

É importante aqui percebemos que tal disciplina legal encontra-se dentro da Seção II da referida legislação, a qual trata especificadamente sobre a habilitação, portanto, entendemos, sim, que tal exigência na licitação é totalmente cabível.

Ademais, as exigências dos subitens b e c do item 7.8.2 do edital, demonstram tão somente a preocupação da Administração em ter a certeza que a empresa prestadora do serviço possui aparelhamento dentro do exigido legalmente.

Reforçamos que tais exigências possuem o poder de realização de uma contratação segura pela a Administração Municipal. Da mesma forma, entendemos, que em nada restringe a competição, uma vez que tal produto (drone) é de fácil aquisição no mercado.

Da mesma maneira, entendemos que a comprovação da equipe é de suma importância para uma melhor contratação, pois será de extrema necessidade para realização a contento do serviço. E sua comprovação, também, não é exigida de maneira absurda ou que restringe a competição, uma vez o que o edital possibilita a comprovação até por meio de simples contrato de prestação de serviço.

NO QUE TANGE AO ITEM 8.3 "DO CADASTRO JUNTO A CPL"

Importa ainda esclarecer que a exigência de cadastro junto a CPL ser até o dia 04 de julho de 2018 encontra embasamento legal nos termos do artigo 22, §2 da lei 8666/93, vejamos:

"Art.22.São modalidades de licitação:

§2°Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento **até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas**, observada a necessária qualificação."

Dessa forma, é certo que a comprovação de cadastramento é necessária para a participação na licitação, conforme legislação apontada acima.

IV. DECISÃO

Entendemos que um dos princípios da licitação é a garantia da ampla concorrência, entretanto, tal princípio não pode ser tomado isoladamente, antes, deve ser interpretado e sopesado conjuntamente com outros importantes princípios, tais como a razoabilidade, proporcionalidade e eficiência nas contratações.

Sendo assim, não há que se falar em ilegalidade ou alegação da existência de cláusula "comprometedora ou restritiva do caráter competitivo", **(uma vez que tais exigências são razoáveis e proporcionais ao serviços que serão prestados)** mas apenas o primado pela melhor proposta, e consequente contratação que garanta o atendimento do Interesse Público e que demonstre segurança para a Administração.

Ante o exposto e conforme parecer jurídico, conheço da impugnação apresentada pela empresa CLIP PRODUÇÕES LTDA, para, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos da legislação pertinente.

Galinhos/RN, 06 de julho de 2018.

JAILDO PINHEIRO DA SILVA
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

ANDERSON VICTOR DA SILVA COSTA
Pregoeiro do Município

Publicado por:
Anderson Victor da Silva Costa
Código Identificador:13CFDA75

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DA CHEFIA DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 983/2018

Exonerar, ERIKA DOMINICK DA SILVA PEREIRA do Cargo de Assessora Técnica Nível II.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo Art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, **ERIKA DOMINICK DA SILVA PEREIRA,** nas atribuições inerentes ao cargo Comissionado de Assessora Técnica Nível II, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito.
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 03 de julho de 2018.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Souza
Código Identificador:5F0264DB

SECRETARIA MUNICIPAL DA CHEFIA DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 984/2018

Exonerar, JONATAN FERREIRA DANTAS do Cargo de Diretor de Departamento.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo Art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, **JONATAN FERREIRA DANTAS,** nas atribuições inerentes ao cargo Comissionado de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito.
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 03 de julho de 2018.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Souza
Código Identificador:BF7E589F

SECRETARIA MUNICIPAL DA CHEFIA DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 985/2018

Exonerar, MOCIR REINALDO DOS SANTOS do Cargo de Diretor de Departamento.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo Art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, **MOACIR REINALDO DOS SANTOS,** nas atribuições inerentes ao cargo Comissionado de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Integrado.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito.
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 03 de julho de 2018.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Souza
Código Identificador:01438668

SECRETARIA MUNICIPAL DA CHEFIA DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 986/2018

Exonerar, ROZENDO FERREIRA DA COSTA do Cargo de Assessor Técnico Nível IV.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo Art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, **ROZENDO FERREIRA DA COSTA,** nas atribuições inerentes ao cargo Comissionado de Assessor Técnico Nível IV, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Integrado.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito.
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 03 de julho de 2018.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Souza
Código Identificador:AED94882

SECRETARIA MUNICIPAL DA CHEFIA DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 987/2018

Nomear, WILLY ROSEMBERG SILVA DA COSTA no cargo de Assessor Técnico Nível IV.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo Art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **WILLY ROSEMBERG SILVA DA COSTA,** nas atribuições inerentes ao cargo de Assessor Técnico Nível IV, lotado (a) na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Integrado.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito.
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 03 de julho de 2018.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Souza
Código Identificador:4799D277

SECRETARIA MUNICIPAL DA CHEFIA DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 988/2018

Nomear, LUIZ VICENTE NETO no cargo de Assessor Técnico Nível IV.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo Art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **LUIZ VICENTE NETO,** nas atribuições inerentes ao cargo de Assessor Técnico Nível IV, lotado (a) na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito.
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 03 de julho de 2018.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Souza
Código Identificador:57515042

SECRETARIA MUNICIPAL DA CHEFIA DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 989/2018

Nomear, IRAMARA JANINY DA FONSECA SANTOS no cargo de Subcoordenadora de Divisão.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo Art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **IRAMARA JANINY DA FONSECA SANTOS,** nas atribuições inerentes ao cargo de Subcoordenadora de Divisão, lotado (a) na Secretaria Municipal da Chefia de Esporte e Lazer.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito.
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 03 de julho de 2018.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Souza
Código Identificador:55330618

SECRETARIA MUNICIPAL DA CHEFIA DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 990/2018

Nomear, MOACIR REINALDO DOS SANTOS no cargo de Assessor Técnico Nível I.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo Art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **MOACIR REINALDO DOS SANTOS,** nas atribuições inerentes ao cargo de Assessor Técnico Nível I, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito.
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 03 de julho de 2018.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Souza
Código Identificador:CD1DFCF2

SECRETARIA MUNICIPAL DA CHEFIA DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 991/2018

Nomear, JOSIVAN DANTAS DA SILVA no cargo de Secretario Adjunto.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo Art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **JOSIVAN DANTAS DA SILVA,** nas atribuições inerentes ao cargo de Secretário Adjunto, lotado (a) na Secretaria Municipal de Ind. Com. Serv. Energ E Proj Esp.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito.
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 03 de julho de 2018.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Souza
Código Identificador:FD449E3F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2018
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

Aos **06** dias do mês de **Julho** de **2018**, o Município de Ielmo Marinho/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN Órgão Gerenciador deste Registro de Preço, com endereço na José Camilo Bezerra, 69, Centro em Ielmo Marinho/RN, CEP: 59.490-000, inscrito no CNPJ nº. 08.004.525/0001-07, representada pelo Prefeito, Sr. **CASSIO CAVALCANTE DE CASTRO**, brasileiro, viúvo, capaz, portador da cédula de identidade nº. 731.576 SSP/RN e inscrita no CPF **512.281.734-00**, residente e domiciliado a Rua Princesa Isabel, S/N – Centro, nesta cidade de Ielmo Marinho/RN, a seguir denominado ÓRGÃO GESTOR, **RESOLVE** registro de preços **PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GRADES DE FERRO E MOTOR PARA PORTÃO DESLIZANTE INDUSTRIAL ELETRÔNICO PARA OFERECER MAIS SEGURANÇA DOS USUÁRIOS, BEM COMO AOS EQUIPAMENTOS E MOBILIÁROS PERTENCENTES AOS PRÉDIOS PÚBLICOS DESTE MUNICÍPIO DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA**, à empresa **JULIANO BORGES DA SILVA ME,** inscrita no CNPJ sob nº **27.405.582/0001-42**, estabelecida na Rua Campo da Paz, nº 05 – Centro - Tangará/RN – CEP: 59.240-000, sendo representada pelo Senhor **ÉRICO ALAN SILVA BEZERRA**, portador do CPF sob nº 076.250.164-20 e RG: 2109075 SSP/RN, cuja proposta foi classificada no certame, Processo Administrativo nº. 1.059/2018 – **Pregão Presencial SRP nº. 020/2018**, adiante denominada **FORNECEDOR**, nos termos da Lei nº. 8.666/93 com as alterações e demais normas legais aplicáveis, e ainda pela Lei Federal nº. 10.520/2002 e Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, a qual apresenta sequência de classificação observadas as condições enunciadas nas cláusulas que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O objeto desta Ata é o Registro de Preços para eventual **AQUISIÇÃO DE GRADES DE FERRO E MOTOR PARA PORTÃO DESLIZANTE INDUSTRIAL ELETRÔNICO PARA OFERECER MAIS SEGURANÇA DOS USUÁRIOS, BEM COMO AOS EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PERTENCENTES AOS PRÉDIOS PÚBLICOS DESTE MUNICÍPIO DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA,** conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:
Empresa: JULIANO BORGES DA SILVA ME, inscrita no CNPJ sob nº **27.405.582/0001-42**, estabelecida na Rua Campo da Paz, nº 05 – Centro - Tangará/RN – CEP: 59.240-000.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	GRADES DE FERRO 3/8mm, COM INSTALAÇÃO.	METRO	1.000	R$ 310,00	R$ 310.000,00
02	MOTOR PARA PORTÃO DESLIZANTE INSDUTRIAL ELETRÔNICO, CORRENTE DO MOTOR (A): 1.6A (220V) / 2.8 (127V), ALIMENTAÇÃO: 220V, COM CONTROLE REMOTO DIGITAIS, MOTOR AC 1/4 HP PARA PORTÕES PESADOS, TIPO DE MOTOR: BIFÁSICO, COM GARANTIA DE 12 (DOZE) MESES.	UND	01	R$ 2.450,00	R$ 2.450,00
VALOR TOTAL GLOBAL REGISTRADO				R$ 312.450,00 (trezentos e doze mil, quatrocentos e cinquenta reais).	

Estão registrados no CADASTRO DE RESERVA, no anexo desta ata (cópia da ata de realização da sessão pública do pregão), nos termos do art. 11 do Decreto Federal nº 7.892/13, os fornecedores que aceitaram cotar a fornecimento dos produtos com preço igual ao do(s) vencedor(es) da licitação.

Nota Explicativa: Caso ninguém aceite, excluir o subitem 2
Decreto Federal 7.892/13:
Art. 10. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
Parágrafo único. A apresentação de novas propostas na forma do**caput**não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
Art. 11. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:
I - serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;(Redação dada pelo Decreto Federal nº 8.250, de 2.014)
II - será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos noart. 3ºda Lei Federal nº8.666, de 1993;(Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)
III - o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Governo Federal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e(Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)
IV - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.(Redação dada pelo Decreto Federal nº 8.250, de 2.014)
§ 1º O registro a que se refere o inciso II do**caput**tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21.(Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)
§ 2º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do**caput**, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.(Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)
§ 3º A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do**caput**será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21.(Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)
§ 4º O anexo que trata o inciso II do**caput**consiste na ata de realização da sessão pública do pregão ou da concorrência, que conterá a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame.(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN.
São participantes os seguintes órgãos:
Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DEPREÇOS

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
O preço registrado poderá ser revisto nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666/93, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.
Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;
Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original do certame.
Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
Convocar o fornecedor visando à negociação de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado nos termos da alínea "d" do inciso II docaputdo art. 65 da Lei nº 8.666/93, quando cabível, para rever o preço registrado em razão da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
Caso inviável ou frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.
A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada anteriormente, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.
Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias. Todos os documentos utilizados para a análise do pedido de revisão de preços serão devidamente autuados, rubricados e numerados, sendo parte integrante dos autos processuais.
É vedado ao contratado interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.
Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação Na imprensa oficial, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do art. 19 do Decreto 7.892/13.
É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.
Não cabe repactuação ou reajuste de preços da contratação.
Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

O Prestador dos Serviços licitados terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, quando:
Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do*caput*do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
Por razões de interesse público;
A pedido do fornecedor.
Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES
A contratação com o Prestador dos Serviços registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente ata e será formalizada mediante instrumento contratual, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto nº 7.892/13.
O órgão convocará a Prestadora dos Serviços com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a efetuar a assinatura do contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do Prestador dos Serviços e aceita pela Administração.
A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.
A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

Cada contrato firmado com o fornecedor terá vigência de 12 (doze) meses, contada a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO
Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO
As obrigações do contratante e da contratada são aquelas previstas no item 19 do edital, que trata "DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES".

Do CONTRATANTE:

a - Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a(s) CONTRATADA(S) possa(m) prestar os serviços dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência (ANEXO I);
b - Fornecer à(s) CONTRATADA(S), a qualquer tempo, toda a informação que julgar pertinente a fornecimento dos produtos, no intuito do bom desenvolvimento da execução do compromisso assumido;
c – Rejeitar, no todo em parte, a fornecimento dos produtos fora das especificações deste edital e seus anexos;
d - Emitir e publicar notas de empenho a crédito do (s) fornecedor (es) nos valores totais correspondentes aos produtos solicitados;
e - Enviar uma via da Nota de Empenho emitida em favor de cada fornecedor;
f - A CONTRATANTE se reserva o direito de acompanhar e fiscalizar o objeto do contrato por meio de um representante da administração,

que determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
g - Comunicar à(s) CONTRATADA(S), tão logo constate casos de irregularidades, defeitos, vícios ou incorreções durante o fornecimento para que a(s) mesma(s) adote(m) as medidas indispensáveis ao bom andamento do que foi solicitado;
h - Exigir da(s) empresa(s) CONTRATADA(S) integral responsabilidade pela boa execução e eficiência do(s) contrato(s) celebrado(s), mormente no que se refere para a fornecimento dos produtos licitada;
i – Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a(s) CONTRATADA(S), efetuando todos os pagamentos devidos de acordo com as condições de prazo e preços pactuados no(s) Contrato(s);
j - Efetuar os pagamentos após a entrega e recebimento dos produtos, devendo as Notas Fiscais/Faturas estarem devidamente atestadas pelo setor competente.

Da CONTRATADA

a – Prestar os serviços da presente licitação, nas quantidades e especificações contidas neste documento e em seus anexos;
b - Manter, disponibilidade de toda quantidade registrada no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital, para futuras contratações.
c - Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre a fornecimento dos produtos;
d - Atender prontamente quaisquer exigências do representante da CONTRATANTE, que objetivem facilitar o atendimento do objeto da presente contratação.
e - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação;
f - Responsabilizar-se diretamente pela fornecimento dos produtos do objeto do contrato e, consequentemente, responder, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros;
g - Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as determinações contidas na Lei Federal nº 8.666/93, no respectivo Contrato de Concessão, na legislação sobre Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, Meio Ambiente e sua regulamentação, bem como nas leis, disciplinas, regulamentos e normas inerentes à execução do objeto do contrato, emanadas das demais autoridades federais, estaduais e municipais competentes, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade pela falta ou omissão no cumprimento dessas leis e exigências;
h - Responsabilizar-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do contrato, de leis, regulamentos ou posturas em vigor;
i - Não empregar, na execução das atividades relacionadas com a execução da presente contratação, mão-de-obra infantil, nos termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição da República vigente, bem como envidar esforços para que a referida medida seja adotada nos Contratos firmados com os fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços;
j - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta Licitação, salvo quando expressamente autorizado pela CONTRATANTE.
k - Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias à execução do objeto do presente certame, como única e exclusiva empregadora, confiando a execução dos respectivos serviços à profissionais idôneos e habilitados, que utilizam o mais alto nível da técnica atual;
l - Pagar, pontualmente e na forma da Lei, os encargos decorrentes das leis trabalhistas e da previdência e assistência social devidos ao seu pessoal;
m – Prestar os serviços do objeto com requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e/ou segurança recomendados pelas normas aplicáveis, de modo a garantir a boa execução dos serviços ora contratados, dentro das condições aqui estabelecidas;
n - Manter a fornecimento dos produtos, com suficientes recursos técnicos, inclusive de pessoal especializado, para poder fornecer o objeto do presente certame de forma rápida e eficiente;
o - Preservar e manter a CONTRATANTE a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas ou representações, de qualquer natureza, decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA, dos seus empregados ou seus fornecedores, durante a execução do contrato;
p - Não divulgar e nem prestar serviço, sob as penas da Lei, informações e dados referentes as prestações dos serviços contratados, a menos que expressamente autorizados pelo titular da CONTRATANTE;
q - Responsabilizar-se pelas indenizações ou reclamações oriundas de erros ou imperícias praticados na execução dos serviços contratados, até os limites previstos em lei;
r - Responsabilizar-se pela garantia da qualidade e perfeição dos serviços executados, respondendo, na forma da Lei, por quaisquer defeitos decorrentes do cumprimento do presente Documento;
s - Comunicar, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, a paralisação temporária dos serviços do objeto do presente Contrato, por motivo de manutenção ou deficiências em seus meios técnicos e operacionais, bem como o seu prazo de normalização, sem prejuízo de exame por parte da CONTRATANTE, das justificativas apresentadas e aplicação das penalidades cabíveis;

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Os bens serão recebidos na forma do item 17 do edital, que trata da "DA PRESTAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO".

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até 90 (noventa) dias, contados a partir da apresentação do documento fiscal competente nota fiscal/fatura) dos serviços prestados de acordo com as ordens de serviços emitidas, devidamente aprovado pela contratante, por meio de ordem bancária de crédito, em depósito em conta corrente, na agência.
A cada pagamento a ser efetivado pela contratante será realizada prévia verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.
Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=\frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de compensação financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.
18.5. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, estes serão restituídos pela contratante no prazo de 5 (cinco) dias, para que a contratada promova as correções necessárias, não respondendo a contratante por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A apuração e aplicação de sanções dar-se-á na forma do item 21 do edital, que trata "DAS SANÇÕES".

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Integram o Edital, independentemente de transcrição, a Ata de Registro de Preços, o Termo de Referência e a proposta da empresa.

Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto n° 3.555/00, do Decreto Municipal n.º 101/2013, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.

O Ficamos eleitos o foro, da Comarca de Macaíba/RN, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

Ielmo Marinho/RN, 06 de Julho de 2018.

CÁSSIO CAVALCANTE DE CASTRO
Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho
CNPJ: 08.004.525/0001-07

JULIANO BORGES DA SILVA ME
CNPJ: 27.405.582/0001-42

Publicado por:
Maria Fabiola Fernandes de Lima
Código Identificador:A7DC9680

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 018/2018

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

Referência: Edital do Pregão Presencial para Registro de Preço nº 018/2018

O Município de Ielmo Marinho, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação, neste ato representado pelo seu Pregoeiro designado pela PORTARIA Nº 540, de 14 de Maio de 2018, vem em razão da IMPUGNAÇÃO ao Edital de Licitação em epígrafe, proposta pela licitante: RP NASTO SERVIÇO DE MÃO DE OBRA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 10.306.902/0001-04, apresentar as suas razões, para, ao final decidir, como segue:

I - DO RELATÓRIO

Trata-se da análise da IMPUGNAÇÃO acerca do ato convocatório do Pregão nº 018/2018, cujo objeto é o "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO COMPREENDIDOS COMO PRECÍPUOS DA ADMINISTRAÇÃO", de caráter acessório e natureza continuada, nas funções e quantitativos elencados no termo de referência, objetivando alteração do Edital conforme explanado a seguir, no mérito desta decisão.

II - DAS RAZÕES

Da impugnação apresentaram-se os seguintes argumentos:

A definição do objeto presente no edital de licitação não é claro;

O julgamento das propostas por lote único deve ser alterado para julgamento por itens;

Exigência abusiva de inscrição no CRA;

III - DO JULGAMENTO

De fato, a definição do objeto deve ser clara, precisa e sem especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, o que poderia causar uma limitação ao alcance competitivo do certame licitatório.

O edital de licitação, todavia, por força do disposto no Art. 40, § 2º, I da Lei 8.666/93, é composto pelos seus anexos que dele fazem parte integrante, ou seja, é como se fossem um só.

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

§ 2o Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I - o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;

III - a minuta do contrato a ser firmado entre a Administração e o licitante vencedor;

IV - as especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação.

Assim sendo, observa-se que o objeto da licitação está devidamente especificado no Anexo I - Termo de Referência, o qual traz a descrição dos cargos, as atribuições gerais e específicas de cada função, quantidades, jornada e demais especificações pertinentes. Razão pela qual não procede a referida alegação.

Já no tocante à escolha do critério de julgamento, cumpre-se ressaltar que o mesmo foi escolhido tendo como base o princípio constitucional da economicidade, objetivando a busca pela chamada economia de escala, algo que não poderia ser conquistado se o julgamento e adjudicação fossem feitos por itens.

Bem como, demonstra-se tecnicamente prejudicial a contratação de diversos licitantes distintos, tendo em vista a exigência do edital de que o contratado mantenha um escritório em Ielmo Marinho, sendo esta uma condição para a assinatura do contrato ou emissão de ordens de serviço. Nesse sentido, em caso de adjudicação de itens para diversos licitantes, todos deveriam instalar o escritório, contratar pessoal e manter essas instalações, o que oneraria demasiadamente a licitação. Razão pela qual demonstra-se técnica e economicamente benéfico à Administração Pública o critério de julgamento adotado.

Em derradeiro, quanto a alegação acerca da exigência de registro da empresa e do profissional responsável técnico no CRA, esta comissão de licitação entendeu ser pertinente, razão pela qual esta exigência será retirada do edital, que será devidamente republicado.

IV - CONCLUSÃO

Em face de todo o exposto, decido pelo acolhimento da peça impugnatória, para, no mérito julgá-la parcialmente PROCEDENTE, mantendo inalterada as disposições do Edital que se referem a definição do objeto e ao critério de julgamento das propostas, bem como, excluir do edital as alíneas "d" e "e" do item 7.3.3.

Ielmo Marinho – RN, 06 de Julho de 2018

RUDSON PEREIRA DA SILVA
Pregoeiro da PMIM

Publicado por:
Maria Fabiola Fernandes de Lima
Código Identificador:DA8BD125

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP - Nº. 018/2018 – PMIM - APRAZAMENTO

O Pregoeiro Oficial, torna público que a licitação, modalidade **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS, na forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE**, objetivando ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO COMPREENDIDOS COMO PRECÍPUOS DA ADMINISTRAÇÃO**, de caráter acessório e natureza continuada, nas funções e quantitativos elencados no termo de referência em anexo, sendo fundamentais para o funcionamento dos principais serviços, nas diversas categorias de acordo com Termo de Referência – Anexo I.

Fica aprazada para o dia **19 de Julho de 2018, às 09h00min** na sala da Comissão Permanente de Licitação no endereço à Rua José Camilo Bezerra, nº 69 – Sede do Município de Ielmo Marinho/RN. Por motivo de alteração no Edital. Outros esclarecimentos necessários deverão se dirigir na Sede da PMIM, no horário das 08:00 às 12:00 horas, em dias úteis. Qualquer informação poderá ser obtida no endereço e horário supracitado, bem como através do telefone/fax (84) 3267-0173 Ram. 217. **A Retirada do Edital e seus anexos deverá ser solicitado através do e-mail: cpl@ielmomarinho.rn.gov.br**, sendo condicionado ao preenchimento do **recibo de retirada**.

Ielmo Marinho/RN, 06/07/2018.

RUDSON PEREIRA DA SLVA
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Maria Fabiola Fernandes de Lima
Código Identificador:108E51BF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000009/2018 AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000009/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

O **MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN**, por intermédio da sua Pregoeira, designada pela Portaria nº. 056/2018 – GP, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo **"MENOR PREÇO GLOBAL"**, destinado ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSTERIOR CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO.** A sessão pública, para recebimento dos envelopes de propostas de preços e de documentação de habilitação, será realizada às **09:00h** do dia **20 DE JULHO DE 2018.** O Edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal de Jandaíra/RN, situada na Av. Aristófanes Fernandes, s/n, Centro, Jandaíra/RN, CEP: 59.594-000, no horário de 07:00hs às 13:00hs (de segunda à sexta-feira), em dias úteis. Qualquer informação poderá ser obtida no endereço e horário supracitados.

Jandaíra/RN, 05 de julho de 2018.

PRISCILA MABEL ARAÚJO BRÁZ
Pregoeira do Município

Publicado por:
Alcinda Uberacyra de Mesquita Cavalcante
Código Identificador:D4DC8100

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE RESCISÃO Nº 179/2018

EXTRATO DE RESCISÃO Nº 179/2018 – PMJ

Rescisão: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA/RN, CNPJ nº 08.309.239.0001-50 Rescindir**: ROGERIO ALVES DE MORAIS, CPF: 067.852.294-75Objeto**: Rescindir 01 (um) Zelador do poço da comunidade de Cabeço, pela Secretária de Agricultura.**Valor Mensal: R$ 954,00 (Novecentos cinquenta e quatro reais). Rescisão:**30 de Junho de 2018.

MARINA DIAS MARINHO,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Alcinda Uberacyra de Mesquita Cavalcante
Código Identificador:FE026C04

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE RESCISÃO Nº 180/2018

EXTRATO DE RESCISÃO Nº 180/2018 – PMJ
Rescisão: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA/RN, CNPJ nº 08.309.239.0001-50 Rescindir**: FRANCISCO WEMERSON DE BRITO FERNANDES, CPF: 104.048.244-98Objeto**: Rescindir 01 (um) Operador de máquina.**Valor Mensal: R$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais). Rescisão:**31 de Maio de 2018.

MARINA DIAS MARINHO,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Alcinda Uberacyra de Mesquita Cavalcante
Código Identificador:BB0E7C15

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE RESCISÃO Nº 182/2018

EXTRATO DE RESCISÃO Nº 182/2018 – PMJ
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA/RN, CNPJ nº 08.309.087.495.804-00 **Rescindir:** PABLO ROLIM GOMES**, CPF:** 039.799.233-55. **Objeto**: Rescisão de 01 (um) Medico ESF, pela Secretaria de Saude. **Valor Mensal: R$ 10.000,00 (Dez mil reais). Data da Assinatura:** 15 de junho de 2018.

MARINA DIAS MARINHO,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Alcinda Uberacyra de Mesquita Cavalcante
Código Identificador:5064FB3D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE RESCISÃO Nº 184

EXTRATO DE RESCISÃO Nº 184/2018 – PMJ

Rescisão: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA/RN, CNPJ nº 08.309.239.0001-50 Rescindir**: THAISE CARLA SILVA DA COSTA, CPF: 016.873.134-74Objeto**: Rescindir 01 (um) agente de endemias.**Valor Mensal: R$ 954,00 (Novecentos e cinquenta e quatro reais). Rescisão:**11 de Junho de 2018.

MARINA DIAS MARINHO,
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Alcinda Uberacyra de Mesquita Cavalcante
Código Identificador:30364266

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO 0372018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO Pregão Presencial Nº 037/2018.

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL, referente a licitação Pregão Presencial nº 037/2018 com início 21 de junho de 2018, realizada em 06 de julho de 2018 (sexta-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada, em favor da empresa relacionadas a seguir, conforme tabela abaixo:

Item nº:1 - **Contratação de Serviços especializado de Educação Física.**			
Quantidade: 12,00	Unidade: Mês	Valor Unitário: 2.150,0000	Valor Total: 25.800,00
Aceito para : **FRANCISCO RONIERE DE ASSIS** - CNPJ 305.274.494-15			
VALOR TOTAL R$ 25.800,00			

Jardim de Piranhas, 06 de julho de 2018.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Everton Araujo Santos
Código Identificador:1FCDBA49

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 0422018

PROCESSO LICITATÓRIO PMJP/ RN n° 136/2018
PREGÃO PRESENCIAL 042/2018
EDITAL 45/2018
Republicão

A Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, através do seu Pregoeiro Oficial, devidamente instituído pelo Sr Prefeito Municipal através da Portaria Municipal 004/2018 de 02 de JANEIRO de 2018, torna público que realizará certame licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 042/2018, tipo **Menor preço por item**: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE INSTRUMENTOS DE CORDAS**. 20 de julho de 2018, às 09:30 horas (horário local)**. LOCAL: Na Sala de Licitações do Palácio Amaro Cavalcante, Av. Gov. Dix-Sept Rosado, 144, Centro, Jardim de Piranhas/RN, CEP: 59324000. INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação, de 08:00 às 12:00 horas, no endereço acima mencionado. O edital estará disponível no site: http://portaldejardimdepiranhas.blogspot.com.br/ no link Portal da Transparência.

Jardim de Piranhas/RN, 06 de julho de 2018.

TARSO DE ARAÚJO FERNANDES
Pregoeiro

Publicado por:
Tarso de Araújo Fernandes
Código Identificador:BE1F7355

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 03472018

PROCESSO LICITATÓRIO PMJP/ RN n° 146/2018
PREGÃO PRESENCIAL 047/2018
EDITAL 49/2018

A Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, através do seu Pregoeiro Oficial, devidamente instituído pelo Sr Prefeito Municipal através da Portaria Municipal 004/2018 de 02 de JANEIRO de 2018, torna público que realizará certame licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 047/2018, tipo **Menor preço por item**: REGISTRO DE PREÇO PARA OS SERVIÇOS PROFISSIONAL QUALIFICADO PARA MINISTRAR OFICINAS, PROMOVER EVENTOS DE LAZER, CULTURA, INTERAÇÃO, SOCIALIZAÇÃO, ORIENTAÇÃO E AUXILIO NAS CAMPANHAS DE PREVENÇÃO ÀS TEMÁTICAS ABORDADAS PELOS SERVIÇOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA SEMTHAS, DENTRE OUTRAS**. 20 de julho de 2018, às 11:30 horas (horário local)**. LOCAL: Na Sala de Licitações do Palácio Amaro Cavalcante, Av. Gov. Dix-Sept Rosado, 144, Centro, Jardim de Piranhas/RN, CEP: 59324000. INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação, de 08:00 às 12:00 horas, no endereço acima mencionado. O edital estará disponível no site: http://portaldejardimdepiranhas.blogspot.com.br/ no link Portal da Transparência.

Jardim de Piranhas/RN, 06 de julho de 2018.

_____
TARSO DE ARAÚJO FERNANDES

Publicado por:
Tarso de Araújo Fernandes
Código Identificador:79EECDE8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 0482018

PROCESSO LICITATÓRIO PMJP/ RN n° 147/2018
PREGÃO PRESENCIAL 048/2018
EDITAL 50/2018

A Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, através do seu Pregoeiro Oficial, devidamente instituído pelo Sr Prefeito Municipal através da Portaria Municipal 004/2018 de 02 de JANEIRO de 2018, torna público que realizará certame licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 048/2018, tipo **Menor preço por item**: REGISTRO DE PREÇO PARA OS SERVIÇOS DE EXAMES COMPLEMENTARES DE ULTRASSONOGRAFIA.**. 23 de julho de 2018, às 09:30 horas (horário local)**. LOCAL: Na Sala de Licitações do Palácio Amaro Cavalcante, Av. Gov. Dix-Sept Rosado, 144, Centro, Jardim de Piranhas/RN, CEP: 59324000. INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação, de 08:00 às 12:00 horas, no endereço acima mencionado. O edital estará disponível no site: http://portaldejardimdepiranhas.blogspot.com.br/ no link Portal da Transparência.

Jardim de Piranhas/RN, 06 de julho de 2018.

TARSO DE ARAÚJO FERNANDES
Pregoeiro

Publicado por:
Tarso de Araújo Fernandes
Código Identificador:6676AF0E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO 0412018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO Pregão Presencial Nº 041/2018.

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL, referente a licitação Pregão Presencial nº 041/2018 com início 20 de junho de 2018, realizada em 04 de julho de 2018 (quarta-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada, em favor da empresa relacionada a seguir, conforme tabela abaixo:
RAFHAEL JOSUE DA COSTA ARAÚJO-ME - CNPJ 17.783.270/0001-19:

Item nº:1 - **02 CARROS PIPA PARA SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL COM CAPACIDADE PARA 8.000 LITROS**			
Quantidade: 12,00	Unidade: MES	Valor Unitário: 21.900,0000	Valor Total: 262.800,00
Aceito para : **RAFHAEL JOSUE DA COSTA ARAÚJO-ME** - CNPJ 17.783.270/0001-19			
VALOR TOTAL R$ 262.800,00			

Jardim de Piranhas, 06 de julho de 2018.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Everton Araujo Santos
Código Identificador:507FFC87

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 0492018

PROCESSO LICITATÓRIO PMJP/ RN n° 148/2018
PREGÃO PRESENCIAL 049/2018
EDITAL 51/2018

A Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, através do seu Pregoeiro Oficial, devidamente instituído pelo Sr Prefeito Municipal através da Portaria Municipal 004/2018 de 02 de JANEIRO de 2018, torna público que realizará certame licitatório na modalidade Pregão

Presencial nº 049/2018, tipo **Menor preço por item**: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS PARA FARMÁCIA HOSPITALAR**. 24 de julho de 2018, às 09:30 horas (horário local)**. LOCAL: Na Sala de Licitações do Palácio Amaro Cavalcante, Av. Gov. Dix-Sept Rosado, 144, Centro, Jardim de Piranhas/RN, CEP: 59324000. INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação, de 08:00 às 12:00 horas, no endereço acima mencionado. O edital estará disponível no site: http://portaldejardimdepiranhas.blogspot.com.br/ no link Portal da Transparência.

Jardim de Piranhas/RN, 06 de julho de 2018.

TARSO DE ARAÚJO FERNANDES
Pregoeiro

Publicado por:
Tarso de Araújo Fernandes
Código Identificador:A98E4404

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 905/2018

Av. Gov. Dix-Sept Rosado, 144, Centro, Jardim de Piranhas/RN CEP: 59324000
CNPJ: 08.096.604/0001-95
DECRETO Nº 905 , DE 05 de julho de 2018

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 2.400,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Jardim de Piranhas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 05 de julho de 2018

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.400,00**
10 .001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**2.400,00**
	2076 FUNCIONAMENTO DO TETO FINANCEIRO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH				**2.400,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0106500000	0001	2.400,00
Anexo II (Redução)					**2.400,00**
10 .001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**2.400,00**
	2076 FUNCIONAMENTO DO TETO FINANCEIRO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH				**2.400,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0106500000	0001	2.400,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:E1F0A3F6

PROCURADORIA GERAL
LEI Nº. 877, DE 06 DE JULHO DE 2018.

Dispõe sobre o Código Sanitário do Município de Jardim de Piranhas/RN e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS – RIO GRANDE DO NORTE,** no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

TITULO I
Das disposições preliminares

Art. 1 - Esta Lei denominada "Código Sanitário Municipal" regula no Município de Jardim de Piranhas — Rio Grande do Norte em caráter supletivo às normas constitucionais e infraconstitucionais, à legislação Federal e Estadual pertinente e reguladora dos direitos e obrigações que se relacionam com a saúde e o bem-estar individual e coletivo dos seus habitantes, e dispõe sobre atribuições da Secretaria Municipal de Saúde e aprova normas sobre promoção, proteção e recuperação da saúde.
Art. 2 - A Saúde constitui um bem jurídico e um direito social e fundamental ao ser humano, sendo dever do Município, em conjunto e solidariamente com o Estado e a União, bem como da coletividade e do indivíduo, adotar as medidas pertinentes aos seus exercícios.

§1 - O direito a saúde é garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação observadas as competências e obrigações de cada ente federativo na efetivação de ações visando o alcance de seu objetivo.
§2 - Para fins deste artigo incumbe:
I Ao Município, principalmente, zelar pela promoção, proteção e recuperação da saúde e pelo bem-estar físico, mental e social das pessoas e da coletividade, firmando para tal, ajustes, convênios, parcerias e outros tipos de acordos com as demais entidades federativas e instituições públicas e/ou privadas visando o alcance do seu objeto.
II - A coletividade, em geral, cooperar com os órgãos e entidades competentes na adoção de medidas que visem a promoção, proteção e recuperação da saúde dosseus membros.
III- Aos indivíduos, em particular, cooperar com os órgãos e entidades competentes, adotar comportamento social que atenda as regras básicas de higiene e limpeza, utilizarem os serviços de imunização, observarem os ensinamentos sobre educação e saúde, prestar as informações que lhes forem solicitadas pelos órgãos sanitários competentes, respeitar as recomendações e normas sobre a conservação do meio ambiente.
Art. 3 - Esta Lei contém medidas de policia administrativa de competência do Município, no que couber e respeitadas as competências legais e a legislação federal atinente á matéria no que se refere a atenção à saúde, higiene pública, costumes locais, funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e residenciais, instituindo as necessárias relações entre poder público e munícipes.
Parágrafo único — A administração pública local deverá exercer o poder normativo, educador, orientador e de polícia administrativa como esta Lei lhe confere.
Art. 4º - O Município através da Secretaria Municipal de Saúde exercerá a vigilância sanitária, monitorando e avaliando a qualidade de bens, produtos, serviços, procedimentos e atividades de interesse à saúde, do meio ambiente e do ambiente de trabalho.
Art. 5º- No desempenho das ações de Vigilância Sanitária serão empregados todos os meios e recursos disponíveis, e adotados processos e métodos científicos e tecnológicos, normas e padrões oficiais, preceitos legais e regulamentares existentes, visando obter maior eficiência e eficácia no monitoramento, controle e fiscalização em matéria de saúde.
Art. 6º - Os órgãos que executam as ações de Vigilância Sanitária Municipal deveram manter estreito relacionamento com os demais serviços no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e demais órgãos, que desempenham atividades afins, objetivando realizar ações

coordenadas e efetivas mediante subordinação direta ao Secretário Municipal de Saúde ou por Delegação deste.
Art. 7º- O Município deverá dedicar especial atenção ao aperfeiçoamento e modernização do Serviço de Vigilância Sanitária, bem como para a capacitação de recursos humanos, promovendo a simplificação e a padronização de rotinas e métodos operacionais.
Art. 8º - O desempenho de atividade fiscalizadora dar-se-á por profissionais capacitados e competentes do quadro de servidores do Município na forma da legislação que regula suas atividades, por designação ou delegação da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a legislação vigente.

TITULO II
DA LICENÇA SANITÁRIA

Art. 9º - A instalação e o funcionamento dos estabelecimentos e empresas de produtos e serviços de interesse da saúde, somente serão efetuados depois de devidamente licenciados pela autoridade sanitária competente licença esta que não se confunde com autorização administrativa de cunho fiscal e tributária ou alvará para instalação e funcionamento.
Parágrafo único - A licença sanitária a que se refere o caput do presente artigo, regularização documental para que pessoas fiscais ou jurídicas exerçam as atividades ao regime de Vigilância Sanitária, terá a validade de um ano, e deverá ser revalidada após inspeção que ateste a regularidade da atividade de acordo com a legislação vigente por períodos iguais e sucessivos.

Art. 10º — A produção, transporte e comercialização de produtos sujeitos à Vigilância Sanitária, sertão objeto de fiscalização dos órgãos municipais, obedecida a legislação atinente à matéria.
Art. 11º — À Secretaria Municipal de Saúde caberá a fiscalização e controle de todos os produtos alimentícios de origem caseira comercializados no Município, na forma da lei.
Art. 12º - As licenças a que se refere o artigo 9° da presente Lei poderão ser suspensas, cassadas ou canceladas, nos seguintes casos:
I — por solicitação da empresa;
II — pelo não funcionamento da em empresa, por mais de 120 (cento e vinte) dias, sem justa causa;
III — por interesse da saúde pública a qualquer tempo, pela Secretaria Municipal de Saúde ou por Órgão designado para tal.
Parágrafo único - A suspensão, cassação ou cancelamento a que se refere este artigo resultará de despacho fundamentado, após vistoria e apresentação de laudo em processo administrativo, garantido o direito de ampla defesa e contraditório no caso do inciso III.
Art. 13 — As exigências e condições para o licenciamento e funcionamento dos locais de que trata o presente título serão fixados em regulamento expedido pela Secretaria Municipal de Saúde e Decreto do Executivo Municipal.

TITULO III
DO SANEAMENTO BÁSICO E DO MEIO AMBIENTE
CAPITULO 1
Das disposições Gerais

Art. 14 - As edificações de qualquer tipologia, uso ou atividade, quer sejam permanentes ou temporárias obedecerão entre outros, aos requisitos de higiene e segurança sanitária indispensáveis à proteção da saúde do individuo e da coletividade, obedecido o Plano Diretor do Município, Legislação Federal atinente à matéria e o Código Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte.

Art. 15 - A Secretaria Municipal de Saúde e os órgãos de Vigilância Sanitária em conjunto com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, observará e fará observar as leis federais, estaduais e municipais no que pertence aos aspectos sanitários e em especial ao parcelamento do solo urbano, conforme estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente e saneamento básico, no que couber.
Art. 16 - Em articulação com os órgãos e entidades federais, estaduais e municipais competentes, caberá à Secretaria Municipal de Saúde, adotar os meios ao seu alcance para reduzir ou impedir os casos de agravo à saúde humana provocados pela poluição do ambiente, por meio de fenômenos naturais, de agentes químicos ou pela ação deletéria do homem, observando a legislação federal, estadual e municipal pertinentes e as normas técnicas emanadas dos órgãos competentes.
Art. 17 - Todo proprietário, usuário ou responsável por construção destinada à habitação urbana ou, ainda por estabelecimento industrial, comercial ou agropecuário, de qualquer natureza, deve cumprir as exigências legais visando á proteção da saúde publica e a evitar riscos à saúde ou à vida dos que vivem, trabalham ou utilizam aqueles locais.
Parágrafo único — As disposições do *caput* deste artigo aplicam-se, também, a hotéis, pensões, albergues, dormitórios, pensionatos, internatos, escolas, asilos, creches, cárceres, quartéis, abatedouros públicos e privados, locais e estabelecimentos similares.
Art. 18 - A Secretaria Municipal de Saúde adotará medidas à inspeção sanitária nos edifícios, construções ou terrenos urbanos, na forma e condições estabelecidas em Normas Técnicas, dentro dos limites constitucionais.
Art. 19 - Os serviços de saneamento básico, de abastecimento de água e remoção de resíduos, sejam dos setores público ou privado, ficarão sujeitos à supervisão, fiscalização e as normas aprovadas pelas autoridades sanitárias e de meio ambiente, respeitadas as normas e condições ditadas pelos contratos de concessão vigentes e legislação específica Federal e Estadual.

CAPITULO II
DAS ÁGUAS

Art. 20 - Compete ao órgão de administração de abastecimento de água o exame periódico das suas redes e demais instalações, com objetivo de constatar a possível existência de condições que possam prejudicar a saúde da comunidade, observados os contratos de concessão e a legislação vigente.
§ 1° - Caberá as empresas publicas ou privadas responsáveis pelo abastecimento de água, garantir a potabilidade da água para consumo humano em toda extensão da rede, em conformidade com padrões exigidos em normas legais vigentes.

§ 20 - Caberá ainda as empresas públicas ou privadas responsáveis pelo funcionamento e manutenção das instalações de abastecimento de água enviar obrigatoriamente os dados relativos aos exames periódicos das redes e água e demais instalações mensalmente o de acordo com a solicitação autoridade sanitária municipal, visando facilitar, a trabalho de controle da potabilidade da água destinada ao abastecimento publico
Art. 21 - Sempre que a autoridade sanitária verificar a existência de anormalidade ou falha no sistema de abastecimento de água, capaz de oferecer perigo à saúde, notificará o fato aos responsáveis, para imediatas medidas corretivas.
Art. 22 - Cabe a autoridade sanitária monitorar em caráter complementar, a qualidade da água utilizada para consumo humano, em locais de risco sanitário gerenciados pelos poderes público e privado.
Art. 23 - Os pontos de oferta de água públicos e privados, deverão apresentar-se em padrões de arquitetura e engenharia de modo a garantir a não contaminação da água potável.
Art. 24 — Os órgãos de Vigilância Sanitária do Município aprovará e fiscalizará projetos para construção e manutenção em bases de segurança de obras de abastecimento de água, atendendo as normas e legislação vigentes.

Art. 25 - O controle sanitário dos balneários destinados ao lazer e esportes, públicos ou privados, far-se-á de acordo com as normas e legislação vigentes.
§ 1° - Caberá aos proprietários e/ou responsáveis fornecer laudos laboratoriais relativos ao controle sanitário dos respectivos locais, quando solicitados pela autoridade sanitária, visando facilitar a ação fiscal.
§ 2° - Caberá à Vigilância Sanitária do município monitorar a qualidade da água utilizada nos locais de recreação publica e privada.
Art. 26 - É obrigatória a ligação ao sistema de abastecimento de água, quando existente, de toda edificação destinada á moradia ou instalação de estabelecimentos de interesse da saúde publica.
§ 1° - Quando não existir rede publica de abastecimento de água,Poder Público Municipal indicará as medidas a serem executadas.
§ 2° - É obrigação do proprietário do imóvel a execução de instalações de abastecimento de água potável, de acordo com as normas técnicas vigentes, cabendo ao ocupante do imóvel, a necessária conservação.

CAPÍTULO III
Do Esgotamento Sanitário

Art. 27 – A Secretaria Municipal de Saúde e demais órgãos competentes participarão da aprovação de projetos e fiscalização da instalação de esgotos sanitários neste município.

Art. 28 - Os órgãos responsáveis pelo funcionamento e manutenção dos sistemas de esgotos e de águas pluviais, periodicamente, enviarão, de forma compulsória, informações técnicas, conforme a necessidade do Poder Público Municipal no que lhe compete.
Art. 29 - É obrigatório a ligação ao sistema público de esgotos, quando existente, de toda edificação destinada à moradia ou instalação de estabelecimentos de interesse da saúde pública.
§ 1° - Quando não existir rede publica de esgotos, o Poder Público Municipal indicará as medidas a serem executadas.
§ 2° - É obrigação do proprietário do imóvel a execução de instalações de esgotos, de acordo com normas técnicas vigentes, cabendo ao ocupante do imóvel a necessária conservação.
Art. 30 - Compete ao órgão de Vigilância Sanitária do Município inspecionar as condições de lançamento de esgotos e resíduos domiciliares, industriais, de estabelecimentos assistenciais de saúde e congêneres, concomitantemente com os órgãos públicos competentes, visando a preservação da salubridade dos receptores afluentes.

§1° - Diante do não cumprimento da determinação ou por força da impossibilidade da manutenção da salubridade dos receptores de dejetos, o Poder Público Municipal poderá interditar a indústria responsável pelo lançamento ou condenará o uso de receptor para outros fins, conforme o caso.

§2° - As empresas responsáveis pela operação de sistemas de coleta de esgotos deverão zelar pelo cumprimento dós padrões estabelecidos em normas técnicas e legislações que regem a espécie.
§30 - Ficam proibidas as empresas de municípios vizinhos de lançarem dejetos em localidades do Município de Jardim de Piranhas/RN, exceto em lagoas de estabilização, quando conveniadas.
§40 - O Poder Público Municipal quando dos eventos de rua, festas cíveis, culturais ou populares, poderá exigir dos promotores e responsáveis a instalação de banheiros públicos móveis e outros equipamentos de higiene, em número proporcional ao das pessoas estimadas.
Art. 31 - É vedado o lançamento de águas servidas em via pública e na rede de drenagem do Município de Jardim de Piranhas/RN.

CAPÍTULO IV
Dos Resíduos Sólidos

Art. 32 - Compete ao poder público municipal por seu órgãos competentes, estabelecer normas e fiscalizar seu cumprimento, quanto ao manuseio, coleta, transporte e destino final dos resíduos sólidos

Art. 33 - Os serviços de limpeza urbana, públicos e privados, serão efetuados em condições operacionais que não facilitem a instalação e disseminação de vetores, devendo ser observadas às normas legais em vigor.
Art. 34 - O responsável pelo manuseio, coleta, transporte e destino final dos resíduos sólidos, deverá usar equipamento aprovado pelas autoridades competentes, com o objetivo de prevenir contaminação e/ou acidentes.
Art. 35 - A Vigilância Sanitária do Município, sempre que necessário, poderá realizar exames sanitários dos produtos industrializados provenientes do lixo e estabelecer condições para sua utilização.
Art. 36 — O órgão municipal de controle e Vigilância Sanitária participará da determinação da área e do modo de lançamento dos resíduos, estabelecendo condições para utilização do espaço referido de acordo com a legislação vigente e em consonância com os demais órgãos competentes.
Art. 37 - A Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN deverá promover na zona urbana, de acordo com os meios disponíveis e as técnicas recomendáveis, os cuidados adequados com os residuais sólidos.
Art. 38 - A Secretaria Municipal de Saúde estabelecerá normas e fiscalizará seu cumprimento, quanto ao manuseio, coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos de serviços de saúde, em consonância com a legislação em vigor.
Art. 39 - O manuseio, coleta, transporte, tratamento e disposição final do lixo deverão ser processados em condições que não tragam malefícios ou inconvenientes à saúde, ao bem estar publico e ao meio ambiente.
Art. 40- É de responsabilidade do poder público a coleta, o transporte e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares em condições que não representem riscos ao meio ambiente e à saúde individual ou coletiva.
§1° - Os resíduos de estabelecimentos de serviços de saúde terão coleta separada dos resíduos domiciliares e, com destinação final adequada, de modo a não apresentar riscos de proliferação die agentes patológicos ou de contaminação ambiental.
§2° - Cabe aos geradores de resíduos de serviços de saúde e aos seus responsáveis legais, o gerenciamento dos resíduos desde a geração ate o destino final, de forma a atender aos requisitos ambientais e de saúde publica e saúde ocupacional, sem prejuízo de responsabilização solidária de todos aqueles, pessoas físicas ou jurídicas que, direta ou indiretamente, causem ou possam causar degradação ambiental, em especial os transportadores e operadores das instalações de tratamento e disposição final.
Art. 41 - É de responsabilidade dos estabelecimentos a coleta, o transporte e a destinação final dos resíduos industriais e dos grandes geradores de resíduos comerciais, que deverão ser realizados de forma adequada, de modo a não representar riscos ao meio ambiente e a saúde pública.
Art. 42 - As habitações, os terrenos não edificados e as construções em geral deverão ser mantidos em condições que não propiciem a proliferação de insetos, roedores, vetores e demais animais que representem risco à saúde, e será de responsabilidade do proprietário salvo no período em que houver mutirão municipal.
Art. 43 - Sempre que a coleta, transporte, tratamento, reciclagem e destinação final dos resíduos sólidos não forem da competência do Poder Municipal, a responsabilidade sobre a realização desses serviços será do próprio gerador.

CAPÍTULO V
Do Saneamento Urbano

Art. 44 - A habitação e construção em geral, devem ser mantidas em perfeitas condições de higiene, de acordo com as normas técnicas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 45 - A Vigilância Sanitária do Município fiscalizará construções, correções ou retificações de edificações, de acordo com normas técnicas especiais que regem a espécie e em consonância com os órgãos competentes.
Art. 46 - Os locais de reuniões, esportivas, recreativas, sociais, culturais e religiosas, tais como: piscina, colônias de férias e acampamentos, cinemas, teatros, auditórios, circos, parques de diversão, clubes, templos religiosos, salões de culto e de agremiações religiosas, deverão ser licenciados e obedecer às exigências previstas em normas técnicas especiais aprovadas pela Secretária Municipal de Saúde.
Parágrafo único - As disposições deste artigo aplicam-se também, a necrotérios, cemitérios, crematórios, indústrias, fabricas e oficinas, creches, edifícios de escritórios, lojas, armazéns, depósitos e estabelecimentos congêneres, lavanderias publicas, hotéis, motéis, albergues, dormitórios, pensões, pensionatos, internatos, escolas, asilos, cárceres, quartéis, conventos e outros locais, onde se desenvolvam atividades que necessitem de medidas e proteção à saúde coletiva.
Art. 47 - Os edifícios, construções ou terrenos urbanos serão inspecionados pelos órgãos de Vigilância Sanitária do Município, que intimará seus proprietários ao cumprimento das obras as necessárias que satisfaçam as condições higiênico—sanitárias.
Art. 48 - Toda pessoa proprietária, usuária, ou responsável por construção destinada á habitação ou por estabelecimento industrial, comercial, agropecuário, ou de qualquer natureza, cumprirá as exigências regulamentares destinadas à preservação da saúde pública ou que se destinem a evitar riscos à saúde ou á vida.
Art. 49 - Os serviços de limpeza de ruas, praças e logradouros públicos serão executados diretamente pelo Poder Público Municipal

deforma direta ou por concessão, permissão ou outro instrumento de delegação do serviço.

Art. 50 - Os moradores são responsáveis pela limpeza do passeio e sarjetas fronteiriças a sua residência.
Art. 51 - É proibido varrer lixo ou detritos sólidos de qualquer natureza para os logradouros públicos.
Art. 52 - Para preservar de maneira geral a higiene pública ficaproibido:
I — lavar roupas em chafarizes, fontes ou tanques situados nas vias públicas;
Il— conduzir, sem as precauções devidas, quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das vias publicas;
III — promover a retirada de materiais ou entulhos provenientes de construção ou demolição de prédios sem o uso de instrumentos adequados que evitem a queda dos referidos materiais nos logradouros ou nas vias publicas;
IV --lançar nas vias públicas, nos terrenos sem edificação, várzeas, valas, bacias, bueiros, sarjetas, lixo de qualquer origem, entulhos, cadáveres de animais, fragmentos pontiagudos ou qualquer material que possa ocasionar danos à saúde da população ou prejudicar a estética da cidade, bem como, queimar dentro do perímetro urbano, qualquer substancia que possa continuar ou corromper a atmosfera.

CAPITULO VI

Dos Necrotérios, Locais para Velórios, Cemitérios e Crematórios e Das

Atividades Mortuárias.

Art. 53 - O sepultamento e cremação dos cadáveres só poderão realizar-se em cemitérios mantidos ou licenciados pelo Poder Público Municipal por seu órgão sanitário competente.
Art. 54 - Nenhum cemitério será construído sem a aprovação dos projetos pela Secretaria Municipal dá Saúde e seus órgãos de Vigilância Sanitária.
Art. 55 A Secretaria Municipal de Saúde através de seu órgão de Vigilância Sanitária poderá ordenar execução de obras ou trabalhos, que sejam considerados necessários para a melhoria sanitária dos cemitérios, assim como a interdição temporária ou definitiva dos mesmos.
Art. 56 - O sepultamento, cremação, embalsamento, exumação, transporte e exposição de cadáveres obedecerão às exigências sanitárias previstas em Normas Técnicas Especiais aprovadas pela Secretaria Municipal de Saúde. Na ausência destas Normas Técnicas Especiais locais serão obedecidas as legislações Estadual e/ou Federal atinentes à matéria.
Art. 57 - O depósito e manipulação de cadáveres para qualquer fim, incluindo as necropsias, deverão ser feitos em estabelecimentos licenciados, de acordo com as técnicas e procedimentos reconhecidos.
Art. 58 - O embalsamento ou quaisquer outros procedimento sue visam à conservação de cadáveres, realizar-se-ão em estabelecimento licenciados, de acordo com as técnicas e procedimentos reconhecidos.
Art. 59 - A exumação dos restos mortais que tenham cumprido o tempo assinalado pela sua permanência nos cemitérios, observará às normas citadas pelas autoridades sanitárias.
Art. 60 — O Órgão de Vigilância Sanitária do Município fiscalizará as instalações dos serviços funerários.

TÍTULO IV

DO CONTROLE DAS POPULAÇÕES ANIMAIS URBANAS

CAPITULO I

Das Disposições Gerais

Art. 61 – A Secretaria Municipal de Saúde é responsável pelo controle das zoonoses no Município de Jardim de Piranhas/RN.
Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde de Jardim de Piranhas/RN também executará atividades relacionadas à assistência a animais de pequeno porte, de acordo com sua capacidade instalada. Será prioritária e gratuita a assistência aos animais, cujos proprietários se enquadrem no perfil social de baixa renda.
Art. 62 - Fica instituído o desenvolvimento de ações objetivando o controle das populações animais, conforme o dispositivo em regulamento, a ser instituído pela Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 63 - A Secretaria Municipal de Saúde através da Vigilância Sanitária e epidemiológica, respeitada as competências de outros Órgãos Federais, Estaduais e/ou Municipais determinará as medidas necessárias para proteger a população, contra os insetos, roedores e outros animais que possam ser considerados agentes diretos e indiretos na propagação de doenças ou interferir no bem-estar do individuo e da comunidade.

CAPÍTULO II

Da Criação de Animais

Art. 64 - Fica proibida a criação e manutenção de animais ungulados em área urbana.
§1° - Ficam excluídos da proibição contida no caput deste artigo, o emprego de animais para o trabalho, atividades militares, desportivas, cívicas e diversão pública além dos animais em exposição organizadas por associações devidamente legalizadas, feiras e destinados ao comércio legal, em conformidade com as normas técnicas pertinentes.
§20 - As instalações existentes na data da promulgação desta Lei, que contrariam o disposto neste artigo terão prazo paia remoção, definidos através de avaliação técnica pela autoridade sanitária.
Art. 65 - O uso de veículo de tração animal deverá ser fiscalizado pelo Poder Público Municipal no que se refere às normas ditadas esta Lei e Regulamentos posteriores.
Art. 66 - É proibida a utilização de animais feridos, enfraquecidos ou doentes em serviço de tração.
Art. 67 - A permanência de animais só será permitida quando não ameaçam a saúde ou segurança das pessoas e quando o lugar, onde forem mantidos, reúna condições de saneamento estabelecidas pela autoridade sanitária, a fim de que não se constituam em focos de infecção, causas de doenças ou insalubridade ambiental.

Art. 68 - Fica proibida a permanência de animais nos logradouros públicos, tais como: mercados, feiras livres, piscinas, estabelecimentos hospitalares e outros de saúde, escolas, clubes esportivos e recreativos, casas comerciais, estabelecimentos industriais ou comerciais, em halls de edifícios, suas escadas, elevadores, patamares, áreas de uso comum, ruas e avenidas.
Art. 69 – O trânsito de animais nos logradouros públicos só será permitido quando estes forem vacinados, registrados e devidamente atrelados.
Art. 70 – Será tolerada a existência em zona urbana, desde que obedecidas as normas e legislação em vigor, assim como o regulamento desta lei, de animais domésticos que não tragam inconvenientes à saúde e ao sossego público.
Art. 71 - Ficam proibidas as instalações de pocilgas, estábulos, chiqueiros, cocheiras, granjas avícolas e estabelecimentos congêneres dentro da zona urbana ou povoação densa desde que cause risco à saúde pública, a paz ou sossego dos moradores.
§1º - A remoção das instalações que contrariem este artigo é obrigatória, no prazo de até 90 dias ou a critério da autoridade sanitária competente.
§2° - Somente na zona rural são permitidos as instalações contidas no caput deste artigo, desde que dispunham de estruturas sanitárias apropriadas e condições higiênicas adequadas, devendo estar localizadas de modo a não permitir a propagação de odores para as cidades, núcleos populacionais e habitações mais próximas.
§3° - As construções de pocilgas ou chiqueiros, sistemas de tratamento e/ou armazenamento de dejetos deverão situar-se no mínimo a 50 metros de nascentes, 30 metros de distancia para rios até 10 metros de largura, 50 metros de distancia para rios ate 50 metros de largura, 100 metros para rios ate 200 metros de largura, 200 metros para rios ate 600 metros de largura e 500 metros para rios acima de 600 metros de largura.
§4° - As áreas dos criatórios, de armazenamento e de tratamento de dejetos, devem estar localizadas, no mínimo a 100 metros das divisas de terrenos vizinhos, 50 metros de estradas municipais e estaduais, 70 metros de estradas Federais, e 50 metros de distância mínima, em relação às áreas de disposição final dos dejetos.

§5° - Não será permitida a implantação de novos empreendimento de suinocultura à montante de pontos de captação de água para fins de estabelecimento público.
§6° - Os criatórios não podem se situar em áreas com afloramentos rochosos, formação de cascalho, em locais alagadiços e com afloramento do lençol freático e terrenos excessivamente inclinados.

CAPÍTULO III

Da Responsabilidade do Proprietário de Animais

Art. 72 - É de responsabilidade dos proprietários a manutenção dos animais em perfeitas condições de alojamento, alimentação, saúde e bem estar, bem como, as providencias pertinentes à remoção dos dejetos por eles deixados nas vias publicas.
Art. 73 - Os animais ao serem conduzidos em vias e logradouros públicos por seus proprietários deverão estar devidamente identificados e presos em coleiras, evitando assim possíveis' ataques aos transeuntes. No caso de cães de grande porte, estes só poderão transitar em via pública devidamente com os parâmetros de contenção (mordaça, (focinheira, estrangulador, enforcador, entre outros), bem como por pessoas que possam ter controle e domínio do animal.
Parágrafo único — Em caso de ocorrer agressão do animal a terceiros, por negligencia do responsável, ficará o mesmo responsabilizado pelos danos causados.
Art. 74 - Todo proprietário é obrigado a manter seu cão ou gato imunizado, anualmente, contra raiva e outras zoonoses, evidenciado através de comprovante emitido pelo órgão competente.
Art. 75 – É proibido abandonar animais vivos ou mortos, em qualquer área pública ou privada.

CAPÍTULO IV
Da Apreensão de Animais
Art.76 - Será apreendido todo e qualquer animal:
I — encontrado solto nas vias e logradouros públicos ou locais de livre acesso público;
II — suspeito de raiva ou outras zoonoses;
III— submetido a maus tratos por seu proprietário ou preposto deste;
IV — mantido em condições inadequadas de vida ou alojamento;
V — criado ou utilizado em desacordo com a presente Lei.
Parágrafo único — Os animais mencionados no *caput* deste artigo, uma vez capturados, serão conduzidos para a sede da Vigilância Sanitária ou outros órgãos responsáveis.
Art. 77 - Os animais suspeitos de raiva que tiverem mordido ou arranhado qualquer pessoa, serão isolados e observados no prazo mínimo de 10 (dez) dias.
Art. 78 - O transporte de animais doentes e a disposição de cadáveres que houverem sofrido de zoonoses, serão efetivados na forma determinada pelas autoridades sanitária.
Art. 79 - Os animais capturados serão mantidos por um prazo de 72 horas, e findo este prazo, não sendo os mesmos reclamados, terão destino determinado pela Secretaria Municipal de Saúde ou outros órgãos responsáveis.
§1º - O animal cuja apreensão for impossível ou perigosa poderá ser sacrificado *in loco*.
§2° - Quando o animal apreendido possuir valor econômico poderá ser leiloado ajuízo da autoridade competente ou dado ao público interessado.

§3° - Será cobrada dos proprietários de animais resgatados dentro do prazo, taxa diária de permanência a ser especificada em decreto.
CAPITULO V
Do Controle de Zoonoses
Art. 80 - Os proprietários ou inquilinos são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio, os seus quintais, pátios, prédios ou terrenos e adotar medidas destinadas a não formação ou proliferação de animais sinantrópicos, ficando obrigados à execução de medidas e providencias determinadas pelas autoridades sanitárias.
Art. 81 - É proibido o acúmulo de lixo, materiais inservíveis ou outros materiais que propiciem a instalação e proliferação de animais sinantrópicos.
Art. 82 - Os proprietários ou responsáveis por construções, edifícios ou terrenos, quaisquer que sejam as suas finalidades, deverão adotar as medidas indicadas pelas autoridades sanitárias, no sentido de mantê-las livres de roedores e de animais prejudiciais à saúde e ao bem estar humano.
Art. 83 - Os órgãos ou entidades responsáveis pela coleta de lixo concorrerão para o atendimento do disposto no artigo anterior, promovendo a execução regular daqueles serviços, visando evitar abrigo e proliferação de roedores, e outros que causem prejuízos à saúde da população, observando para tanto as instruções emanadas dos órgãos competentes.
Art. 84 - A autoridade sanitária deverá ser comunicada imediatamente, pelos profissionais de hospitais veterinários, públicos ou privados, assim como de clinicas veterinárias, caso haja suspeita ou constatação da existência de qualquer doença de animais, consideradas potencialmente transmissíveis ao homem, principalmente a raiva, leishmaniose, leptospirose, cisticercose, toxoplasmose e outras.
Art. 85 - O proprietário ou possuidor de animai à doentes ou suspeitos de zoonoses deverá submetê-los à observação, isolamento e cuidados, na forma determinada pela autoridade sanitária.

Art. 86 - Os proprietários, administradores ou encarregados de estabelecimentos ou lugares onde. hajam permanecido animais doentes ou suspeitos de padecer de doenças transmissíveis ao homem, de notificação obrigatória ficam obrigados a proceder a sua desinfecção ou desinfestação, conforme o caso, devendo observar as demais praticas ordenadas pelas autoridades sanitárias.
Art. 87 - Toda pessoa fica obrigada a permitir a entrada em seu domicílio ou lugares cercados de sua propriedade ou submetida a seus cuidados, das autoridades sanitárias, devidamente identificadas e autorizadas para efeito de exames, tratamento, captura ou sacrifício de animais doentes ou suspeitos de zoonoses e ou controle de vetores.
Art. 88 - O Município não responderá por indenizações de qualquer espécie no caso de animal apreendido vir a sucumbir.
Art. 89 - Fica determinado aos circos, parques de diversões e similares a que conduzirem e se utilizarem de atrações animais, a obrigatoriedade de requerer vistoria e laudo a ser emitido pela Vigilância Sanitária do Município, bem como, o cumprimento de normas regulamentares relacionadas a procedimentos, instalações e equipamentos, notadamente à legislação ambiental de proteção à fauna.
Parágrafo único — O órgão competente pela liberação da instalação de circos, parques de diversões e similares terá que remeter processo à Vigilância Sanitária do Município para apreciação e emissão de parecer técnico antes da autorização definitiva.
TÍTULO V
DA AÇÃO DE VIGILÂNCIA EPII EMIOLÓGICA E DA NOTIFICAÇÃO DE DOENÇAS
Art. 90 - A Vigilância Epidemiológica acompanhará as doenças e agravos à saúde, assim como a detecção e o conhecimento de seus fatores determinantes, através da sistematização de informações, realização de pesquisas, inquéritos, investigações e levantamentos necessários à elaboração execução de planos e ações, visando ao seu controle e/ou erradicação.

Art. 91 - Para efeitos deste código entende-se por doença transmissível, aquela que é causada por agentes animados, ou por seus produtos tóxicos e/ou também causada por agentes físicos como a radioatividade, agentes químicos como agrotóxicos, dentre outros capazes de serem transferidos direta ou indiretamente, de uma pessoa, de animais, de vegetais, do ar, do solo ou da água para o organismo de outra pessoa ou animal.
Art. 92 - É dever da autoridade sanitária e epidemiológica executar e fazer cumprir as medidas que visem a preservação e recupera -o da saúde, e impeçam a disseminação das doenças transmissíveis.
Parágrafo único — Á autoridade sanitária e epidemiológica compete coordenar junto aos órgãos de Saúde, os meios necessários para fiel execução do dispositivo neste artigo.
Art. 93 - São considerados como de notificação compulsória, no âmbito do Município, casos ou óbitos suspeitos ou confirmados das doenças classificadas com o Regulamento Sanitário Internacional, de relação elaborada pelo Ministério da Saúde e àquelas enumeradas em Normas Técnicas Especiais.
Parágrafo único — A relação das doenças caracterizadas como de notificação compulsória poderão ser modificadas mediante normalização posterior, de acordo com a epidemiologia das mesmas.
Art. 94 - A ação da Vigilância Sanitária e Epidemiológica ocorrerá em caráter permanente e constituirá atividade de rotina pela Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 95 - O dever de cada pessoa em relação à saúde consiste:
I — Na Adoção de hábitos, atos e condições higiênicas seguras,
II— Na cooperação e informação que lhe for solicitada pelo Órgão Sanitário competente.
III — No atendimento de normas, recomendações e orientações relativas à saúde.
IV — De acordo com as condições epidemiológicas ou com a incidência estatística, a Secretaria Municipal de Saúde poderá exigir a notificação de quaisquer infecções, infestações, contaminações ou

agressões constantes das Normas Técnicas Especiais, em indivíduos que estejam eliminando o agente etiológico ou seu derivado para o meio ambiente, ou recebendo agressões ambientais, mesmo que não apresentem, no momento, sintomatologia clinica alguma.
V - Inclui-se na exigência referida no Parágrafo anterior, a contaminação provocada por agentes inanimados, físicos ou químicos, causados por ocorrências localizadas e / ou emergenciais.
Art. 96 - A notificação compulsória dos casos de doenças tem caráter sigiloso obrigatório, em relação aos notificantes e as autoridades sanitárias que a tenha recebido.
§1° - A identificação do paciente portador de doenças referidas no caput deste artigo, fora do âmbito oficial somente poderá efetivar-se em caráter excepcional, em casos de grande risco à comunidade, a juízo de autoridade sanitária e com conhecimento prévio do paciente ou de seu responsável.
§2° - Quando se tratar de pacientes portador de doença de notificação compulsória, como a SIDA/AIDS ou outras características similares, detectadas no âmbito médico-hospitalar-laboratorial ou na própria comunidade, sua identificação se restringirá, exclusivamente, aos profissionais diretamente ligados a sua assistência médica e ás autoridades sanitárias notificadoras.
Art. 97 - É dever de todo cidadão, comunicar à autoridade sanitária local da ocorrência de fato comprovado ou presumível de agravo à saúde da população.
Art. 98 - São obrigados a fazer notificação a autoridade sanitária de casos suspeitos ou confirmados doenças relacionadas na Lista de Notificação Compulsória do Estado: médicos e outros profissionais de saúde, no exercício de profissão, bem como os responsáveis por organizações e estabelecimentos públicos e particulares de saúde, de ensino, os responsáveis pelos meios de transporte (automóvel, ônibus, transporte alternativo, etc...), onde tenha estado o paciente, respeitando o dispositivo no artigo 93.
Art. 99 - Os médicos veterinários, no exercício de sua profissão, notificarão à Vigilância epidemiológica Municipal os casos identificados de zoonoses.
Art. 100 - As notificações recebidas pela autoridade sanitária local serão comunicadas aos órgãos competente da Secretaria de Estado de Saúde, de acordo com o estabelecimento em Normas Técnicas.
Art. 101 - Notificado um caso de doença transmissível, ou observados, de qualquer modo, a necessidade de uma investigação epidemiológica competente à autoridade sanitária a adoção das demais medidas cabíveis.
Art. 102 - Recebida a notificação, a autoridade sanitária é obrigada proceder a investigação epidemiológica pertinente para elucidação do diagnostico e averiguação do agravo na comunidade.
Parágrafo único - A autoridade sanitária poderá exigir e executar investigações, inquéritos e levantamentos epidemiológicos, junto a indivíduos e a grupos populacionais determinados, sempre que julgar necessário.
Art. 103 - Na ocorrência de casos de doenças transmissíveis e agravos à saúde, caberá a autoridade sanitária, quando julgar pertinente, proceder à investigação epidemiológica, a definição das medidas de controle a adotar e a execução das ações que lhe couberem.
§1° - No controle de endemias e zoonoses, a autoridade sanitária poderá, considerados os procedimentos técnicos pertinentes, exigir a eliminação de focos, reservatórios e animais que, a definição das medidas de controle, a adotar e a execução das ações que lhe couberem.
§2° - A autoridade sanitária, sempre que julgar necessário, exigirá exames clínicos e/ou laboratoriais, necessários á conclusão da investigação epidemiológica.
Art. 104 - O poder Público poderá contratar serviços especializados para enfrentamento de endemias ou epidemias.
Art. 105 - Sempre que necessário, a autoridade sanitária competente adotará de quimioprofilaxia, visando prevenir e impedir a propagação de doenças.

Art. 106 - O isolamento e a quarentena estarão sujeitos a vigilância direta da autoridade sanitária, a fim de se garantir a execução das medidas profiláticas e o tratamento necessário.
Art. 107 - O isolamento e a quarentena importarão sempre no abandono de faltas ao trabalho ou à escola, cabendo a autoridade a emissão de documento comprobatório da medida adotada.
Art. 108 - A autoridade sanitária competente, deverá adotar medidas de vigilância epidemiológica, objetivando a acompanhamento de comunicantes e de pessoas procedentes de áreas onde ocorram moléstias endêmicas ou epidêmicas, por intervalo de tempo igual ao período Máximo de incubação da doença.
Art. 109 - A autoridade sanitária submeterá os portadores de doenças transmissíveis a um controle apropriado, dando aos mesmos adequados tratamentos, a fim de evitar a eliminação de agentes etiológicos para o ambiente.
Art. 110 - A autoridade sanitária proibirá que os portadores de doenças transmissíveis se dediquem à produção, fabricação, manipulação e comercialização de produtos alimentícios e congêneres, durante o período de transmissibilidade.
Parágrafo único - Os portadores de doenças transmissíveis, não poderão ser demitidos ou terem seus contratos de trabalho rescindidos em virtude da proibição a que se refere este artigo.
Art. 111 - Quando necessário, a autoridade sanitária determinará a execução da desinfecção concorrente ou terminal e, se for o caso, apoiará os órgãos competentes na descontaminação concorrente ou terminal.

TÍTULO VI
DAS VACINAS OBRIGATÓRIAS

Art. 112 - A Secretaria Municipal de Saúde, observando as normas e recomendações pertinentes, fará executar, no Município as vacinações de caráter obrigatório, definidas no Programa Nacional de Imunização, coordenando, controlando, supervisionando e avaliando o desenvolvimento das ações correspondentes.
Art. 113 - Para efeitos deste Código entende-se por vacinas de caráter obrigatório, aquelas que deitem ser ministradas sistematicamente, a todos os indivíduos de um determinado grupo etário ou à população em geral.
Art. 114 - Para efeitos deste Código, entende-se por vacinação básica, o numero de doses de uma vacina, a intervalos adequados, necessários para que o indivíduo possa ser considerado imunizado.
Art. 115 - As vacinações obrigatórias serão praticadas de modo sistemático e gratuito pelos Órgãos, e pelas entidades públicas, bem como pelas entidades privadas subvencionadas 'pelos Governos Federal, Estadual e Municipal.
Art. 116 - As vacinações obrigatórias e seus respectivos atestados serão gratuitos, inclusive quando executados por profissionais em as clínicas ou consultórios, ou estabelecimentos privados de prestação de serviços de saúde.
Art. 117 - O Cumprimento da obrigatoriedade da vacinação será comprovado através de documento de vacinação, conforme legislação vigente.
Parágrafo único - O documento comprobatório será emitido pelos serviços públicos de saúde ou privados, quando devidamente credenciados para tal fim pela Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 118 - A execução da vacinação obrigatória será da responsabilidade imediata da Rede de Serviços da Saúde, composta por Centros de Vacinação, que integram determinados estabelecimentos de saúde referidos Saúde pela Secretaria Municipal de Saúde competente, cada um com atuação a população residente ou em transito, em áreas geográficas ou continuas, de modo a assegurar uma cobertura integral.

Art. 119 - É dever de todo cidadão submeter-se à vacinação obrigatória.
Parágrafo único - Só será dispensado da vacinação obrigatória a pessoa que apresentar atestado médico de contra indicação explicita da aplicação da vacina.
Art. 120 - A Secretaria Municipal de Saúde, publicará periodicamente, as relações das vacinações consideradas obrigatórias no Município, de acordo com o Programa Nacional de Imunização, ou outro que venha a substituí-lo.
Art. 121 - A matrícula nas escolas de ensino fundamental, privadas ou públicas municipais, dependerá da apresentação de comprovante de vacinação promovida pelo Ministério da Saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde.
§1° - Compete à direção da escola e ao Conselho Comunitário Escolar, cumprir a determinação contida no caput, acompanhando os processos vacinais de alunos, mantendo controle e emitindo relatório semestral, para a Secretaria Municipal da Saúde, que conterá a

estatística e sugestões para adoção de providências que implementem o programa.
§2° - Compete ainda, a direção da escola o encaminhamento do aluno e seus pais ou responsáveis à Unidade de Saúde mais próxima, caso não apresentam na ocasião da matricula, o comprovante de vacinação.
§3° - A Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades de saúde promoverão a vacinação e expedição do respectivo certificado.
§4° - Não havendo condição de promover de imediato a vacinação, o aluno será matriculado com ressalva, devendo retornar ao órgão da Secretaria Municipal de Saúde para posterior cumprimento da determinação contida neste artigo.
Art. 122 - No caso de justificação epidemiológica, ou seja, mudança de faixa etária de risco será obrigatória a aplicação da vacina e correspondente emissão do atestado de vacinação.
Art. 123 - Na admissão da criança em creches e similares será obrigatória a apresentação de documento comprobatório de recebimento de vacinas indicadas para seu grupo etário.
Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Saúde poderá solicitar às creches e a qualquer estabelecimento de ensino publico ou privado, o documento comprobatório de vacinação de crianças menores de 05 anos que estejam matriculadas.

TÍTULO VII
DA SAÚDE DO TRABALHADOR
CAPÍTULO I
Princípios Gerais e Definição de Conceitos
Art. 124 - incumbe a Secretaria Municipal de Saúde, no âmbito de competência do SUS, coordenar, Desenvolver, fiscalizar e controlar atividades pertinentes á Saúde do Trabalhador no Município de Jardim de Piranhas/RN, conforme disposto em normas técnicas existentes no âmbito Federal, Estadual e Municipal.
Art. 125 - Entende-se por saúde do trabalhador um conjunto de atividades que contemplam as ações das Vigilâncias Epidemiológica e Sanitária, visando a promoção, prevenção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos a riscos e agravos advindos das condições de trabalho.
Art. 126 - O disposto nesta Lei com relação à saúde do trabalhador, aplica-se às atividades de natureza urbana e rural executadas por empresas publicas e privadas, órgãos da administração publica direta e indireta, autárquica e fundacional, órgãos dos poderes legislativo e judiciário, bem como trabalhadores autônomos, avulsos, em regime de economia familiar e informais.
Art. 127 - Desde que não esteja estabelecido de forma diferente nesta Lei, o contido na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT sobre saúde do trabalhador, será aqui adotado subsidiariamente no que couber.
Art. 128 - Compete a Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à Saúde do Trabalhador, É correspondendo, também, à assistência aos acidentados no trabalho ou portadores de doenças profissionais, a eliminação e/ou controle dos riscos nos locais e processos de trabalho.
Art. 129 - As atividades de saúde do trabalhador abrangerão, dentre outras, medidas que controlem os seguintes riscos:
I - decorrentes de acidentes e doenças no trabalho;
II - das ações de agentes físicos, químicos, biológicos, mecânicos, ergonômicos e outros;
III - decorrentes da fadiga ocupacional;
IV - decorrentes de inadaptação somáticas, fisiológicas e psicológicas.
Art. 130 - Os órgãos executores das ações de saúde do trabalhador desempenharão suas funções observando os seguintes princípios e diretrizes:
I - informar o trabalhador e respectivo sindicato sobre os riscos e danos à saúde, no exercício da atividade laborativa nos ambientes de trabalho;
II - garantir aos sindicatos de trabalhadores a participação nos atos de fiscalização, avaliações ambientais de saúde, pesquisas, acesso aos resultados obtidos e nas providencias adotadas;
III - garantir ao trabalhador, em condições de risco ou na iminência deste local de trabalho, a interrupção de suas atividades, sem prejuízo de quaisquer direitos, até a eliminação do risco;
IV - garantir aos sindicatos o direito de requererem à Vigilância Sanitária do Município a interdição de máquinas, de parte ou de todo o ambiente de trabalho, quando houver exposição de risco iminente para a vida ou da saúde dos trabalhadores com imediata ação do Poder Público competente.
V - dever de considerar o conhecimento do trabalhador como tecnicamente fundamental para o levantamento das áreas de risco e danos á saúde.
CAPÍTULO II
Da Assistência à Saúde do Trabalhador
Art. 131 - A assistência à saúde do trabalhador compreende as ações previstas na Lei n° 8.080 de 19 de setembro de 1990, que visam à recuperação e a reabilitação da saúde dos trabalhadores vítimas de agravos decorrentes de acidentes do trabalho e a estes relacionados.
Art. 132 - No atendimento ao trabalhador portador de agravos à saúde será obrigatoriamente considerada a possibilidade de nexo entre o agravo (acidente/doença) e a atividade exercida por este trabalhador.
Parágrafo único - Para os fins previstos neste artigo deverão ser observados os estudos epidemiológicos e os especializados na área de saúde do trabalhador, assim como, o conhecimento técnico profissional dos trabalhadores.

Art. 133 - O preenchimento de laudos e/ou relatórios médicos necessários para o acesso aos benefícios e serviços da Previdência Social, em caso de acidentes do trabalho/doença profissional e do trabalho, bem como para comprovação de patologia ocupacional, fazem parte da assistência à saúde do trabalhador.

Art. 134 - A ocorrência de acidente ou qualquer outro agravo manifestado subitamente no local de trabalho determinará, após os primeiros socorros, a remoção do trabalhador para o hospital ou outro serviço .e saúde, quando for o caso, por parte do empregador ou responsável.

CAPÍTULO III
Da Vigilância nos Ambientes de Trabalho
Art. 135 - A Vigilância Sanitária do Município, no âmbito da Saúde do trabalhador, exercerá a fiscalização em estabelecimentos, empresas e locais de trabalho, obedecendo aos aspectos:
I - condições sanitárias ambientais os riscos operacionais dos locais de trabalho;
II - condições de saúde do trabalhador;
III - condições relativas aos dispositivos de proteção coletiva e / ou individual;
IV - condições relativas à disposição física de maquinas e equipamentos.
Art. 136 - Os acidentes de trabalho e as doenças a estes relacionadas passam a ser notificação compulsória.
Art. 137 - São obrigações do empregador, além de outras previstas na legislação em vigor:
I - manter as condições e as formas de organização do trabalho adequadas às condições psicofísicas dos trabalhadores;

II - permitir e facilitar o acesso das autoridades sanitárias aos locais de trabalho a qualquer dia e horário, fornecendo as informações e dados solicitados;
III - dar ampla informação aos trabalhadores sobre os riscos conhecidos relativos ao ambiente e processo de trabalho;
IV - informar por escrito aos trabalhadores, como proceder em caso de acidentes;
V - comunicar, imediatamente, à autoridade sanitária a existência de riscos relacionados com a organização, ambiente, processo, equipamento ou substancias manuseadas no trabalho, bem como implementar cronograma para a correção dos mesmos.
Art. 138 - São obrigações do trabalhador:
I - a manutenção higiênica do local de trabalho;
II - a execução de ações de segurança operacional;
III - o uso de dispositivos de proteção Adequados;
IV - a colaboração com a empresa e seus setores especializados nas ações que visam a manutenção da segurança e higiene no trabalho.
Art. 139 - A vigilância em saúde do trabalhador será exercida por técnicos habilitados e autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde.
Art.140 - Os locais de trabalho não poderão ter comunicação direta com dependências residenciais.
Art. 141- Os compartimentos especiais destinados a abrigar fontes geradoras de calor deverão ser isolados termicamente.

Art. 142 - As águas provenientes de lavagem dos locais de trabalho deverão ser lançadas na rede coletora de esgotos ou ter outra destinação conveniente, a critério da autoridade competente.

CAPÍTULO IV
Das relações Infra e Intersetorial

Art. 143 - No desempenho das obrigações que lhe são atribuídas por esta Lei, a Secretaria Municipal, de Saúde de Jardim de Piranhas/RN, gestora do Sistema Único de Saúde na esfera municipal manterá entendimento e intercambio de experiências permanentes com outros setores públicos e/ou privados sem fins lucrativos, cuja atuação e objetos interfiram na saúde do trabalhador.

Art. 144 - A Secretaria Municipal de Saúde deverá buscar a participação junto aos setores referidos no artigo anterior, em projetos de estudos e pesquisas na área de saúde do trabalhador.

TÍTULO VII
DAS SUBSTÂNCIAS E PRÓDUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE

Art. 145 - Entende-se por substâncias e produtos de interesse da saúde os alimentos de origem animal e vegetal, produtos dietéticos, gêneros alimentícios, águas minerais e de medicamentos, produtos fototerápicos, insumos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene, agrotóxicos, materiais de revestimento, equipamentos de proteção individual e todos os demais produtos e substâncias que, direta ou indiretamente te, acarretem agravos à saúde.

Art. 146 - As empresas públicas ou privadas produtores, distribuidores, comercializadores e as que prestam serviços relacionados aos produtos de interesse da saúde, deverão manter responsáveis técnicos legalmente habilitados, suficiente qualitativa e quantitativamente, para a correspondência cobertura das diversas atividades de acordo com as normas deste Código e conforme a legislação sanitária vigente.

Art. 147 - Todo estabelecimento, ou local destinado à importação, exportação, extração, beneficiamento, manipulação, acondicionamento, armazenamento, depósito, transporte, distribuição, esterilização, reprocessamento, aplicação, comercialização, uso de Produtos de interesse da saúde, deverão possuir Licença Sanitária de Funcionamento, expedida pelo órgão sanitário competente, salvo as atividades artesanais inerentes à economia familiar, Programa de Agricultura Familiar e atividades afins.

Art. 148 - Incluem-se entre os produtos e substâncias de interesse da saúde os inseticidas, raticidas e outros produtos e substâncias utilizados em dedetizações, ficando os prestadores, desses serviços sujeitos ao controle e fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 149 - A Secretaria Municipal de Saúde, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais, no que couber, normatizar e fiscalizará o exercício das atividades que envolvam substâncias e produtos de interesse da saúde, quer de natureza comercial, industrial ou de prestação de serviços.

§1° - A normatização da Secretaria Municipal de Saúde abrangerá as condições de funcionamento, tipos de produtos colocados à venda, adequado sistema de armazenamento, conservação, dispensação, transporte, manipulação, entre outras julgadas pertinentes.

§2° - A fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde sobre as atividades referidas no caput deste artigo estender-se-á, inclusive, à publicidade e às empresas publicas.

TÍTULO VIII
DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS, MEDICAMENTOS, DROGAS, INSUMOS FARMACÊUTICOS, CORRELATOS, COSMÉTICOS, SANEANTES DOMISSANITÁRIOS E OUTROS PRODUTOS.

Art. 150 - A Vigilância Sanitária do Município exercerá o controle e a fiscalização sobre o comércio dá drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, correlatas e quaisquer outros produtos que interessem à saúde, bem como sobre os estabelecimentos que produzam, manipulam, importam, exportam, distribuam, comercializam, transportam ou representam as substâncias ou produtos citados.

Parágrafo único - Ficam adotadas as definições constantes nas Legislações Federal, Estadual e Municipais "próprias, no que se referem aos produtos,

Art. 151 - As empresas e estabelecimentos que exercem as atividades de fabricação, manipulação, importação, exportação, comércio, dispensação, distribuição, transporte, armazenamento ou representação dos produtos e substâncias elencados no artigo anterior, serão licenciados pela Vigilância Sanitária do Municio, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - documento de constituição da empresa;
II - documento da relação contratual entre a empresa e seu responsável técnico, quando for o caso;
III - documento de habilitação legal do responsável técnico (Certificado de Regularidade Técnica), expedida pelo conselho competente.

Art. 152 - Os estabelecimentos de que trata o Artigo 150 destinam-se exclusivamente ao respectivo ramo, e deverão manter dependências físicas distintas e separadas de qualquer ouro tipo de comércio ou residências.

Art. 153 - Compete Vigilância Sanitária do Município licenciar e fiscalizar a produção, manipulação, armazenamento, distribuição, transporte, representação e a dispensação de drogas, produtos químico-farmacêuticos, plantas medicinais, preparações oficinais ou magistrais, especialidades farmacêuticas, antissépticos, desinfetantes, inseticidas, rodenticidas, produtos biológicos, produtos dietéticos, de higiene, de toucador e de quaisquer outros que interessem à saúde pública.

Art. 154 - Cabe à Vigilância Sanitária do Município o controle e a fiscalização dos estabelecimentos em que se produzam, manipulam armazenam, transportam e dispensam a final e a qualquer título, os produtos substâncias citados no artigo anterior, podendo colher amostras para análises, realizar apreensão daqueles que não atenderem ás exigências regulamentares de segurança, eficácia, qualidade e inocuidade, ou forem utilizados inadequadamente ou dispensados ilegalmente, como também, poderá interditar, apreender e inutilizar àqueles por riscos ou por causarem dano à saúde da população.

Art. 155 - A Vigilância Sanitária do Município fiscalizará os dizeres dos rótulos, bulas, prospectos dei quaisquer drogas, produtos ou preparações farmacêuticas, especialidades farmacêuticas, saneantes domissanitários, produtos para uso odontológico, toucador" e outros congêneres, bem como os de propaganda, qualquer que seja o meio de divulgação.

Art. 156 - As farmácia e drogarias poderão manter serviços de ambulatório para aplicação de injeções, respeitada a Legislação Federal e Estadual atinente à espécie.

§1- As aplicações de injeções realizadas nas farmácias ou drogarias, só poderão ser ministradas pelos farmacêuticos ou por profissional habilitado com autorização expressa do responsável técnico do estabelecimento, preenchidas as exigências legais.

§2° - O estabelecimento deverá possuir um livro de receituário destinado aos registros das injeções efetuadas, devendo os mesmos serem registrados na Vigilância Sanitária, através de termos de abertura e encerramento.

§3° - No livro do receituário, deverá conter: nome e endereço do paciente, nome do medicamento, nome do médico que prescreveu e número do CRM — Conselho Regional de Medicina, data, assinatura de quem aplicou e visto responsável técnico.

Art. 157 - É veada a manutenção de estoque de especialidades farmacêuticas na área destinada aos serviços de ambulatório, bem como manter quaisquer equipamentos que caracterizem a prática médica.

Art. 158 - A troca de medicamentos sujeitos ao regime de controle sanitário especial, só poderá ocorrer mediante os seguintes critérios:

I - os produtos deverão estar nas mesmas condições apresentadas quando do ato da compra, ou seja, a embalagem não poderá estar violada;

II - ficará sob a responsabilidade do estabelecimento elaborar o documento, que terá modelo único padronizado pela Vigilância Sanitária Municipal, e deverá conter obrigatoriamente:

a) todos os dados da notificarão (nome do medicamento, nome e endereço do paciente e/ou comprador, quantidade prescrita, forma de apresentação, nome do médico e número do CRM);

b) data em que está ocorrendo à troca;

c) assinatura do responsável técnico pelo estabelecimento e do comprador e/ou paciente.

d) visto da Vigilância Sanitária, o qual deverá ser solicitado no prazo máximo de 72 horas;
e) duas vias, sendo uma para o estabelecimento e outra para Vigilância Sanitária.
Art. 159 - É vedado aos estabelecimentos de que trata o Artigo 151 manter serviços de entrega em domicilio de medicamentos sujeitos a regime de controle sanitário especial.
Art. 160 - Todo estabelecimento, entidade ou órgão que produzir, comercializar, distribuir, armazenar 'ou manipular substâncias ou medicamentos sujeitos ao regime de controle sani6rio especial, deverá manter, para efeito de fiscalização e controle, livros de escrituração, conforme legislação sanitária específica.
Art. 161 - A escrituração de todas as operações relacionadas com substâncias e medicamentos sujeito à regime de controle sanitário especial será feita de modo minucioso, legível, sem rasuras, sendo permitida a emissão de documentos por sistemas de processamento de dados, sem, entretanto, apresentar divergências entre o estoque físico constante dos armários e o estoque escriturado nos livros.
Art. 162 - Para efeito de devolução de medicamentos ou substâncias com prazo de validade expirado, feito pelo proprietário ou encontrada devidamente separada no estabelecimento, serão mantidos termos próprios de "devolução para produtos vencidos", elaborados pela Vigilância Sanitária Municipal.
Art. 163 - Os estabelecimentos que distribuam, comercializam ou utilizam o adesivo de cola de sapateiro e solventes químicos deverão ser cadastrados na Vigilância Sanitária Municipal.
Parágrafo único - Compete à Vigilância Sanitária do Município, o exercício das ações de controle e fiscalização dos estabelecimentos e produtos de que trata este artigo.
Art. 164 - É obrigatória a assistência técnica de farmacêutico responsável técnico nos setores de dispensação dos hospitais públicos e privados e demais unidades de saúde, distribuidoras de medicamentos, casas de saúde, clínicas de repouso e similares e em todos estabelecimentos que dispensam, distribuam ou manipulam medicamentos sob controle especiais ou sujeitos à prescrição medica.

TÍTULO IX
DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS AUMENTOS
CAPÍTULO I
Das disposições preliminares
Art. 165 - A Secretaria Municipal de Saúde através do seu órgão de Vigilância Sanitária do Município exercerá o controle e a fiscalização sobre alimentos, matéria-prima alimentar alimentos para fins especiais, aditivos e quaisquer outros produtos alimentícios.
Parágrafo único - Ficam adotadas as definições constantes nas legislações federal, estadual e municipal pertinentes, no que se refere a alimentos e outros produtos citados.
Art. 166 - Cabe à Vigilância Sanitária do Município, licenciar, controlar e fiscalizar a extração, produção, fabricação, transformação, armazenamento, transporte, comercialização e consumo de alimentos e/ou outros produtos citados no art. 166.
Art. 167 - Todo alimento destinado ao consumo humano, qualquer que seja sua origem, estado ou procedência, produzido ou exposto à venda, no Município de Jardim de Piranhas/RN, deverá atender aos padrões de identidade e qualidade e, bem assim, aos requisitos de higiene, envasamento, rotulagem e embalagem, estabelecidos em normas legais e regulamentares especificas.
Art. 168 - Os alimentos destinados ao consumo imediato, tenham ou não sofrido cocção, só poderão se expostos à venda, devidamente protegidos, e os industrializados quando registrados no Órgão Federal ou Estadual competente.
Art. 169 - As instalações destinadas aos serviços de alimentação deverão atender aos padrões determinados pela Secretaria Municipal de Saúde nos aspectos concernentes à saúde publica, sem prejuízo da aplicação das normas emanadas de outros órgãos competentes do Município, do Estado e da União, no que couber.

Art. 170 - As pessoas físicas e jurídicas, que exercem atividades de produção, comercialização e industrialização de alimentos e produtos alimentícios, ficam sujeitas ao controle e fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde , em prejuízo do atendimento às exigências de outros órgãos e entidades competentes do Município, do Estado e da União.
Art. 171 - Somente poderão ser postos à venda os alimentos e matérias primas alimentares, alimentos in natura, aditivos para alimentos e, materiais, artigos e utensílios destinados a entrar em contato com o alimento que estejam em boas condições de consumo e não cause risco à saúde dos consumidores.
Art. 172 - São considerados impróprios para comercialização e/ou consumo os gêneros alimentícios deteriorados, corrompidos, adulterados, falsificados, fraudados, bem como aqueles que:
I - contenham substâncias venenosas ou tóxicas em quantidades que possam torná-las prejudiciais à saúde do consumidor ou estejam acima dos limites de tolerância permitida pelos órgãos competentes do Ministério da Saúde;
II - contenham microrganismos patogênicos ou parasitas vivos em qualquer estágio de evolução.
III - tenham suas embalagens constituídas, no todo ou em parte, por substâncias prejudiciais à saúde
Parágrafo único - Não se enquadram, na restrição do caput deste artigo, os gêneros alimentícios cujas alterações forem previstas em lei ou regulamento.
Art. 173 - Os alimentos, destinados à comercialização, deverão ser armazenados, depositados, expostos sobre estrados, prateleiras ou dependurados em suporte, não sendo permitido o contato direto com piso.
Art. 174 - Os estabelecimentos que comercializam alimentos deverão:
I - possuir dependências e instalações suficientes e adequadas ao ramo de comércio a que se destinam, para manipulação, conservação, acondicionamento e armazenamento de alimentos expostos a venda;

III - manter permanentemente higienizadas as dependências, bem como os utensílios e demais materiais que utilizam;
III - ajustar o local destinado à produção de alimentos em função de sua capacidade operacional.
Art. 175 - A Secretaria Municipal de Saúde normatizará as condições indispensáveis à comercialização de alimentos, inclusive a abrangência de suas ações de fiscalizações e controle sanitário dos alimentos, bem como sobre os estabelecimentos sujeitos a essa fiscalização, feiras livres e ambulantes.
Art. 176 - Os proprietários, vendedores ambulantes e todos aqueles que estiverem de posse de produtos alimentícios destinados à venda são obrigados a cumprir as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde, sob pena de incidirem nas penalidades previstas neste Código.
Art. 177 - A comercialização de leite, carne e seus derivados só será permitida nos estabelecimentos que disponham de equipamentos adequados à manutenção de qualidade e identidade do produto.

CAPÍTULO III
Da industrialização de alimentos
Art. 178 - Os estabelecimentos que industrializam alimentos, além das exigências determinadas pela legislação do Município, Estado e da União, deverão possuir dependências, instalações e utensílios suficientes e adequadas às finalidades a que se destinam e em permanentes condições de higiene e salubridade.

Art. 179 — Os depósitos de matérias primas alimentares e aditivos para alimentos deverão ter proteção permanente contra a ação de roedores, insetos e outros agentes nocivos à saúde.

Art. 180 – Os produtores alimentícios que, por força da sua consistência ou tipo de comercialização, não forem completamente protegidos por invólucros próprios e adequados, deverão ser acondicionados de acordo com as exigências do órgão competente da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 181 – Os estabelecimentos que industrializarem gêneros alimentícios, além de outras exigências previstas neste Código e Normas Técnicas Especiais, deverão possuir:
I — sistema de abastecimentos de água portável com reservatório que garanta seu perfeito funcionamento;
II — rede de esgotos com canalização ampla para escoamento das águas residuais e dos resíduos industriais.

CAPÍTULO IV
Da inspeção e fiscalização

Art. 182 — Sem prejuízo da ação das autoridades federais e estaduais competentes e, observada legislação pertinente, a Secretaria Municipal de Saúde inspecionará e fiscalizará todo o local onde haja fabrico, comercialização, manipulação, beneficiamento, acondicionamento, conservação, transporte, depósito, distribuição ou venda de alimentos, produtos alimentícios, matéria prima alimentar, alimentos in natura, alimentos enriquecidos, alimentos dietéticos, alimento de fantasia, alimento irradiado e aditivos intencionais, entre outros.

TÍTULO X
DO CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E DAS CONDIÇÕES DE EXERCÍCIOS DE PROFISSÕES E OCUPAÇÕES RELACIONADAS COM A SAÚDE.

Art. 183 - A Vigilância. Sanitária do Município exercerá controle, fiscalização e licenciamento dos serviços de saúde, bem como vigilância das condições de exercício de profissões e ocupações relacionadas diretamente com a saúde.
Parágrafo único - Ficam adotadas as definições constantes nas legislações federal, estadual e municipal pertinentes, no que se refere aos serviços de saúde e profissões relacionadas à saúde de que tratam este artigo.
Art. 184 - Os serviços de saúde de que se trata o artigo anterior são os seguintes:
I - Serviços de assistências médica hospitalar:
II - Serviços médicos e paramédicos ambulatoriais;
III - Laboratório de análises clinicas e congêneres;
IV - Serviços de saúde para fins diagnósticos por imagem e congêneres;
V - Serviços hemoterápicos;
VI - Serviços de assistência odontológica;
VII - Laboratório e oficinas de prótese odontológica;
VIII - Institutos e clinicas de beleza sem responsabilidade médica, estabelecimentos de esteticismo e cosmética, tais como: cabeleireiros, barbeiros, institutos de beleza, saunas, casas de banho e congêneres;
IX - Saunas e casas de massagem;
X - Bancos de leite humano, órgãos e congêneres;
XI - Institutos e clinicas de beleza sob responsabilidade médica;
XII - Institutos e academia de atividades físicas;
XIII - Estabelecimentos que industrializam ou comercializam lentes oftálmicas e de contato;
XIV - Serviços de assistência veterinária;
XV - Serviços de radiologia;
XVI - Institutos e clinicas de reabilitação;
XVII - Creches;
XVIII - Casas e clinicas de repouso;
XIX - Locais destinados à hospedagem, tais como: hotéis, pensões, hospedarias e assemelhados;
XX - Estabelecimentos responsáveis pela produção, armazenamento e transporte de material radioativo ou equipamentos que contenham substancias radioativas;
XXI - Outros serviços ou organizações afins, onde se desenvolvam atividades com a participação de agentes que exerçam profissões e ocupações relacionadas diretamente com a saúde, ou outros serviços que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde.
Art. 185 - Os estabelecimentos de serviços de saúde deverão possuir instalações, equipamentos ou aparelhos adequados às suas finalidades, de acordo com as exigências da legislação pertinente.
Art. 186 - Para o cumprimento do disposto nesta Lei, as autoridades sanitárias no desempenho da ação fiscalizadora, observarão:

I - capacidade legal do agente;
II - condições do ambiente adequadas;
III - obediência aos critérios técnicos e orientações do fabricante, existência de instalações, equipamentos e aparelhos indispensáveis e condizentes com as suas finalidades e em perfeito estado de funcionamento;
IV - meios de proteção capazes de evitar efeitos nocivos á saúde de agentes, clientes, pacientes e circunstantes;
V - métodos ou processamentos de tratamento dos pacientes, de acordo com os critérios científicos e não vetados por Lei.
Art. 187 - As ações de vigilância sanitária de que trata este titulo, abrangerão todos os locais onde haja serviços de saúde em que sejam exercidas profissões ou ocupações relacionadas aos serviços referidos no Art. 185, através de vistorias sistemáticas e obrigatórias pelas autoridades sanitárias devidamente credenciadas, ficando igualmente sujeitos a estas ações os órgãos públicos, entidades autárquicas, paraestatais e associações ou instituições privadas de qualquer natureza.
Art. 188 - Todos os estabelecimentos relacionados á saúde deverão funcionar sob responsabilidade técnica de profissionais legalmente habilitado no Conselho da Classe, e presente ao estabelecimento sob sua responsabilidade.
§1° - Os estabelecimentos óticos que se encontrem instalados no Município de Jardim de Piranhas/RN deverão funcionar sob responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado.
§ 2° - Não se aplica o artigo acima citado o disposto no artigo 185, incisos VIII, IX, XVII e XIX.
Art. 189 - Todo estabelecimento de serviços de saúde, deverá ter registro no mesmo conselho profissional em que se encontra escrito o seu responsável técnico.
§1° - Os estabelecimentos de saúde que possuem profissionais de diferentes áreas de atuação deverão indicar em profissional responsável técnico geral do estabelecimento.
§2° - A existência de um responsável técnico geral não desobriga os demais profissionais, responsáveis técnicos dos diversos setores do estabelecimento, da solicitação do alvará sanitário, apresentando para tal, toda documentação exigida.
Art. 190 - No campo das analises clinicas, sempre que imprescindível, o transporte de produtos biológicos ocorrerá obedecendo-se os cuidados básicos necessários e normas especiais de preparação e conservação de amostras biológicas.
Parágrafo único - Em casos de analises laboratoriais que não sejam possíveis de serem executadas, dentro dos limites da Cidade de Jardim de Piranhas/RN, os cuidados necessários ao transporte, conservação e preparação deverão obedecer á legislação federal pertinente.
Art. 191 - Os profissionais ambulantes que fazem pressão arterial, nos limites do Município Jardim de Piranhas/RN, só poderão exercer suas funções, desde que, previamente autorizado pelo conselho de profissional competente e apresentando o certificado de aferição do aparelho.
Art. 192 - Os estabelecimentos que possuem piscina públicas ou de uso coletivo restrito, deverão, obrigatoriamente, dispor de profissional médico para execução dos exames básicos necessários à manutenção de saúde do usuário.
Art. 193 - Os estabelecimentos que mantenham serviço de transporte de pacientes, bem como o de produtos relacionados à saúde, deverão apresentar, junto à autoridade competente, declaração individualizada de cada veiculo, constando obrigatoriamente equipamentos e recursos humanos, além de outras informações definidas em norma técnica para fins de cadastramento.
Art. 194 - Ocorrendo interdição de estabelecimentos relacionados à saúde ou de suas subunidades pela Vigilância Sanitária do município, deverá a Secretaria Municipal de Saúde suspender de imediato, eventuais contratos e convênios que mantenha com tais estabelecimentos ou suas subunidades pelo tempo que durar a referida penalidade.
Art. 195 – A Vigilância Sanitária ao interditar estabelecimentos relacionados à saúde, deve publicar edital de notificação de risco sanitário no diário oficial e em jornais de grande circulação.

TÍTULO XI
INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO

CAPITULO I
Das infrações e Penalidades
Art. 196 - São infrações sanitárias todas as medidas e atos praticados ou omitidos por pessoas físicas e jurídicas em desacordo com as disposições deste Código, assim coro desobediência ou inobservância ao disposto em leis, normas técnicas especiais e em outras que, por qualquer forma, destinam-se á promoção, proteção e recuperação da saúde.
Art. 197 - Responde pela infração quem por ação ou omissão lhe deu causa, ou concorreu para sua pratica ou dela se beneficia.
Parágrafo único - Exclui a imputação de infração a causa decorrente de força maior proveniente de eventos naturais ou circunstanciais imprevisíveis.

Art. 198 - as infrações, a critério das autoridades sanitárias, classificam-se:
I - leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstancias atenuantes;
II - graves, aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;
III - gravíssima, aquela em que se a verificada a existência duas ou mais circunstâncias agravantes.
Art. 199 - São circunstancias atenuantes:
I - a ação do infrator ter sido fundamental para a consecução do evento;
II - a errada compreensão da normal sanitária, admitida como escusável, quando patente a incapacidade do agente para atender o caráter ilícito do fato;
III - o infrator, por espontânea vontade, imediatamente procurar reparar ou minorar as consequências do ato à saúde que lhe for imputado;
IV - ter o infrator sofrido coação, a que podia resistir, para a pratica do ato;
V - o infrator nunca ter sofrido uma penalidade, e a falta cometida ser de natureza leve.
Art. 200 - São circunstâncias agravantes:
I - ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual, fraude ou má-fé;
II - ter o infrator cometido a infração para obter qualquer tipo de vantagem decorrente da utilização de servos e do consumo pelo publico de produto elaborado em contrario ao disposto na legislação sanitária;
III - tendo conhecimento do ato lesivo á saúde publica, o infrator deixar de tomar providencias de sua alçada tendentes a evitá-lo ou saná-lo;
IV - o infrator coagir outrem para execução material da infração;
V - ter a infração consequências calamitosas à saúde publica;
VI - ser o infrator reincidente específico e / ou genérico;
VII - Ter o infrator agido de forma agressiva e / ou desrespeitosa perante a autoridade sanitária;
VIII - ter o infrator obstado ou dificultado a ação da autoridade sanitária;
IX - descumprir atos emanados pelas autoridades sanitárias.
§1° - A reincidência especifica caracterizar-se-á quando o infrator, após decisão definitiva na esfera administrativa do processo que lhe houver imposto a penalidade, cometer nova infração do mesmo tipo ou permanecer em infração continuada.

§2º - A reincidência especifica torna o infrator possível de enquadramento na penalidade máxima e a caracterização da infração em gravíssima.
Art. 201 - Para a imposição de pena e da sua graduação, a autoridade sanitária competente levará em conta:
I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;
II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde individual e coletiva;
III - os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.
Parágrafo único - Sem prejuízo ao disposto neste artigo, na aplicação da penalidade de multa a autoridade sanitária competente levará em conta a capacidade econômica do infrator.
Art. 202 - Havendo concurso de circunstancias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena será considerada em razão das que sejam preponderantes.
Art. 203 - As infrações sanitárias, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de:
I - advertência;
II - multa;
III - interdição parcial ou total de total de bens e / ou produtos;
IV - apreensão parcial ou total de bens e / ou produtos;
V - inutilização de bens e / ou produtos;
VI - suspensão de vendas e / ou fabricação de bens e / ou produtos;
Vil --interdição parcial ou total do estabelecimento;
VIII - proibição de propagandas;
IX - intervenção;
X - cancelamento de alvará sanitário
Art. 204 - A penalidade de intervenção será aplicada a estabelecimentos sujeitos à fiscalização sanitária, produtores de bens e prestadores de serviços de qualquer natureza, públicos e privados, quando houver risco iminente à vida ou à saúde publica.
§1° - Os valores da Taxa de Vigilância Sanitária e das multas em virtude do exercício das ações de vigilância sanitária serão recolhidos aos cofres públicos do Município, creditados ao Fundo Municipal de Saúde, revertidos exclusivamente para o Serviço Municipal de Vigilância Sanitária e sob o controle social do Conselho Municipal de Saúde.
§2° - A duração da intervenção será aquela julgada necessária pela autoridade sanitária para que cesse o risco aludido no *caput* deste artigo, não podendo exceder o período de 180 (cento e o lenta) dias.
§30 - A nomeação do interventor ficará a cargo do Secretario Municipal de Saúde, não sendo permitido a nomeação de então dirigentes, sócios ou responsáveis técnicos, seus cônjuges e parentes até o 2° grau, dos estabelecimentos apenados.
Art. 205 - A interdição será aplicada pela autoridade sanitária competente, sempre que houver risco à saúde individual e / ou coletiva justificar.
Parágrafo único - A imediata interdição, quando cautelar, será aplicada pela autoridade sanitária no ato da fiscalização com a lavratura do auto de infração.
Art. 206 - Nos casos em que a infração exigir a ação pronta da autoridade sanitária, as penalidades casos apreensão, de interdição e / ou inutilização de bens, produtos e estabelecimentos deverão ser aplicadas de imediato, sem prejuízo de outras eventualmente cabíveis.
Art. 207 - O cancelamento de alvará sanitário será determinado pela autoridade competente, como penalidade imposta em decisão final do processo administrativo.

Art. 208 - A autoridade sanitária deverá comunicar através de ofício dirigido aos órgãos de classe, gerando ocorrer infração sanitária que contenha indícios de violação do Código de Ética do profissional.
Art. 209 - A pena de multa consistirá no pagamento de valores pecuniários, conforme determinação em legislação específica.
Art. 210 - São infrações sanitárias, entre outras:
I - obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades sanitárias competentes no exercício de suas funções:
Pena Advertência, interdição, cancelamento do alvará sanitário e / ou multa.
II - deixar de executar, dificultar opor-se á execução de medidas que visem a prevenção de doenças transmissíveis e sua disseminação, a prevenção e a manutenção da saúde:
Pena Advertência, interdição, intervenção e / ou multa.
III - deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de emitir atestado de saúde ocupacional ou de notificar acidentes e doenças do trabalho, zoonoses e doenças transmissíveis ao homem, de acordo com o que disponham as normas legais ou regulamentares vigentes:
Pena Advertência, intervenção e ou multa.
IV - impedir, retardar ou dificultar a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis e ao homen9 controle de animais portadores de zoonoses? Pena — Advertência, interdição, apreensão de animais e / ou multa.
V - construir, instalar ou faz funcionar estabelecimentos de produção, embalagem, manipulação e comercio de bens e produtos de interesse para a saúde, sem alvará sanitário ou contrariando normas legais pertinentes:
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização, intervenção, cancelamento de alvará sanitário e / ou multa.
VI - construir, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos de prestação de serviços de interesse para a saúde, sem alvará sanitário ou contrariando normas legais pertinentes:
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização, intervenção, cancelamento de alvará sanitário e / ou multa.
VII - extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, embalar ou reembalar, enriquecer, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar produtos de interesse à saúde, sem registro do Órgão competente e /ou contrariando' o disposto na legislação sanitária vigente:
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização, cancelamento de alvará sanitário e / ou multa.
VIII - descumprimento de normas regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias pelas empresas de transporte, seus agentes e consignatários, comandantes ou

responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, ferrovias e veículos terrestres, nacionais e estrangeiros:
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização, cancelamento de alvará sanitário e / ou multa;
IX - expor a venda produtos que (verem a sua comercialização suspensa pelo Órgão sanitário competente:
Pena: Interdição, apreensão, inutilização, cancelamento do alvará e / ou multa.
X - reaproveitar vasilhames de saneantes, seus congêneres e de outros produtos capazes de serem nocivos à saúde, no envasamento de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene, cosméticos e perfumes:
Pena: Interdição, apreensão, inutilização, cancelamento do alvará sanitário e / ou multa;
XI - fraudar, falsificar e / ou adulterar bens e produtos que interessem a saúde publica:
Pena: Interdição, apreensão, inutilização, cancelamento de alvará sanitário e / ou multa.
XII - atribuir a bens e produtos de interesse para a saúde publica, qualidade medicamentosa, terapêutica ou nutriente superior a que realmente possuir, assim como, divulgar informação que possa induzir consumidor a erro, quanto à qualidade, natureza, espécie, origem quantidade e identidade dos produtos:
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização, proibição de propaganda, cancelamento de alvará sanitário e / ou muita.
XIII - entregar ao consumo, desviar, alterar ou substituir total ou parcialmente, produtos e bens sujeitos à fiscalização sanitária que tenham sido interditados: Pena: Interdição, apreensão, inutilização e / ou multa.
XIV - extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar produtos e exercer profissões e ocupações relacionadas com a saúde, sem a presença do responsável legalmente habilitado:
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização, cancelamento de alvará sanitário e / ou multa.
XV - descumprir normas legais e regulamentares, medidas e exigências sanitárias no reaproveitamento de produtos quê foram descartados:
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização, cancelamento de alvará sanitário e / ou multa.
XVI - opor-se à exigência de provas imunológicas ou a sua execução pelas autoridades sanitárias:
Pena: Advertência, interdição e / ou multa.
XVII - rotular produtos de interesse para a saúde, contrariando as normas legais e regulamentares:
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização e / ou multa.
XVIII - armazenar, expor à venda ou entregar ao consumo, produtos de interesse para a saúde, cujo prazo de validade tenha expirado, ou opor-lhes novas datas de validade, posteriores ao prazo vencido.
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização, cancelamento de alvará judicial sanitário e / ou multa.
XIX - comercializar, armazenar, ceder, trocar ou entregar ao consumo bens e produtos importados de interesse à saúde, contrariando as normas legais e regulamentares:
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização, cancelamento de alvará judicial e / ou multa.
XX - deixar de fornecer, aquele que tiver obrigação de fazê-lo, à autoridade sanitária competente, todos os da1os solicitados sobre substâncias utilizadas, subprodutos e processos produtivos:
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização, cancelamento de alvará judicial e / ou muita.
XXI - aviar e / ou dispensar receitas em desacordo com a prescrição médica, médica-veterinária, agronômica, odontológica ou determinação expressa em lei e normas regulamentares:
Pena: Advertência, interdição, cancelamento de alvará judicial e / ou multa.
XXII - fornecer, vender ou praticar atos de comércio em relação a produtos cuja venda e uso dependem de prescrição médica, veterinária, agronômica ou odontológica, sem a observância dessa exigência e contrariando as normas legais e regulamentares:
Pena: Advertência, interdição, cancelamento de alvará judicial e *1*ou multa.
XXIII - aviar receitas em código nas farmácias e drogarias:
Pena: Advertência, interdição, apreensão, cancelamento de alvará judicial e / ou multa.
XXIV - fazer divulgação de produtos farmacêuticos e correlatos com promoções, ofertas, doações, concursos ou prêmios aos profissionais que atuam na área de saúde:
Pena: Advertência e / ou multa.
XXV - manter serviços de aplicação de injeção em estabelecimentos farmacêuticos contrariando o disposto na legislação sanitária vigente:
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização e / ou multa.
XXVI - fazer funcionar estabelecimentos de saúde sem responsável técnico ou sem a inscrição deste e/ou do estabelecimento no conselho profissional competente:
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização, cancelamento de alvará judicial e / ou multa.
XXVII - comercializar, distribuir ou utilizar adesivo tipo cola contendo solvente a base de tolueno e / ou benzeno, contrariando o previsto na legislação pertinente: Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização, cancelamento de alvará judicial e 1 ou multa.
XXVIII - expor à venda em estabelecimento de gêneros alimentícios, tubérculos,. bulbos, rizomas, sementes e grãs em estado de germinação:
Pena: Advertência, apreensão, utilização e/ou multa.
XXIX - prescrever em receituário prontuário e assemelhados de natureza médica, odontológica, agronômica ou veterinária em desacordo com as determinações expressas na legislação em vigor,
Pena: Advertência e / ou multa.
XXX - instalar serviços de assistência médico-hospitalar, serviços médicos e paramédicos ambulatoriais, laboratórios de analises clinicas e congêneres, serviços de saúde para fins diagnósticos por imagem e congêneres, serviços hemoterapicos, serviços de assistência odontológica, laboratórios e oficinas de prótese odontológica, instituições e clinicas de beleza sem responsabilidade médica, salões de beleza, cabeleireiros, institutos e academias de atividade físicas, estabelecimentos que industrializam ou comercializam lentes oftálmicas e de contato, serviços de assistência veterinária, institutos e clinicas de repouso, e outros serviços ou organizações afins onde se desenvolvam atividades com a participação de agentes que exerçam profissões e ocupações relacionadas diretamente com a saúde, ou outros serviços que se dediquem a técnicas legais e regulamentares pertinentes, sem a devida autorização do órgão competente;
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização, cancelamento de alvará judicial e /ou muita.
XXXI - retirar ou aplicar sangue, proceder a operações de plasmaférese ou desenvolver outras atividades hemoterapicas, contrariando normas legais e regulamentares:
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização, cancelamento de alvará judicial e / ou multa.
XXXII - comercializar sangue e hemoderivados, placentas, órgãos, glândulas ou hormônios, bem como quaisquer substâncias ou partes do corpo humano, ou ainda utilizá-los, contrariando as normas legais e regulamentares:
Pena: Interdição, apreensão, inutilização, cancelamento de alvará judicial e/ou multa.
XXXIII - transportar produtos biológicos destinados a analises laboratoriais, sem observância das exigências quanto à conservação e preparação dos produtos e/ou em desobediência aos limites distritais estabelecidos:
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização, cancelamento de alvará judicial e/ou multa.
XXXIV - fazer medição de pressão arterial nas calçadas de ruas e logradouros da cidade, sem autorização do Conselho profissional competente e/ou sem comprovantes semestrais de aferição do aparelho utilizado:
Pena: Advertência, apreensão, inutilização e/ou multa.
XXXV - fazer funcionar estabelecimentos que possuam piscinas publicas ou de uso coletivo restrito, sem dispor dei profissional médico para execução de exames básicos necessários a manutenção da saúde do usuário:
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização, cancelamento de alvará judicial e / ou multa.
XXXVI - manter serviço de transporte de pacientes, bem como de produtos
relacionados a saúde, sem apresentar junto a autoridade sanitária competente, declaração individualizada de cada veiculo, constatando,

obrigatoriamente, equipamentos e recursos humanos, além de outras informações definidas em norma técnica para fins de cadastramento:
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização, intervenção, cancelamento de alvará judicial e/ou multa.
XXXVII - inobservar as exigências de normas legais pertinentes á construção, reformas, loteamentos, estabelecimentos de água, esgotamento sanitário, edificação em geral, coletivas ou isoladas, hortas, jardins e terrenos baldios, escolas, locais de divertimento coletivo ou de reuniões, necrotérios, velórios e cemitérios, estábulos e cocheiras, saneamento urbano em todas as suas formas, bem como tudo que contraria a legislação a imóveis em geral e sua utilização:
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização, cancelamento de alvará judicial e/ou multa.
XXXVIII - aplicar pesticidas, rodenticidas, fungicidas, inseticidas, agrotóxicos e outros produtos congêneres, pondo em risco a saúde individual ou coletiva, em virtude do uso inadequado:
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização, cancelamento de alvará judicial e/ou multa.
XXXIX - proceder a cremação de cadáveres ou utilizá-los contrariando as normas sanitárias pertinentes:
Pena: Interdição e/ou multa.
XL - extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, transporta ou utilizar bens, produtos ou resíduos tóxicos, explosivos, inflamáveis, corrosivos, emissores de irradiações ionizantes, entre outros, contrariando a legislação em vigor:
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização, cancelamento de alvará judicial e/ou multa.
XLI - propiciar condições para proliferação de qualquer vetar que traga prejuízo a saúde da população:
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização e 1 ou multa.
XLII - aplicar rodenticidas, cuja ação produza gás ou vapor, em galerias, bueiros, porões, sótãos ou locais de possível comunicação com residências ou frequentados por pessoas e animai:
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização, cancelamento de alvará judicial e/ou multa.
XLIII - empregar animais doentes, feridos, ou enfraquecidos nos veículos de tração animal e / ou utilizá-los sem licença municipal:
Pena: Advertência, interdição, apreensão, inutilização e / ou multa.
XLIV - instalar circos, parques de diversão, feiras de animais e similares sem o devido laudo zoosanitario emitido peia autoridade competente e em desacordo com a legislação e as normas sanitárias vigentes:
Pena: Advertência, interdição, apreensão de animais e / ou multa.
XLV - manter condições de trabalho que ofereça risco à saúde do trabalhador e/ ou obrigá-lo a exercer suas atividades essas condições:
Pena: Advertência, interdição, cancelamento de alvará judicial e / ou multa.
XLVI — deixar de apresentar quando solicitado pelas autoridades sanitárias o atestado de saúde ocupacional ou documento que comprove o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional:
Pena: Advertência, interdição, e /multa.
XLVII — deixar de aplicar as medidas para eliminar, atenuar e / ou controlar os riscos à saúde do trabalhador existentes no processo e / ou ambiente de trabalho, com preferência às medidas de proteção coletiva:
Pena: Advertência, interdição, cancelamento de alvará judicial e / ou multa.
XLVIII — criar, transportar e/ ou tratar animais em desacordo com a legislação e as normas sanitárias vigentes:
Pena: Advertência, interdição, apreensão de animais e / ou multa.

TÍTULO XII
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 211 - As infrações sanitárias apuradas em processo administrativo próprio, iniciado com a lavratura do auto de infração, observados o rito e os prazos estabelecidos nesta Lei.
Art. 212 - O auto de infração será lavrado em três vias de igual teor, pela autoridade sanitária, na sede da repartição competente ou no local em que for verificada a infração, devendo conter:
I - o nome da pessoa física e sua identificação e, quando se tratar de pessoa jurídica, denominação da empresa autuada e sua identificação, especificação do seu ramo de atividade e endereço;
II - local, data e hora da lavratura onde a infração foi verificada;
III - descrição da infração e a indicação do dispositivo legal ou regulamentar pertinente a infração cometida;
IV - ciência, pelo autuado, de que responderá pelo fato em processo administrativo;
V - a assinatura do autuado ou, ria sua ausência, de seu representante legal ou preposto, e em caso de recusa, a consignação dessa circunstancia pela autoridade autuante e a assinatura de 02 (duas) testemunhas, quando possível;
VI - prazo de 15 (quinze) dias corridos para apresentação de defesa.
§1º - Na impossibilidade de efetivação da providencia a que se refere o inciso V deste artigo, o autuado será notificado mediante carta registrada com aviso de recebimento (AR) ou publicação na imprensa oficial.
§2° - Quando o autuado for analfabeto, ou fisicamente incapacitado, poderá o auto ser assinado "a rogo" na presença de 02 (duas) testemunhas, ou na falta destas, deverá ser feita a devida ressalva pela autoridade autuante.
Art. 213 – o infrator será notificado para ciência da infração:
I – pessoalmente;
II – pelo correio ou via postal;
III – por edital, se estiver em lugar incerto e/ou não sabido.
Parágrafo único – o inciso III deste artigo será publicado uma única vez, na imprensa oficial, considerando-se efetivada a notificação, 05 (cinco) dias após a publicação.
Art. 214 - Quando após decisão do processo administrativo, subsistirem ainda para o infrator, obrigações a cumprir, será expedido edital fixando o prazo de 30 (trinta) dias para o seu cumprimento observado o disposto no parágrafo único do artigo anterior.
§1° - O prazo para o cumprimento cias obrigações subsistentes poderá ser reduzido ou aumentado, em caso excepcional, por motivos de interesse publico, mediante despacho fundamentado.
§2° - A desobediência à determinação contida no edital, aludida no parágrafo anterior, além de sua execução forçada, acarretará a imposição de multa diária, arbitrada de acordo com os valores correspondentes á classificação da infração, até o exato cumprimento das obrigações subsistentes, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 215 - O autuado poderá oferecer defesa ou impugnação por escrito do auto de infração no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da sua notificação.
§1° Após a apresentação da defesa ou da impugnação a que se refere este artigo, deverá a autoridade julgadora ouvir o servidor autuante, que terá o prazo de 15 (quinze) dias para se pronunciar a respeito.
§2° - Apresentada ou não a defesa ou a impugnação, o auto de infração será julgado pelo dirigente da Vigilância Sanitária do Município.
Art. 216 - Os servidores ficam responsáveis pelas declarações que fizerem nos autos de infração, sendo passiveis de punição, por falta grave, em casos de falsidade ou omissão dolosa.
Art. 217 - A apuração do ilícito em se tratando de alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, congêneres, utensílios e aparelhos e outros produtos que interessem à saúde publica ou individual, far-se-á pela apreensão de amostras para realização de analise fiscal e de interdição, se for o caco.
§1º - A apreensão de amostras para efeito de analise fiscal de controle, não será acompanhada de interdição do produto.
§2° - Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior os casos em que sejam flagrantes os indícios de alteração ou adulteração do produto, hipótese em que a interdição terá caráter preventivo ou de medida cautelar.
§3° - A interdição do produto será obrigatória quando resultarem provadas, em análises laboratoriais ou no exame de processo, ações fraudulentas que impliquem em falsificação ou adulteração.
§40 - A interdição do produto e do estabelecimento como medida cautelar, durará o tempo necessário à realização de testes, provas, análises ou outras providências requeridas, não podendo, em qualquer caso, exceder o prazo de 90 (noventa) dias, findo qual o produto ou estabelecimento será automaticamente liberado.
Art. 218 - Na hipótese de interdição do produto prevista no §2° do artigo anterior, a autoridade sanitária lavrará o termo respectivo, cuja segunda via será entregue juntamente com auto de infração ao infrator

ou a seu representante legal, obedecidos os mesmos requisitos daquele, quanto a oposição do ciente.
Art. 219 - Se a interdição e/ou apreensão for imposta como resultado de analise laboratorial, a autoridade sanitária competente, fará constar do processo o respectivo laudo.
Art. 220 - O termo de apreensão e o de interdição especificará a natureza, quantidade, nome e/ou marca, procedência, nome e endereço da empresa fabricante e do detentor do produto.
Art. 221 - A apreensão do produto ou substância para fins de analise fiscal consistirá na colheita de amostras representativas do estoque existente, a qual dividida em três, partes, será tornada inviolável, para que se assegurem as características de conservação e autenticidade, sendo uma delas entregue ao detentor responsável a fim de servir de contraprova, e as duas imediatamente encaminhadas ao laboratório oficial, para realização das analises indispensáveis.
§1° - Se a quantidade ou natureza não permitir a colheita de amostras, o produto ou substancia será encaminhado ao laboratório oficial, para a realização da analise fiscal, na presença do seu detentor ou representante legal da empresa e do perito pela mesma indicado.
§2° - Na hipótese prevista no §1° deste artigo, de ausentes as pessoas mencionadas, serão convocadas testemunhas para presenciar a análise.
§3° - Será lavrado laudo minucioso e conclusivo fiscal, o que será arquivado no laboratório oficial e extraídas copia, uma para integrar o processo e as demais para serem entregues ao detentor ou responsável pelo produto ou substâncias e a empresa fabricante.
§4° - O infrator discordando do resultado condenatório da analise, poderá em separado ou juntamente com o pedido da decisão decorrida, requer por escrito perícia de contraprova, apresentando a amostra em seu poder e indicando seu próprio perito.

§5º - Na perícia da contraprova será lavrada ata circunstancia, datada e assinada por todos os participantes cuja primeira via integrará o processo todos os quesitos formulados pelos peritos.
§6° - A perícia de contraprova não será efetuada se houver indícios de violação da amostra em poder do infrator e, nessa hipótese prevalecerá como definitivo o laudo condenatório.
§7° - Aplicar-se-á na perícia de contraprova o mesmo método empregado de análise fiscal, salvo se houver concordância dos peritos quanto a adoção de outro.
§8° - A discordância entre os resultados da análise fiscal condenatória e da perícia de contraprova ensejará recurso à autoridade superior no prazo de 10 (dez) dias, o qual determinará novo exame percial, a ser realizado na segunda amostra em poder do laboratório oficial.
Art. 222 - Não sendo comprovada através de análise fiscal condenatória e da perícia de contraprova a infração objeto da apuração, e sendo o produto considerado próprio para a consumo, a autoridade competente efetuará a sua liberação, determinando o arquivamento do processo.
Art. 223 - Nas infrações sanitárias, que independem de análise e perícias, e que o autuado não apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias, o processo prosseguirá em seus ulteriores termos.
Art. 224 - Nas decisões condenatórias, poderá o infrator recorrer por escrito à autoridade superior, dentro de igual prazo fixado para a defesa, contados de sua ciência ou publicação.
Art. 225 - Não caberá recurso na hipótese de condenação definitiva do produto em razão do laudo laboratorial confirmado em perícia de contraprova, ou nos casos de fraude, falsificação adulteração, ou quando o processo for julgado a revelia.
Art. 226 - Os recursos interpostos somente terão efeito suspensivo quando a decisão recorrida implicar no pagamento de penalidade pecuniária, não impedindo, contudo, a imediata exigibilidade do cumprimento das obrigações subsistentes.

Art. 227 - Quando aplicada a pena de multa, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data notificada, recolhendo-a à conta de repartição fazendária do município.
§1º- A notificação será feita mediante registro postal, ou por meio de edital publicado na imprensa oficial, se não localizado o infrator.
§2° - O não recolhimento da multa, dentro do prazo fixado neste artigo, implicará na sua inscrição para cobrança judicial, na forma da legislação pertinente.
§3° - As multas impostas sofrerão redução de 20% (vinte por cento) caso o infrator efetue o pagamento dentro do prazo de vinte dias, contados - data da ciência de sua aplicação.
Art. 228 - Nos casos em que a infração exigir a ação pronta da autoridade sanitária, as penalidades de apreensão, de interdição e / ou inutilização deverão ser aplicadas de imediato sem prejuízo de outras eventualmente cabíveis.
Art. 229 - No caso de apreensão definitiva de bens e produtos que não estejam impróprios para uso o uso ou consumo, poderá a autoridade sanitária destinar a sua distribuição a estabelecimentos assistenciais, de preferência oficiais, quando esse aproveitamento for viável.
Art. 230 - O desrespeito ou desacato ao servidor competente, em razão de suas atribuições legais, bem como o embargo oposto a qualquer ato de fiscalização em matéria de saúde, sujeitarão o infrator à penalidade de multa.
Art. 231 - Ultimada a instrução do processo e esgotados os prazos para recurso sem apresentação de defesa, ou apreciados os recursos, a autoridade sanitária proferirá a decisão final, dando o processo por concluso, após publicação desta última na imprensa oficial e da adoção das medidas impostas.
Art. 232 - As infrações às disposições legais de ordem sanitária prescrevem em 05 (cinco) anos.

§1° - A prescrição interrompe-se pela notificação ou outro ato da autoridade competente, que objetiva a sua apuração e consequente imposição da pena.
§2° - Não ocorre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

TÍTULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 233 - Fica a Secretaria Municipal de Saúde, através dos setores competentes de sua estrutura organizacional, autorizada a elaborar normas técnicas, expedidas pelo Chefe do Poder Executivo, destinadas a implementar esta Lei.
Art. 234 - As ações da Vigilância Sanitária, objeto desta Lei, executadas pela Secretaria Municipal de Saúde, ensejarão a cobrança de preços públicos.
Parágrafo único - Serão fixados, anualmente, através de decreto por proposta do Secretario Municipal de Saúde, os valores dos preços públicos de que trata este artigo.
Art. 235 - Os profissionais de saúde da Vigilância Sanitária do Município, no exercício de fiscalização, têm competência para fazer cumprir as leis e normas sanitárias em geral, tendo livre ingresso em todos os lugares, a qualquer hora, desde que devidamente identificados.
Art. 236 - Os recursos provenientes de taxas, multas serviços, emolumentos e preços públicos, arrecadados em virtude das ações de Vigilância Sanitária, serão recolhidos aos cofres públicos do Município de Jardim de Piranhas/RN, creditados ao Fundo Municipal de Saúde, revertidos exclusivamente para o Serviço Municipal de Vigilância Sanitária e sua aplicação obedecerá as normas vigentes quando da apuração da receita.

Art. 237 - Os produtos e bens apreendidos pela Vigilância Sanitária do Município poderão ser doados para instituições sem fins lucrativos e / ou públicas.

Art. 238 - O Poder Executivo Municipal deverá regulamentar esta lei regulamentar esta lei, no que for necessário, a partir da data de sua publicação.

Art. 239 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de julho de 2018.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Manoela Vieira da Silva
Código Identificador:F5E9CB34

PROCURADORIA GERAL
LEI Nº. 879, DE 06 DE JULHO DE 2018.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para a elaboração e execução da Lei Orçamentária anual para o exercício financeiro de 2019 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidos, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2019, compreendendo:

I – as prioridades da administração pública municipal;

II – a organização e estrutura dos orçamentos;

III – as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais; e

V - as disposições finais.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Constituem prioridades da administração pública municipal:

I – Educação, saúde e serviços urbanos, com ênfase para:

Melhoria dos atendimentos de saúde e ações preventivas;

Saneamento básico;

Proteção à criança e ao adolescente;

Educação fundamental;

Limpeza urbana.

II – Planejamento, urbanismo, infra-estrutura e turismo:

Pavimentação de vias públicas;

Urbanização de Praças e Avenidas.

III – Preservação, recuperação e conservação do meio ambiente, rural e urbano;

Conservação e roço das estradas vicinais.

IV – Incentivo à produção agropecuária e apoio ao homem do campo;

V – Programas voltados para a área de assistência e promoção social.

Art. 3º As prioridades definidas no artigo anterior terão precedências na alocação de recursos nos orçamentos de 2019.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – *Programa*, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – *Atividade*, instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – *Projeto,* um instrumento de programação para alcançar o objetivo do programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – *Operação especial*, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resultam um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V – *Unidade orçamentária*, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VI – *Concedente*, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros;

VII – *Convenente*, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta de outras esferas de governos e as entidades privadas, com as quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros.

§ 1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 2º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 1º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do plano plurianual.

Art. 5º O projeto de lei orçamentária que o executivo encaminhará à Câmara Municipal e a respectiva lei será constituída de:

I – Texto da lei;

II – Consolidação dos quadros orçamentários;

III – Anexo do orçamento fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesas na forma definida nesta Lei;

IV – Discriminação da legislação da receita, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Parágrafo Único – Integrarão os anexos a que se refere este artigo, além dos componentes referidos no art. 2º, § 1º, I a II e no art. 22, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes demonstrativos:

I – Da evolução da receita do Tesouro Municipal, segundo categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto, contribuição e transferências de que trata a Lei Orgânica do Município;

II – Da evolução das despesas do Tesouro Municipal, segundo categorias econômicas e grupos de despesa;

III – O resumo das receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

IV – Do resumo da despesa do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

V – Da receita e despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme Anexo I da Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações;

VI – Das receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com o Anexo III, da Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações;

VII – Das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo Poder e Órgão, por grupo de despesa;

VIII – Das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo função, sub-função, programa e grupo de despesa;

IX – Da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212, da Constituição Federal, detalhando fontes e valores por categoria de programação.

Art. 6º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município e seus fundos.

Art. 7º Para efeito do disposto no art. 4º desta Lei, o Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação, até 30 de agosto de 2018.

Parágrafo Único – A execução do orçamento previsto neste artigo fica sujeita ao cumprimento das técnicas e normas pertinentes às áreas de orçamento, contabilidade e finanças públicas.

Art. 8º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação e a fonte de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal ou seguridade social.

§ 2º Os grupos de despesas de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesas de mesmas características quanto ao objeto de gastos, conforme a seguir discriminados:

I – Pessoal e Encargos Sociais - 1;

II – Juros e Encargos da Dívida - 2;

III – Outras Despesas Correntes - 3;

VI – Investimentos - 4;

V – Inversões Financeiras - 5; e

VI – Amortização da Dívida - 6.

§ 3º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e sub-função às quais se vinculam.

§ 4º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 5º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I – Mediante transferência financeira:

A outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou;
Diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II – Diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidades no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

Art. 9º A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondente, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferência para unidades orçamentárias integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Art. 10 - A reserva de contingência será constituída, exclusivamente, de recursos do orçamento fiscal, equivalendo a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) da receita corrente líquida.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 11 No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas a preços de março de 2018, projetadas para o exercício de 2019 com os mesmos índices de variações oficiais do Governo Federal.

Parágrafo Único – No caso de ser atribuídos crescimentos de transferências constitucionais, decorrente da ampliação da participação dos Governos Municipais nos impostos federais, com a conseqüente ampliação da base das receitas tributárias, as variações decorrentes serão considerados na estimativa para 2019 como incremento real.

Art. 12 As instituições de caráter assistencial, cultural ou desportiva sem finalidade lucrativa, reconhecidas de utilidade pública, podem firmar convênio com o Poder Público Municipal, apresentando os seguintes documentos:

I – Cópia da Lei de reconhecimento de utilidade pública;

II – Cópia autenticada da ata da eleição da Diretoria;

III – Prova de que não estar inadimplente com o Tribunal de Contas do Estado, de recursos recebidos; e

IV – Plano de aplicação físico-financeiro, em nível de item da despesa dos recursos a serem recebidos.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 13 Os Poderes Legislativo e Executivo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentária, para pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento calculada de acordo a situação vigente em dezembro de 2017, projetada para o exercício de 2018, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral, a serem concedidos aos servidores públicos municipais, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos devidamente autorizados.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivo grupo de natureza da despesa, fonte de recursos e modalidade de aplicação, especificando o elemento de despesa.

Art. 15 São vedadas quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução de despesa sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 16 Após à sansão da lei de orçamento ou a abertura de créditos adicionais, a Prefeitura divulgará por unidade orçamentária, o detalhamento da despesa, discriminando a programação por projetos e atividades, a esfera orçamentária, a natureza da despesa, a fonte de recursos e o valor correspondente para cada elemento de despesa.

Art. 17 O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2019 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza da despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação.

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2019 ou em seus créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 18 Para efeito do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I – As especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art, 38 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição; e

II – Entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I, “a”, e II, “a”, do art. 23, da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 19 Se o Projeto de Lei Orçamentária 2019 não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2018, a programação dela constante poderá ser executada para atendimento de:

I – Despesas que configurem obrigações legais do Município, relacionadas no anexo I desta Lei;

II – Bolsas concedidas a estudantes carentes sobre as mais diversas formas;

III – Pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público;

IV – Outras despesas correntes de caráter inadiável; e

V – Despesas de capital.

§ 1º As despesas de que trata o caput deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no Projeto de Lei Orçamentária 2019, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

§ 2º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o Inciso IV do Caput, o ordenador da despesa poderá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2019 para fins de cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 20 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 06 de julho de 2018.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Manoela Vieira da Silva
Código Identificador:91C93BCB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
TERMO DE DISPENSA

Av. Gov. Dix-Sept Rosado, 144, Centro, Jardim de Piranhas/RN CEP: 59324000
CNPJ: 08.096.604/0001-95
Processo n.º 1.638/2018
Dispensa de Licitação n.º 149/2018
Interessado: Secretaria Municipal de Administração.
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
A Comissão Permanente de Licitação declara dispensada de licitação, com fundamento no art. 24, II da Lei n. 8.666/93, a despesa referente ao objeto **“CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM COMPUTADORES.”** em favor dos proponentes abaixo descritos:

RESUMO DO PROCESSO				
Licitação nº 00149/2018				
Dispensa de Licitação nº 81/2018				
Credor: JORGE EDSON DA COSTA OLIVEIRA				
CPF/CNPJ: 703.517.054-57				
Valor Final: R$ 3.770,00 (três mil e setecentos e setenta reais)				
31	0008571 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM COMPUTADORES.	26	UND	145,00

As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária:		
Unidade Orçamentária	03.001	Secretaria Municipal de Administração.
Função	01	Administração
Ação	2005	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Classificações Econômicas	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física
Fonte Dos Recursos	0100000000	Recursos Ordinários

AMPARO LEGAL: Art. 24, inc. II da Lei Federal nº. 8.666/1993.
“para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez”;
JUSTIFICATIVA:
A contratação do objeto acima mencionado através de procedimento de dispensa de licitação, com arrimo legal no inciso II, do art. 24 da Lei n.º 8.666/93, mostra-se necessário. Quanto aos preços, foi realizada a pesquisa mercadológica com profissionais especializadas nos na área dos serviços solicitados, a partir da qual foi apurado o preço médio praticado no mercado. Verificamos que o Ordenador de Despesas (Prefeito Municipal) autorizou a realização da presente contratação. Foram preenchidos todos os requisitos para atender ao interesse público, restando demonstrada acima de tudo a vantajosidade da contratação.

Jardim de Piranhas/RN, 05 de julho de 2018.

TARSO DE ARAÚJO FERNANDES
Presidente da CPL

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:795DB15A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 150/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADOS DE 7.000BTUS Á 12.000BTUS.

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO opinou favoravelmente à contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO com fundamento no art. 24, II da Lei n.º 8.666/93, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, **RATIFICO** a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 150/2018 – Processo n.º 1.645/2018.
Autorizo em consequência, a contratação dos fornecedores nos termos do disposto no TERMO DE DISPENSA.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Jardim de Piranhas/RN, 06 de julho de 2018.

ELÍDIO DE ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:E28885EC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 227/2018-GP

O Prefeito Municipal de João Câmara/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas no Art.: 70, da Lei Orgânica deste município.
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o Senhor (a) THIAGO DAYVISON GOMES DA SILVA Portador do CPF: 082.136.864-89 para ocupar o cargo em comissão de Chefe do Gabinete Civil do Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Palácio Torreão, em João Câmara/RN, 05 de Julho de 2018.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Lima Bilro
Código Identificador:EEE9BE6C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 228/2018-GP

O Prefeito Municipal de João Câmara/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas no Art.: 70, da Lei Orgânica deste município.
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear a Senhora (o) FRANCISCA ANDRÉA RIBEIRO DANTAS NUNES, portadora do CPF: 028.826.144-54 para ocupar o cargo em comissão de Secretária Municipal de Planejamento e Finanças do Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Palácio Torreão, em João Câmara/RN, 05 de Julho de 2018.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Lima Bilro
Código Identificador:5997430E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 229/2018-GP

O Prefeito Municipal de João Câmara/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas no Art.: 70, da Lei Orgânica deste município.
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o Senhor (a) ERINALDO GOMES DE OLIVEIRA, portador do CPF: 011.302.294-83 para ocupar o cargo em comissão de Tesoureiro do Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Palácio Torreão, em João Câmara/RN, 05 de Julho de 2018.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Lima Bilro
Código Identificador:FE328D99

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 230/2018-GP

O Prefeito Municipal de João Câmara/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas no Art.: 70, da Lei Orgânica deste município.
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o Senhor (a) BRUNO AUGUSTO FERNANDES DA CRUZ, portador do CPF: 098.353.054-80 para ocupar o cargo em comissão de Secretário de Saúde do Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Palácio Torreão, em João Câmara/RN, 05 de Julho de 2018.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Lima Bilro
Código Identificador:AA1F639A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 231/2018-GP

O Prefeito Municipal de João Câmara/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas no Art.: 70, da Lei Orgânica deste município.
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear a Senhora (o) ANA ALLYCE COSTA DA ROCHA, portadora do CPF: 048.617.454-97 para ocupar o cargo em comissão de Administradora Geral do Centro Administrativo.
do Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Palácio Torreão, em João Câmara/RN, 05 de Julho de 2018.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Lima Bilro
Código Identificador:A00A9146

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
PREGÃO 045/2018

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial Nº 045/2018

O Município de José da Penha, por intermédio do Pregoeiro, torna público que às 14:00 do dia 20/07/2018, fará realizar Processo Licitatório **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, modalidade Pregão Presencial**,** do tipo Menor preço, para Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de gás liquefeito de petróleo - GLP e água mineral para atender as demandas da Administração de José da

Penha-RN, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na Sala da CPL.
O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Sala da Comissão de Licitação, na Rua Prefeito Francisco Fontes, 22, Centro, José da Penha/RN, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.

José da Penha/RN, 06/07/2018

FABIANO FERREIRA ALVES
Pregoeiro

Publicado por:
Adriano Costa de Morais
Código Identificador:2575D085

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 208/2018 - DIÁRIA

Portaria nº. 208/2018 – Gabinete do Prefeito Em, 05 de julho de 2018.

O CHEFE DE GABINETE DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder ao Sr. CARLOS AUGUSTO DIAS MORAES, 01 (uma) diária no valor unitário de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), referentes a despesas decorrentes da viagem do assessor jurídico deste município para Natal/RN, a fim de participar de uma reunião junto ao Ministério Público do Rio Grande do Norte, para tratar de assuntos referentes ao tratamento de resíduos sólidos da cidade de José da Penha/RN, no dia 09 de julho de 2018, em Natal/RN.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Adriano Costa de Morais
Código Identificador:6F8A1A77

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 207/2018 - DIÁRIA

Portaria nº. 207/2018 – Gabinete do Prefeito Em, 05 de julho de 2018.

O CHEFE DE GABINETE DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder ao Sr. RAIMUNDO NONATO FERNANDES, 01 (uma) diária no valor unitário de R$ 700,00 (setecentos reais), totalizando, portanto, R$ 700,00 (Setecentos reais), referentes a despesas decorrentes da viagem do prefeito deste município para Natal/RN, a fim de participar de uma reunião junto ao Ministério Público do Rio Grande do Norte, para tratar de assuntos referentes ao tratamento de resíduos sólidos da cidade de José da Penha/RN, no dia 09 de julho de 2018, em Natal/RN.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

CARLOS JOSÉ PINHEIRO MAIA
Chefe de Gabinete
Port. 052/2017

Publicado por:
Adriano Costa de Morais
Código Identificador:597943FA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 210/2018 - DIÁRIA

Portaria nº210/2018– Gabinete do Prefeito Em, 03 de Julho de 2018.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder ao Sr. MARCELO LEITE FONTES, CPF: 023.743.984-04, 01 (uma) diária no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, no dia 03 de julho de 2018, a fim de transportar pacientes que se encontravam em tratamento de saúde.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Adriano Costa de Morais
Código Identificador:C209950A

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 211/2018 - DIÁRIA

Portaria nº 211/2018 – Gabinete do Prefeito Em, 04 de Julho de 2018.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder ao Sr. EDGAR SOARES LEITE, CPF:107.296.824-04, 01 (uma) diária no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, no dia 04 de Julho de 2018, a fim de transportar paciente que se encontrava em tratamento de saúde.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Adriano Costa de Morais
Código Identificador:C8BD6C8F

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 209/2018 - DIÁRIA

Portaria nº. 209/2018 – Gabinete do Prefeito Em, 05 de julho de 2018.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder ao Sr. MARIO LUCIO LEAL OLIVEIRA, 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais),

referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de participar de uma reunião junto ao MINISTÉRIO PÚBLICO do Rio Grande do Norte, para tratar de assuntos referentes ao tratamento de resíduos sólidos na cidade de José da Penha/RN, no dia 09 de julho de 2018.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Adriano Costa de Morais
Código Identificador:AA21BDF2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE EDITAL 020/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ, por meio do Pregoeiro do Município de Jundiá/RN, no uso de suas atribuições legais, vem tornar público a abertura do Pregão Presencial nº 020/2018, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de publicação de Atos Administrativos, conforme as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital. A abertura dos envelopes está prevista para o **dia 19 de JULHO de 2018, às 09h00min**. O Edital contendo todas as informações, encontra-se a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN (http://jundia.rn.gov.br/) e na sala de licitação da Prefeitura Municipal, à Rua da Matriz, nº 200, centro – Jundiá/RN, no horário de expediente das 07h00min às 13h00min. Outras informações pelo fone (84) 3285-5036 ou pelo e-mail cpljundia@outlook.com.

Jundiá/RN, 06 de JULHO de 2018.

LUIZ EDUARDO FERNANDES
Pregoeiro da PMJ/RN

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:5F565C32

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE EDITAL 021/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ, por meio do Pregoeiro do Município de Jundiá/RN, no uso de suas atribuições legais, vem tornar público a abertura do Pregão Presencial nº 021/2018, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem de veículos, destinado a atender as necessidades das Secretarias Municipais desta Unidade Administrativa, conforme as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I deste Edital. A abertura dos envelopes está prevista para o **dia 19 de JULHO de 2018, às 14h00min**. O Edital contendo todas as informações, encontra-se a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN (http://jundia.rn.gov.br/) e na sala de licitação da Prefeitura Municipal, à Rua da Matriz, nº 200, centro – Jundiá/RN, no horário de expediente das 07h00min às 13h00min. Outras informações pelo fone (84) 3285-5036 ou pelo e-mail cpljundia@outlook.com.

Jundiá/RN, 06 de JULHO de 2018.

LUIZ EDUARDO FERNANDES
Pregoeiro da PMJ/RN

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:74D4EACC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DISPENSA Nº 221/2017
PROCESSO Nº 2271/2017 ADITIVO Nº 004

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
DISPENSA Nº 221/2017 PROCESSO Nº 2271/2017 ADITIVO Nº 004

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO FINALIDADE PROCEDER À PRORROGAÇÃO DO PRAZO, PELO PERÍODO DE 01 DE JULHO 2018 A 30 DE SETEMBRO DE 2018.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN – CNPJ – 11.415.626/0001-92, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000.

CONTRATADA: FRANCISCA DAS DORES DA SILVA FERNANDES, CPF: 063.135.384-47, COM SEDE A CIDADE DE LAGOA NOVA -RN.

VIGÊNCIA: DE 01 DE JULHO 2018 A 30 DE SETEMBRO DE 2018

VALOR GLOBAL: R$ 2.862,00 (DOIS MIL OITOCENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ORGÃO/UNIDADE: 10.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS; ATIVIDADE: 2035 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; ELEMENTO DE DESPESA: 339036 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA; FONTE DE RECURSOS – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

BASE LEGAL: ART. 7º, XVIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988; ART. 10, II, B DO ATO DAS DISPOSIÇÃOES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS ADCT; SÚMULA Nº 244 DO TST; LEI MUNICIPAL Nº 559/2016

LAGOA NOVA/RN, 02 DE JULHO DE 2018.

LUCIANO SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:34F2735F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2018

> "CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN EDITAL 006/2018 REALIZADO PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS POR PRAZO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Município de Lagoa Nova - RN, através da Secretaria Municipal de Administração e Recurso Humanos, tendo em vista a homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado ao provimento de contratação de profissionais por prazo determinado, Lei Municipal 606/2018 e Homologado na edição nº 1716 do Diário oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte, em 02 de março de 2017.

RESOLVE:
1 – CONVOCAR o candidato relacionado no ANEXO I deste edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da convocação por correspondência oficial com Aviso de Recebimento.
2- Deverá comparecer na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, localizada na Av. Dr. Silvio Bezerra de Melo, 363, Centro - horário de 08h às 12h, munido da convocação, com os documentos descritos no item 15.0. do Edital 006/2018, sendo obrigatório a apresentação dos documentos originais e fotocópias legíveis.
3 – O não comparecimento do candidato convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contando da data do recebimento da convocação por correspondência oficial, permitirá a Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN convocar o próximo candidato devidamente habilitado e classificado.
4 – Será tornado sem efeito o ato de contratação caso haja o não comparecimento do candidato no local e prazo de 05(cinco) dias úteis para a apresentação do candidato, a não apresentação de todos os documentos solicitados pela Prefeitura Municipal de Lagoa Nova – RN, em conformidade ao Edital 006/2018, dará o direito de convocar o próximo candidato aprovado.

Lagoa Nova/RN, 06 de julho de 2018.

RONIERY SULAMITA ACIOLE DA SILVA
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos.

ANEXO I

SECRETARIA MUNICIPAL DE

CARGO: ASSISTENTE DO PROGRAMA ESTAÇÃO DA JUVENTUDE:

N.	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
01	Nº INSCRIÇÃO: 001-12	AMANDA APARECIDA SOARES DE SOUZA	CLASSIFICADO

Lagoa Nova/RN, 06 de julho de 2018.

RONIERY SULAMITA ACIOLE DA SILVA
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos.

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:06999437

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE APRAZAMENTO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 007/2018.

O PRESIDENTE DA CPL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN TORNA PÚBLICO QUE EM VIRTUDE DA DEMANDA ADMINISTRATIVA DO SETOR DE LICITAÇÃO, FICA APRAZADA A SESSÃO PARA O DIA **25/07/2018** ÀS **10H:00M** HORÁRIO LOCAL. QUAISQUER ESCLARECIMENTOS SOBRE O CERTAME PODERÃO SER SOLICITADOS PELO TELEFONE: (084) 3437-2232 OU ATRAVÉS DO E-MAIL: cpl.pmlagoanova@gmail.com LICITAÇÃO NA MODALIDADE **TOMADA DE PREÇO Nº 007/2018**, CUJO OBJETO É A **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, EXAMES MÉDICOS E PEQUENAS CIRURGIAS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN.** O EDITAL COM SEUS ANEXOS ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NA SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO LOCALIZADA NA AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363 – CENTRO – LAGOA NOVA/RN, SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, EXCLUSIVAMENTE NO HORÁRIO DAS 08H00MIN ÀS 12H00MIN DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA (DIAS ÚTEIS).

LAGOA NOVA/RN, 06 DE JULHO DE 2018.

JOSÉ HEITOR MATIAS
CPF: 082.471.994-83
Presidente Da CPL

Publicado por:
Aldrin Macedo de Medeiros
Código Identificador:E638ECD7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 057/2018-GP

Cria comissão de elaboração e acompanhamento das audiências públicas para a LOA e LDO, para o ano de 2018, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lagoa Salgada/RN, no uso de suas atribuições legais definidas pela Lei Orgânica Municipal,

R e s o l v e:

Art. 1º - Fica criada a Comissão de elaboração e acompanhamento da Audiência Pública a ser realizada no Município de Lagoa Salgada/RN, objetivando a construção dos Projetos de Lei da LDO/Lei das Diretrizes Orçamentária e LOA/Lei Orçamentária Anual, ambos para o ano de 2019.

Art. 2º - A Comissão que trata o art. 1º será composta pelos servidores municipais Zélia Maria de Souza e Silva, Pedro Henrique da Silva Queiroz e Vanessa da Rocha Ferreira, quando terá como incumbências as seguintes atividades:
I – definir data e horário da audiência pública de que trata o art. 3º a seguir;
II – promover a divulgação e o chamamento da comunidade local, para que esteja presente no dia e hora marcados, para a respectiva audiência pública na sede da cidade;
III – promover os trabalhos da audiência pública, no local e hora marcados, quando nela serão definidas, juntamente como a comunidade, as prioridades das ações de investimentos e ações de governo, por unidade administrativa e para o ano de 2019;
IV – colecionar as prioridades por região e por natureza da atividade, bem como a meta física a ser alcançada, se possível, deliberadas e aprovadas nas audiências públicas, objeto desta Portaria;
V – encaminhar ao Chefe do Executivo, a instrução do processo de escolha popular das prioridades a serem executadas para que sejam ratificadas pelo Chefe do Executivo, quando as consolidará na minuta dos projetos de lei da LDO e LOA.

Par. 1º – Caberá ao servidor Zélia Maria de Souza e Silva a presidência da Comissão de que trata esta Portaria.

Par. 2º – Os trabalhos a serem prestados pelos membros ora nomeados, por essa Comissão, não serão remunerados.

Art. 3º - O conhecimento das prioridades de que trata o inciso III do art. 2º se dará através das audiências públicas regionalizadas, conforme preceitua o inciso I do Par. 1º do art. 48 da Lei da Responsabilidade Fiscal - Lei Federal Complementar nº 101/2000 – LRF, quando serão convidadas para esses eventos a comunidade local e as autoridades municipais.

Art. 4º - Após a promoção das audiências públicas, a Comissão ora criada instruirá os documentos de comprovação desses eventos, quando os encaminhará ao Chefe do Executivo Municipal até o dia 31 de julho de 2018.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Lagoa Salgada/RN, 18 de junho de 2018.

Publique-se e Cumpra-se.

OSIVAN SÁVIO NASCIMENTO QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sérgio Alexandre Galvão Alves
Código Identificador:66A540B4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 063/2018 – GP - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Dispõe sobre a constituição do Comitê do Plano Anual de Compras**,** e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de LAJES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Lajes/RN;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n° 044/2018 que instituiu o Plano Anual de Compras e o seu Comitê;

CONSIDERANDO o art. 7° do Decreto n° 044/2018 que institui a composição do Comitê do Plano de Compras.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a constituição do Comitê do Plano Anual de Compras, composta dos seguintes membros:

01- Francisco Altivo Cavalcante
02- Floriano Nunes de Oliveira
03- Eugênio Rodrigues da Silva
04- Rafael Anderson de Araújo Silva
05- Paulo Ricardo Tavares
06- Maria Adriana da Silva Reis Faustino
07- Manoel Venâncio dos Santos
08- Josenilson Pereira André
09- Edson Leocádio Galdino
10- Orlando Palhares da Silva

Art. 2º - Está portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 07 de Junho de 2018.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:905E1328

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 044/2018 - GP - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Institui o Plano Anual de Compras e o seu Comitê, no âmbito da Administração Pública Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de LAJES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela a Lei Orgânica municipal;

CONSIDERANDO as metas do planejamento para melhorias nas compras governamentais;
CONSIDERANDO a modelagem e implantação de gestão estratégica de compras para a Prefeitura de Lajes;
CONSIDERANDO a necessidade de promover a economia de recursos sem prejuízos da qualidade de sua aplicação;
CONSIDERANDO a iniciativa municipal de estimular e disciplinar o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as micro e pequenas empresas nas contratações públicas de bens, serviços e obras;
CONSIDERANDO a necessidade de padronização dos bens, produtos e serviços,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Poder Executivo o Plano Anual de Compras, assim como o seu, Comitê do Plano de Compras (CPC), órgão de deliberação coletiva de caráter permanente, vinculado à *SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO*, com a finalidade de promover a construção do Plano Anual de Compras, em cumprimento às políticas voltadas à eficiência nos gastos públicos.

Art. 2º - A formação do Plano Anual de Compras tem por objetivo o alinhamento das necessidades internas com a política de estimular e disciplinar o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as micro e pequenas empresas nas contratações públicas de bens, serviços e obras, e de forma complementar, a redução dos custos de fornecimento para a Prefeitura Municipal de Lajes, e deverá ser apresentado no final de cada ano, com as demandas para o ano seguinte.

Art. 3º - O CPC poderá, quando oportuno, convidar técnicos e especialistas de determinada família de compras para participarem das reuniões.

Art. 4º - O CPC iniciará suas atividades abordando os segmentos de compras que seguem e coordenando atuação dos respectivos subcomitês, conforme descrito no art. 6º e seguintes:

- Material Permanente:
I - Informática
II - Veículos
III - Maquinas e Equipamentos
IV - Imóveis
V - Móveis e Utensílios

- Consumo:
I – Material de Limpeza, Expediente, Didático e Informática;
II – Gêneros Alimentícios e Merenda Escolar;
III – Utensílios em Geral;
IV – Fardamentos e Materiais Esportivos;
V – Medicamentos, Insumos Hospitalares e Alimentação Hospitalar;
VI – Combustíveis, Lubrificantes, Peças e Serviços de Manutenção em Geral;
VII – Material de Construção em Geral.

- Serviços de Terceiro em Geral

Art. 5º - O CPC se reunirá ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário. As decisões do CPC serão tomadas sob a forma de deliberação.

Art. 6º - Compete ao CPC:

I - Capacitar e nivelar de conhecimento a equipe sobre o tema da Aquisição e Compras Públicas;
II - Análise e levantamento das Aquisições Públicas realizadas anteriormente (histórico) para definir quantitativos, padronização, especificações, demandas e etc.;
III - Identificar, ajustar e aplicar no âmbito municipal, boas práticas de compras, no intuito de facilitar o acesso ao mercado de compras e contratações públicas municipais, com a concessão de tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte, dinamizando a economia, estimulando o desenvolvimento sustentável e o empreendedorismo na região, mediante:

§ 1º - o estabelecimento de licitações com participação exclusiva;
§ 2º - a previsão de subcontratação do objeto licitado;

§ 3º - a reserva de cota de objeto de natureza divisível para participação exclusiva;
§ 4º - a possibilidade de corrigir vícios na demonstração da regularidade fiscal;
§ 5º - a faculdade de cobrir a melhor proposta obtida em certame, oferecida originalmente por pessoa jurídica não beneficiária das regras da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;
§ 6º - a adoção de margem de preferência.

IV - Realizar estudos visando identificação de outras compras na Prefeitura Municipal de Lajes;
V - Convocar reuniões extraordinárias e determinar a periodicidade das reuniões dos Subcomitês de Compras;
VI - Propor normas e procedimentos a serem seguidos pelos Subcomitês de Compras, buscando a padronização dos critérios de aquisição de cada segmento de produtos e serviços;
VII - Identificar e desenvolver um sistema padronizado de itens em que se possam realizar as compras na forma de um simples catálogo que deve ser analisado e referendado junto aos setores requisitantes;
VIII - Solicitar aos Subcomitês de Compras a realização de estudos, registrando e acompanhando a sua execução;
IX - Acompanhar o plano de trabalho dos Subcomitês de cada segmento de Compras;
X - Rever os modelos propostos a cada dois anos, através de grupos de trabalhos especialistas, com vistas a atualizá-los, quando necessário;
XI - Propor a análise de novos segmentos de compras a serem priorizadas pela Secretaria Municipal de Administração, assim como a criação dos respectivos Subcomitês de Compras quando oportuno, e
XII - Propor indicação e/ou substituição de membros participantes para fins de composição dos Subcomitês de Compras.
XIII - Definição e elaboração de um cronograma na forma de calendário para as compras públicas;
XIV - Estudo de projeções das aquisições e seus incrementos a serem efetivados nos anos seguintes.

Art. 7º - O CPC será composto pelos seguintes representantes membros, sob a coordenação da Secretária Municipal de Administração:

Secretaria Municipal de Administração - 02 (dois) Membros
Comissão Permanente de Licitação - 02 (dois) Membro
Controladoria Geral do Município - 01 (um) Membro
Agente de Desenvolvimento - 02 (dois) Membros
Secretaria Municipal do Gabinete do Prefeito - 02 (dois) Membros
Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças – 01 (um) Membro

Art. 8º - O Comitê Central deverá emitir relatórios semestrais sobre a execução de suas atividades, bem como as dos Subcomitês de Compras, que serão apresentados de forma consolidada a Secretária Municipal de Administração.

Art. 9º - Os Subcomitês de Compras, órgãos técnicos vinculados ao CPC, têm como objetivo pesquisar e oferecer sugestões e apoio técnico sobre assuntos específicos para subsidiar decisões das áreas de Compras, além de manter conhecimento técnico sobre o funcionamento do mercado, visando à promoção da adequada gestão da aquisição das respectivas famílias de compras, em cumprimento às políticas voltadas à eficiência nos gastos públicos.

Art. 10º - Os Subcomitês de Compras serão compostos de até 02(dois) membros, entre representantes da CPL, das secretarias ligadas ao segmento e controladoria.

Art. 11º - Compete aos Subcomitês de Compras:

I - Executar as ações necessárias para consecução dos objetivos previstos no art.6º;
II - Realizar reuniões periódicas, obedecendo ao cronograma de reuniões determinado pelo Comitê Central e, extraordinariamente, quando convocado pelo referido Comitê, para acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações propostas, identificando restrições para a execução na aplicação destas ações, que deverão ser lavradas em Atas a serem submetidas ao Comitê Central;
III - Reportar periodicamente ao Comitê Central sobre o andamento do modelo implantado, bem como as necessidades de adequação e possíveis melhorias;

IV - Desenvolver estudos, opinar e sugerir sobre matérias na área de suas atribuições, obedecidas às prioridades estabelecidas pelo Comitê Central;

V - Manter a guarda e gestão dos documentos e registros de interesse dos Subcomitês.

Art. 12º - Os representantes do Comitê do Plano de Compras, bem como os membros dos subcomitês, serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos, dentro do prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação deste Decreto. A composição do Comitê Central e dos Subcomitês será publicada por Portaria do Sr. Prefeito Municipal.

Art. 13º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 17 de Maio de 2018.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:95C29923

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DIÁRIA

PORTARIA Nº 47A/2018.
Lajes Pintadas/RN, 17 de maio de 2018.

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A prefeitura do Município de Lajes Pintadas/RN, no uso de suas atribuições legais de conformidade com os Artigos do *Decreto Municipal Nº 0027/2014, de 10/02/2014.*

Resolve:

1 - Conceder 02 (duas) diárias a Sra. LUSINETE PEREIRA DO NASCIMENTO GUSMÃO, servidora deste município, ocupante do Cargo de Secretária Municipal de Educação, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando R$ 300,00 (trezentos reais), para custear despesas com alimentação e deslocamento durante sua permanência na cidade de Martins/RN, para participar do IV Fórum Extraordinário da seccional da Undime no estado, nos dias 17 e 18 de maio de 2018.

. 2 – Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Publique-se Registre-se Cumpra-se

MARCOS ANTONIO DANTAS GOMES
Secretário de Administração

Publicado por:
Fábio José de Araújo Silva
Código Identificador:60AA724A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

GABINETE DO PREFEITO
LEI 620/2018

Lucrécia-RN, 06 de julho de 2018.

Dispõe sobre Denominação de logradouro público e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL,no uso da atribuição que lhe confere os incisos IV e XXII, do art. 69 da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal de Lucrécia aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei:
CONSIDERANDO que o **Sr. Francisco Duarte Filho**, conhecido como **"Chico Duarte**", que prestou grandes serviços ao Município de Lucrécia como ex-vereador, empresário e secretário municipal;

CONSIDERANDO a relevância dos serviços prestados, e o legado de contribuição para o desenvolvimento de Lucrécia.

Art.1º - Fica denominado de **"Ginásio Poliesportivo Chico Duarte"** o ginásio do município localizado à Rua Vereador José Evaristo, Bairro- Centro, CEP 59.805-000, neste município de Lucrécia/RN.

Art.2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
CPF: 970.648.404-30
Prefeita

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:EED189D8

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 621/2018

Institui o Conselho Municipal de Turismo, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL**,no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 69 da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal de Lucrécia aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei:

A Câmara Municipal de Lucrécia – RN aprova:
CAPITULO I
Do Conselho de Turismo
Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Turismo como órgão colegiado vinculado à Secretaria Municipal de Juventude Turismo e Esporte, destinado a promover e incentivar as ações do Turismo no município.
Art. 2º. Compete ao Conselho Municipal de Turismo:
I – formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na politica municipal de turismo;
II - coordenar, incentivar e promover o turismo no Município de Lucrécia, através de ações devidamente planejadas e aprovadas pelo Plenário;
III - estudar e propor à Administração Municipal mediadas de difusão e amparo ao turismo, no Município, em colaboração com entidades especializadas no setor público e privadas;
IV – estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e os prestado por iniciativa privadas, promover campanhas de incremento e investimentos no turismo municipal;
V – apoiar o desenvolvimento de programas e projetos de interesse turístico visando incrementar o fluxo de turistas ao município, através da Secretaria Municipal de Juventude, Turismo e Esporte.
VI – estudar de forma sistemática e permanente o mercado turístico do município a fim de contar com os dados necessários para um adequado controle técnico, angariar subsídios, subvenções, doações, legados e outros meios destinados aos investimentos no setor de turismo e elaborar os planos de aplicação pela Administração Pública Municipal;
VII – promover conjuntamente com a Secretaria Municipal de Juventude, Turismo e Esporte, reuniões e palestras visando a difusão do turismo no município;
VIII – apoiar conjuntamente com a Secretaria Municipal da Juventude, Turismo e Esporte o cadastro de informações turísticas do interesse do município;
IX - associar-se a outras entidades públicas ou privadas com o objetivo de promover as ações de turismo no Município;
X – apoiar, em nome do município, a realização de campanhas e eventos de interesse para implemento turístico;
XI - Fomentar a elaboração e implantação de um Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável;
XII – Promover junto às autoridades de classe, campanhas no sentido de conscientizar a comunidade sobre a importância do turismo como atividade econômica;
XIII – Avaliar e fiscalizar periodicamente o desempenho dos trabalhos desenvolvidos pelo órgão colegiado;
XIV – examinar e emitir parecer sobre as contas que lhe forem apresentadas referentes aos planos e programas de trabalho executados;
XV – Deliberar sobre o uso de recursos, fiscalizar captação, o repasse e a destinação dos recursos de competências do CMT;
XVI – opinar sobre a destinação e aplicação dos recursos financeiros, consignados no orçamento programa da secretaria Municipal da Juventude, Turismo e Esporte;
XVII – Elaborar o Regimento Interno do Conselho.
Art. 3º - O COMTUL será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades públicas e da sociedade civil:

I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Juventude Turismo e Esporte;
II – 01 (um) representante servidor efetivo do Município de Lucrécia – RN;
III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos;
IV – 01 (um) representante de Secretaria Municipal de Infraestrutura;
V – 01 representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
VI – 01 (um) representante da Câmara Municipal de Vereadores;
VII – 01 (um) representante da iniciativa privada;
VIII – 01 (um) representante da Sociedade Civil organizada;
§ 1º. Na indicação dos membros as entidades representadas deverão indicar titulares e suplentes, os quais serão nomeados pela Prefeita Municipal.
§ 2º. O Presidente, Vice-Presidente e Secretário do Conselho, serão escolhidos pelos conselheiros em sua primeira reunião anual.
§ 3º. O mandato dos membros será de dois anos, admitida sua recondução por mais um período.
§ 4º. Quando ocorrer uma vaga, o novo membro designado completará o mandato de substituto.
§ 5º. O mandato dos membros do Conselho será exercido gratuitamente e suas funções consideradas como prestação de serviços relevantes ao Município.
§ 6º. A presidência e vice-presidência serão ocupadas alternadamente, a cada dois anos, na renovação do Conselho, por um representante do Poder Público e da Sociedade Civil organizada.
Art. 4º. O COMTUL fica organizado da seguinte maneira:
I – Plenário;
II – Núcleo Gestor;
III – Câmara Setorial;
IV – Órgão Auxiliar;
§ 1º. A Diretoria do Conselho será constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário.
§ 2º. O Presidente será a Secretaria Municipal da Juventude, Turismo e Esporte;
§ 3º. O presidente poderá ser substituído em suas ausências ou impedimentos pelo Vice-presidente do COMTUL.
§ 4º. Os membros do Conselho em suas ausências serão substituídos pelos seus respectivos suplentes.

§ 5º. O vice-presidente e o secretário serão eleitos entre os seus Conselheiros na última reunião ordinária de cada exercício, através do voto nominal, secreto, para mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos.
§ 6º. O detalhamento da organização do COMTUL será objeto do respectivo Regimento Interno, elaborado pelo os seus conselheiros e aprovado por Decreto do Executivo Municipal.
Art. 5º. As despesas decorrentes da presente lei serão atendidas por verbas próprias do orçamento municipal, que poderão ser suplementadas.
Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lucrécia/RN, 06 de julho de 2018

MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
CPF: 970.648.404-30
Prefeita

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:8C04421D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 2018/024 – SAAE

O Pregoeiro do Município de Maxaranguape/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público que se encontra aberto licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 2018/024, do tipo menor preço por item, objetivando contratação de empresa especializada para o fornecimento de Software de Gestão Comercial para controle de Cadastro, Micromedição, Faturamento, Cobrança, Arrecadação e Atendimento ao Público, dentre outras funcionalidades para atendimento das necessidades do SAAE. A seção pública será realizada no dia 24/07/2018 às 09h00min. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na sede da Prefeitura na sala de Licitações, sito a Rua Quinze de novembro, 45, Centro, CEP 59.580-000 – MAXARANGUAPE/RN, de segunda a sexta feira, das 08h00min às 13h00min.

MAXARANGUAPE/RN, 06 de julho de 2018.

Publicado por:
Rivailton Maria Santana da Paschoa
Código Identificador:A27AB5C4

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 2018/025 – SAAE

O Pregoeiro do Município de Maxaranguape/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público que se encontra aberto licitação na modalidade Pregão Presencial - SRP Nº 2018/025, do tipo menor preço por item, objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS SAAE. A seção pública será realizada no dia 19/07/2018 às 09h00min. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na sede da Prefeitura na sala de Licitações, sito a Rua Quinze de novembro, 45, Centro, CEP 59.580-000 – MAXARANGUAPE/RN, de segunda a sexta feira, das 08h00min às 13h00min.

MAXARANGUAPE/RN, 05 de julho de 2018.

Publicado por:
Rivailton Maria Santana da Paschoa
Código Identificador:7CEAA905

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 41/2018, DE 06 DE JULHO DE 2018

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE-RN, NO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E NA MELHOR FORMA DA LEI ORGÂNICADO MUNICÍPIO,

RESOLVE:

Art.1°. EXONERAR OS SERVIDORES LISTADOS ABAIXO DOS RESPECTIVOS CARGOS EM COMISSÃO:

NOME	CPF	CARGO
ANTONIO COSTA FILHO	074.869.364-53	SECRETARIO
PAULO RODRIGUES DE ALMEIDA	791.007.674-68	SECRETARIO ADJUNTO
MARIA DAS NEVES TENORIO DA SILVA	751.480.564-87	ASSESSOR ESPECIAL 1 – AE2
LUANA CAVALCANTE DE S. CRUZ	078.893.334-55	ASSESSOR ESPECIAL 1 – AE2
SHEILA CRISTINA MOREIRA DO LAGO	337.093.863-49	ASSESSOR ESPECIAL - AE2
AMANDA GOMES DE OLIVEIRA PEREIRA	069.863.064-58	ASSESSOR ESPECIAL - AE2

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PEDRO ENEAS DO NASCIMENTO NETO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Pedro Eneas do Nascimento Neto
Código Identificador:AE1A0750

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TOMADA DE PREÇOS Nº. 000002/2018 - PMM AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 000002/2018 - PMM
AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, inscrita no CNPJ sob nº. 08.354.383/0001-08, sediada na Rua São José, 4, Centro, Montanhas/RN CEP: 59198000, através da Comissão Permanente de Licitação (CPL), designada através da **Portaria nº. 003/2018, de 02 de janeiro de 2018**, torna público que realizará licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo **"MENOR PREÇO GLOBAL"**, destinada a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA PROFESSIONAL EM ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO QUANTO À EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONTROLE E ADMINISTRAÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS.** A sessão pública, para recebimento dos envelopes de propostas de preços e de documentação de habilitação, será realizada **08:00hs** do dia **24 DE JULHO DE 2018**. O Edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal de Montanhas/RN, situada na Rua São José, 4, Centro, Montanhas/RN CEP: 59198-000, no horário das 08:00hs às 12:00hs (de segunda à sexta-feira), em dias úteis. Qualquer informação poderá ser obtida no endereço e horário supracitados, bem como através do fone/fax (84) 3240-2210 e email - licitacao@montanhas.rn.gov.br.

Montanhas/RN, 06 de julho de 2018.

EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

Publicado por:
Domingos José de Araújo Neto
Código Identificador:52E2805E

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 218/2018 - REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei, e

Considerando o que determina a Lei Municipal 365/2010, de 25 de maio de 2010, em seu Art. 45;

R E S O L V E:

ART. 1º. – Promover a mudança de nível salarial do servidor público municipal, **ADAÍLTON DE MEDEIROS DA SILVA**, ocupante do Cargo de Professor, sob a matrícula 008320, do nível **P-NII para P-NIII**.
ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.
ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

Montanhas/RN, em 21 de junho de 2018.

MANUEL GUSTAVO DE ARAÚJO MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Domingos José de Araújo Neto
Código Identificador:0EE926FA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº06/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO, NESTE MUNICÍPIO.
AVISO

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da PMNF, comunica que a empresa: **ENGEART ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP** inscrita no CNPJ sob o nº 11.098.501/0001-79, impetrou recurso administrativo, contra sua inabilitação, por esta CPL, na Tomada de Preço em epígrafe, razão pela qual comunica aos demais licitantes, que fica suspensa a abertura dos envelopes das propostas financeiras das empresas habilitadas prevista para o dia 10/07/2018 às 11:00 horas, até ulterior deliberação. O Processo com as instruções encontra-se à disposição dos interessados no setor de Licitação do Município, situado à Rua Prefeito Américo de Oliveira, 23, centro, sala da CPL,

Nísia Floresta/RN, 06 de julho de 2018.

DOMICIANO FERNANDES DA SILVA
Presidente.

Publicado por:
Hildeberto Dias dos Santos Gurgel
Código Identificador:8DC52220

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato;

Contratante: Prefeitura Municipal de Olho D´água do Borges; Contratada: EMANUELLE TAÍSA FERREIRA XAVIER NERI CPF: 051.943.674-14; Objeto: Contratação Provisória e por Tempo determinado, valor mensal R$; R$ 1.150,00 (hum mil e cento e cinquenta).) Prazo: 12 (doze) meses; Data: 02/07/2018; Signatários: MARIA HELENA LEITE DE QUEIROGA - Prefeita e Contratada: EMANUELLE TAÍSA FERREIRA XAVIER NERI

Publicado por:
José Gilberto Dias
Código Identificador:FE7459D8

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D´ÁGUA DO BORGES; Contratada: FYAMMA VERUSKA DA SILVA RODRIGUES, CPF: 101.087.474-84; Objeto: Contratação Provisória e por Tempo determinado, valor mensal R$; 1.579,32 (Hum mil quinhentos e setenta e nove reais e trinta e dois centavos) Prazo: 12 (doze) meses; Data: 02/07/2018; Signatários: MARIA HELENA LEITE DE QUEIROGA - Prefeita e Contratado-FYAMMA VERUSKA DA SILVA RODRIGUES.

Publicado por:
José Gilberto Dias
Código Identificador:72F16EBE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO – PROCESSO/MOB/RN Nº 038/2017 TOMADA DE PREÇOS N° 007/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO BRANCO/RN, CNPJ (MF) nº 08.095.473/0001-21. CONTRATADA: G M G DUARTE - ME, CNPJ N° 12.999.878/0001-61. OBJETO/JUSTIFICATIVA: O presente instrumento tem por objetivo a dilatação do prazo vigência do Segundo Termo Aditivo até 31 de dezembro de 2018, a contar da data de assinatura deste documento, com fulcro no art. 57, § 1.°, inciso II, da Lei Federal n.° 8.666/93 e alterações subseqüentes, para que não haja prejuízo com a descontinuidade contratual, considerando também, a previsão no Contrato Administrativo referente á TOMADA DE PREÇOS n.º 007/2017. Base legal: Lei n° 8.666/1993.

Ouro Branco/RN, 21 de Junho de 2018.

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DA SILVA
Prefeita

Publicado por:
Wellington Batista dos Santos
Código Identificador:016A3490

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAZINHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

Contratante: Prefeitura Municipal Parazinho – CNPJ: 08.113.631/0001-29
Contratado: Saia Rodada Produções artísticas LTDA, CNPJ: 05.323.996/0001-90.
Objeto: Apresentações de shows musicais com as bandas Garanhões do Forró, Luciano Silva/Cesár Forrozeiro e Saia Rodada em comemoração aos 56º anos de Emancipação Política do município de Parazinho/RN, em praça pública no dia 12/07/2018.
Valor: R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).
Recursos Orçamentários: Elemento orçamentário "3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica".
Recursos Financeiros: FPM, ICMS e Receita Tributária Municipal.
Base Legal: Artigo 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93 e justificativas apensas ao processo de inexigibilidade de licitação.
Assinaturas: Carlos Veriano de Lima/Prefeito Municipal.
Paulo Givago Barreto Alves/Contratada.

Parazinho/RN, em 06 de julho de 2018.

Publicado por:
Robson Scipião de Brito
Código Identificador:76A791D2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

GABINETE DO PREFEITO
LEI 757/2018

LEI Nº 757/2018.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ALEXANDRE SOBRINHO, **Prefeito Municipal de Pedro Avelino, Estado do Rio Grande do Norte**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Pedro Avelino, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício de 2019, será elaborado conforme previsto no art. 165, inciso II, §º da Constituição Federal, art. 4º da LRF e será executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as Metas Fiscais;
II - as Prioridades da Administração Municipal;
III - a Estrutura dos Orçamentos;
IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2019, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com as portarias expedidas pela secretaria do Tesouro Nacional – STN, relativas as normas de contabilidade pública.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta e fundos municipais, que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, foi incluído nos moldes do Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais da Portaria nº 495/2017-STN.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais referidos no Art. 2º e 4º desta Lei constituem-se dos seguintes:

I – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I - Metas Anuais;
Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada unidade gestora e a sua consolidação constituirá nas metas fiscais do município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º, do art. 4º, da LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2019, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - metas anuais serão elaboradas em valores correntes e constantes, relativos às receitas, despesas, resultado primário e nominal e montante da dívida pública, para o exercício de referência 2019 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2019, 2020 e 2021 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficiais de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 495/2017 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB" serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de receitas, despesas, resultado primário e nominal, dívida pública consolidada e dívida consolidada líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores, de receitas, despesas, resultado primário e nominal, dívida pública consolidada e dívida consolidada líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10 - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o demonstrativo IV - evolução do patrimônio líquido, deve traduzir as variações do patrimônio de cada ente do município e sua consolidação.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO
DE ATIVOS

Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O demonstrativo V - origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos estabelecem de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 12 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o anexo de metas fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas correspondentes ao aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 13 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O demonstrativo VIII - margem de expansão das despesas de caráter continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 14 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de metas anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 495/2017-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2019, 2020 e 2021.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 15 - A finalidade do conceito de resultado primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da meta de resultado primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL

Art. 16 - O cálculo do resultado nominal deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das metas anuais do resultado nominal deverá levar em conta a dívida consolidada, da qual deverá ser deduzida o ativo disponível, mais haveres financeiros menos restos a pagar processados, que resultará na dívida consolidada líquida, que somada às receitas de privatizações e deduzidos os passivos reconhecidos, resultará na dívida fiscal líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 17 - Dívida pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de balanços e balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2019, 2020 e 2021.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 18 - As prioridades e metas da administração municipal para o exercício financeiro de 2019 foram definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2018 a 2021, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei e no art. 165, § 2º da Constituição Federal.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2019 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Anexo desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 19 - O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, que recebam recursos do Tesouro e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada entidade da administração municipal.

Art. 20 - A Lei Orçamentária para 2019 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades gestoras, especificando aqueles vínculos a fundos, autarquias, e aos orçamentos fiscais e da seguridade social, desdobrada as despesas por função, sub função, programa, projeto, atividade ou operação especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as portarias expedidas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, relativas a normas de contabilidade pública, conforme anexos próprios definidos.

Art. 21 - A mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária será elaborada em conformidade com o que determina o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 22 - O Orçamento para exercício de 2019 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativos e Executivos, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e outras (art. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 23 - Os estudos para definição dos orçamentos da receita para 2019 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua

evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Art. 24 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativos e Executivos, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 25 - As despesas obrigatórias de caráter continuado em relação à receita corrente líquida, programadas para 2019, poderão ser expandidas, tomando-se por base as despesas obrigatórias de caráter continuado fixadas na lei orçamentária anual para 2018 (art. 4º, § 2º da LRF), conforme demonstrado em anexo desta lei.

Art. 26 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e também, com a redução dos investimentos municipais.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o executivo municipal poderá elaborar decreto, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 27 - O orçamento para o exercício de 2019 destinará recursos para a reserva de contingência, que serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

Parágrafo Único - Os recursos da reserva de contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretize, poderão ser utilizados por ato do chefe do poder executivo municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 28 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da lei orçamentária anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 29 - O chefe do poder executivo municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da lei orçamentária anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 30 - Os projetos e atividades priorizados na lei orçamentária para 2019 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, serão executados prioritariamente com suas respectivas fontes, podendo receber complemento de fontes próprias para sua execução de acordo com o ingresso no fluxo de caixa. (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 31 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2019, constante do anexo próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 32 - A transferência de recursos do tesouro municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 90 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 33 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa e/ou inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, é considerado despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2019, em cada evento, não exceda ao valor limite fixado no item I, “a” e no item II, “a” do art. 23 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 34 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 35 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela administração municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 36 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2019 a preços correntes.

Art. 37 - A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa / modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata as portarias expedidas pela secretaria do tesouro nacional – STN, relativas às normas de contabilidade pública.

§ 1º - O Poder Executivo e Legislativo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2019 e em créditos adicionais, em decorrência da insuficiência dos valores aprovados, da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgão e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições.

§ 2º - A autorização para suplementação constará da lei orçamentária de 2019, conforme inteligência do § 8º do artigo 165 da Constituição Federal, limitado ao percentual mínimo de 1% (um por cento) e máximo de 15% (quinze por cento) do valor fixado para as despesas do exercício.

§ 3º - Os créditos adicionais abertos para cobertura de despesas a serem financiados com recursos de convênios, auxílios, contribuições ou outra forma de captação, oriundos de outras esferas de governo ou entidade, não serão computados no limite de que trata o parágrafo segundo deste artigo.

§ 4º - Os Poderes Municipais, poderão alterar, por decreto, a classificação da natureza da despesa prevista para uma determinada fonte de recursos de um Programa constante do seu Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD, inserindo novos elementos, desde

que não seja alterado o valor deste programa aprovado pela Câmara Municipal.

Art. 38 - Durante a execução orçamentária de 2019, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2019 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 39 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 40 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2019 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 41 - A Lei Orçamentária de 2019 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 42 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, § 1º, I da LRF).

Art. 43 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 44 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2019 criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observado os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2019.

Art. 45 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2019, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da receita corrente líquida, a despesa verificado no exercício de 2018, acrescida de 30%, obedecido o limite prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 46 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 47 - O orçamento do município para o exercício de 2019 conterá previsão para pagamento de precatórios expedidos pelos Tribunais do Trabalho e de Justiça, protocolados na Prefeitura Municipal até 30 de junho de 2018.

Art. 48 - O Executivo municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
II - eliminação das despesas com horas-extras;
III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 49 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no plano de cargos da administração municipal, ou ainda, atividades próprias da administração pública municipal, devendo, nos casos em que haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, fazer as devidas deduções.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 50 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 51 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 52 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do orçamento da receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 54 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 55 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 56 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal, Estadual, em todos os Poderes, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município, bem como

com entidades associativas, desportivas e culturais sem fins lucrativos que prestam serviços públicos de forma complementar.

Art. 57 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Pedro Avelino, em 05 de julho de 2018.

JOSE ALEXANDRE SOBRINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:08B1E1CB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 086-2018

PORTARIA Nº: 086/2018

Prefeito Municipal de Pedro Avelino, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **RESOLVE**:

Art. 1º - Nomear o Sr. **FÁBIO FRANCISCO VIANA**, para o Cargo Comissionado – **Assessor Especial,** em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 738/2017, referendada pela Lei Orgânica Municipal em seu art. 74, inciso II e Constituição Federal em seu artigo 37, inciso II, a partir desta data.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor, com efeitos retroativos para o dia: 02.07.2018, Ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se

Pedro Avelino (RN), 06 de Julho de 2018.

JOSÉ ALEXANDRE SOBRINHO
Prefeito Municipal de Pedro Avelino

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:FC15B8A0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO VELHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE DISPENSA Nº: 35/2018

Contratante: MUNICÍPIO DEPEDRO VELHO/RN
Contratada: LUANA COSTA DA SILVA
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE.
Valor Estimado: R$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais).
Base Legal: Artigo 24, Inciso X, da Lei Federal nº8.666/93

Pedro Velho/RN em 05 de julho de 2018.

PATRÍCIA PEIXOTO TARGINO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maiara Paulo da Silva
Código Identificador:8CDEBC36

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE DISPENSA Nº 39/2018

Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada: AGILE COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS EIRELI – ME

Processo nº 1.237/2018 - Dispensa nº 39/2018 - CPL

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA AS ENDEMIAS
VALOR: R$7.406,60 (sete mil quatrocentos e seis reais e sessenta centavos).

Republicada por incorreção.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratante

AGILE COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS EIRELI-ME
Contrata

Pedro Velho/RN, 03 de julho de 2018

Publicado por:
Maiara Paulo da Silva
Código Identificador:4E77808D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS/RN AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇO N° 015/2018

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de forma parcelada de diversos tipos de pneus, câmaras de ar e protetores, para manutenção e reposição nos veículos que fazem parte da frota das secretarias do Município de Pendências/RN, A Pregoeira do município de Pendências no uso de suas atribuições torna publico que se encontra aberta a licitação acima mencionada, Cuja sessão pública será realizada na sede da Prefeitura Municipal sito Av. Francisco Rodrigues, 205 – Centro – Pendências/RN, as 10:00 (dez horas) do dia 18/07/2018. O Edital na integra encontra-se a disposição dos interessados na sede do executivo municipal de segunda a sexta das 08h00 as 14:00 hrs. INFORMAÇÕES GERAIS: 0(84) 3522-2204, ou através do E-mail, cplpendencias2017@gmail.com

Pendências/RN, 06.07.2018.

ANNE KEILLY DE OLIVEIRA SOUZA, *a*
Pregoeira.

Publicado por:
Anne Keilly de Oliveira Souza
Código Identificador:6559C812

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS/RN AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇO N° 016/2018

Objeto: Registro de preço para futura contratação de Empresa Especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** de manutenção preventiva e corretiva de mecânica, incluindo o **FORNECIMENTO E TROCA DE PEÇAS**, nos veículos utilitários oficiais, tratores e implementos agrícolas, de diversas marcas pertencentes à frota de veículos da Prefeitura Municipal de Pendências/RN, conforme anexo no edital. A Pregoeira do município de Pendências no uso de suas atribuições torna publico que se encontra aberta a licitação acima mencionada, Cuja sessão pública será realizada na sede da Prefeitura Municipal sito Av. Francisco Rodrigues, 205 – Centro – Pendências/RN, as 10:00 (dez horas) do dia 19/07/2018. O Edital na integra encontra-se a disposição dos interessados na sede do executivo municipal de segunda a sexta das 08h00 as 14:00 hrs. INFORMAÇÕES GERAIS: 0(84) 3522-2204, ou através do E-mail, cplpendencias2017@gmail.com

Pendências/RN, 06/07/2018.

ANNE KEILLY DE OLIVEIRA SOUZA
Pregoeira.

Publicado por:
Anne Keilly de Oliveira Souza
Código Identificador:D5F88D4D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000065/18

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS LABORATORIAIS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE E DAS UBS DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE RN. O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da licitação acima descrita. Empresas Vencedoras: **MARQ TECH COMERCIO E SERVICOS LTDA,** Rua Frei Miguelinho, Nº811ª- Doze Anos, Mossoró/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.969.641/0001-06, que sagrou-se vencedor(a) de parte do objeto da licitação, com o valor global de **R$ 39.601,00 (trinta e nove mil e seiscentos e um reais); FORLAB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA LABORA,** Rua Darke de Matos, 223 – Loja A – Higienópolis, Rio de Janeiro/RJ inscrito(a) no CNPJ sob o nº 12.655.453/0001-35, que sagrou-se vencedor(a) de parte do objeto da licitação, com o valor global de **R$ 174,00 (cento e setenta e quatro reais); NATIVA LAB PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA,** Rua Birigui, Nº 78, Cidade Industrial, Curitiba, Paraná/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 17.930.162/0001-21, que sagrou-se vencedor(a) de parte do objeto da licitação, com o valor global de **R$ 204,00 (duzentos e quatro reais)**. Os itens 24, 25, 26 e 40 do termo de Referência do Edital, foram cancelados. O processo encontra-se na sala de Licitação, a vista dos interessados na sede da Prefeitura: Rua José Vieira Mafaldo - 122 – Centro – CEP 59810-000 – Portalegre/RN: (84) 3377-2196 de segunda a sexta, de 07h00min as 12h00min e de 13h00min as 16h00min.

PORTALEGRE/RN, 04 de julho de 2018.

EGLIMAR CARLOS PEREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:571FA821

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000065/18

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS LABORATORIAIS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE E DAS UBS DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE RN. O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Portalegre/RN torna público para conhecimento dos interessados a Adjudicação da licitação acima descrita. Empresas Vencedoras: **MARQ TECH COMERCIO E SERVICOS LTDA,** Rua Frei Miguelinho, Nº811ª- Doze Anos, Mossoró/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.969.641/0001-06, que sagrou-se vencedor(a) de parte do objeto da licitação, com o valor global de **R$ 39.601,00 (trinta e nove mil e seiscentos e um reais); FORLAB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA LABORA,** Rua Darke de Matos, 223 – Loja A – Higienópolis, Rio de Janeiro/RJ inscrito(a) no CNPJ sob o nº 12.655.453/0001-35, que sagrou-se vencedor(a) de parte do objeto da licitação, com o valor global de **R$ 174,00 (cento e setenta e quatro reais); NATIVA LAB PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA,** Rua Birigui, Nº 78, Cidade Industrial, Curitiba, Paraná/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 17.930.162/0001-21, que sagrou-se vencedor(a) de parte do objeto da licitação, com o valor global de **R$ 204,00 (duzentos e quatro reais)**. ADJUDICO a presente Licitação na forma da Lei nº 8.666/93. O processo encontra-se na sala de Licitação, a vista dos interessados na sede da Prefeitura: Rua José Vieira Mafaldo - 122 – Centro – CEP 59810-000 – Portalegre/RN: (84) 3377-2196 de segunda a sexta, de 07h00min as 12h00min e de 13h00min as 16h00min..

PORTALEGRE/RN, 04 de julho de 2018.

EGLIMAR CARLOS PEREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:3B3B3AC7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°. 371/2018-GP

Portalegre (RN), 04 de julho de 2018.

O PREFEITO MUNCIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo **Art. 22, Inciso II**, alínea "f" da Lei Orgânica do Município e,
CONSIDERANDO os termos do art. 145 da Lei Municipal nº. 181/2007, que prevê a instauração de sindicância administrativa em face de irregularidade na concessão do adicional de produtividade aos servidores públicos municipais, Agentes comunitário de saúde, do município de Portalegre.

CONSIDERANDO que a Administração pode rever, a qualquer tempo, seus próprios atos quando eivados de erro ou vício e desde que respeitando o contraditório e a ampla defesa.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado o Possesso Sindicante sob o nº. 001/2018, no intuito de apurar possíveis irregularidades na concessão de gratificação de produtividade ao Agentes Comunitários de Saúde, empós, oferecer relatório conclusivo, com os elementos, suas circunstâncias, fundamentos jurídicos e sanções, eventualmente a ser aplicadas.

Art.2º Fica nomeada a Comissão Processante, nos termos do art.151 da Lei Municipal nº. 181/2007, que será composta pelos seguintes servidores:

- Aline Cristina Albuquerque Pinto, matrícula nº 446
- Maria Nilza Marques, matrícula nº 08
- Carla |Dannielle dos Santos Leite, matricula n° 349

Art.3º A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos terá o prazo de 30(trinta) dias para conclusão dos trabalhos, admitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório, sob motivação, para garantir o esclarecimento dos fatos e o exercício pleno da defesa.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Portalegre

MANOEL DE FREITAS NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:C752731A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 374/2018

CONCESSÃO DE DIÁRIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor **Mikael Anderson Anselmo de Oliveira**, CPF: **070.865.404-55,** matrícula nº**492,** ocupante do cargo de **Motorista**, **1,0 (uma)** diária(s), ao preço unitário de **R$ 120,00 (cento e vinte reais)** perfazendo a quantia de **R$ 120,00 (cento e vinte reais),** para custear as despesas com ALIMENTAÇÃO e ESTADIA nos dia(s) **04.07** a **05.07** do corrente ano, **objetivando transportar como motorista, paciente para submeter-se a avaliação oftalmológica no Hospital da Visão em Natal/RN,** conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta Portaria entra em Vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, **04 de Julho de 2018**

MANOEL DE FREITAS NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:986A514C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA AO CONTRATO Nº 2016.05.31-001, REFERENTE À LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO N° 004/2016

Partes: O Município de Portalegre/RN a empresa **HIRATA CONSTRUÇÕES LTDA - EPP**, Inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.716.197/0001-25, com sede a Rua da Independência, 1301 – Centro – CEP 59900-000 – Pau dos Ferros/RN. Objeto: contratação de Pessoa Jurídica do ramo da construção civil, para prestação dos serviços de *Implantação e Modernização de Infraestrutura Desportiva – Meta Nº 01 – Reforma e Ampliação da Quadra Coberta Aluízio Alves e Meta nº 02 – Construção da 2ª Etapa de Um Estádio de Futebol no Município de Portalegre-RN*, conforme especificações constantes no Edital Convocatório. Prorrogação de vigência: De 14/05/2018 a 14/05/2019, Ficando todas as demais clausulas inalteradas. Signatários: MANOEL DE FREITAS NETO e **JORGE AKIHITO HIRATA -**

Portalegre/RN, 14 de maio de 2018.

MANOEL DE FREITAS NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:B32D0948

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 2018.007.005.001 - REFERENTE A TOMADA DE PREÇO Nº 02/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000067/18

Partes: A Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 08358053/0001-90, localizada a RUA JOSÉ VIEIRA MAFALDO, Nº 122 – PORTALEGRE / RN, neste ato representado(a) por seu Ordenador de Despesas, o Sr. **MANOEL DE FREITAS NETO**, apenas denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a Pessoa Juridica: **A C L MAIA DANTAS & CIA LTDA**, com endereço na R SAO JOAO BATISTA, 30, APODI/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 20.625.410/0001-35, doravante denominado CONTRATADO(A). Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO A PARALELEPIPEDOS NAS RUAS: MANGA - TRECHOS 01 E 02, PROFESSOR JOSÉ NOBRE – TRECHO 02, MANOEL DE FREITAS – TRECHO 02, E JOSÉ VIANA PEREIRA, LOCALIZADAS NA ZONA URBANA DESTE MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN. Valor global: **R$ 216.128,37(duzentos e dezesseis mil e cento e vinte e oito reais e trinta e sete centavos)**. Vigência: O Presente contrato terá vigência de 12(doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. observados os limites previstos na Lei nº 8.666/93. Signatários: MANOEL DE FREITAS NETO e Liberio Erico Lima Maia Dantas.

PORTALEGRE/RN, 05 de julho de 2018.

MANOEL DE FREITAS NETO
Ordenado(a) de Despesas

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:0AE84EE5

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000065/18

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS LABORATORIAIS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE E DAS UBS DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE RN. A Prefeitura Municipal de Portalegre/RN torna público para conhecimento dos interessados a HOMOLOGAÇÃO da licitação acima descrita. Empresas Vencedoras: **MARQ TECH COMERCIO E SERVICOS LTDA,** Rua Frei Miguelinho, Nº811ª- Doze Anos, Mossoró/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.969.641/0001-06, que sagrou-se vencedor(a) de parte do objeto da licitação, com o valor global de **R$ 39.601,00 (trinta e nove mil e seiscentos e um reais); FORLAB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA LABORA,** Rua Darke de Matos, 223 – Loja A – Higienópolis, Rio de Janeiro/RJ inscrito(a) no CNPJ sob o nº 12.655.453/0001-35, que sagrou-se vencedor(a) de parte do objeto da licitação, com o valor global de **R$ 174,00 (cento e setenta e quatro reais); NATIVA LAB PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA,** Rua Birigui, Nº 78, Cidade Industrial, Curitiba, Paraná/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 17.930.162/0001-21, que sagrou-se vencedor(a) de parte do objeto da licitação, com o valor global de **R$ 204,00 (duzentos e quatro reais)**. Homologo a presente Licitação na forma da Lei nº 8.666/93. O processo encontra-se na sala de Licitação, a vista dos interessados na sede da Prefeitura: Rua José Vieira Mafaldo - 122 – Centro – CEP 59810-000 – Portalegre/RN: (84) 3377-2196 de segunda a sexta, de 07h00min as 12h00min e de 13h00min as 16h00min.

PORTALEGRE/RN, 06 de julho de 2018.

MANOEL DE FREITAS NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:FD55F5A3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 06 AO CONTRATO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 06 AO CONTRATO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2014
Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia para realizar os serviços de cobertura da quadra da Escola Manoel Severino Lemos, na localidade de Vila Punaú, neste município de Rio do Fogo/RN.
Contratante: Prefeitura Municipal de Rio do Fogo/RN **- CNPJ:** 01.612.393/0001-57;
Contratada: R. J. da Costa Construções EIRELI **- CNPJ:** 08.226.562/0001-60;
Da Prorrogação de Prazo: Fica prorrogado o prazo contratual por mais seis (06) meses, a contar a partir de 03 de julho de 2018, para realizar a conclusão da referida obra**.**
Da Justificativa: Justificamos a presente prorrogação, em virtude da empresa precisar mais tempo para executar os serviços ainda pendentes, haja vista que devido a defasagem dos preços praticados

terem sido corrigidos mediante o reequilíbrio econômico financeiro feito anteriormente.

Da fundamentação legal: O presente aditivo tem sua fundamentação amparada legalmente no inciso II, ambos do artigo 57, da Lei n° 8.666/93, com suas alterações posteriores.
Assinaturas:
Pela Contratante: Laerte Ney de Paiva Fagundes – CPF: 022.831.484-48 (Prefeito Municipal)
Pela Contratada: Junior Roberto da Costa – CPF: 054.660.484-61 – Sócio Administrador

Rio do Fogo/RN, 02 de julho de 2018.

Publicado por:
Tales Alexandre de Paiva Fagundes
Código Identificador:0181FF31

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO DA ADESÃO A ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 03/2018 DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2017 ORIGINÁRIO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RUY BARBOSA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

RATIFICAR o resultado da Adesão a Ata de Registro de Preços nº 03/2018 da licitação, modalidade Pregão Eletrônico n.º 18/2017, originário do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que objetiva: Aquisição de Ônibus Escolar Acessível - ONUREA PISO ALTO para transporte escolar diário de estudantes da rede municipal de ensino do município de Ruy Barbosa/RN, com recursos provenientes do Termo de Compromisso PAR Nº 201802252-4; com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente(s) vencedor(es):

- MAN LATIN AMÉRICA INDÚSTRIA E COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA
CNPJ: 06.020.318/0001-10
Valor: R$ 199.940,00 (conto e noventa e nove mil, novecentos e quarenta reais)

Publique-se e cumpra-se.

Ruy Barbosa/RN, 28 de Junho de 2018.

FRANCISCO FELIPE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danilo Rodrigues Barreto
Código Identificador:6002549A

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18060002/18 - EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO

A Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa/RN torna pública a adesão a Ata de Registro de Preços do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) nos termos da Lei 8.666/93 em consonância com a Lei 10.520/02 e suas alterações posteriores e demais normas em vigor, conforme especificado abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2017
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2018
ÓRGÃO GERENCIADOR: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), inscrita no CNPJ Nº 00.378.257/0001-81.
ÓRGÃO PARTICIPANTE: Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa/RN, inscrita no CNPJ Nº 08.078.958/0001-07.
OBJETO: Aquisição de Ônibus Escolar Acessível - ONUREA PISO ALTO para transporte escolar diário de estudantes da rede municipal de ensino do município de Ruy Barbosa/RN, com recursos provenientes do Termo de Compromisso PAR Nº 201802252-4.
FORNECEDOR REGISTRADO: MAN LATIN AMÉRICA INDÚSTRIA E COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA, inscrito no CNPJ Nº 06.020.318/0001-10.
VALOR: O valor global do objeto deste termo é de R$ 199.940,00 (conto e noventa e nove mil, novecentos e quarenta reais).
VIGÊNCIA DA ATA: 16/04/2018 à 16/04/2019

Ruy Barbosa/RN, 28 de Junho de 2018.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)
Órgão Gerenciador

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA/RN
Órgão participante

MAN LATIN AMÉRICA INDÚSTRIA E COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA
Fornecedor

Publicado por:
Danilo Rodrigues Barreto
Código Identificador:99357640

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº. 343/2018 – GAB

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder **meia diária no valor de R$ 40,00 (quarenta reais)** ao Servidor **DAMIÃO CARLOS DE ARAÚJO**, **CPF: 044.107.054-07**, Motorista, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas, para cobrir suas despesas durante o dia **07 do corrente mês e ano ano**, a fim de resolver assuntos ligados à Prefeitura, para conduzir estudantes para participarem de evento esportivo, que será realizado na cidade de **Lagoa de Velhos/RN**, conforme **Solicitação nº 290**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 06 de julho de 2018.

FERNANDA COSTA BEZERRA
Prefeita

Publicado por:
Arivaldo Silva dos Santos
Código Identificador:B8F8AC0A

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº. 344/2018 – GAB

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder **meia diária no valor de R$ 160,00 (cento e sessenta reais)** ao Servidor **ROBSON SILVA DANTAS VALENÇA**, **CPF: 091.649,664-37**, Motorista, vinculado à Secretaria

Municipal de Transportes e Obras Públicas, para cobrir suas despesas durante o dia **07 do corrente mês e ano**, a fim de resolver assuntos ligados à Prefeitura, o qual irá fazer transportar mudança de familia de baixa renda para cidade de **Paulista/PE**, conforme Solicitação **nº 291**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 06 de julho de 2018.

FERNANDA COSTA BEZERRA
Prefeita

Publicado por:
Arivaldo Silva dos Santos
Código Identificador:76E02090

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
***EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2018**

Circunstanciada pelo Parecer apresentado pela Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz, venho HOMOLOGAR o resultado da Licitação – TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2018, à empresa A G C CONSTRUCOES & EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 00.999.591/0001-52, objetivando a execução das obras de revestimento asfáltico com CBUQ sobre base de paralelepípedo existente em ruas do Município de Santa Cruz/RN, com valor global de R$ 1.150.159,57 (Um milhão cento e cinquenta mil cento e cinquenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), haja visto que foi a única proposta apresentada ao Poder Público Municipal, estando de acordo com o preços praticados no mercado e as especificações do Edital.

Santa Cruz/RN, 05 de julho de 2018.

FERNANDA COSTA BEZERRA
Prefeita Municipal

*Republicado por incorreção.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:80833FFF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 103.2018

O **MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.110.439/0001-89, representado neste ato por seu Prefeito, **JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR**, doravante denominado **CONTRATANTE** e o Sr. **ERIVAN LOPES DE ARAÚJO,** inscrito no CPF sob o N.º 176.004.238-20, resolvem, em comum acordo, celebrar o presente termo que se regerá pelas cláusulas a seguir expressas:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente termo é a RESCISÃO AMIGÁVEL do contrato por tempo determinado n.º 103.2018, celebrado para provimento do cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS,** junto a Secretaria Municipal de Obras Públicas, Serviços Urbanos, Transportes e Meio Ambiente.
Cláusula Segunda – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 Supra. As partes renunciam a quaisquer indenizações, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratada.

2.1 – A contar desta data, ficam extintas as obrigações decorrentes do contrato enunciado no item

Cláusula Terceira – DA PUBLICAÇÃO

3.1 – A Prefeitura Municipal de Santana do Matos, será responsável pela publicação deste termo, em extrato, no Diário Oficial do Município de Santana do Matos.

Cláusula Quarta – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente termo de rescisão, na presença de duas testemunhas que também o firmam em 03 (três) vias para um mesmo efeito legal.

Santana do Matos – RN, 01 de julho de 2018.

JOSE EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

ERIVAN LOPES DE ARAÚJO
Contratado

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:A620DD46

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 115.2018

O **MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.110.439/0001-89, representado neste ato por seu Prefeito, **JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR**, doravante denominado **CONTRATANTE** e o Sr. **MANOEL SABINO DA SILVA NETO,** inscrito no CPF sob o N.º 750.724.594-20, resolvem, em comum acordo, celebrar o presente termo que se regerá pelas cláusulas a seguir expressas:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente termo é a RESCISÃO AMIGÁVEL do contrato por tempo determinado n.º **115.2018**, celebrado para provimento do cargo de **MOTORISTA,** junto a Secretaria Municipal de Obras Públicas, Serviços Urbanos, Transportes e Meio Ambiente.
Cláusula Segunda – DA RESCISÃO CONTRATUAL

2.1 – A contar desta data, ficam extintas as obrigações decorrentes do contrato enunciado no item 1.1 supra. As partes renunciam a quaisquer indenizações, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratada.

Cláusula Terceira – DA PUBLICAÇÃO

3.1 – A Prefeitura Municipal de Santana do Matos, será responsável pela publicação deste termo, em extrato, no Diário Oficial do Município de Santana do Matos.

Cláusula Quarta – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente termo de rescisão, na presença de duas testemunhas que também o firmam em 03 (três) vias para um mesmo efeito legal.

Santana do Matos – RN, 01 de julho de 2018.

JOSE EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

MANOEL SABINO DA SILVA NETO
Contratado

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:00276F2F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 09040001/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2018 - PMSS

A Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/RN, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de apoio, vem tornar pública a realização de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2018 – SRP/PMSS, tendo como objeto **O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO ABATEDOURO PÚBLICO DE SANTANA DO SERIDÓ/RN**, que se realizará no dia 20/07/2018 às 08:00 h. O edital, encontra-se a disposição dos interessados na sede da Prefeitura ou pelo email: santanadoserido.rn@hotmail.com ou cpl_santanadoserido.rn@outlook.com .

A COMISSÃO.

Publicado por:
Liliane Morais de Oliveira
Código Identificador:9A042B48

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL N.º 091/2018/PMSS/CD/ADM

PORTARIA N. º 091/2018/PMSS/CD/ADM de 28 de Junho de 2018.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, da Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/RN, Eliane Cabral da Silva, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Decreto Municipal nº 931 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. HUDSON PEREIRA DE BRITO, ocupante do cargo de PREFEITO MUNICIPAL para realizar viagem a Capital do Brasil, Brasília – DF, nos dias 02, 03 e 04 de Julho de 2018, para tratar de assuntos de interesse deste município junto ao Senado Federal (Gabinete do Senador José Agripino), CNM – Confederação Nacional dos Municípios, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, Câmara dos Deputados (Gabinete do Deputado Federal Beto Rosado) e Ministério das Cidades (Secretaria Nacional de Habitação, conforme declarações em anexo e termos descritos na Portaria de N° 091/2018/PMSS/CD/ADM de 28 de Junho de 2018.
Art. 2º - Pelo deslocamento à localidade acima referida, será concedido o pagamento de 03 (três) diárias na forma de que trata o Art. 1º do Decreto Municipal acima citado.
Art.º 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se e cumpra-se

ELIANE CABRAL DA SILVA
Sec. de Administração

Publicado por:
Eliane Cabral da Silva
Código Identificador:D03493AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATO DE ADJUDICAÇÃO DECORRENTE DA CHAMADA PÚBLICA N° 001/2018

1. Em respeito a decisão exarada na Ata de Registro de Preços retro, tomada pela Comissão Permanente de Licitação nomeada através Portaria n.° 001-GPMSF/2018, de 02 de janeiro de 2018, ADJUDICO o objeto da Chamada Pública em epígrafe aos grupos informais a saber: JOÃO PAULO SIMÕES, CPF: 063.912.164-01; FRANCISCO GARCIA JUNIOR , CPF: 021.388.094-63 e ANA SANTANA DOS SANTOS, CPF: 009.366.144-47, na conformidade com o exarado na Ata de Registro de Preços retro.
2. Encaminho o presente procedimento a Sua Excelência – o Prefeito Municipal para a devida homologação.

São Fernando/RN, 04 de Julho de 2018

CIRO DANTAS DE MEDEIROS
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Ciro Dantas de Medeiros
Código Identificador:1597DCEC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO DECORRENTE DA CHAMADA PÚBLICA N° 001/2018

De acordo.

HOMOLOGO o objeto da Chamada Pública n.° 001/2018, na forma consubstanciada na Ata de Registro de Preços retro aos grupos formais a saber: JOÃO PAULO SIMÕES, CPF: 063.912.164-01; FRANCISCO GARCIA JUNIOR , CPF: 021.388.094-63 e ANA SANTANA DOS SANTOS, CPF: 009.366.144-47

Encaminho os presentes autos à Secretaria Municipal de Educação para os procedimentos de praxe para a assinatura do contrato administrativo decorrente ao Pregão em epígrafe.

São Fernando/RN, 04 de Julho de 2018

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ciro Dantas de Medeiros
Código Identificador:BE201DAA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAÇÃO N° 0121/2018 - PMSF/RN

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 54.970,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL, NOVECENTOS E SETENTA REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de SÃO FERNANDO, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a lei orgânica municipal.

D E C R E T A

Art. 1°. - Fica aberto no corrente mês um crédito suplementar para reforço das dotações orçamentária, conforme anexo.

Art. 2°. - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito suplementar de que trata o artigo anterior a anulação parcial de dotação Orçamentária, conforme anexo, de conformidade com o disposto no artigo 43 da lei 4.320/64.

Art. 3°. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SÃO FERNANDO, 06 de julho de 2018.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:59C313CE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Pelo presente termo, a Comissão de Licitação do Município de São Francisco do Oeste/RN, torna público para conhecimento dos interessados, o julgamento das propostas de que trata o processo licitatório **TOMADA DE PREÇO Nº 006/2018** que teve como objetivo a seleção da melhor proposta para **Contratação de empresa especializada em construção civil, visando a realização de reforma na Estrutura do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS, conforme especificações constantes no projeto básico**, que é parte integrante do edital. Foi em toda sua tramitação atendida à legislação pertinente.

Desse modo, satisfazendo à lei e ao mérito, HOMOLOGO o processo licitatório **TOMADA DE PREÇO Nº 006/2018** e ADJUDICO à proponente **J.D. CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, C.N.P.J. n° 17.495.347/0001-55, com o valor total de R$ 30.673,09 (trinta mil, seiscentos e setenta e três reais e nove centavos),** vencedora desse certame nos termos da Ata de Sessão de Julgamento, o seu objeto.

Publique-se:

Encaminhem-se o departamento competente para as providências de costume.

São Francisco do Oeste, 06 de Julho de 2018.

LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Bruno Moreira Soares
Código Identificador:B5C9AE67

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL N º 001/2018 – CMAS

Lei Municipal nº 219/2018

Convoca a Eleição dos Representantes da Sociedade Civil que irão compor o Colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS - Biênio 2018/2020

O Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS de São Francisco do Oeste/RN, no uso de suas atribuições legais, convoca as Entidades e Organizações de Usuários ou de Defesa de Direitos dos Usuários, Entidades Prestadoras de Serviços Socioassistenciais, Entidades dos Trabalhadores da Assistência Social e/ou usuários e trabalhadores da área, todas no âmbito do município de São Francisco do Oeste, para participarem da eleição para escolha dos novos Conselheiros municipais, representantes da Sociedade Civil, para cumprirem mandato no período de 16 de Julho de 2018 a 16 de julho de 2020, observando as disposições constitucionais e demais normas aplicáveis.

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - A eleição dos representantes de Entidades e Organizações de Usuários, Entidades Prestadoras de Serviços e Entidades dos Trabalhadores da área de Assistência Social que integrarão o Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, Biênio 2018/2020, ocorrerá no dia 16 de Julho de 2018, as 09:00h, no Auditório da Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste;

1.2 - O processo eletivo será regido por este instrumento, visando o preenchimento de 04 (quatro) vagas para as representações da Sociedade Civil;

1.3 - O processo eletivo será composto de duas etapas: uma fase inicial de inscrição e a fase final destinada à realização propriamente dita da eleição, mediante a votação de todas as representações inscritas;

1.4 - O presente Edital, após aprovado será publicado no Diário Oficial dos Municípios e fixado no mural da Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste;

1.5 - Os representantes de Entidades e Organizações de Usuários, Entidades Prestadoras de Serviços e Entidades dos Trabalhadores da área de Assistência Social ao serem eleitos exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se uma só recondução, por igual período.

2 - DAS VAGAS DO CMAS

2.1 - Poderão concorrer à eleição para compor o Conselho Municipal de Assistência Social as Entidades e Organizações de Usuários ou Defesa dos Direitos de Usuários, Entidades Prestadoras de Serviços na área de Assistência Social, Entidades dos Trabalhadores da área de Assistência Social ou os próprios usuários e trabalhadores da área, conforme especificamos abaixo:

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

I - Pelo menos 01 representante de usuários ou Defesa de Direitos dos Usuários de Assistência Social, no âmbito municipal: pessoas vinculadas aos projetos, serviços, programas e benefícios socioassistenciais, organizados sob a forma de associações, movimentos sociais, fóruns ou outros grupos organizados sob diferentes formas de constituição jurídica ou social de âmbito municipal; Organizações de usuários - aquelas juridicamente constituídas, que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos a defesa dos direitos de indivíduos e grupos vinculados à PNAS.

II - Pelo menos 01 representante de Entidades Prestadoras de Serviços da área de Assistência Social, no âmbito municipal: Que estejam regularmente inscritas no CMAS até a presente data ou que tenha em seu Estatuto definido a prestação de serviços de atendimento, assessoramento e/ou defesa e garantia de direitos socioassistenciais, conforme Resolução CNAS nº 14/2014;

III - Pelo menos 01 representante de Trabalhadores do SUAS: Organizações representativas de trabalhadores da área da Assistência Social, associações de trabalhadores, sindicatos, federações, centrais sindicais, conselhos de profissões regulamentadas que organizam, defendem ou representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social.

2.2 - Para cada vaga de membro Titular terá um membro Suplente;

2.3 - Somente poderão concorrer às vagas as entidades que estiverem legalmente constituídas, credenciadas e representadas no dia da eleição;

3 - DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES:

3.1 - Os documentos necessários para inscrição das entidades são:
a) CNPJ e Estatuto;
b) Cópia da ata de posse da atual Diretoria;

3.2 - Os documentos necessários para inscrição dos usuários:
a) Cópia da Ficha do CADUNICO ou outro documento que comprove uma das condições elencadas no item 2.1, I.

3.3 - Os documentos necessários para inscrição dos trabalhadores da área:
a) Documento que comprove vínculo com serviço, programa ou projeto socioassistencial público ou privado.

3.4 - As inscrições poderão ser feitas na Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, até às 09:00 horas do dia 06 de Agosto de 2018;

04 - DAS ELEIÇÕES

4.1 - O processo eletivo será coordenado pela Comissão Organizadora formada por quatro conselheiros: Antônia Ivaneide Barbosa de Miranda (Conselheira Titular) Ubiraneide Souza de Lima (Conselheira Titular) Maria do Céu Soares (Conselheira Suplente) João Batista Leite (Conselheiro Titular)

4.2 - A plenária eleitoral será formada pelos representantes de cada Entidade inscrita e indicada no ato da inscrição;

4.3 - O processo de escolha das 04 representações da Sociedade Civil dar-se-á por meio de votação dos representantes, através de voto secreto;

4.4 - Cada participante deverá votar em 02 (duas) representações, obrigatoriamente;

4.5 - Terão assento no CMAS os representantes das 04 (quatro) representações da Sociedade Civil que receberem maior número de

votos, devendo, obrigatoriamente, ter pelo menos 01 (uma) representação conforme descrito:
a) representantes dos usuários ou de organização de usuários da Assistência Social;
b) entidades e organizações de Assistência Social;
c) trabalhadores ou entidades de trabalhadores do setor que compõem o SUAS de acordo com a NOB-SUAS/RH.

São Francisco do Oeste/RN, 06 Julho de 2018.

ADNA JOSINA SILVA BESSA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Raimundo Lindemberg Lima
Código Identificador:090EE62E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 092/2018 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o Sr. FRANCISCO DE ASSIS PESSOA DE MEDEIROS, CPF: 851.247.454-87 do cargo de Coordenador CC, pertencente à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São João do Sabugi (RN), 03 de julho de 2018.

LYDICE ARAÚJO DE MEDEIROS BRITO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jeane Josino de Aquino Alves
Código Identificador:F32DEE4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 093/2018 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a Sra. INÁCIA MARIA DE ARAÚJO, CPF: 376.662.904-20 do cargo de Secretária Municipal SM, pertencente à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São João do Sabugi (RN), 03 de julho de 2018.

LYDICE ARAÚJO DE MEDEIROS BRITO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jeane Josino de Aquino Alves
Código Identificador:A410503A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 094/2018 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. INÁCIA MARIA DE ARAÚJO, CPF: 376.662.904-20 para exercer o cargo de Secretária - Chefe do Gabinete da Prefeita SMGP, pertencente ao Gabinete da Prefeita, em conformidade com a Lei Complementar n° 003/2016, de 22 de dezembro de 2016.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São João do Sabugi (RN), 03 de julho de 2018.

LYDICE ARAÚJO DE MEDEIROS BRITO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jeane Josino de Aquino Alves
Código Identificador:9E0E3B91

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 095/2018-DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o Sr. EDNALDO LEITE NOBREGA, CPF: 038.235.534-29, do cargo de Coordenador CC, função de Coordenador da Equipe de Agente de Combate às Endemias, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São João do Sabugi (RN), 04 de julho de 2018.

LYDICE ARAÚJO DE MEDEIROS BRITO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jeane Josino de Aquino Alves
Código Identificador:392A506B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 096/2018- CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNCÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI (RN)**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio de 90 dias no período de 02 julho a 01 de outubro de 2018, ao Sr. EDNALDO LEITE

NÓBREGA, matrícula nº 231, ocupante do cargo de Agente de Combate as Endemias, lotado **na Secretaria Municipal de Saúde, tendo como base o período trabalhado de 01 de fevereiro de 2005 a 01 de fevereiro de 2010.**
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

São João do Sabugi/RN, 04 de julho de 2018.

LYDICE ARAÚJO DE MEDEIROS BRITO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jeane Josino de Aquino Alves
Código Identificador:4FD9EC16

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 097/2018- CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA AO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI (RN)**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Redução da Jornada de Trabalho ao servidor municipal **Sr. EDNALDO LEITE NÓBREGA, matrícula nº 231,** ocupante do cargo de Agente de Combate as Endemias, lotado **na Secretaria Municipal de Saúde.**
Art. 2º - Reduzir em 10 (dez) horas a jornada semanal de trabalho do servidor municipal, sem prejuízo de sua remuneração.
Art. 3º - A qualquer tempo, e por interesse da administração esta portaria poderá ser revogada.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

São João do Sabugi/RN, 04 de julho de 2018.

LYDICE ARAÚJO DE MEDEIROS BRITO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jeane Josino de Aquino Alves
Código Identificador:40D5C146

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 066/2018 – GP

São José de Mipibú/RN, 05 de Julho de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBÚ/RN, no uso das suas atribuições legais,

R E S O L V E prorrogar a cessão dos servidores **ANA MARIA BEZERRA DA SILVA,** matrícula nº 000504 e **MANOEL SENA DE LEMOS**, matrícula nº 003138, atualmente prestando seus serviços ao *Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, da Comarca de São José de Mipibu/RN*, pelo período de 02(dois) anos, a partir de 12/07/2018.

ARLINDO DUARTE DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odete Ferreira de Souza
Código Identificador:F48D39CB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 019/2018 – SMA

São José de Mipibú/RN, 29 de Junho de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO JOSÉ DE MIPIBÚ/RN, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE exonerar por motivo de aposentadoria compulsória a Sra. **ROGÉRIA MARIA GOMES DE LIMA,** conforme carta de concessão de aposentadoria em caráter irrevogável do cargo provimento efetivo de **PROFESSORA**, matrícula nº 000325, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir da presente data.

ANTÔNIO MARCOS FREIRE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Odete Ferreira de Souza
Código Identificador:0E89AD00

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE SÃO MIGUEL
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 013/2018

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL - IPSAM, no uso de suas atribuições legais e considerando o Parecer Técnico, juntamente com o Parecer Jurídico, devidamente fundamentado com base na Lei:

Reconheço e autorizo a dispensa de licitação, correspondente ao processo citado, em favor:

LEMA ECONOMIA & FINANÇAS
CNPJ: **14.813.501/0001-00**
VALOR MENSAL: **R$ 1.250,00 (um mil duzentos e cinquentas reais)**
VALOR TOTAL: **R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)**
PERIODO: **06 meses**

A despesa será através da dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária: 5010- Instituto de Previdência Social dos Servidores – MODERNIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL - IPSAM, Elemento de Despesa 4148 3.3.90.35.00 - Fonte: 101.

Encaminho o presente processo para o Setor de Contabilidade para emissão de nota de Empenho.

SÃO MIGUEL-RN, 06 de julho de 2018.

RAIMUNDO SEGUNDO DE LIMA SOUZA
Presidente do IPSAM

Publicado por:
Raimundo Segundo de Lima Souza
Código Identificador:075CFC5B

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE SÃO MIGUEL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº. 013/2018

RECONHEÇO a dispensa de Licitação **N° 013/2018** fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a **contratação de serviços profissionais de consultoria de investimentos.**

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do Ilmo. Sr. Presidente da Comissão de Licitação.

SÃO MIGUEL-RN, 06 de julho de 2018.

RAIMUNDO SEGUNDO DE LIMA SOUZA
Presidente do IPSAM

Publicado por:
Raimundo Segundo de Lima Souza
Código Identificador:AA7EBDC9

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE SÃO MIGUEL
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 014/2018

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL - IPSAM, no uso de suas atribuições legais e considerando o Parecer Técnico, juntamente com o Parecer Jurídico, devidamente fundamentado com base na Lei:

Reconheço e autorizo a dispensa de licitação, correspondente ao processo citado, em favor:

LEMA ECONOMIA & FINANÇAS
CNPJ: **14.813.501/0001-00**
VALOR MENSAL: **R$ 1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais)**
VALOR TOTAL: **R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)**
PERIODO: 06 meses

A despesa será através da dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária: 5010- Instituto de Previdência Social dos Servidores – MODERNIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL - IPSAM, Elemento de Despesa 4150 3.3.90.39.00 - Fonte: 101.

Encaminho o presente processo para o Setor de Contabilidade para emissão de nota de Empenho.

SÃO MIGUEL-RN, 06 de julho de 2018.

RAIMUNDO SEGUNDO DE LIMA SOUZA
Presidente do IPSAM

Publicado por:
Raimundo Segundo de Lima Souza
Código Identificador:587775BF

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE SÃO MIGUEL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº. 014/2018

RECONHEÇO a dispensa de Licitação **N° 014/2018** fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a **LOCAÇÃO SOFTWARE ONLINE DE GESTÃO DE CARTEIRAS.**
RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do Ilmo. Sr. Presidente da Comissão de Licitação.
SÃO MIGUEL-RN, 06 de julho de 2018.

RAIMUNDO SEGUNDO DE LIMA SOUZA
Presidente do IPSAM

Publicado por:
Raimundo Segundo de Lima Souza
Código Identificador:B991D41E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 086/2018**

O Prefeito do Município de São Paulo do Potengi, no uso das atribuições conferidas pelo art. n.° 54 da Lei Municipal n.º 856, de 06 de junho de 2.014, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Paulo do Potengi e cria o Instituto Previdenciário do Município de São Paulo do Potengi - IPREVSAPP, e considerando o que foi requerido por meio do procedimento administrativo devidamente analisado e aprovado pelos órgãos competentes, conforme Parecer Jurídico n.º 003/2018,

RESOLVE:

Art. 1º -Conceder Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição pelas Regras Constitucionais de Transição para o professor, com integralidade dos proventos e paridade no cargo, em favor da servidora pública municipal, Sra. Josileide Teixeira de Morais Souza, portadora da identidade n.º 985.648 SSP/RN, inscrita no CPF/MF sob n.º 637.797.734-49, titular do cargo efetivo de Professor pós-graduado, Nível P, matrícula n.º 662, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, nos termos do art. 6.º da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2.003, c/c art. 2.º da Emenda Constitucional n.º 47, de 05 de julho de 2.005.
Art. 1º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 05 de março de 2018.

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Apresentamos abaixo a composição das parcelas dos proventos de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição pelas Regras Constitucionais de Transição para o professor, com integralidade dos proventos e paridade no cargo, nos termos do art. 6.º da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2.003, c/c art. 2.º da Emenda Constitucional n.º 47, de 05 de julho de 2.005, da servidora pública municipal, Sra. Josileide Teixeira de Morais Souza, portadora da identidade n.º 985.648 SSP/RN, inscrita no CPF/MF sob n.º 637.797.734-49, titular do cargo efetivo de Professor pós-graduado, Nível P, matrícula n.º 662, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, em valor mensal de R$ 4.886,55 (quatro mil, oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), ressalvadas as melhorias posteriores, como segue:

Composição dos vencimentos da servidora na atividade:	
Vencimento-base do cargo efetivo de Professor pós-graduado em fevereiro de 2018	R$ 3.393,00
Nível P (14%)	R$ 475,08
Quinquênios (30%)	R$ 1.018,03

Valor dos proventos calculados integralmente (100%):	
Composição do Benefício de Aposentadoria:	
Vencimento-base do cargo efetivo de Professor pós-graduado em fevereiro de 2018	R$ 3.393,00
Nível P (14%)	R$ 475,08
Quinquênios (30%)	R$ 1.018,03

São Paulo do Potengi, 05 de março de 2018.

ANTÔNIO MÁRCIO DE OLIVEIRA AZEVEDO
Secretário Adj. de Recursos Humanos
Port. 009/2017

DECLARAÇÃO
Declaramos que a Portaria n.º 086/2.018, que concedeu Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição pelas Regras Constitucionais de Transição para o professor, com integralidade dos proventos e paridade no cargo, nos termos do art. 6.º da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2.003, c/c art. 2.º da Emenda Constitucional n.º 47, de 05 de julho de 2.005, em favor da servidora pública municipal, Sra. Josileide Teixeira de Morais Souza, portadora da identidade n.º 985.648 SSP/RN, inscrita no CPF/MF sob n.º 637.797.734-49, titular do cargo efetivo de Professor pós-graduado, Nível P, matrícula n.º 662, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, foi exposta no Quadro de Avisos na

sede da Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi, em 05/03/2018, pelo prazo previsto em Lei.

São Paulo do Potengi, 05 de março de 2018.

ANTÔNIO MÁRCIO DE OLIVEIRA AZEVEDO
Secretário Adj. de Recursos Humanos
Port. 009/2017

**republicado por incorreção

Publicado por:
Herisson de Oliveira Bezerra
Código Identificador:5D4720DD

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO Nº 001 - EDITAL Nº 003/2018

Onde lê-se
13.4 A celebração do contrato de trabalho ocorrerá a partir da data de assinatura, para o candidato aprovado em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado, desde que o mesmo apresente toda a documentação solicitada em edital e tenha sido considerado apto no exame médico admissional pela Junta Médica Municipal.

Leia-se:
13.4 A celebração do contrato de trabalho ocorrerá a partir da data de assinatura, para o candidato aprovado em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado, desde que o mesmo apresente toda a documentação solicitada em edital e tenha sido considerado apto através de atestado médico.

ALEXANDRE HERCULANO SOARES DE OLIVEIRA
Secretário Municipal da Administração e dos Recursos Humanos

Publicado por:
Herisson de Oliveira Bezerra
Código Identificador:ABC4BE55

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 144/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1º - ALTERAR a composição para compor o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, ficando assim definido:
1 – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:
José Geraldo Pereira Aleixo – Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação, Assistência Social e Cidadania (TITULAR);
Cremilda Antônio Domingos da Silva – Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação, Assistência Social e Cidadania (SUPLENTE);
Moacir Gomes de Farias – Secretaria Municipal de Administração (TITULAR);
Gleico David de Oliveira – Secretaria Municipal de Administração l (SUPLENTE);
Wellington Celestino da Silva – Secretaria Municipal de Educação (TITULAR);
Jarmute Camilo Pereira - Secretaria Municipal de Educação (SUPLENTE);
Elisa Emanuely Bezerra Alves - Secretaria Municipal de Saúde (TITULAR);
Ana Cátia de Souza Maciel Diniz – Secretaria Municipal de Saúde (SUPLENTE)

– REPRESENTANTES SOCIEDADE CIVIL:

José Romário da Silva Araújo – Ordem DeMolay (TITULAR);
Ingryd Samantha Martins Barbosa – Ordem das Filhas de Jó (SUPLENTE);
Maria Gerusa de Souza Farias– Entidades de Assistência Social – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (TITULAR);
João Maria Ribeiro– Entidades de Assistência Social – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SUPLENTE);
Alexsandro de Farias – Entidades de Assistência Social – Associação dos Produtores Rurais de Várzea Fria (TITULAR);
Francisco Cassimiro de Farias – Entidades de Assistência Social – Associação dos Produtores Rurais de Várzea Fria (SUPLENTE);
Maria Edinalva de Oliveira Silva - Entidades de Assistência Social – Pastoral da Criança (TITULAR);
Marlúcia Cardoso da Silva Luna - Entidades de Assistência Social – Pastoral da Criança (SUPLENTE).
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e publique-se.

São Paulo do Potengi/RN, 06 de julho de 2018.

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herisson de Oliveira Bezerra
Código Identificador:99FC0EBC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº003/2018 - DECISÃO SOBRE RECURSO Nº 004/2018

DECISÃO Nº 004/2018-CEPS/SEMARH/GAC

EMENTA: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – CLASSIFICAÇÃO FINAL – REVISÃO CURRICULAR – INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA RESULTADO FINAL DO NÍVEL SUPERIOR

REQUERENTE: **JÉSSICA PEREIRA DA SILVA**
REQUERIDO: **COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO**

DECIDEM os membros da Comissão Executiva do Processo Seletivo, criada pelo Decreto Nº 013, de 02 de maio de 2018, à unanimidade de votos, conhecer do presente recurso para negar-lhe provimento, consoante o relatório que acompanha a presente decisão e dela faz parte integrante.

Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi/RN, 06 de julho de 2018.

DOMINGOS SÁVIO DIAS CAMPOS

ALEXANDRE HERCULANO SOARES DE OLIVEIRA

HERISSON DE OLIVEIRA BEZERRA

RELATÓRIO
Trata-se de interposição de recurso protocolado por JÉSSICA PEREIRA DA SILVA no dia 27 de junho de 2018 em questionamento ao Resultado Final do Processo Seletivo – Nível Superior – Edital Nº 003/2018, publicado em 27 de junho de 2018, solicitando a revisão curricular.
O requerente não alegou os motivos pelos quais solicita a revisão, muito menos qual a reivindicação final de seu pedido. Em seu requerimento, escrito a próprio punho, a requerida solicita revisão do currículo considerando experiência de trabalho, cursos acima de 16 horas, pós-graduação e outros itens que não especifica (fl. 40).
Se deduz que a requerente pede sua reclassificação e consequente reforma do resultado final.
É o que importa relatar.

FUNDAMENTAÇÃO
A priori, definiu-se comissão para a reavaliação de recursos impetrados. Levando em consideração, dentre outros, o princípio da isonomia, a 'subcomissão' foi composta pelos senhores Domingos Sávio Dias Campos, Alexandre Herculano Soares de Oliveira e Herisson de Oliveira Bezerra, todos membros da Comissão Executiva

do Processo Seletivo, porém, nenhum tendo participado da análise de currículo e documentação da requerente.
Ao analisar o formulário de pontuação ora questionado, observou-se que a requerente não especificou corretamente o cargo para qual estava se inscrevendo, se limitando a preencher "nutricionista" (fl. 03).
Ocorre que o Edital que rege o processo seletivo diz em seu Item 6.6, que "A inscrição deverá ser feita unicamente pelo candidato", como foi realizada e assinada pela requerente (fl. 01), sendo assim, sob sua inteira responsabilidade.
Como a requerente não identificou o local para o qual desejava realizar a inscrição, restou impossibilitada a sua pontuação nas listas, logo, ocorrendo a desclassificação imediata.
Revisado o processo em seu inteiro teor, observou-se que a candidata JÉSSICA PEREIRA DA SILVA obteve 09 (nove) pontos, o que se consagrou pela confrontação do currículo com os documentos comprobatórios, realizada pela comissão especial.

DECISÃO
A COMISSÃO EXECUTIVA DO PROCESSO SELETIVO, em 06 de julho de 2018, após as análises citadas,
DECIDE por ***negar*** o recurso com base nas exigências do Processo Seletivo, levando-se em conta o expresso no presente relatório.
DIVULGUE-SE no Diário Oficial a decisão ora tomada e proceda-se a consolidação do resultado final para o cargo de Dentista do Programa Saúde da Família, *sem alterações*, conforme o divulgado em 27 de junho de 2018.

São Paulo do Potengi/RN, em 06 de julho de 2018

DOMINGOS SÁVIO DIAS CAMPOS
Secretário Municipal da Articulação Política e Institucional
Presidente da Comissão Executiva do Processo Seletivo

ALEXANDRE HERCULANO SOARES DE OLIVEIRA
Secretário Municipal da Administração e Dos Recursos Humanos
Membro da Comissão Executiva do Processo Seletivo

HERISSON DE OLIVEIRA BEZERRA
Secretário Municipal da Comunicação e da Transparência
Membro da Comissão Executiva do Processo Seletivo

Publicado por:
Herisson de Oliveira Bezerra
Código Identificador:D4FA19B5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 108/2018

PORTARIA N. º 108/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE GESTAÇÃO A SERVIDORA CONTRATADA.

O Senhor **MIGUEL CABRAL NASSER,** na qualidade de Prefeito Municipal de São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições e constitucionais legais que lhes são conferidas por Lei;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER, a servidora **ROBERTA CALIXTO**, inscrita no CPF sob o n. º **012.522.634-90** e no RG sob o nº **002.446.171 ITEP/RN**, ocupante da função de ASG, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, contratada com base na Lei Municipal n.º 412/2018, **LICENÇA GESTANTE** por 120 (cento e vinte) dias, durante o período de 27/06/2018 à 24/10/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de junho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se o presente Ato.

Palácio Francisco Cabral, São Pedro, Estado do Rio Grande do Norte, em 05 de julho de 2018.

MIGUEL CABRAL NASSER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wallace Maciel do Nascimento Silva
Código Identificador:09173FF8

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CNPJ – 08.079.915/0001-46
EXTRATO DE CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO
ARTIGO 24 – II DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

OBJETO: SERVIÇO DE ASSESSORIA NA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN.
CNPJ:08.079.915/0001-46

CONTRATADO: MARISELMA AVES TRAJANO
CPF - 047.907.984-61
FONTE DE RECURSO: RECURSOS ORIUNDOS DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO
DOTAÇÃO ORCAMENTARIA/2018.

NATUREZA DE DESPESA 33.90.36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA
VALOR GLOBAL DO CONTRATO: 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
VIRGENCIA DO CONTRATO: 01 DE JUNHO A 31 DE JULHO DE 2018.

MIGUEL CABRAL NASCER
Contratante

MARISELMA AVES TRAJANO
Contratada

SÃO PEDRO 06 DE JULHO DE 2018.

Publicado por:
Wallace Maciel do Nascimento Silva
Código Identificador:0E523767

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA ALUGUEL DE IMOVEL

CNPJ – 08.079.915/0001-46
EXTRATO DE CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO
ARTIGO 24 – II DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL URBANO (CASA/PRÉDIO) PARA FUNCIONAMENTO DO (NASF) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO/RN.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN.
CNPJ:08.079.915/0001-46

CONTRATADO: ANTONIO FELIX DE ANDRADE
CPF – 035.723.074-49
FONTE DE RECURSO: RECURSOS ORIUNDOS DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO
DOTAÇÃO ORCAMENTARIA/2018.

NATUREZA DE DESPESA 33.90.36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA
VALOR GLOBAL DO CONTRATO: 4.800,00 (QUATRO MIL E OITOCENTOS REAIS)

VIRGENCIA DO CONTRATO: 01 DE JULHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

MIGUEL CABRAL NASCER
Contratante

ANTONIO FELIX DE ANDRADE
Contratado

SÃO PEDRO 06 DE JULHO DE 2018.

Publicado por:
Wallace Maciel do Nascimento Silva
Código Identificador:D36BE2CE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2018

O Município de SÃO TOME/RN, através do Poder Executivo Municipal e, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, **TORNA PÚBLICO** que às **10h00min do dia 26 de julho de 2018 (Quinta-feira)**, fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo menor preço, na forma indireta de execução, sob o regime de empreitada por Preço Unitário, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE ALAMBRADO, VESTIÁRIO E PLANTIO DE GRAMA NO CAMPO DE FUTEBOL DO ESTÁDIO MUNICIPAL RAINEL PEREIRA, LOCALIZADO NA PRAÇA – ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA, ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ/RN, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e demais Anexos.** O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados até 02 (dois) dias úteis antes da realização do certame, na Sala do Setor de Licitações/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, 1º Andar, Sala/05, com logradouro, sito, a Praça – Antônio Assunção, nº 276, Centro, SÃO TOME/RN, Cep: 59.400-000, nos dias úteis, no horário das 08h00min às 14h00min.

Sala da Comissão Permanente de Licitação do Município de São Tomé/RN, Quinta-feira, em, 05 de julho de 2018, às 11h10min.

JONAS CAVALCANTI DE MENEZES
Presidente da CPL/Município de São Tomé/RN

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:B6EB8847

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20180012 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 01/2018 (*) REPUBLICADO PARA EFEITO DE RERRATIFICAÇÃO.

O Município de SÃO TOMÉ, através do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.080.210/0001-49, com sede na Praça Antônio Assunção, 276, representado por ANTEOMAR PEREIRA DA SILVA, na qualidade de ordenador(a) de despesas, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e AUTO POSTO SÃO TOMÉ LTDA - ME, inscrito(a) no CNPJ 04.839.900/0003-40, com sede na RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 190, CENTRO, São Tomé-RN, CEP 59400-000, representada por ALIRIO ANDRIER FERREIRA DE LIMA, já qualificados na Ata de Registro de Preços inicial, determinaram por meio deste, alterar a referida Ata de Registro de Preços nº 20180012, consubstanciado nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo objetiva a alteração da Ata de Registro de Preços nº 20180012 no valor de R$ 61.040,78 (Sessenta e um mil, quarenta reais e setenta e oito centavos), nos termos do art. 65, parágrafo 6º, da Lei Federal nº 8.666/93, passando a Ata de Registro de Preços nº 20180012 ter o valor total de R$ 1.070.062,78 (Um milhão, setenta mil, sessenta e dois reais e setenta e oito centavos).

	VALOR POR LITRO ATUALIZADO
GASOLINA COMUM	R$ 4,62
DIESEL COMUM	R$ 3,71
DIESEL S10	R$ 3,96

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente alteração correrá à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

ORGÃO REQUISITANTE: 03 – Secretaria Mun. De Administração e Finanças.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – Secretaria Mun. De Administração e Finanças.
PROJ./ATIVIDADE: 2.012 – Manutenção das Atividades Sec. Mun. De Administração
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica.
SUBELEMENTO: 3.3.90.39.99 – Outros serviços de terceiros – PJ.
FONTE DE RECURSO: 01000 – Recursos Ordinários.

ORGÃO REQUISITANTE: 05 – Secretaria Mun. De Educação, Cultura e Desporto.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – Secretaria Mun. De Educação, Cultura e Desporto.
PROJ./ATIVIDADE: 2.031 – Manutenção do Setor de Ensino Fundamental.
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica.
SUBELEMENTO: 3.3.90.39.99 – Outros serviços de terceiros – PJ.
FONTE DE RECURSO: 01001 – Recursos de Impostos e de Transf. – Educação.

ORGÃO REQUISITANTE: 06 – Secretaria Mun. De Saúde Pública.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02 – Fundo Municipal de Saúde.
PROJ./ATIVIDADE: 2.078 – Manutenção do Programa Atenção Básica.
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica.
SUBELEMENTO: 3.3.90.39.99 – Outros serviços de terceiros – PJ.
FONTE DE RECURSO: 01064 – Atenção Básica.

ORGÃO REQUISITANTE: 06 – Secretaria Mun. De Saúde Pública.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02 – Fundo Municipal de Saúde.
PROJ./ATIVIDADE: 2.073 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica.
SUBELEMENTO: 3.3.90.39.99 – Outros serviços de terceiros – PJ.
FONTE DE RECURSO: 01002 – Rec. de Impostos e de Transf. a Saúde.

ORGÃO REQUISITANTE: 04 – Sec. Mun. De Agricultura Rec. Hidr. E Meio Ambiente.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – Sec. Mun. De Agricultura Rec. Hidr. E Meio Ambiente.
PROJ./ATIVIDADE: 2.024 – Manutenção Ativ. da Sec. Mun. De Agricultura Rec. Hidr. E Meio Ambiente.
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica.
SUBELEMENTO: 3.3.90.39.99 – Outros serviços de terceiros – PJ.
FONTE DE RECURSO: 01000 – Recursos Ordinários.

ORGÃO REQUISITANTE: 07 – Sec. Mun. Obras e Instalação.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – Sec. Mun. Obras e Instalação.
PROJ./ATIVIDADE: 2.089 – Manutenção da Sec. Mun. Obras e Instalação.
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica.
SUBELEMENTO: 3.3.90.39.99 – Outros serviços de terceiros – PJ.
FONTE DE RECURSO: 01000 – Recursos Ordinários.

ORGÃO REQUISITANTE: 05 – Secretaria Mun. De Educação, Cultura e Desporto.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – Secretaria Mun. De Educação, Cultura e Desporto.
PROJ./ATIVIDADE: 2.038 – Manutenção do QSE.
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica.
SUBELEMENTO: 3.3.90.39.99 – Outros serviços de terceiros – PJ.
FONTE DE RECURSO: 01058 – Transf. do Salário – Educação.

ORGÃO REQUISITANTE: 08 – Sec. Mun. De Assistência Social.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02 – Fundo Municipal de Assistência Social.
PROJ./ATIVIDADE: 2.102 – Manutenção do Piso Básico Variável – PBV (SCFV E EQUIPE VOLANTE).
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica.
SUBELEMENTO: 3.3.90.39.99 – Outros serviços de terceiros – PJ.
FONTE DE RECURSO: 01029 – Transferência de Recursos do FNAS.

ORGÃO REQUISITANTE: 02 – Gabinete do Prefeito.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – Gabinete do Prefeito.
PROJ./ATIVIDADE: 2.005 – Manutenção do Gabinete do Prefeito.
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica.
SUBELEMENTO: 3.3.90.39.99 – Outros serviços de terceiros – PJ.
FONTE DE RECURSO: 01000 – Recursos Ordinários.

ORGÃO REQUISITANTE: 05 – Secretaria Mun. De Educação, Cultura e Desporto.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02 – Fundo de Manutenção e Desenvol. Educação.
PROJ./ATIVIDADE: 2.067 – Manutenção do FUNDEB 40% - Fundamental.
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica.
SUBELEMENTO: 3.3.90.39.99 – Outros serviços de terceiros – PJ.
FONTE DE RECURSO: 01019 – Transferências do FUNDEB 40%.

ORGÃO REQUISITANTE: 06 – Secretaria Mun. De Saúde Pública.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02 – Fundo Municipal de Saúde.
PROJ./ATIVIDADE: 2.087 – Manutenção do Programa Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças.
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica.
SUBELEMENTO: 3.3.90.39.99 – Outros serviços de terceiros – PJ.
FONTE DE RECURSO: 01066 – Vigilância em Saúde.

ORGÃO REQUISITANTE: 02 – Gabinete do Prefeito.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – Gabinete do Prefeito.
PROJ./ATIVIDADE: 2.011 – Manutenção do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente.
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica.
SUBELEMENTO: 3.3.90.39.99 – Outros serviços de terceiros – PJ.
FONTE DE RECURSO: 01000 – Recursos Ordinários.

ORGÃO REQUISITANTE: 05 – Secretaria Mun. De Educação, Cultura e Desporto.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – Secretaria Mun. De Educação, Cultura e Desporto.
PROJ./ATIVIDADE: 2.033 – Manutenção do Transporte Escolar PETERN.
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica.
SUBELEMENTO: 3.3.90.39.99 – Outros serviços de terceiros – PJ.
FONTE DE RECURSO: 01001 – Rec. de Impostos e de Transf. – Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entra em vigor a partir da data de 03/07/2018 a 01/03/2019.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços a que se refere o presente Termo Aditivo.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam os seus efeitos legais.

SÃO TOMÉ/RN, 03 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ
CNPJ(MF) 08.080.210/0001-49
Contratante

AUTO POSTO SÃO TOMÉ LTDA - ME
CNPJ 04.839.900/0003-40
Contratado(a)

Testemunhas:

1._____
2._____

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:4D4527DB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 101, DE 04 DE JULHO DE 2018. "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento de pessoal para tratar de assuntos de interesse da administração municipal,
RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA, Secretário da Junta de Serviço Militar do município de São Tomé, matricula 10719, inscrito no CPF sob o nº 653.845.474-72, a quantia de R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) referente a uma diária integral para deslocamento a Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, no dia 05 do corrente mês e ano, com base no Decreto Municipal nº08/2017, para tratar de assuntos de interesse da municipalidade, ou seja, ir ao ITEP (INSTITUTO TECNO CIENTIFICO DE POLICIA) e ao PRM/24ª CSM circunscrição de Serviço Militar para a prestação de contas das identidades e documentos militares emitidas na Junta de Serviço Militar, em convênio com a Prefeitura Municipal de São Tomé/RN.
Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios -FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Tomé Em, 04 de julho de 2018.

ANTEOMAR PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:BA8D5E94

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2018– CONTRATO Nº 20180181

ORIGEM.....: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2018

CONTRATANTE.....: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (CNPJ: 11.261.481/0005-05)

CONTRATADA(O).....: MARIA DO SOCORRO DE M LEONCIO VIDROS E SERVIÇOS – ME (CNPJ: 15.719.244/0001-04)

OBJETO.....: AQUISIÇÃO DE PORTAS CORREDIÇAS EM VIDRO INCOLOR.

VALOR TOTAL.....: R$ 5.800,00 (Cinco mil oitocentos e oitenta reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: A despesa com de que trata o objeto, está a cargo do Orçamento Geral do Município de São Vicente/RN aprovado pela lei nº 589/2017 de 21 de dezembro de 2017, na seguinte rubrica orçamentária: Programa: 10.302.0011.2030 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde; 10.303.0016.2040 – Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica; 10.304.0015.2043 – Manutenção da Vigilância em Saúde / Elemento de despesa: 44905200 – Equipamentos e Material Permanente.

VIGÊNCIA.....: 06 de julho de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

DATA DA ASSINATURA.....: 06 de julho de 2018.

ASSINAM:

Pela Contratante:
ADRIANA LOPES DA SILVA – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pela Contratada:
MARIA DO SOCORRO DE MEDEIROS LEÔNCIO (CPF: 671.435.474-68)

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:FA2BCEB9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018

Após analisado o resultado do Pregão Presencial Nº 008/2018, o(a) Pregoeiro, Sr(a) JOSE TALIZ DA SILVA, ADJUDICA ao(s) licitante(s) vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns), conforme indicado no quadro abaixo, resultado da adjudicação.

**OBS: Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade competente e constarão no termo de julgamento.

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO

Item: 00001 - CONFIGURAÇÃO DE ROTEADOR
Quantidade: 68,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:18:15
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 25,000 (Vinte e Cinco Reais).

Item: 00002 - Formatação de comp.desktop,c/ back. inst. de prog. driv. e anti.
Quantidade: 96,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:18:30
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 34,000 (Trinta e Quatro Reais).

Item: 00003 - Formatação de comp.noteb. c/back. inst. prog. dri. e anti.
Quantidade: 42,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:18:50
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 32,000 (Trinta e Dois Reais).

Item: 00004 - INSTALAÇÃO DE IMPRESSORAS
Quantidade: 79,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:19:03
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 20,000 (Vinte Reais).

Item: 00005 - INSTALAÇÃO DE HARDWARES DIVERSOS
Quantidade: 83,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:19:24
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 19,900 (Dezenove Reais e Noventa Centavos).

Item: 00006 - LIMPEZA COMPLETA EM IMPRESSORA A TINTA
Quantidade: 83,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:19:46
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 43,000 (Quarenta e Três Reais).

Item: 00007 - LIMPEZA COMPLETA EM IMPRESSORA A LAZER
Quantidade: 101,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:20:41
Adjudicado para: IVAN EDUARDO DANTAS DE AZEVEDO 10860033490, pelo menor lance de R$ 39,000 (Trinta e Nove Reais).

Item: 00008 - Compartilhamento de impressora entre computadores
Quantidade: 74,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:21:08
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 15,000 (Quinze Reais).

Item: 00009 - LIMPEZA TOTAL EM CPU E COMPONENTES INTERNOS
Quantidade: 86,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:21:20
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 18,000 (Dezoito Reais).

Item: 00010 - MANUTENÇÃO E LIMPEZA EM IMPRESSORA
Quantidade: 109,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:21:31
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 84,000 (Oitenta e Quatro Reais).

Item: 00011 - MANUTENÇÃO E LIMPEZA EM MONITOR
Quantidade: 89,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:21:44
Adjudicado para: MICROFACIL INFORMATICA LTDA, pelo menor lance de R$ 105,000 (Cento e Cinco Reais).

Item: 00012 - MANUTENÇÃO E LIMPEZA EM NO-BREAK
Quantidade: 65,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:21:57
Adjudicado para: MICROFACIL INFORMATICA LTDA, pelo menor lance de R$ 94,000 (Noventa e Quatro Reais).

Item: 00013 - MANUTENÇÃO EM LIMPEZA EM NOTEBOOK
Quantidade: 42,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:22:10
Adjudicado para: MICROFACIL INFORMATICA LTDA, pelo menor lance de R$ 85,000 (Oitenta e Cinco Reais).

Item: 00014 - MANUTENÇÃO E LIMPEZA EM ESTABILIZADOR
Quantidade: 115,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:22:21
Adjudicado para: MICROFACIL INFORMATICA LTDA, pelo menor lance de R$ 73,000 (Setenta e Três Reais).

Item: 00015 - MONTAGEM DE COMPUTADOR
Quantidade: 59,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:22:31
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 25,000 (Vinte e Cinco Reais).

Item: 00016 - RECUPERAÇÃO DE ARQUIVOS DELETADOS
Quantidade: 68,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:22:47
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 69,000 (Sessenta e Nove Reais).

Item: 00017 - RECARGA EM CARTUCHO DE PÓ TIPO HP 35A
Quantidade: 170,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:23:00
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 18,000 (Dezoito Reais).

Item: 00018 - RECARGA EM CART.DE PÓ TIPO HP 35A (c/troca de peça)
Quantidade: 80,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:23:13
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 25,000 (Vinte e Cinco Reais).

Item: 00019 - RECARGA EM CARTUCHO DE PÓ TIPO HP 36A
Quantidade: 150,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:23:25
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 18,000 (Dezoito Reais).

Item: 00020 - RECARGA EM CART. DE PÓ TIPO HP 36A (c/ troca de peças)
Quantidade: 75,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:23:36
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 25,000 (Vinte e Cinco Reais).

Item: 00021 - RECARGA EM CARTUCHO DE PÓ TIPO HP 85A
Quantidade: 475,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:23:47
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 18,000 (Dezoito Reais).

Item: 00022 - RECARGA EM CART. DE PÓ TIPO HP 85A (c/ troca de peças)
Quantidade: 200,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:23:57
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 25,000 (Vinte e Cinco Reais).

Item: 00023 - RECARGA EM CARTUCHO DE PÓ TIPO BROTHER TN 1060P
Quantidade: 230,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:24:07
Adjudicado para: IVAN EDUARDO DANTAS DE AZEVEDO 10860033490, pelo menor lance de R$ 18,000 (Dezoito Reais).

Item: 00024 - RECARGA EM CART. DE PÓ T.BROTHER TN1060P (c/ troca de peças)
Quantidade: 105,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:24:20
Adjudicado para: IVAN EDUARDO DANTAS DE AZEVEDO 10860033490, pelo menor lance de R$ 40,000 (Quarenta Reais).

Item: 00025 - RECARGA EM CART.DE PÓ TIPO SAMSUNG ML 2850
Quantidade: 120,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:24:31
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 29,000 (Vinte e Nove Reais).

Item: 00026 - RECARGA EM CART.PÓ T.SAMS. ML2850 (c/troca de peças)
Quantidade: 66,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:24:50
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 40,000 (Quarenta Reais).

Item: 00027 - RECARGA EM CART. DE PÓ T. SAMSUNG MLT-D111S
Quantidade: 180,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:24:60
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 29,900 (Vinte e Nove Reais e Noventa Centavos).

Item: 00028 - RECARGA EM CART.DE PÓ T.SAMS.MLT-D111S(c/ troca de peças)
Quantidade: 81,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:25:13
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 40,000 (Quarenta Reais).

Item: 00029 - RECARGA EM CARTUCHO DE TINTA T. HP21 PRETO
Quantidade: 130,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:25:24
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 8,000 (Oito Reais).

Item: 00030 - RECARGA EM CARTUCHO DE TINTA T. HP22 COLORIDO
Quantidade: 130,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:25:36
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 7,900 (Sete Reais e Noventa Centavos).

Item: 00031 - RECARGA EM CARTUCHO DE TINTA T. HP60 PRETO
Quantidade: 140,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:25:55
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 8,000 (Oito Reais).

Item: 00032 - RECARGA EM CARTUCHO DE TINTA T. HP60 COLORIDO
Quantidade: 140,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:26:10
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 7,900 (Sete Reais e Noventa Centavos).

Item: 00033 - RECARGA EM CARTUCHO DE TINTA T. HP122 PRETO
Quantidade: 230,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:26:25
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 8,000 (Oito Reais).

Item: 00034 - RECARGA EM CARTUCHO DE TINTA T. HP122 COLORIDO
Quantidade: 230,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:26:37
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 7,900 (Sete Reais e Noventa Centavos).

Item: 00035 - RECARGA EM CARTUCHO DE TINTA T. HP662 PRETO
Quantidade: 230,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:26:47
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 8,000 (Oito Reais).

Item: 00036 - RECARGA EM CARTUCHO DE TINTA T. HP662 COLORIDO
Quantidade: 230,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:27:06
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 8,000 (Oito Reais).

Item: 00037 - RECARGA EM CARTUCHO DE TINTA T. HP664 PRETO
Quantidade: 130,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:27:21
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 8,000 (Oito Reais).

Item: 00038 - RECARGA EM CARTUCHO DE TINTA T. HP664 COLORIDO
Quantidade: 130,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:27:34
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 7,900 (Sete Reais e Noventa Centavos).

Item: 00039 - RECARGA EM CART.PÓ T.HP. MLT-D205S/D205L
Quantidade: 50,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:27:45
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 33,000 (Trinta e Três Reais).

Item: 00040 - RECARGA EM CART.PÓ T.HP MLT-D205S/D205L (c/troca de peças)
Quantidade: 11,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: ADJUDICADO em 04/07/2018 às 11:27:56
Adjudicado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, pelo menor lance de R$ 37,000 (Trinta e Sete Reais).

São Vicente/RN, 04 de julho de 2018

JOSE TALIZ DA SILVA
Pregoeiro(a)

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:9641669E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, as autoridades competentes, Sr(a). , HOMOLOGAM a adjudicação referente ao Pregão Presencial Nº 008/2018, conforme indicado no quadro abaixo, resultado da homologação.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

Item: 00001 - CONFIGURAÇÃO DE ROTEADOR
Quantidade: 68,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 25,000 (Vinte e Cinco Reais).

Item: 00002 - Formatação de comp.desktop,c/ back. inst. de prog. driv. e anti.
Quantidade: 96,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 34,000 (Trinta e Quatro Reais).

Item: 00003 - Formatação de comp.noteb. c/back. inst. prog. dri. e anti.
Quantidade: 42,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 32,000 (Trinta e Dois Reais).

Item: 00004 - INSTALAÇÃO DE IMPRESSORAS
Quantidade: 79,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 20,000 (Vinte Reais).

Item: 00005 - INSTALAÇÃO DE HARDWARES DIVERSOS
Quantidade: 83,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 19,900 (Dezenove Reais e Noventa Centavos).

Item: 00006 - LIMPEZA COMPLETA EM IMPRESSORA A TINTA
Quantidade: 83,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 43,000 (Quarenta e Três Reais).

Item: 00007 - LIMPEZA COMPLETA EM IMPRESSORA A LAZER
Quantidade: 101,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:03:00
Homologado para: IVAN EDUARDO DANTAS DE AZEVEDO 10860033490, C.N.P.J. nº 30.208.453/0001-79, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 39,000 (Trinta e Nove Reais).

Item: 00008 - Compartilhamento de impressora entre computadores
Quantidade: 74,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 15,000 (Quinze Reais).

Item: 00009 - LIMPEZA TOTAL EM CPU E COMPONENTES INTERNOS
Quantidade: 86,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 18,000 (Dezoito Reais).

Item: 00010 - MANUTENÇÃO E LIMPEZA EM IMPRESSORA
Quantidade: 109,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 84,000 (Oitenta e Quatro Reais).

Item: 00011 - MANUTENÇÃO E LIMPEZA EM MONITOR
Quantidade: 89,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:05:45
Homologado para: MICROFACIL INFORMATICA LTDA, C.N.P.J. nº 08.010.923/0001-36, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 105,000 (Cento e Cinco Reais).

Item: 00012 - MANUTENÇÃO E LIMPEZA EM NO-BREAK
Quantidade: 65,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:05:45
Homologado para: MICROFACIL INFORMATICA LTDA, C.N.P.J. nº 08.010.923/0001-36, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 94,000 (Noventa e Quatro Reais).

Item: 00013 - MANUTENÇÃO EM LIMPEZA EM NOTEBOOK
Quantidade: 42,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:05:45
Homologado para: MICROFACIL INFORMATICA LTDA, C.N.P.J. nº 08.010.923/0001-36, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 85,000 (Oitenta e Cinco Reais).

Item: 00014 - MANUTENÇÃO E LIMPEZA EM ESTABILIZADOR
Quantidade: 115,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:05:45
Homologado para: MICROFACIL INFORMATICA LTDA, C.N.P.J. nº 08.010.923/0001-36, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 73,000 (Setenta e Três Reais).

Item: 00015 - MONTAGEM DE COMPUTADOR

Quantidade: 59,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 25,000 (Vinte e Cinco Reais).

Item: 00016 - RECUPERAÇÃO DE ARQUIVOS DELETADOS
Quantidade: 68,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 69,000 (Sessenta e Nove Reais).

Item: 00017 - RECARGA EM CARTUCHO DE PÓ TIPO HP 35A
Quantidade: 170,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 18,000 (Dezoito Reais).

Item: 00018 - RECARGA EM CART.DE PÓ TIPO HP 35A (c/troca de peça)
Quantidade: 80,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 25,000 (Vinte e Cinco Reais).

Item: 00019 - RECARGA EM CARTUCHO DE PÓ TIPO HP 36A
Quantidade: 150,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 18,000 (Dezoito Reais).

Item: 00020 - RECARGA EM CART. DE PÓ TIPO HP 36A (c/ troca de peças)
Quantidade: 75,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 25,000 (Vinte e Cinco Reais).

Item: 00021 - RECARGA EM CARTUCHO DE PÓ TIPO HP 85A
Quantidade: 475,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 18,000 (Dezoito Reais).

Item: 00022 - RECARGA EM CART. DE PÓ TIPO HP 85A (c/ troca de peças)
Quantidade: 200,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 25,000 (Vinte e Cinco Reais).

Item: 00023 - RECARGA EM CARTUCHO DE PÓ TIPO BROTHER TN 1060P
Quantidade: 230,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:03:00
Homologado para: IVAN EDUARDO DANTAS DE AZEVEDO 10860033490, C.N.P.J. nº 30.208.453/0001-79, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 18,000 (Dezoito Reais).

Item: 00024 - RECARGA EM CART. DE PÓ T.BROTHER TN1060P (c/ troca de peças)
Quantidade: 105,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:03:00
Homologado para: IVAN EDUARDO DANTAS DE AZEVEDO 10860033490, C.N.P.J. nº 30.208.453/0001-79, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 40,000 (Quarenta Reais).

Item: 00025 - RECARGA EM CART.DE PÓ TIPO SAMSUNG ML 2850
Quantidade: 120,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 29,000 (Vinte e Nove Reais).

Item: 00026 - RECARGA EM CART.PÓ T.SAMS. ML2850 (c/troca de peças)
Quantidade: 66,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 40,000 (Quarenta Reais).

Item: 00027 - RECARGA EM CART. DE PÓ T. SAMSUNG MLT-D111S
Quantidade: 180,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 29,900 (Vinte e Nove Reais e Noventa Centavos).

Item: 00028 - RECARGA EM CART.DE PÓ T.SAMS.MLT-D111S(c/ troca de peças)
Quantidade: 81,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 40,000 (Quarenta Reais).

Item: 00029 - RECARGA EM CARTUCHO DE TINTA T. HP21 PRETO
Quantidade: 130,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 8,000 (Oito Reais).

Item: 00030 - RECARGA EM CARTUCHO DE TINTA T. HP22 COLORIDO
Quantidade: 130,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 7,900 (Sete Reais e Noventa Centavos).

Item: 00031 - RECARGA EM CARTUCHO DE TINTA T. HP60 PRETO
Quantidade: 140,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 8,000 (Oito Reais).

Item: 00032 - RECARGA EM CARTUCHO DE TINTA T. HP60 COLORIDO
Quantidade: 140,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 7,900 (Sete Reais e Noventa Centavos).

Item: 00033 - RECARGA EM CARTUCHO DE TINTA T. HP122 PRETO
Quantidade: 230,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 8,000 (Oito Reais).

Item: 00034 - RECARGA EM CARTUCHO DE TINTA T. HP122 COLORIDO
Quantidade: 230,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 7,900 (Sete Reais e Noventa Centavos).

Item: 00035 - RECARGA EM CARTUCHO DE TINTA T. HP662 PRETO
Quantidade: 230,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 8,000 (Oito Reais).

Item: 00036 - RECARGA EM CARTUCHO DE TINTA T. HP662 COLORIDO
Quantidade: 230,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 8,000 (Oito Reais).

Item: 00037 - RECARGA EM CARTUCHO DE TINTA T. HP664 PRETO
Quantidade: 130,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 8,000 (Oito Reais).

Item: 00038 - RECARGA EM CARTUCHO DE TINTA T. HP664 COLORIDO
Quantidade: 130,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 7,900 (Sete Reais e Noventa Centavos).

Item: 00039 - RECARGA EM CART.PÓ T.HP. MLT-D205S/D205L
Quantidade: 50,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 33,000 (Trinta e Três Reais).

Item: 00040 - RECARGA EM CART.PÓ T.HP MLT-D205S/D205L (c/troca de peças)
Quantidade: 11,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: HOMOLOGADO em 05/07/2018 às 10:00:00
Homologado para: MARIA LUCIANA DE MEDEIROS 09753255403, C.N.P.J.nº 30.817.987/0001-00, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 37,000 (Trinta e Sete Reais).

São Vicente/RN, 05 De Julho de 2018.

IRECEMA PEREIRA DE LIMA CAMPÊLO
Prefeita Municipal
Autoridade Competente

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Autoridade Competente

MARIA SOCORRO DE LIMA
Gestora do Fundo de Assistência Social
Autoridade Competente

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:520CD9A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 060/2018-SMARH, DE 04 DE JULHO DE 2018

Concede diária(s) a IRACEMA PEREIRA DE LIMA CAMPÊLO e dá outras providencias.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 1 (uma) Diária Integral a servidora **IRACEMA PEREIRA DE LIMA CAMPÊLO**, Mat. 869, ocupante da função de **PREFEITA** deste Município, para custear despesas com alimentação e transporte durante viagem realizada para Cidade de Natal/RN, a fim de comparecer à Secretaria Estadual de Saúde - Subcoordenadoria de Convênios e Projetos Especiais SUCOPE, no dia 05 de julho de 2018, para tratar de assuntos referentes aos Convênios, totalizando o valor de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente/RN, 04 de julho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

IRINEU ALEX ARAÚJO COSTA
Secretário Mun. de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:E6955077

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N°148/2018-FMS, DE 22 DE JUNHO DE 2018

Concede diária(s) a FRANCIELMA DA SILVA SOARES RODRIGUES e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida ¼ (um quarto) diária a servidora **FRANCIELMA DA SILVA SOARES RODRIGUES**, Mat. 931, ocupante da função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **Natal/RN,** a fim de acompanhar pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovante em anexo, no dia 25 de junho de 2018, totalizando o valor de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 22 de junho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:F9931E7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 149/2018-FMS, DE 19 DE JUNHO DE 2018

Concede diária(s) a IRINNA BLANDINNY ANULINO MELO CRUZ e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

Fica concedida 1/4 Diária a servidora **IRINNA BLANDINNY ANULINO MELO CRUZ**, Mat. 791, ocupante da função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **Natal/RN,** a fim de acompanhar pacientes para Órgãos Hospitalares, no dia 20 de junho de 2018, conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 19 de junho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:895ADA7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N°150/2018-FMS, DE 08 DE JUNHO DE 2018

Concede diária(s) a JUCIELE MARIA DA SILVA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

Fica concedida 1/4 Diária a servidora **JUCIELE MARIA DA SILVA**, Mat. 935, ocupante da função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **Natal/RN,** a fim de acompanhar pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovante em anexo, no dia 10 de junho de 2018, totalizando o valor de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 08 de junho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:DD300CF8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N°151/2018-FMS, DE 12 DE JUNHO DE 2018

Concede diária(s) a JUCIELE MARIA DA SILVA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

Fica concedida 1/4 Diária a servidora **JUCIELE MARIA DA SILVA**, Mat. 935, ocupante da função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **Caicó/RN,** a fim de acompanhar pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovante em anexo, no dia 13 de junho de 2018, totalizando o valor de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 12 de junho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:E94AFF82

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N°152/2018-FMS, DE 15 DE JUNHO DE 2018

Concede diária(s) a JUCIELE MARIA DA SILVA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

Fica concedida 1/4 Diária a servidora **JUCIELE MARIA DA SILVA**, Mat. 935, ocupante da função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **Santa Cruz/RN,** a fim de acompanhar pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovante em anexo, no dia 18 de junho de 2018, totalizando o valor de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 15 de junho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:CC7EA914

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N°153/2018-FMS, DE 22 DE JUNHO DE 2018

Concede diária(s) a JUCIELE MARIA DA SILVA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 1/4 Diária a servidora **JUCIELE MARIA DA SILVA**, Mat. 935, ocupante da função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **Santa Cruz/RN,** a fim de acompanhar pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovante em anexo, no dia 24 de junho de 2018, totalizando o valor de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 22 de junho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:0FD9F8B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 155/2018-FMS, DE 22 DE JUNHO DE 2018

Concede diária(s) a MARIA FABIANA COSTA SANTOS LOPES e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 1/4 Diária a servidora **MARIA FABIANA COSTA SANTOS LOPES**, Mat. 936, ocupante da função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **Santa Cruz/RN,** a fim de acompanhar pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovante em anexo, no dia 25 de junho de 2018, totalizando o valor de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 22 de junho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:7F7B3602

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 156/2017-FMS, DE 25 DE JUNHO DE 2018

Concede diária(s) a DAYANE GIFONI DE MEDEIROS ROCHA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 1/4 (um quarto) Diária a servidora **DAYANE GIFONI DE MEDEIROS ROCHA**, Mat. 933, ocupante da função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **Caicó/RN,** a fim de acompanhar pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovante em anexo, no dia 26 de junho de 2018, totalizando o valor de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 25 de junho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:ACC03F9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N°157/2018-FMS, DE 28 DE JUNHO DE 2018

Concede diária(s) a MARIA FABIANA COSTA SANTOS LOPES e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 1/2 Diária a servidora **MARIA FABIANA COSTA SANTOS LOPES**, Mat. 936, ocupante da função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **Natal/RN,** a fim de acompanhar pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovante em anexo, no dia 29 de junho de 2018, totalizando o valor de R$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 28 de junho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:036B112B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 158/2018-FMS, DE 03 DE JULHO DE 2018.

Concede diária(s) a SILVINO ARAÚJO NETO e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 4/4 (quatro quartos) Diárias ao servidor **SILVINO ARAÚJO NETO**, Mat. 842, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 03 (três) para a cidade de Caicó/RN, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos) e 01 (uma) para a cidade de Natal/RN, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais

e cinquenta centavos) transportando pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovantes em anexo, no mês de junho de 2018, totalizando o valor de R$ 200,00 (duzentos reais).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 03 de julho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:72BBFA8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 159/2018-FMS, 03 DE JULHO DE 2018.

Concede diária(s) a LUIZ GARCIA NETO e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 2/4 (dois quartos) Diárias ao servidor **LUIZ GARCIA NETO**, Mat. 108, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 01 (uma) para a cidade de Santa Cruz/RN, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos) e 01 (uma) para a cidade de Natal/RN, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), transportando pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovantes em anexo, no mês de junho de 2018, totalizando o valor de R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente – RN, 03 de julho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:09F2C6AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 160/2018-FMS, DE 03 DE JULHO DE 2018

Concede diária(s) a CARLITO GRAZIANNE DE MEDEIROS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 4/4 (quatro quartos) Diárias ao servidor **CARLITO GRAZIANNE DE MEDEIROS**, Mat. 468, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 01 (uma) para a cidade de Natal/RN, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), 02 (duas) para a cidade de Caicó/RN, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos) e 01 (uma) para a cidade de Santa Cruz/RN, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos) transportando pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovantes em anexo, no mês de junho de 2018, totalizando o valor de R$ 200,00 (duzentos reais).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 03 de julho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:848DC24B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 161/2018-FMS, DE 03 DE JULHO DE 2018.

Concede diária(s) a GEDSON MICHAEL DOS ANJOS RIBEIRO e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 3/4 (três quartos) e 1/2 (uma meia) Diárias ao servidor **GEDSON MICHAEL DOS ANJOS RIBEIRO**, Mat. 239, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 01 (uma) para a cidade de Caicó/RN, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), 02 (duas) para a cidade de Natal/RN, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos) e 01 (uma) para a cidade de Natal/RN, ao valor unitário de R$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais), transportando pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovantes em anexo, no mês junho de 2018, totalizando o valor de R$ 387,50 (trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 03 de julho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:EE8558D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 162/2018-FMS, DE 03 DE JULHO DE 2018.

Concede diária(s) a AGENOR NUNES DE MARIA JÚNIOR e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 002/2013 de 14 de janeiro de 2013, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 2/4 (dois quarto) Diárias ao servidor **AGENOR NUNES DE MARIA JÚNIOR**, Mat. 270, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 01 (uma) para a cidade de Caicó/RN, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos) e 01 (uma) para a cidade de Santa Cruz/RN, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos) transportando pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovantes em anexo, no mês de junho de 2018, totalizando o valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 03 de julho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:73B383FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 163/2018-FMS, DE 03 DE JULHO DE 2018.

Concede diária(s) a GEYDSON MIKE DOS ANJOS RIBEIRO e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 1/4 (um quarto) Diárias ao servidor **GEYDSON MIKE DOS ANJOS RIBEIRO**, Mat. 781, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 01 (uma) para a cidade de Caicó/RN, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), transportando pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovantes em anexo, no mês de junho de 2018, totalizando o valor de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos).

São Vicente – RN, 03 de julho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:76A7F1A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 164/2018-FMS, DE 03 DE JULHO DE 2018.

Concede diária(s) a JOSÉ CARLOS DANTAS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 13/4 (treze quartos) Diárias ao servidor **JOSÉ CARLOS DANTAS**, Mat. 258, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 08 (oito) para a cidade de Caicó/RN, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos) e 05 (cinco) para a cidade de Natal/RN, ao valor unitário de 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos) transportando pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovantes em anexo, no mês de junho de 2018, totalizando o valor de R$ 737,50 (setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 03 de julho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:F2195C5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 165/2018-FMS, DE 03 DE JULHO DE 2018.

Concede diária(s) a PEDRO JULIÃO DA SILVA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 6/4 (seis quartos) e 01 (uma meia) Diárias ao servidor **PEDRO JULIÃO DA SILVA**, Mat. 786, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizada, sendo 01 (uma) para a cidade de Santa Cruz/RN, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), 01 (uma) para a cidade de Caicó/RN, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), 04 (quatro) para a cidade de Natal, ao valor unitário de 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos) e 01 (uma) para a cidade de Natal/ RN, ao valor unitário de 175,00 (cento e setenta e cinco reais), transportando pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovantes em anexo, no mês junho de 2018, totalizando o valor de R$ 600,00 (seiscentos reais).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 03 de julho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:723B23D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 166/2018-FMS, DE 03 DE JULHO DE 2018.

Concede diária(s) a RONALDO SALVIANO SILVA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Ficam concedidas 3/4 (três quartos) Diárias ao servidor **RONALDO SALVIANO SILVA,** Mat. 785, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizada, sendo as 03 (três) para a cidade de Caicó/RN, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), transportando pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovantes em anexo, no mês de junho de 2018, totalizando o valor de R$ 112,50 (cento e doze reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 03 de julho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:9AB36DDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 167/2018-FMS, DE 25 DE JUNHO DE 2018

Concede diária(s) a ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 1/4 (um quarto) Diária a servidora **ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA**, Mat. 354, ocupante da função de **SECRETÁRIA DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **Natal/RN,** a fim de comparecer Maternidade Escola Januário Cicco, para participar de reunião de Alta Compartilhada com a equipe multiprofissional da Unidade de Cuidados Intermediários Canguru para tratar assuntos afetos ao acompanhamento de Maria Aldenir Silva da Costa e seus bebês quadrigêmeos, pós alta hospitalar, conforme comprovante em anexo, no dia 26 de junho de 2018, totalizando o valor de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 25 de junho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

MARIA APARECIDA DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Finanças

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:BE962DC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 168/2018-FMS, DE 25 DE JUNHO DE 2018

Concede diária(s) a FRANCIEL VASCONCELOS SANTOS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 1/4 (um quarto) Diária a servidora **FRANCIEL VASCONCELOS SANTOS,** Mat. 749, ocupante da função de **ASSISTENTE SOCIAL** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **Natal/RN,** a fim de comparecer Maternidade Escola Januário Cicco, para participar de reunião de Alta Compartilhada com a equipe multiprofissional da Unidade de Cuidados Intermediários Canguru para tratar assuntos afetos ao acompanhamento de Maria Aldenir Silva da Costa e seus bebês quadrigêmeos, pós alta hospitalar, no dia 26 de junho de 2018, conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 25 de junho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal De Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:E58B8220

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 169/2018-FMS, DE 25 DE JUNHO DE 2018

Concede diária(s) a HEBER DE MELO RAMALHO e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 1/4 (um quarto) Diária a servidora **HEBER DE MELO RAMALHO,** Mat. 748, ocupante da função de **FONOAUDIÓLOGA** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **Natal/RN,** a fim de comparecer Maternidade Escola Januário Cicco, para participar de reunião de Alta Compartilhada com a equipe multiprofissional da Unidade de Cuidados Intermediários Canguru para tratar assuntos afetos ao acompanhamento de Maria Aldenir Silva da Costa e seus bebês quadrigêmeos, pós alta hospitalar, no dia 26 de junho de 2018, conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 25 de junho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:25CAE922

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 170/2018-FMS, DE 25 DE JUNHO DE 2018

Concede diária(s) a LAIANE DAS GRAÇAS SILVA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 1/4 (um quarto) Diária a servidora **LAIANE DAS GRAÇAS SILVA,** Mat**.** 744, ocupante da função de **PSICÓLOGA** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **Natal**/**RN,** a fim de comparecer Maternidade Escola Januário Cicco, para participar de reunião de Alta Compartilhada com a equipe multiprofissional da Unidade de Cuidados Intermediários Canguru para tratar assuntos afetos ao acompanhamento de Maria Aldenir Silva da Costa e seus bebês quadrigêmeos, pós alta hospitalar, no dia 26 de junho de 2018, conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 25 de junho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal De Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:62918A55

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 154/2018-FMS, DE 15 DE JUNHO DE 2018

Concede diária(s) a JUCIELE MARIA DA SILVA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida ¼ (um quarto) Diária a servidora **JUCIELE MARIA DA SILVA**, Mat. 935, ocupante da função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **Natal/RN,** a fim de acompanhar pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovante em anexo, no dia 18 de junho de 2018, totalizando o valor de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 15 de junho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:DBBE5D37

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 171/2018-FMS, DE 02 DE JULHO DE 2018.

Concede diária(s) a LUANA SANTOS FERREIRA DIAS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida ½ (uma meia) Diária a servidora **LUANA SANTOS FERREIRA DIAS,** Mat. 921, ocupante da função de **ENFERMEIRA** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **Natal**/**RN,** a fim de acompanhar pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovante em anexo, no dia 03 de julho de 2018, totalizando o valor de R$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 02 de julho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:831FA3F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 172/2018-FMS, DE 04 DE JULHO DE 2018.

Concede diária(s) a JOSÉ MEDEIROS DE LIMA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 8/4 (oito quartos) Diárias ao servidor **JOSÉ MEDEIROS DE LIMA**, Mat. 787, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 05 (cinco) para a cidade de Natal/RN, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos) e 03 (três) para a cidade de Caicó/RN, ao valor unitário de 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), transportando pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovantes em anexo, no mês de junho de 2018, totalizando o valor de R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 04 de julho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:AF4ED19E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 173/2018-FMS, DE 29 DE JUNHO DE 2018.

Concede diária(s) a DÍDIA DE OLIVEIRA PEREIRA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 1/4 (um quarto) Diária a servidora **DÍDIA DE OLIVEIRA PEREIRA,** Mat. 792, ocupante da função de

ENFERMEIRA deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **Santa Cruz/RN,** a fim de acompanhar pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovante em anexo, no dia 01 de julho de 2018, totalizando o valor de R$ 37,50 (trinta e sete reais cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 29 de junho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:77E1E105

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 174/2018-FMS, DE 03 DE JULHO DE 2018

Concede diária(s) a LUCIANA MEIRA DA SILVA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida ¼ (um quarto) diária a servidora **LUCIANA MEIRA DA SILVA**, Mat. 934, ocupante da função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **Natal/RN,** a fim de acompanhar pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovante em anexo, no dia 04 de julho de 2018, totalizando o valor de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 03 de julho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:D7717397

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 175/2018-FMS, DE 05 DE JULHO DE 2018.

Concede diária(s) a MOACY PATROCÍNIO DE SANTANA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2008 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 10/4 (dez quartos) Diárias ao servidor **MOACY PATROCÍNIO DE SANTANA**, Mat. 120, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 08 (oito) para a cidade de Natal/RN, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos) e 02 (duas) para a cidade de Caicó/RN, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos) transportando pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovantes em anexo, no mês de junho de 2018, totalizando o valor de R$ 775,00 (setecentos e setenta e cinco reais).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente – RN, 05 de julho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:24A2DAD3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 176/2018-FMS, DE 05 DE JULHO DE 2018.

Concede diária(s) a JOSÉ NETO COSTA DINIZ e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 007/2018 de 19 de fevereiro de 2018, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 11/4 (onze quartos) diárias ao servidor **JOSÉ NETO COSTA DINIZ**, Mat. 288, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 10 (dez) para a cidade de Natal/RN, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos) e 01 (uma) para a cidade de Caicó/RN, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), transportando pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovantes em anexo, no mês junho de 2018, totalizando o valor de R$ 912,50 (novecentos e doze reais e cinquenta centavos).
São Vicente – RN, 05 de julho de 2018.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:78279C72

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 103/2018

Exoneração de cargo comissionado a pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os termos da Lei Orgânica Municipal e pela Constituição da República Federativa do Brasil.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o servidor público comissionado o Srº **JOSÉ JUSIVAN ALVES DA SILVA**,inscrito no CPF/MF número **498.369.194-49**, que exerce o cargo de Provimento em Comissão de **SECRETÁRIO ADJUNTO MUNICÍPAL DE AGRICULTURA E**

MEIO AMBIENTE, desta Prefeitura Municipal de Senador Eloi de Souza-RN, a partir desta data.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costume, e cumpra-se.

Senador Eloi de Souza-RN, 30 de Junho de 2018.

GRIMALDE FERREIRA LINS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geniel Pereira de Oliveira
Código Identificador:A5400F1F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 104/2018

Exoneração de cargo comissionado a pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os termos da Lei Orgânica Municipal e pela Constituição da República Federativa do Brasil.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o servidor público comissionado o Srº **GILVAN DA SILVA**,inscrito no CPF/MF número **915.193.574-00**, que exerce o cargo de Provimento em Comissão de **SECRETÁRIO ADJUNTO MUNICÍPAL DE INFRA ESTRUTURA E OBRAS,** desta Prefeitura Municipal de Senador Eloi de Souza-RN, a partir desta data.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costume, e cumpra-se.

Senador Eloi de Souza-RN, 30 de Junho de 2018.

GRIMALDE FERREIRA LINS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geniel Pereira de Oliveira
Código Identificador:B2EFF305

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 105/2018

Exoneração de cargo comissionado a pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os termos da Lei Orgânica Municipal e pela Constituição da República Federativa do Brasil.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o servidor público comissionado o Srº **LAERCIO HORTÊNCIO DA COSTA**,inscrito no CPF/MF número 012.611.794-20, que exerce o cargo de Provimento em Comissão de **SECRETÁRIO ADJUNTO MUNICÍPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, desta Prefeitura Municipal de Senador Eloi de Souza-RN, a partir desta data.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costume, e cumpra-se.

Senador Eloi de Souza-RN, 30 de Junho de 2018.

GRIMALDE FERREIRA LINS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geniel Pereira de Oliveira
Código Identificador:C0D9D840

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 106/2018

Exoneração de cargo comissionado a pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os termos da Lei Orgânica Municipal e pela Constituição da República Federativa do Brasil.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a servidora pública comissionada a Srª.**ADNAGARDENIA HORTENCIO CAVALCANTE**,inscrito no **CPF/MF Nº** 010789004-69, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de **ASSESSOR JURIDICO,** desta Prefeitura Municipal de Senador Eloi de Souza-RN, a partir desta data.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costume, e cumpra-se.

Senador Eloi de Souza-RN, 30 de Junho de 2018.

GRIMALDE FERREIRA LINS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geniel Pereira de Oliveira
Código Identificador:99DF4298

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 103/2018 - GP

PORTARIA Nº 103/2018 - GP

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso V do art. 33 da Lei Orgânica do Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.

Considerando a qualificação e a formação profissional do futuro servidor no âmbito da administração municipal, bem como a importância do auxilio da prestação dos serviços nesses aspectos.

RESOLVE:

I –**NOMEAR** o Sr. **EDILSON FRANCISCO DO NASCIMENTO,** inscrito no CPF nº 875.217.504-97 e portador do RG sob oi nº 1.355.713/SSP-RN, para o cargo em comissão de **Coordenador Geral de Obras** deste Município, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura, Serviços Urbanos e Meio Ambiente.

II– Cabe ao **Coordenador Geral de Obras**, acompanhar e inspecionar sistematicamente obras e vias públicas e promover a execução dos serviços de construção de obras municipais, bem como auxiliar aos fiscais de contrato na expedição de relatórios das obras em andamento.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IV–Publique-se e cumpra-se.

Serra Caiada – RN, 06 de julho de 2018.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Abrahão Allan Miranda da Silva
Código Identificador:D81299C8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
PORTARIA Nº 022/2018

PORTARIA Nº 022, DE 03 DE JULHO DE 2018

NOMEAR O(A) Sr(a). SARAH VICTORIA ALVES DA SILVA no cargo de COORDENADOR(A) DE VILA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal,
R E S O L V E:
Art. 1º - NOMEAR o(a) Sr(a). SARAH VICTORIA ALVES DA SILVA no cargo de COORDENADOR(A) DE VILA, lotado na Secretaria Municipal da Casa Civil, constante na Estrutura Administrativa do Município.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Serra do Mel/RN, 03 de Julho de 2018

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito

Publicado por:
Hudson Kenio de Moura Azevedo
Código Identificador:91584E72

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO QUINTO ADITAMENTO DE QUANTITATIVO DE PRAZO CONTRATUAL TP 004/2017

Extrato do Quinto Aditamento de quantitativo de prazo Contratual **TP 004/2017**
Quinto Aditamento de Prorrogação de quantitativo de prazo ao contrato administrativo nº **1708252017 - TP 004/2017** Contrato de execução de obra entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN e a empresa **C L CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-EPP**. O presente termo tem por objeto o aditamento de Prorrogação de prazo à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA para construção de pavimentação á paralelepípedo pelo método convencional da rua colono Aristeu Costa (trecho: Avenida Antônio Ferreira de Oliveira- Rua João Paulino), conforme convênio nº 011/2017 SIN, no município de Serra do Mel/RN, de acordo com as especificações citadas na Cláusula Segunda e com os termos da proposta da CONTRATADA, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição, em regime de execução indireta de empreitada por preço global. - A obra a que se refere à Cláusula Primeira do presente Contrato deverá ter seu prazo aditado partir do dia 09 de Julho de 2018, até o dia 09 de Setembro de 2018. Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato originário.

Serra do Mel-RN, 06 de Julho de 2018.

Publicado por:
Marcio Zumba de Oliveira Azevedo
Código Identificador:D8263FCC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
LICITAÇÃO N. º PP 039/2018 ATO DE ADJUDICAÇÃO

OBJETO: Contratação dos serviços de comunicação multimídia acesso banda larga 24 horas.
MODALIDADE: Pregão Presencial
Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.

Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a pratica do mercado local.

Considerando, que não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes.

Considerando, finalmente o que preconizado o inciso XX, do artigo 4º, da Lei Federal nº. 10.520/2002.

ADJUDICO o presente procedimento em favor da (s) licitante (s):

MEGANET SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA					
** CPF/CNPJ : 12959395000133					
** VENCEU OS ITENS **					
Codigo	Descricao	Unid	Quant	Preço	Total
6029	ACESSO À BANDA LARGA 24 HORAS COM VELOCIDADE DE 44.032 KBPS DEDICADOS DISTRIBUÍDOS EM 23 PONTOS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS EM SEUS DIVERSOS SETORES.	MES	12	3,000.00	36,000.00
TOTAL DO FORNECEDOR - MEGANET SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA					36,000.00

Valor Total da Contratação **R$ 36.000,00** (trinta e seis mil reais);

Encaminhe o processo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para deliberação superior.

Serra Negra do Norte/RN, 06 de julho de 2018.

CAYRON CHANGLLON SANTOS SOUSA ARAÚJO
Pregoeiro

Publicado por:
Severino Florêncio de Oliveira Neto
Código Identificador:A2D1446C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
LICITAÇÃO N. º PP 039/2018 ATO DE HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: Contratação dos serviços de comunicação multimídia acesso banda larga 24 horas.
MODALIDADE: Pregão Presencial
Considerando, os atos praticados pelo Pregoeiro do Município, conjuntamente com a Equipe de Apoio, inclusive a expedição do ato adjudicatório.

Considerando, o que prevê o texto legal elencado no inciso XXII, do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

HOMOLOGO o procedimento em favor da (s) licitante (s):

MEGANET SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA ** CPF/CNPJ: 12959395000133 ** VENCEU OS ITENS **					
Codigo	Descricao	Unid	Quant	Preço	Total
6029	ACESSO À BANDA LARGA 24 HORAS COM VELOCIDADE DE 44.032 KBPS DEDICADOS DISTRIBUÍDOS EM 23 PONTOS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS EM SEUS DIVERSOS SETORES.	MES	12	3,000.00	36,000.00
TOTAL DO FORNECEDOR - MEGANET SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA					36,000.00

Valor Total da Contratação **R$ 36.000,00** (trinta e seis mil reais);

Serra Negra do Norte/RN, 06 de julho de 2018.

SÉRGIO FENANDES DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Severino Florêncio de Oliveira Neto
Código Identificador:AF596619

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 059/2018
PREGÃO PRESENCIAL N° 039/2018 – PROC. ADM. MSNN/RN Nº 1806210003

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN; CONTRATADA: MEGANET SERV. DE COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA – ME; OBJETO: execução dos serviços de comunicação multimídia acesso banda larga 24 horas; VIGÊNCIA: 06 de julho de 2018 a 06 de julho de 2019; Dotação Orçamentária: 05.04.122.0006.0175.2003 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal Administração e Planejamento; Elemento de Despesa: 33.90.39.00 – Outros Serv. de Terceiros (PJ); Fontes: 01000; VALOR GLOBAL: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais); SUBSCRITORES: Sérgio Fernandes de Medeiros – pelo Contratante e Célio Pinto Magalhaes - pela Contratada.

Serra Negra do Norte/RN, 06 de julho de 2018.

SÉRGIO FERNANDES DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Severino Florêncio de Oliveira Neto
Código Identificador:E8BB7F1E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 058/2018
INEXIGIBILIDADE Nº 019/2018 – PROC. ADMINIST. MSNN/RN N° 1807050001

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN; CONTRATADO: ALCIMAR DE ALMEIDA SILVA Advogado, inscrito no CPF sob o nº 012.303.604-68 e Carteira de Identidade nº 89.727 (SSP/RN), inscrito na OAB/RN sob o nº 2949 e Economista, inscrito no CORECON/RN sob o nº 342; OBJETO: execução dos serviços de assessoria e consultoria tributária; VIGÊNCIA: tem início no dia de sua subscrição e termo final em 31 de dezembro de 2018; VALOR GLOBAL: R$ 17.612,79 (dezessete mil seiscentos e doze reais e setenta e nove centavos); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.04.123.0005.0029.2040 – Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças e Tributação; ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36.00 – outros serviços de terceiros – PF; FONTE: 01000 recursos ordinários; PERCENTUAIS: Recursos Próprios: 100%; SUBSCRITORES: Sérgio Fernandes de Medeiros – Pelo Contratante e Alcimar de Almeida Silva – Pelo Contratado.

Serra Negra do Norte/RN, 05 de julho de 2018.

SERGIO FERNANDES DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Severino Florêncio de Oliveira Neto
Código Identificador:D21C3AEB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 019/2018 REF PROCESSO ADMINISTRATIVO MSNN/RN N° 1807050001

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Finanças e Tributação.
ASSUNTO: **Contratação direta dos serviços de assessoria e consultoria tributária**.
De acordo.
Diante da análise técnica da Comissão Permanente de Licitação deste Município e do Parecer favorável emitido pela Procuradoria Geral deste Município, **DETERMINO** que se proceda, com **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, a **Contratação direta dos serviços de assessoria e consultoria tributária**, junto ao Senhor **ALCIMAR DE ALMEIDA SILVA**, brasileiro, Advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº 2949 e Economista, inscrito no CORECON/RN sob o nº 342, a fim de atender, nos termos da SOLICITAÇÃO INICIAL, as necessidades e demandas do Município de Serra Negra do Norte/RN – Secretaria Municipal de Finanças e Tributação, perfazendo a importância global de **R$ 3.000,00** (dois mil reais) mensais.
Em respeito ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, **RATIFICO** a presente **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, realizada com fundamento no art. 25, II, § 1 da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Finanças e Tributação que emita NOTA DE EMPENHO em favor do supracitado profissional, nos termos das propostas constantes destes autos.
Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, como de costume.

Serra Negra do Norte/RN, 05 de julho de 2018.

SÉRGIO FERNANDES DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Severino Florêncio de Oliveira Neto
Código Identificador:A82C2BF5

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 108/2018 - REPUBLICAÇÃO POR INCCORREÇÃO

PORTARIA Nº 108/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, notadamente pelo que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 466/2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o gozo de **LICENÇA MATERNIDADE** à servidora pública municipal **KLIVIA ALVES SARAIVA OVIDIO** matrícula nº 1358, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas/CPF nº 050.963.254-82, portadora da Cédula de Identidade/RG nº 1.955.096 - SSP/RN, ocupante do cargo TERAPEUTA OCUPACIONAL, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 02 de julho a 28 de dezembro de 2018, totalizando 180 dias.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete Civil, Serra Negra do Norte/RN, 04 de julho de 2018.

SÉRGIO FERNANDES DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Girlânia Fernandes de Medeiros Vanderlei
Código Identificador:74592DFB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE SALDO CONTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS 012/2017 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

CONTRATANTE : Município de Taipu/RN (CNPJ 08.114.753/-0001-30)
CONTRATADA :EMBARQUE JA VIAGENS E TURISMO LTDA (CNPJ 10.477.835/0001-90)
OBJETO : Contratação do saldo da Ata de Registro de Preços, proveniente do Pregão Presencial º 012/2017, visando a contratação de

uma empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e fornecimento de passagens aéreas nacionais para ano em curso.
BASE LEGAL: Pregão Presencial com Registro de Preços nº 012/2017 – Lei Federal nº 10.520/2002.
VALOR: R$ 22.518,02 (Vinte e Dois Mil, Quinhentos e Dezoito Reais e Dois Centavos)
VIGÊNCIA :07/05/2018 a 31/12/2018
ASSINATURAS: Pelo Município de Taipu/RN – Sr. Sebastião Ambrósio de Melo : Pela Empresa EMBARQUE JA VIAGENS E TURISMO LTDA – Sr. JOSE ALVES SOBRINHO

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Publicado por:
Jairo Cavalcanti de Castro
Código Identificador:B95DFA26

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE IMPUGNAÇÃO E APRAZAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS 020/2018

O Pregoeiro do Município de Taipu/RN, torna público que resolveu dar conhecimento a impugnação interposta pela empresa KARLA NARJARA DANTAS DE OLIVEIRA – ME, inscrita no CNPJ 20.783.846/0001-52, dando provimento a mesma, onde decidiu retirar a exigência do item 6.1.3.2 - Alvará ou licença sanitária para funcionamento, conforme o caso, expedido pela vigilância sanitária estadual ou municipal da sede da licitante. Desta forma, fica aprazada a abertura do Pregão Presencial com Registro de Preços nº 020/2018, para o próximo dia 20 de julho de 2018, às 10:00 horas. O edital retificado e seus anexos encontram-se disponíveis aos interessados na sede da Prefeitura, sito à rua Antônio Alves da Rocha, 304, centro, Taipu/RN, ou pelo fone (84) 3264-231, ou pode ser retirado pelo site : http://www.taipu.rn.gov.br/

JAIRO CAVALCANTI DE CASTRO
Pregoeiro

Publicado por:
Jairo Cavalcanti de Castro
Código Identificador:14EEE798

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE IMPUGNAÇÃO E SUSPENSÃO - PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS 022/2018

O Pregoeiro do Município de Taipu/RN, torna público que mediante impugnação apresentada pela empresa Panificadora Taipuense Ltda, inscrita no CNPJ 17.198.254/0001-69, este Pregoeiro decidiu Suspendeu a licitação Pregão Presencial com Registro de Preços n° 022/2018, onde estava previsto para o próximo dia 09/07/2018, às 10:00 horas. Depois de analisar as suas considerações, posteriormente será aprazada nova data de abertura do certame.

JAIRO CAVALCANTI DE CASTRO
Pregoeiro

Publicado por:
Jairo Cavalcanti de Castro
Código Identificador:E5DE2CFC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 002/2018

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO 002/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará/RN.
Contratada: BETA SOLUCION COMERCIO ELETRO ELETRONICOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 11.028.345/0001-70, Valor: R$ 13.000,00 (Treze Mil Reais).
Contratada: ALDO FABRIZIO DUTRA DANTAS, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 08.321.484/0001-82, Valor: R$ 35.734,00 (Trinta e Cinco Mil, Setecentos e Trinta e Quatro Reais).
Contratada: E.R COMERCIO VAREJISTA E SERVIÇOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 03.633.939/0001-81, Valor: R$ 14.300,00 (Quatorze Mil e Trezentos Reais).
Contratada: CIRURGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 07.626.77/0001-60, Valor: R$ 17.780,00 (Dezessete Mil, Setecentos e Oitenta Reais).
Contratada: K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 21.971.041/0001-03, Valor: R$ 6.099,99 (Seis Mil e Noventa e Nove Reais e Noventa e Nove Centavos).
Contratada: A. A. DE S. WANDERLEY ME, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 04.279.658/0001-35, Valor: R$ 59.890,00 (Cinquenta e Nove Mil, Oitocentos e Noventa Reais).
Contratada: DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 07.897.039/0001-00, Valor: R$ 33.430,00 (Trinta e Três Mil, Quatrocentos e Trinta Reais).
Contratada: LOGITEX BRASIL COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº22.392.045/0001-91, Valor: R$ 15.498,00 (Quinze Mil, Quatrocentos e Noventa e Oito Reais).
Contratada: V.S. COSTA & CIA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 05.286.960/0001-83, Valor: R$ 2.697,99 (Dois Mil, Seiscentos e Noventa e Sete Reais e Noventa e Nove Centavos).
Contratada: ODONTO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 09.478.023/0001-80, Valor: R$ 12.200,00 (Doze Mil e Duzentos Reais).
Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes diversos para atendimento as Unidades Básicas de Saúde do Município de Tangará/RN.
Recursos Orçamentários: Elemento orçamentário "4.4.90.52 – Material Permanente.
Recursos Financeiros: Convênios com Ministério da Saúde.
Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02.
Assinatura: Jorge Eduardo de Carvalho Bezerra/Prefeito Municipal.

Tangará/RN, em 16 de Março de 2018..

Publicado por:
Welbert Francisco Barros de Oliveira
Código Identificador:9ECBF942

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 005/2017

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO 005/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará/RN.
Contratada: O MOVELEIRO COMERCIO E SERVIÇOS LTAD-ME, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 08.773.990/0001-02, Valor: R$ 8.700,00 (Oito Mil e Setecentos Reais).
Contratada: EBARA YECNOLOGIA COMERCIO E SERVIÇO EM INFORMATICA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 04.471.402/0001-25, Valor: R$ 6.439,99 (Seis Mil, Quatrocentos e Trinta e Nove Reais e Noventa e Nove Centavos).
Contratada: E.R COMERCIO VAREJISTA E SERVIÇOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 03.633.939/0001-81, Valor: R$ 37.800,00 (Trinta e Sete Mil e Oitocentos Reais).
Contratada: CIRURGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 07.626.77/0001-60.
Valor: R$ 52.284,98 (Cinquenta e Dois Mil, Duzentos e Oitenta e Quatro Reais e Noventa e Oito Centavos).
Contratada: K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 21.971.041/0001-03. Valor: R$ 5.669,00 (Cinco Mil Seiscentos e Sessenta e Nove Reais).
Contratada: EQUIPOS COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 11.674.540/0001-77, Valor: R$ 90.859,00 (Noventa Mil, Oitocentos e Cinquenta e Nove Reais).

Contratada: SOLAB CIENTIFICA EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIOS EI, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 11.643.895/0001-88, Valor: R$ 11.969,00 (Onze Mil, Novecentos e Sessenta e Nove Reais).
Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes diversos para atendimento ao Hospital Maternidade Santa Terezinha do Municipio de Tangará/RN.
Recursos Orçamentários: Elemento orçamentário "4.4.90.52 – Material Permanente.
Recursos Financeiros: Convênios com Ministério da Saúde.
Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02.
Assinatura: Jorge Eduardo de Carvalho Bezerra/Prefeito Municipal.

Tangará/RN, em 30 de Janeiro de 2018.

Publicado por:
Welbert Francisco Barros de Oliveira
Código Identificador:A3794AAF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

GABINETE DA PREFEITA
LEI MUNICIPAL Nº 359/2018 - GP

Em 06 de julho de 2018.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sueleide Morais de Araújo, Prefeita Municipal de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º - O Orçamento do Município de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício de 2019, será elaborado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

As Metas Fiscais;
As Prioridades da Administração Municipal;
A Estrutura dos Orçamentos;
As Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
As Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
As Disposições sobre Despesas com Pessoal;
As Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária;
As Disposições Gerais.

I – DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2019, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 471, de 27 de junho de 2007-STN e suas alterações seguintes.

Parágrafo Único – Os municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes estão obrigados por força do Art. 63, inciso III, da LRF, a partir do exercício de 2008, a elaborar o Anexo de Metas Fiscais de que trata o Art. 4º, § 1º, na forma definida na Portaria nº 29/2007-STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei constituem-se dos seguintes:

Demonstrativo I – Metas Anuais;
Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
Demonstrativos VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único – Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

METAS ANUAIS

Art. 5º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Demonstrativo I – Metas Anuais serão elaboradas em valores Correntes e Constantes, relativos a Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência e para os dois seguintes:

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2015, 2016 e 2017 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 29/2007 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB" serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 6º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receita, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

§ 1º - De acordo com o exemplo da 4ª Edição do Manual de Elaboração, aprovado pela Portaria nº 29/2007-STN, o comparativo solicitado refere-se ao exercício de 2017.

§ 2º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2006.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 7º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primeiro e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercício anteriores a 2006.

§ 2º - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes, utilizando-se os mesmos índices já comentados do Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 8º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único – O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 9º - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V – Origem e Aplicações dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos estabelece de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 10 - Em razão do que está estabelecida no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, seguindo o modelo da Portaria nº 471/2004-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 11º - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondem à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 12º - O Art. 17º, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único – O Desenvolvimento VIII – Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 13º - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único – De conformidade com a Portaria nº 29/2007 – STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2015, 2016 e 2017.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 14º - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único – O cálculo de Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, relativa às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 15º - O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único – O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzida o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos à Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 16º - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único – Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2015, 2016 e 2017.

II – DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 17- As prioridades e metas para o ano de 2019 que serão executadas pela Administração Pública Municipal são definidas da seguinte forma:

I – **Implantação do orçamento participativo** para definição das prioridades de investimento e realização de ações que resultem na conclusão de obras aprovadas nos anos anteriores, definição das demandas sociais que exigem novos investimentos, ampliação e aperfeiçoamento da participação da sociedade civil na gestão da cidade, melhoria da articulação das instâncias participativas e aumento da integração com os instrumentos de planejamento e gestão,

garantindo a transparência, a justiça social e a excelência da gestão pública democrática, participativa e eficiente;

II - estímulo ao desenvolvimento econômico do Município, com projetos de infraestrutura, otimização dos processos de licenciamento e regularização, possibilitando ambiente acolhedor ao empreendedor, fomento à economia solidária e aos programas de qualificação de jovens e adultos, promoção das atividades de turismo de lazer, cultura e negócios no Município;

III - melhoria das condições de segurança pública no Município, sobretudo em seus próprios bens públicos, com a integração do sistema de vigilância eletrônica nas escolas, nas unidades de Saúde e nas vias públicas e qualificação da iluminação pública, bem como o desenvolvimento de políticas públicas de prevenção e combate à violência, a ser realizada por uma perspectiva sistêmica, expressa na integração permanente entre diversos órgãos públicos e a sociedade civil;

IV – Valorização do profissional da educação municipal, com incentivo a qualificação deste profissional mediante o treinamento e aperfeiçoamento profissional por parte do Poder Executivo;
V- Aprimoramento dos investimentos na área da Saúde, com ampliação da rede física, investimento nas unidades hospitalares, nos centros de Saúde e unidades de pronto-atendimento, humanização dos serviços, promovendo a melhoria do atendimento da atenção básica e especializada, intensificação da integração com as políticas de segurança alimentar e esportes, promovendo o acesso da população de maior vulnerabilidade sócio sanitária à atividade física supervisionada, orientação nutricional e desenvolvimento de ações estruturantes de políticas de tratamento, prevenção e reinserção social de dependentes químicos de álcool e drogas e a prevenção de zoonoses endêmicas, como a leishmaniose, por meio de campanhas educativas, com foco na educação infantil e conforme orientações da Organização Mundial da Saúde – OMS.

III – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 18º - O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 19º - A Lei Orçamentária para 2019 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundo, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverão estar anexados os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Art. 20º - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá:

Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF);
Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu comprometimento, de 2017 a 2020. (art. 20, 17 e 48 da LRF);
Quadro Demonstrativo das Despesas com Serviços de Terceiros e seu Percentual de Comprometimento das Receitas Correntes Líquidas de 2017 a 2020 (art. 71 da LRF);
Demonstrativo da Origem e Aplicação dos recursos Vinculados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 212 da Constituição Federal e 60 dos ADCT);
Demonstrativo dos Recursos Vinculados e Ações Públicas de Saúde (art. 77 dos ADCT);
Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição semestre anterior ao encaminhamento da Proposta ao Legislativo – (Princípio da Transparência, art. 48 LRF);
Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada, com identificação dos Credores no encerramento do último semestre (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF).

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 21º - O Orçamento para exercício de 2019 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 22º - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2019 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único – Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministro Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 23º - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

Projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
Dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura;
Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Art. 24º - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2019, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2017 (art. 4º § 2º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.

Art. 25º - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2018.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 26º - O Orçamento para o exercício de 2019 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 5% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 15% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os Recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e

também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os Recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2019, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 27º - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 28º - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 29º - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações vinculares e fontes de recursos oriundo de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se o ocorrer ou estiver garantindo o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantindo (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 30º - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2019, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo de orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 31º - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aqueles de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único – As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 32º - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa / inexigibilidade.

Parágrafo Único – Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2019, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 33º - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 34º - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 35º - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2019 a preços correntes.

Art. 36º - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa /modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único – A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, somente poderá ser feita com prévia autorização legislativa, conforme dispõe o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal.

Art. 37º - Durante a execução orçamentária de 2019, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2019 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 38º - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecimento no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único – Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas fiscais realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 39º - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2019 serão objetos de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas fiscais estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 40º - A Lei Orçamentária de 2019 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de até 5% (cinco por cento) das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, observada as exigências dispostas nos artigos 30, 31 e 32 da Lei Complementar n° 101/2000 LRF.

Art. 41º - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, parágrafo único da LRF).

Art. 42º - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 43º - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2019, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2019.

Art. 44º - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2019, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2017, acrescida de 10%, obedecido ao limite prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 45º - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade

competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excedem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 46º - O Executivo Municipal adotará, obedecendo à ordem descrita abaixo, as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF).

I – redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;
II – Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
III – Eliminação das despesas com horas-extras;
IV – Eliminação de vantagens concedidas a servidores.

Art. 47 – Para efeito desta lei e registro contábeis, a terceirização de mão-de-obra que se refere à substituição de servidores, tratada no Art. 18, §1º da LRF, será considerada despesa de pessoal e observada para efeito de cálculo do limite de despesa com pessoal do Art. 19, inciso III da LRF.

Parágrafo único – As despesas decorrentes de contrato de terceirização de mão-de-obra em substituição a servidores, serão classificadas no elemento de despesa "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 48º - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e rendas, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudo do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que se inicia sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 49º - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14, § 3º da LRF).

Art. 50º - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51º - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sansão até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 52º - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 53º - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, somente poderão ser reabertos no exercício subseqüente, através de prévia autorização legislativa conforme disposto no artigo 167, inciso V da Constituição Federal.

Art. 54º - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através se seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 55º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Tenente Laurentino Cruz/RN, 06 de julho de 2018.

SUELEIDE DE MORAIS ARAÚJO
Prefeita Municipal
CPF: 878.370.304-78

Publicado por:
Miqueias de Araújo Souza
Código Identificador:1D5E07F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE EDITAL – PREGÃO PRESENCIAL № 020/2018 – PMTLC/SMS

A Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz, através do seu pregoeiro oficial, comunica que no dia 23 de julho de 2018, a partir das 10h, na Rua Vicente Batista, 107 – Centro, estará recebendo Propostas de Preços na modalidade acima epigrafada, no intuito de **contratar empresa para aquisição de 01 (um) veículo ambulância do Tipo "A" zero quilômetro, de simples remoção para transporte de pacientes e aquisição de 01 (um) veiculo utilitário zero quilômetro com capacidade para 05 (cinco) lugares.** Informações email: pmtlccpl@bol.com.br**.**

Tenente Laurentino Cruz/RN, 06 de julho de 2018.

AYRTON ROOSEVELT AZEVÊDO DE MEDEIROS,
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Ayrton Roosevelt Azevedo de Medeiros
Código Identificador:DD1B7F8F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE EDITAL – PREGÃO PRESENCIAL № 021/2018 – PMTLC/SMS

A Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz, através do seu pregoeiro oficial, comunica que no dia 23 de julho de 2018, a partir das 11hs15min, na Rua Vicente Batista, 107 – Centro, estará recebendo Propostas de Preços na modalidade acima epigrafada, no intuito de **contratar empresa para aquisição de 01 (um) veículo ambulância do Tipo "A" zero quilômetro, de simples remoção para transporte de pacientes.** Informações email: pmtlccpl@bol.com.br**.**

Tenente Laurentino Cruz/RN, 06 de julho de 2018.

AYRTON ROOSEVELT AZEVÊDO DE MEDEIROS,
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Ayrton Roosevelt Azevedo de Medeiros
Código Identificador:F9056EB4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
DECRETO MUNICIPAL DE Nº 008/2018, DE 06/07/2018

DISPÕE SOBRE LUTO OFICIAL, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal do Brasil.

CONSIDERANDOo falecimento de: **SERGIANA CLEONILZA DE OLIVEIRA**, que, em vida, atuou com servidora pública no Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS e prestou grandes serviços ao Município de Tibau;

DECRETA:

Art. 1º- Luto Oficial, por 1 (um) dias, no Município de Tibau, a partir desta data.

Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, 06 de julho de 2018.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:7AE3B472

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018 – PMT

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS/RN, por meio de seu Pregoeiro, torna público que, a licitação em epígrafe restou **DESERTA**, em virtude da ausência de licitantes interessadas em participar do procedimento licitatório, conforme consta na Ata da Sessão do Pregão Presencial.

Touros/RN, 03 de julho de 2018.

THIAGO ANTUNES BEZERRA
Pregoeiro

Publicado por:
Thiago Antunes Bezerra
Código Identificador:22EBB67F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N. 651 DE 28 DE JUNHO DE 2018

LEI MUNICIPAL N. 651 DE 28 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária do município de Upanema para o exercício de 2019 e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária do exercício financeiro de 2019, compreendendo:

I – as metas fiscais da Administração Pública Municipal;

II – orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;

III – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;

IV – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
V – equilíbrio entre receitas e despesas;

VI – critérios e formas de limitação de empenho;

VII –normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;

X – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

XI – definição de critérios para início de novos projetos;

XII – definição das despesas consideradas irrelevantes;

XIII – incentivo à participação popular.

XIV – as disposições gerais.

Fundamentação Legal
Constituição Federal – CF, art. 165, § 2º
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, art. 4º, § 2º, V

Seção I
Das Metas Fiscais da Administração Pública Municipal

Art. 2º - Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da Administração Pública Municipal, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2019 compreendem as ações especificadas nas metas e prioridades estabelecidas no Plano Plurianual 2018/2021, para o exercício de 2019, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2019 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Fundamentação Legal
Constituição Federal – CF, art. 165, § 2º
Constituição Federal – CF, art. 165, § 7º
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, art. 4º

Seção II
Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual
Subseção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 3º - As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projeto e operações especiais, de acordo com as condições da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF Nº 163/2001, alterações posteriores e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2018/2021.

Fundamentação Legal
Portaria SOF nº 42/1999
Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2011
Constituição Federal art. 167, VI

Art. 4º - O orçamento fiscal discriminará a despesa, no mínimo por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320/64.

Fundamentação Legal
Lei nº 4.320/64, art. 15

Art. 5º - O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes do Município.

Fundamentação Legal
Constituição Federal – CF art. 165, § 5º, I, II e III
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF art. 50, III
Art. 6º - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I – texto da lei

II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/64;

III – quadros orçamentários consolidados;

IV – anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

V – demonstrativos e documentos previstos no art. 5
º da Lei Complementar nº 101/2000;

VI – anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo Único – Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos:

I – Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;

II – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição da República Federativa do Brasil e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, para fins do atendimento ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e respectiva Lei nº 11.494/2007;

IV – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins de atendimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;

V – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento disposto no art. 169 da Constituição da República Federativa do Brasil e na Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 7º - A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária de 2019, serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2018, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único – O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º - O Poder Executivo colocará a disposição do Poder Legislativo, trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 9º - O Poder legislativo encaminhará ao Poder Executivo, até 30 dias antes do prazo final para encaminhamento da proposta orçamentária, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária,

Art. 10 – Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Fundamentação Legal
Lei nº 4.320/64, artigos. 2º e 22
Constituição Federal – CF art. 165, § 5º
Constituição Federal – CF art. 100, § 1º
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF artigo 5º
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF artigo 12

Fundamentação Legal

Art. 11 – A lei orçamentária discriminará as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Parágrafo único – para fins do acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da Administração Pública Municipal submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

Fundamentação Legal
Constituição Federal – CF art. 100

Subseção II
Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 12 – A administração da dívida pública municipal tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º - Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º - O Município, por meio de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 13 – Na lei orçamentária para o exercício de 2019, nas despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 14 – A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 15 – A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Fundamentação Legal
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, artigos 29, 30, 31 e 32
Resolução nº 40/2001 do Senado Federal
Resolução nº 43/2001 do Senado Federal

Subseção III
DA Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência
Subseção III

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 16 – A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no mínimo, 0,10% (zero vírgula dez por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2019, destinada atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

Fundamentação Legal
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, art. 5º, III

Seção III
Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários
Subseção I
Das Disposições Sobre Politica de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 17 – Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, inclusive para estágio, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2019, realizar concurso público, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

§ 2º - Além de observar às normas do caput, no exercício financeiro de 2019 as despesas com pessoal do Poder Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Fundamentação Legal
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, artigos 18 ao 23
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, artigo 22, V
Constituição Federal – CF, art. 169
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, artigos 15 ao 17

Subseção II
Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 18 – Se durante o exercício de 2019 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviços extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único – A autorização para a realização de serviços extraordinários para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara Municipal.

Fundamentação Legal
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, art. 22, V

Seção IV
Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 19 – A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2019, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre os quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV –aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.
Art. 20 – O projeto de lei que concede ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Fundamentação Legal
Constituição Federal – CF, art. 165, § 2º
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, artigo 14

Seção V
Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas
Art. 21 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2019 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constantes desta Lei.

Art. 22 – Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2019 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2019 a 2020, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único – Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que sejam acompanhados das medidas definidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Fundamentação Legal
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, artigo 4º, I, a
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, artigo 14
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, artigos 15, 16 e 17

Seção VI
Dos Critérios e Forma de Limitação de Empenho

Art. 23 – Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do §1º do artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2019, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º - Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

I – as despesas com pessoal e encargos sociais;

II – as despesas com benefícios previdenciários;

III – as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;

IV – as despesas com PASEP;

V – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;

VI – as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 2º - O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para emprego e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º - Os Poderes, Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as medidas previstas neste artigo.

Fundamentação Legal
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, art. 9º e art. 31, §1º, II
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, art. 9º, § 2º
Lei nº 10.028/2000 – artigo 5º, III

Seção VII
Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 24 – O Poder Executivo realizara estudos visando à definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 25 – Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a apoiar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º - A lei orçamentária de 2019 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos respectivos programados, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado “Apoio Administrativo” ou de finalidade semelhante.

§ 2º - Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º - O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamentos de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Fundamentação Legal
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, art. 4º, I, e.

Seção VIII
Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 26 – É vedada a inclusão, na lei orçamentária em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorização mediante lei específica que sejam destinadas:

I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II – as entidade sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;
III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como de utilidade pública.

Art. 27 – É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação a titulo de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art. 28 – É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contratações para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 29 – É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 30 – As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 31 – As transferências de recursos às entidades previstas nos artigos desta seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, ou de outra lei que vier substituí-la ou alterá-la.

§ 1º - Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado em recursos transferidos pelo Município.

§ 2º - É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º - Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE.
Art. 32 – A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para as entidades e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único – O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição de República Federativa do Brasil.

Fundamentação Legal
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, artigo 4º, I
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, artigo 26
Lei nº 4.320/64, artigo 12, §§ 2º, 3º e 6º
Lei nº 4.320/64, artigo 16 a 19 e 21
Constituição Federal – CF, artigo 167, VI

Seção IX
Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 33 – É permitida e inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, desde que autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único – A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o art. 116 da Lei nº 8.666/1993.

Fundamentação Legal
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, artigo 62
Constituição Federal – CF, artigo 241

Seção X
Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 34 – O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até trinta (30) dias após a publicação da lei orçamentária de 2019, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos artigos 8º e 13 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - Para atender ao caput deste artigo, as entidades e o Poder Legislativo encaminharão a Secretaria Municipal de Finanças, até quinze (15) dias após a publicação da lei orçamentária de 2019, os seguintes demonstrativos:

I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

II – a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

III – o cronograma mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º - O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do Município até trinta (30) dias após a publicação da lei orçamentária de 2019.

§ 3º - A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de que trata o caput deste artigo, deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Fundamentação Legal
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, artigo 8º
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, artigo 13

Seção XI
Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 35 – Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta lei, a lei orçamentária de 2019 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I – estiveram compatíveis com o Plano Plurianual de 2018/2021 e com as normas desta lei;

II – as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;

III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartida de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único – Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2019, cujo cronograma de execução ultrapassar o término do exercício de 2018.

Fundamentação Legal
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, artigo 5º, § 5º
Constituição Federal – CF, artigo 167, § 1º
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, artigo 45

Seção XII
Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 36 – Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Fundamentação Legal
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, artigo16, § 3º

Seção XIII
Do Incentivo à Participação Popular

Art. 37 – O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2019, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

§ 1º - O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

§ 2º - Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I – elaboração da proposta orçamentária de 2019, mediante regular processo de consulta;

II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta lei.

Fundamentação Legal
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, artigo 48.

Seção XIV
Das Disposições Gerais

Art. 38 – O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2019 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 3º, desta lei.

§ 1º - As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2019 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por meio de decreto, para atender as necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criado, quando necessário, novas naturezas de despesas.

§ 2º - As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 39 – A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição da República Federativa do Brasil.

Parágrafo único – A lei orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 40 – A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. Art. 167, § 2º, da Constituição da República

Federativa do Brasil, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 41 – O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual, enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 42 – Se o projeto de lei orçamentária de 2019 não for sancionado pelo Prefeito até trinta e um (31) de dezembro de 2018, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – benefícios previdenciárias;

III – amortização, juros e encargos da dívida;

IV – pasep;

V – demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município; e
VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

Art. 43 – Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente lei os seguintes anexos.

I – Anexo de Metas Fiscais;
II – Anexo de Riscos Fiscais;
III – Anexo de Metas e Prioridades.

Fundamentação Legal
Constituição Federal – CF, art. 167, VI e VIII
Constituição Federal – CF, art. 165, § 8º
Constituição Federal – CF, art. 167, II
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, art. 16
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º
Lei nº 4.320/1964, artigos 40 e 46
Lei nº 4.320/1964, art. 7º, I

Art. 44 – O Anexo de Metas e Prioridades somente será encaminhado ao Poder Legislativo quando da remessa do projeto de Lei do Plano Plurianual – PPA a essa Casa Legislativa.

Art. 45 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Upanema (RN), 28 de Junho de 2018, 65° Aniversário de Emancipação Política.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

D.O.M. N.º _____
Data: ____/____/_____
Pág.:

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:2E93401C

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0298, DE 04 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 0298, DE 04 DE JULHO DE 2018.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA/RN,** no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que preceitua o artigo 102 da Lei Municipal nº 162, de 13 de dezembro de 1996 (REGIME JURÍDICO ÚNICO);

CONSIDERANDO o teor do Requerimento Administrativo, datado de 25/06/2018, de autoria da servidora ANTONIA MARIA DA SILVA, matricula 334;

CONSIDERANDO os deferimentos das secretárias municipais de Educação, Cultura e Desporto e de Administração e Recursos Humanos, resolve:

Art. 1º Conceder 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade a servidora ANTONIA MARIA DA SILVA, matricula 334, de 09/07/2018 a 06/10/2018, referente ao período aquisitivo de 2013 a 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito. Upanema/RN, 04 de Julho de 2018.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:3F1B0E4B

CHEFIA DE GABINETE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial Nº 025/2018.

PROCESSO Nº 082/2018

Tipo: Menor Preço Por Item

Homologo pelo presente termo, para que surta os efeitos legais, o julgamento da Pregoeira, referente ao Pregão Presencial nº. 025/2018, tendo como objeto a "Contratação de serviços especializados na área da saúde, para complementar as equipes Estratégia Saúde na Família-ESF's e Núcleo de Apoio à Saúde da Família- NASF do Município de Upanema/RN", em favor dos licitantes relacionados abaixo, por terem sido os mais vantajosos para esta Administração:

ANA CELIA ANITA DE MEDEIROS – CPF: 056.391.304 58 saiu vencedor por ter cotado o menor preço do item: 8; perfazendo o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

DANIELA JALES DANTAS DINIZ - CPF: 095.837.164 48 saiu vencedor por ter cotado o menor preço do item: 4; perfazendo o valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

IAGO ESTRELA DE OLIVEIRA - CPF: 052.670.864 60 saiu vencedor por ter cotado o menor preço do item: 1; perfazendo o valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

JOSÉ FREIRE DA SILVA NETO - CPF: 085.415.064 10 saiu vencedor por ter cotado o menor preço do item: 3; perfazendo o valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

LORENA MARTINS DE SÁ TORRES ANTUNES - CPF: 073.337.164 73 saiu vencedor por ter cotado o menor preço do item: 6; perfazendo o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

LUANNA KADDIGYNNA ARGEMIRO DE OLIVEIRA - CPF: 054.714.144 03 saiu vencedor por ter cotado o menor preço do item: 10; perfazendo o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

LUCAS MIGUEL FERNANDES DE HOLANDA MARIANO - CPF: 063.347.614 55 saiu vencedor por ter cotado o menor preço do item: 7; perfazendo o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

MARCIO LUIZ GURGEL - CPF: 022.838.574 14 saiu vencedor por ter cotado o menor preço do item: 2; perfazendo o valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

POLLYANNA MÁRCIA CARLOS DA COSTA OLIVEIRA - CPF: 012.635.974 16 saiu vencedor por ter cotado o menor preço do item: 9; perfazendo o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

Upanema/RN, 05 de julho de 2018.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:5F097667

PREGOEIRO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Pregão Presencial Nº 025/2018.

PROCESSO Nº 082/2018

Tipo: Menor Preço Por Item

OBJETO: Contratação de serviços especializados na área da saúde, para complementar as equipes Estratégia Saúde na Família- ESF's e Núcleo de Apoio à Saúde da Família- NASF do Município de Upanema/RN.

Depois de cumpridas as exigências e condições estipuladas pelo ato convocatório e não havendo a manifestação de interposição de recursos, como preceitua as disposições constantes da Lei nº. 8.666/93 e legislação complementar **ADJUDICO** o objeto do presente pleito,ao licitante conforme tabela abaixo, haja vista terem sido as licitantes que apresentaram proposta maissatisfatória para a Administração Pública Municipal.
Vencedor
ANA CELIA ANITA DE MEDEIROS – CPF: 056.391.304 58 saiu vencedor por ter cotado o menor preço do item: 8; perfazendo o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

DANIELA JALES DANTAS DINIZ - CPF: 095.837.164 48 saiu vencedor por ter cotado o menor preço do item: 4; perfazendo o valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

IAGO ESTRELA DE OLIVEIRA - CPF: 052.670.864 60 saiu vencedor por ter cotado o menor preço do item: 1; perfazendo o valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

JOSÉ FREIRE DA SILVA NETO - CPF: 085.415.064 10 saiu vencedor por ter cotado o menor preço do item: 3; perfazendo o valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

LORENA MARTINS DE SÁ TORRES ANTUNES - CPF: 073.337.164 73 saiu vencedor por ter cotado o menor preço do item: 6; perfazendo o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

LUANNA KADDIGYNNA ARGEMIRO DE OLIVEIRA - CPF: 054.714.144 03 saiu vencedor por ter cotado o menor preço do item: 10; perfazendo o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

LUCAS MIGUEL FERNANDES DE HOLANDA MARIANO - CPF: 063.347.614 55 saiu vencedor por ter cotado o menor preço do item: 7; perfazendo o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

MARCIO LUIZ GURGEL - CPF: 022.838.574 14 saiu vencedor por ter cotado o menor preço do item: 2; perfazendo o valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

POLLYANNA MÁRCIA CARLOS DA COSTA OLIVEIRA - CPF: 012.635.974 16 saiu vencedor por ter cotado o menor preço do item: 9; perfazendo o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

Upanema/RN, 03 de Julho de 2018.

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:A5966D44

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER
RETIFICAÇÃO – DO AVISO DA TOMADA DE PREÇOS 002/2018 - PMVV

O Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN no uso das suas atribuições legais, **RETIFICA** o aviso de licitação Tomada de Preços nº 02/2018 -PMVV ONDE SE LÊ, e-mail: licitacao@venhaver.rn.com.br. LÊ-SE, E-mail: licitação@venhaver.rn.gov.br As demais informações permanecem de acordo com a publicação do dia 06/07/2018, neste diário.

Venha-Ver/RN, 06 de julho de 2018.

Publicado por:
Jocicleide Carvalho Pessoa
Código Identificador:FAD01C60

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018 – FMS-PVV

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DE VENHA-VER/RN, por intermédio do Pregoeiro, torna público o resultado do Pregão nº 004/2018 - FMS-PVV Foi adjudicado os itens da licitação conforme mostrado a seguir:
A empresa **João Ricardo de Oliveira Gonsalves** CNPJ: 29.007.485/0001-27 localizada na Rua Felipe Camarão, 853, Doze Anos, Mossoró/RN, vencedora dos itens 01, 09, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 30, 40, 41 e 44 Com um valor total de R$ **11.337,00** (onze mil, trezentos e trinta e sete reais);

A empresa **Rita de Andrade Vieira - ME** CNPJ: 10.719.048/0001-08 localizada na Av. Tertuliano de Brito, 912 Centro, São Bento/PB, vencedora dos itens 02, 03, 32, 33, 38 e 45 Com um valor total de **R$ 17.037,00** (dezessete mil e trinta e sete reais);

A empresa **LifeFarma Comércial Distribuidora de Produtos Hospitalares Eireli EPP** CNPJ: 06.281.452/0001-75 localizada na Rua Desembargador Lins Bahia, 207-A, Praia do Meio – Natal/RN vencedora dos itens 04, 05, 06, 13, 27, 28, 31, 34, 35, 39, 42, 43, 46, 47 e 48 Com um valor total de **R$ 18.688,00** (dezoito mil, seiscentos e oitenta e oito reais);

A empresa **Inteligência Comercio de Equipamentos e Serviços EIRELI – EPP** CNPJ: 08.060.934/0001- 20 localizada na Rua Raimundo Pereira de Oliveira, 60, Jardim Sorrilândia I – Souza /PB, vencedora dos itens 11, 12, 15, 21 e 29 com um valor total de **R$ 2.641,00** (dois mil e seiscentos e quarenta e um reais);

A empresa **Setemol Equipamentos Odontomedicos LTDA**- ME CNPJ: 35.662.667/0001-34 localizada na Rua Treze de maio, 324, Centro, Pau dos Ferros/RN vencedora dos itens 06 e 07 Com um valor total de **R$ 19.845,00** (dezenove mil e oitocentos e quarenta e cinco reais);

A empresa **Aldo Fabrício Dutra Dantas** – EPP CNPJ: 08.321.484/0001-82 localizada na Avenida São Sebastião, 840, Apto 201, Centro, Souza PB, vencedora dos itens 10, 14, 25 e 26 Com um valor total de **R$ 11.576,00** (onze mil, quinhentos e setenta e seis reais);

E a empresa **Dical distribuidora de Veiculos Cajazeiras LTDA** CNPJ: 35.503.721/0003-60 localizada na Rua Vereador Gaudêncio Jerônimo de Sousa, 3821, Zeca Pedro – Pau dos Ferros/RN, vencedora do item 49 Com um valor total de **R$ 44.600,00** (quarenta e quatro mil e seiscentos reais).

Venha-Ver/RN 03/07/2018.

EDIVAM FERREIRA DA SILVA
Pregoeiro.

Publicado por:
Edivam Ferreira da Silva
Código Identificador:FB880E6E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2018 – FMS-PVV

Pelo presente termo, o Prefeito do Município de Venha-Ver, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para o conhecimento dos interessados, que o julgamento das propostas de que se trata o processo licitatório nº 04/2018 – FMS-PVV que teve como objeto a **Aquisição de veículo, equipamentos, e material permanente para o Centro de Saúde de Venha-Ver/RN.** Desse modo, satisfazendo à lei e ao mérito, HOMOLOGO o processo licitatório nº 04/2018 – PREGAO PRESENCIAL POR ITEM, as empresas:
A empresa JOÃO RICARDO DE OLIVEIRA GONSALVES CNPJ: 29.007.485/0001-27 vencedora dos itens 01, 09, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 30, 40, 41 e 44 Com um valor total de R$ 11.337,00 (onze mil, trezentos e trinta e sete reais);
A empresa RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME CNPJ: 10.719.048/0001-08 vencedora dos itens 02, 03, 32, 33, 38 e 45 Com um valor total de R$ 17.037,00 (dezessete mil e trinta e sete reais);
A empresa LIFEFARMA COMÉRCIAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP CNPJ: 06.281.452/0001-75 vencedora dos itens 04, 05, 06, 13, 27, 28, 31, 34, 35, 39, 42, 43, 46, 47 e 48 Com um valor total de R$ 18.688,00 (dezoito mil, seiscentos e oitenta e oito reais);
A empresa INTELIGÊNCIA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS EIRELI – EPP CNPJ: 08.060.934/0001- 20 vencedora dos itens 11, 12, 15, 21 e 29 com um valor total de R$ 2.641,00 (dois mil e seiscentos e quarenta e um reais);
A empresa SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS LTDA- ME CNPJ: 35.662.667/0001-34 com um valor total de R$ 19.845,00 (dezenove mil e oitocentos e quarenta e cinco reais);
A empresa ALDO FABRÍCIO DUTRA DANTAS – EPP CNPJ: 08.321.484/0001-82 vencedora dos itens 10, 14, 25 e 26 Com um valor total de R$ 11.576,00 (onze mil, quinhentos e setenta e seis reais);
E a empresa DICAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS CAJAZEIRAS LTDA CNPJ: 35.503.721/0003-60 vencedora do item 49 Com um valor total de R$ 44.600,00 (quarenta e quatro mil e seiscentos reais).
O valor total desse processo licitatório é de **R$ 125.724,00** (cento e vinte e cinco mil, setecentos e vinte e quatro reais). Conforme os termos da Ata de sessão de julgamento, o seu objeto. Publique-se ao departamento competente para as providências de costume.

JOSE CELIO CHAVES DE LIMA
Prefeito Municipal.

Venha-Ver/RN, 05/07/2018.

Publicado por:
Edivam Ferreira da Silva
Código Identificador:AE144428

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 013 /2018

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Vera Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº 01/2013, de 02.01.2013,

R e s o l v e:

Art. 1º - Conceder 1 1/2 (uma e meia) diária, ao valor de R$ 300,00 (trezentos reais) a diária, para o Servidor, Alexandre Saturnino Ferreira, motorista para que possa conduzir em veículo locado na secretaria de saúde, o usuário de saúde a Anne Emanuelly da Silva Sabino acompanhada pela sua mãe a Senhora Diana Carla Silva Sabino, para a cidade de Fortaleza onde as mesmas terá acompanhamento médico especializado com realização de exames e consultas no Hospital Sarah Kubitschek, no período de 09 a 10 de Julho de 2018.

Publique-se e Cumpra-se.

ERIVALTER RIBEIRO DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças do Município de Vera Cruz

Publicado por:
José Edilson Pinheiro Borges
Código Identificador:A8294445

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 237/2018, DE 03 DE JULHO DE 2018.

LEI MUNICIPAL Nº 237/2018, de 03 de julho de 2018.

EMENTA: Dispõe sobre a criação do cargo comissionado de Maestro regente da Banda de música do Município de Viçosa-RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIÇOSA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo de Viçosa aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte:

LEI

Art.1º - Fica criado na estrutura administrativa do município de Viçosa – RN o cargo em comissão de Maestro regente da banda de música municipal de Viçosa-RN, integrante e vinculado à secretaria Municipal de Cultura Turismo Esporte e Laser.

§ 1º – O subsídio do cargo será fixado em R$1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais).
§ 2º – A jornada de trabalho do cargo de Maestro será de 3Oh (trinta horas) semanais, sendo 10h de forma presencial com os alunos, e o restante poderá ser dedicada ao desenvolvimento, planejamento, organização e elaboração dos estudos e práticas docentes necessárias ao cumprimento de suas atribuições artísticas e culturais junto a banda municipal.

Art.2° - São atribuições do Maestro:
Reger a Banda Municipal, ministrando aulas aos seus integrantes, zelando sempre pela conservação e manutenção dos instrumentos;
Programar apresentações;
Dar palestras no sentido de despertar atividade vocacional das crianças e jovens do município;
Participar das festividades promovidas pelo Município.
Ensinar a prática dos instrumentos de sopro competentes à banda de música como: clarinete, flauta transversal, saxofone, trompete, trombone, trompa bombardino, tuba, e instrumentos de percussão.
Ensinar a teoria musical especificamente voltado para a prática da leitura da partitura musical.
Ministrar cursos de outros temas da teoria musical como: intervalos, contraponto, harmonia, história da música etc., além da capacitação instrumental.
Realizar ensaios específicos com a banda de música.
Planejar e escrever arranjos e adaptações musicais para o grupo.
Montar repertório tradicional e popular anualmente para as apresentações.
Planejar e organizar a direção artística, de arranjos e de produção musical da banda.

Buscar desenvolver a união, harmonia e cidadania nas relações entre os alunos e destes para com a sociedade, trabalhando a disciplina, educação e convívio social dos alunos.
Realizar ensaios de desfiles pelas ruas da cidade.
Realizar e coordenar eventos musicais.
Se apresentar com a banda em outras cidades divulgando a cultura do município de Viçosa.
Viajar com os integrantes da banda para participar de eventos relacionados a cultura musical.

Art.3º - O provimento do cargo e a designação para a função de confiança de que trata esta Lei está condicionada à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, conforme disposto no § 1o do art. 169 da CF/88.

Art.4º - Fica acrescido o cargo de Maestro na estrutura administrativa da Lei Municipal nº 203/2015.

Art.5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Viçosa-RN, em 03 de julho de 2018.

Publicado por:
Francisco Ubiraci Nobre Pereira
Código Identificador:EBC1FD07

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 04070003/2018 (PUBLICAÇÃO POR RETIFICAÇÃO)

CONTRATO Nº.....: 04070003/2018.

ORIGEM.....: Pregão n.º **027/2017 - PP**.

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA/RN.

CONTRATADA(O).....: SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E AMBULATORIAL LTDA, CNPJ N.º **14.775.280/0001-14**.

OBJETO.....: Prestação de Serviços de Saúde para Plantões Médicos no Município de Viçosa/RN..

VALOR TOTAL.....: R$ 258.879,10 (**duzentos e cinquenta e oito mil e oitocentos e setenta e nove reais e dez centavos**).

PROGRAMA DE TRABALHO.....:
214 - 3 . 9001 . 10 . 302 . 75 . 2.2022 . 1 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
230 - 3 . 9001 . 10 . 302 . 75 . 2.2023 . 1 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
231 - 3 . 9001 . 10 . 302 . 75 . 2.2023 . 1 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
324 - 3 . 9001 . 10 . 302 . 75 . 2.2043 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
325 - 3 . 9001 . 10 . 302 . 75 . 2.2043 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
342 - 3 . 9001 . 10 . 304 . 75 . 2.2046 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
343 - 3 . 9001 . 10 . 304 . 75 . 2.2046 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
.
VIGÊNCIA.....: 04/07/2018 a **31/12/2018**.

DATA DA ASSINATURA.....: 04/07/2018.

Publicado por:
Francisco Ubiraci Nobre Pereira
Código Identificador:105E590F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLOR

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2018 - CPL/PMVF - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Rua Jose Calazans, nº 69, Centro, CEP: 59.192-000, Vila Flor/RN, CNPJ: 08.169.279/0001-07

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

No dia 05 (cinco) do mês de Julho de 2018, no Município de Vila Flor/RN, foi registrado os preços abaixo relacionados, para eventual e futura contratação de Pessoa Jurídica para realizar serviço de gradeamento de terras com trator, em propriedades de agricultores de baixa renda do município de Vila Flor/RN, resultante do Pregão Eletrônico nº 002/2018 - CPL/PMVF e Processo Administrativo nº 22050001/18 para Sistema de Registro de Preços:

LOTE ÚNICO

	PRODUTO	QUANT	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR SERVIÇO DE GRADEAMENTO DE TERRAS COM TRATOR, EM PROPRIEDADES DE AGRICULTORES DE BAIXA RENDA DO MUNICÍPIO DE VILA FLOR/RN	150	HORAS	146,00	21.900,00

Licitante Vencedor: PEDRO PAULO MACENA
CNPJ: 18.317.540/0001-69
Endereço: Rua de Cima, 188 – Barra do Cunhaú – Canguaretama/RN – CEP: 59.190-000
Telefone: (84) 99601-4477
Valor: R$ 21.900,00 (VINTE E UM MIL E NOVECENTOS REAIS)

1 DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

A Ata de Registro de Preços terá validade de no máximo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

2 DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA ATESTAÇÃO

2. Os serviços deverão ser realizados de conformidade com as especificações elencadas no edital e Termo de Referência, mediante determinação da Secretaria Municipal de Agricultura, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

2.1 A atestação dos serviços sujeitar-se-á à fiscalização, reservando-se à Prefeitura Municipal de Vila Flor/RN, o direito de não proceder ao recebimento/atestar, caso não encontre os serviços conforme solicitado pela Administração Municipal.

2.2 A realização dos serviços poderão eventualmente ser suspensas ou alteradas, a critério do órgão gestor.

2.3 Os encargos com transporte, descarga dos materiais, salários de técnico(s) correrão por conta das firmas vencedoras sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente.

2.4 Do Não recebimento dos serviços:

A Prefeitura não atestará os serviços e a empresa licitante deverá se reavaliar a execução dos serviços, quando:

a) Os serviços não estiverem sidos executados de conformidade com o Termo de Referência.

b) Por quaisquer outro(s) fato(s) que impossibilite(m) a atestação dos serviços.

2.5 Todos os serviços deverão ser realizados nos locais designados pela Secretaria Municipal de Agricultura.

3 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3. A licitante vencedora deverá apresentar nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, na qual deverá constar o número do Processo para liquidação e pagamento da despesa pela Prefeitura do Município de Vila Flor, mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente, em até 10 (dez) dias da data da entrega.

3.1. O pagamento da nota fiscal/fatura somente será efetivado após a verificação da regularidade da licitante vencedora junto à Seguridade Social – CND, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF e às Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede da licitante, além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas no Edital.

3.2. A Prefeitura Municipal de Vila Flor reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços não estiverem de acordo com as especificações dispostas neste Edital.

3.3. A Prefeitura Municipal de Vila Flor poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Pregão.

3.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

4 DAS PENALIDADES:

4. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Vila Flor e será descredenciada no Sistema de Fornecedores do Portal de Compras Governamentais e do cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Vila Flor, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e demais cominações legais a licitante que:

4.1. Não assinar o contrato/Ata de Registro de Preços, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

4.2. Deixar de entregar documentação exigida no Edital;

4.3. Apresentar documentação falsa;

4.4. Não mantiver a proposta;

4.5. Comportar-se de modo inidôneo;

4.6. Fizer declaração falsa;

4.7. Cometer fraude fiscal.

4.8. Em caso de atraso injustificado na entrega dos serviços será aplicada multa de mora à licitante vencedora, no valor correspondente de 0,5 % (cinco décimos por cento) sobre o valor da aquisição, por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias.

4.9. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Administração da Prefeitura Municipal de Vila Flor poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

4.10. Advertência;

4.11. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Registro de Preço, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

4.12. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

4.13. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Prefeitura Municipal de Vila Flor pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

5 DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

5.1 Considerado o prazo de validade de 12 (doze) meses da Ata de Registro de Preços e, em atendimento ao §1º do artigo 28, da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º, §1º, da Medida Provisória nº 1488-16, de 02/10/1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2018 - CPL/PMVF, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços.

5.2 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

6 DA SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

6.1 O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de cinco dias úteis, nos seguintes casos:

I - Pela Administração, quando:

a) o prestador de serviços não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;

b) o prestador de serviços não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

c) o prestador de serviços der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

f) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

II - Pelo prestador de serviços, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

§ 1º O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, será formalizado por despacho fundamentado do Secretário de Administração.

§ 2º A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no inciso I deste artigo, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preços.

§ 3º No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do prestador de serviços, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

§ 4º Da decisão que a cancelar ou suspender o preço registrado cabe recurso, no prazo de cinco dias úteis.

6.2 Os preços registrados poderão ser suspensos nos seguintes casos:

I - pela Administração, por meio de edital, quando por ela julgado que o prestador de serviços esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data da decisão;

II - pelo prestador de serviços, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao registro de preços.

§ 1º A suspensão de registro de preço, nas hipóteses previstas, será formalizado por despacho fundamentado do Secretário de Administração.

§ 2º Será estabelecido no edital ou no expediente da solicitação de que tratam os incisos I e II, o prazo previsto para a suspensão temporária do preço registrado.

§ 3º Enquanto perdurar a suspensão poderão ser realizadas novas licitações para a prestação de serviços constantes dos registros de preços.

7 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As eventuais contratações da respectiva despesa decorrente do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Município, através do elemento de despesa "3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – PJ", cujo pagamento será com recursos do FPM, ICMS e RECEITA TRIBUTÁRIA.

8 DAS OBRIGAÇÕES:

8.1 Caberá a empresa adjudicatária:

a) Realizar os serviços no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados da data de recebimento das respectivas notas de empenho, acompanhado da Ordem de Serviço;

b) A responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos causados direta ou indiretamente, a PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus representantes ou empregados na execução do contrato;

c) Os ônus referentes a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados;

d) A responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais, resultante da adjudicação desta Licitação;

e) Realizar os serviços de acordo c/ as especificações contidas neste instrumento, responsabilizando-se pela troca, no prazo de garantia em caso de danificação do equipamento, independentemente do motivo alegado;

f) A responsabilidade pelo pagamento fretes, carretos, seguro e tributos, se ocorrerem;

g) Reparar, corrigir, remover, as suas expensas, no todo em parte o serviços elencados pela Prefeitura, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;

h) Pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços aqui licitados;

i) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

j) A Contratada deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

l) Realizar os serviços solicitados, no preço, prazo e forma estipulados na proposta e de acordo com as especificações pré-estabelecidas.

m) Verificar a disponibilidade ou não, de matéria prima, antes de realizarem sua proposição de preços.

n) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo Município;

Obs. Alertamos que esse argumento não será considerado, caso houver atraso na realização dos serviços. Assim como, não será aceita justificativa de férias coletivas dos representantes.
Enfim, não serão aceitas outras justificativas que comprometam os trabalhos da Prefeitura Municipal de Vila Flor/RN. As medidas legais cabíveis serão tomadas imediatamente após encerrado o prazo de entrega.

8.2 Caberá ao Município:

a) Comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação de serviços;

b) Efetuar o pagamento da empresa vencedora até o 5º (quinto) dia útil após apresentação da Nota Fiscal e o aceite da Secretaria Municipal de Administração;

c) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a empresa vencedora realizar fora das especificações do Edital.

9 DO PROCESSO LICITATÓRIO:

A presente Ata de Registro de Preços resulta do Processo Licitatório, modalidade Pregão Eletrônico n° 002/2018 - CPL/PMVF.

10 DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS:

Aplicam-se, com relação a execução, alteração, inexecução e extinção, com pertinência ao presente contrato, as normas estabelecidas na Lei Federal n.º 8.666 de 21.06.93, e suas alterações.

11 DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Canguaretama/RN, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro mais privilegiado que seja.

Vila Flor/RN, 05 de Julho de 2018.

PEDRO PAULO MACENA – ME
CNPJ: 18.317.540/0001-69

IVÂNIA DA SILVA MARTINS
Prefeita de Vila Flor/RN

Publicado por:
Arivan Cavalcante Moreira
Código Identificador:ECD773A0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO 06070001/18

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II , da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) EMBARQUE JA VIAGENS E TURISMO LTDA, referente à CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE TURISMO OU VIAGENS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E

PAGAMENTO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS E HOSPEDAGEM, QUANTO A PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE VILA FLOR/RN NO XX ENCONTRO NACIONAL DO COEGEMAS QUE REALIZAR-SE-Á NOS DIAS 30 DE JULHO E 01 DE AGOSTO DE 2018, NA CIDADE DE BELO HORIZONTE/MG.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). RICARDO ALEXANDRE DE OLIVEIRA JUNIOR, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

VILA FLÔR - RN, 06 de Julho de 2018

LUCIANA KAROLINA CARLOS DA SILVA
Secretária Mun. de Assistência Social

Publicado por:
Arivan Cavalcante Moreira
Código Identificador:A9C52F6E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 20180084

CONTRATO Nº.....: 20180084

ORIGEM.....: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06070001/18

CONTRATANTE.....: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADA(O).....: EMBARQUE JA VIAGENS E TURISMO LTDA

OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE TURISMO OU VIAGENS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E PAGAMENTO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS E HOSPEDAGEM, QUANTO A PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE VILA FLOR/RN NO XX ENCONTRO NACIONAL DO COEGEMAS QUE REALIZAR-SE-Á NOS DIAS 30 DE JULHO E 01 DE AGOSTO DE 2018, NA CIDADE DE BELO HORIZONTE/MG

VALOR TOTAL.....: R$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2018 Atividade 1102.082440486.2.068 Índice de Gestão Descentratizada do SUAS - IGDSUAS, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica, Subelemento 3.3.90.39.99, no valor de R$ 2.575,90

VIGÊNCIA.....: 06 de Julho de 2018 a 31 de Dezembro de 2018

DATA DA ASSINATURA.....: 06 de Julho de 2018

Publicado por:
Arivan Cavalcante Moreira
Código Identificador:F0040019

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DE FÉRIAS N.º 164/2018 – GABINETE DA PREFEITA

A Prefeita do Município de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o pedido de Férias regulamentares de 30 (trinta) dias consecutivos ao servidor **JULINEIDE ARAUJO DE MEDEIROS,** Professora, matrícula nº 277, relativas ao período de 2016/2017, contados a partir do dia 05/07/2018 com término em 03/08/2018, em conformidade com a Lei Municipal n° 440/97, Estatuto dos Servidores Municipais de Florânia**.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/ RN Em 04 de julho de 2018.

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita do Município

Publicado por:
Claudiano Pinheiro Silva
Código Identificador:DB7A88C0

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DE FÉRIAS N.º 165/2018 – GABINETE DA PREFEITA

A Prefeita do Município de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o pedido de Férias regulamentares de 30 (trinta) dias consecutivos à servidora **FRANCISCA MARICÉLIA RIBEIRO,** Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 262, relativas ao período de 2017/2018, contados a partir do dia 05/07/2018 com término em 03/08/2018, em conformidade com a Lei Municipal n° 440/97, Estatuto dos Servidores Municipais de Florânia**.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo, porém seus efeitos a 05 de julho de 2018, revogados as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/ RN Em 06 de julho de 2018.

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita do Município

Publicado por:
Claudiano Pinheiro Silva
Código Identificador:4C2458D0

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DE FÉRIAS N.º 166/2018 – GABINETE DA PREFEITA

A Prefeita do Município de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o pedido de Férias regulamentares de 30 (trinta) dias consecutivos a servidora **FERNANDA RICELLE TOMAZ DANTAS,** Técnica de Enfermagem, matrícula nº 461, relativas ao período de 2013/2014, contados a partir do dia 09/07/2018 com término em 07/08/2018, em conformidade com a Lei Municipal n° 440/97, Estatuto dos Servidores Municipais de Florânia**.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/ RN Em 06 de julho de 2018.

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita do Município

Publicado por:
Claudiano Pinheiro Silva
Código Identificador:3E34E421

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2018 – PMF/SEMOB

Contratante: PREFEITURAMUNICIPAL DE FLORÂNIA-RN.

Contratado(a):**EDIVAN DOS SANTOS**

Objeto: **CONTRATADO(A)** prestará à **CONTRATANTE** nas funções de **Gari**, junto a Secretaria Municipal de Obras, em virtude da aposentadoria do servidor FÁBIO JOSÉ DE SOUZA, conforme PORTARIA N.º 081/2018 – GABINETE DA PREFEITA, matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 05/06/2018, edição 1781.

Valor:R$ 1.176,51 (um mil cento e setenta e seis reais e cinquenta e um centavos) mensais.

Dotação Orçamentária:elemento de despesa 33.90.36.00 - outros serviços de terceiros - pessoa física.

Vigência: 26 de junho de 2018 e término em 23 de outubro de 2018.

Data da Assinatura: 26 de junho de 2018.

Florânia/RN, 26 de junho de 2018.

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita do Município

Publicado por:
Claudiano Pinheiro Silva
Código Identificador:337C44AE

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2018 – PMF/SEMOB

Contratante: PREFEITURAMUNICIPAL DE FLORÂNIA-RN.

Contratado(a):**JOSÉ UMBELINO NETO**

Objeto: **CONTRATADO(A)** prestará à **CONTRATANTE** nas funções de **Gari**, junto a Secretaria Municipal de Obras, em virtude da vacância do servidor ROBERTO FRANKLINS TOMAZ DANTAS, conforme PORTARIA N.º 153/2017 – GABINETE DA PREFEITA, matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 29/09/2017, edição 1612.

Valor:R$ 1.144,80 (um mil cento e quarenta e quatro reais e oitenta centavos) mensais.

Dotação Orçamentária:elemento de despesa 33.90.36.00 - outros serviços de terceiros - pessoa física.

Vigência: 03 de julho de 2018 e término em 30 de outubro de 2018.

Data da Assinatura: 03 de julho de 2018.

Florânia/RN, 03 de julho de 2018.

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita do Município

Publicado por:
Claudiano Pinheiro Silva
Código Identificador:C9041B05

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2018 – PMF/SEMOB

Contratante: PREFEITURAMUNICIPAL DE FLORÂNIA-RN.

Contratado(a):**JOSÉ LEÃO DA SILVA**

Objeto: **CONTRATADO(A)** prestará à **CONTRATANTE** nas funções de **Sepultador**, junto a Secretaria de Obras, no Cemitério Público, substituindo o servidor Marcos das Chagas da Silva que se encontra readaptado devido a condições de saúde, conforme Portaria nº 170/2017 – GABINETE DA PREFEITA, publicada na Edição nº 1643 do Diário Oficial dos Municípios no dia 16 de novembro de 2017.

Valor:R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), em parcelas mensais.

Dotação Orçamentária:elemento de despesa 33.90.36.00 - outros serviços de terceiros - pessoa física.

Vigência: 03 de julho de 2018 e término em 30 de outubro de 2018.

Data da Assinatura: 03 de julho de 2018.

Florânia/RN, 03 de julho de 2018.

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita do Município

Publicado por:
Claudiano Pinheiro Silva
Código Identificador:E898C227

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2018 – PMF/SEMOB

Contratante: PREFEITURAMUNICIPAL DE FLORÂNIA-RN.

Contratado(a):**JOÃO BATISTA DE ARAÚJO**

Objeto: **CONTRATADO(A)** prestará à **CONTRATANTE** nas funções de **Eletricista**, junto a Secretaria Municipal de Obras, tendo em vista a necessidade de mão-de-obra especializada para manutenção corretiva, preventiva e na execução de instalações na iluminação pública do município de Florânia.

Valor:R$ 1.249,81 (um mil duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e um centavos) mensais.

Dotação Orçamentária:elemento de despesa 33.90.36.00 - outros serviços de terceiros - pessoa física.

Vigência: 03 de julho de 2018 e término em 30 de outubro de 2018.

Data da Assinatura: 03 de julho de 2018.

Florânia/RN, 03 de julho de 2018.

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita do Município

Publicado por:
Claudiano Pinheiro Silva
Código Identificador:8649101F

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO – Nº 005/2018 – PMF/ SAARHMA.

Contratante: PREFEITURAMUNICIPAL DE FLORÂNIA-RN.

Contratada:**JONILSON OLIVEIRA DE MEDEIROS**

Objeto: **CONTRATADO(A)** prestará à **CONTRATANTE** nas funções de **Motorista (TRATOR)**, com objetivo de atender os agricultores nas demandas de corte de terra, silagem, fenação,

recuperação de mananciais e estradas vicinais na zona rural do município de Florânia/RN.

Valor:R$ 1.411,00 (um mil quatrocentos e onze reais).

Dotação Orçamentária:elemento de despesa 33.90.36.00 - outros serviços de terceiros - pessoa física.

Vigência: 03 de julho de 2018 e término em 30 de outubro de 2018.

Data da Assinatura: 03 de julho de 2018.

Florânia/RN, 03 de julho de 2018.

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita do Município

Publicado por:
Claudiano Pinheiro Silva
Código Identificador:091D88A3

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO – Nº 006/2018 – PMF/ SAARHMA.

Contratante: PREFEITURAMUNICIPAL DE FLORÂNIA-RN.

Contratada:**DAMIÃO ROBERTO DE SOUZA**

Objeto: **CONTRATADO(A)** prestará à **CONTRATANTE** nas funções de **Motorista de Carro Pipa**, para atender as necessidades de abastecimento de água na zona rural e urbana do município de Florânia/RN, devido a problemas de escassez de chuvas, típica do bioma de nossa região do semiárido.

Valor:R$ 1.411,00 (um mil quatrocentos e onze reais).

Dotação Orçamentária:elemento de despesa 33.90.36.00 - outros serviços de terceiros - pessoa física.

Vigência: 03 de julho de 2018 e término em 30 de outubro de 2018.

Data da Assinatura: 03 de julho de 2018.

Florânia/RN, 03 de julho de 2018.

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita do Município

Publicado por:
Claudiano Pinheiro Silva
Código Identificador:A5D4425A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018 REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

LICITAÇÃO N. º 012/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO E PRÉDIOS PÚBLICOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ACARI/RN

MODALIDADE: SRP - PREGÃO PRESENCIAL
DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
O Prefeito do Município de Acari/RN, no uso de suas atribuições legais e em consonância com os incisos XXI e XXII do art. 4º da Lei n° 10.520/02 e considerando a realização do SRP - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018 o qual teve como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO E PRÉDIOS PÚBLICOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ACARI/RN**, conforme especificações constantes do Termo de Referência do Edital nº 0122018, **HOMOLOGO** por seus próprios fundamentos o presente certame e **ADJUDICO** o seu objeto, em favor da empresa vencedora nos seguintes termos:
Valor Total da Contratação R$ 236.682,42(duzentos e trinta e seis mil e seiscentos e oitenta e dois reais e quarenta e dois centavos).

Ficam as empresas vencedoras intimadas para no prazo estipulado no item 14.2 do Edital nº 012/2018, comparecerem a sede da Municipalidade para a assinatura das referidas Atas de Registros de Preços – ARP, sob pena de decadência do seu direito.

LUMINOZA. COM. DE MAT. ELET. E HID E TELEF. LTDA CNPJ : 70047329000193 VENCEU OS ITENS					
Código	Descrição	Unid	Quant	Preço	Total
210	ADAPTADOR PORCELANA E27 / E40	UN	50	5,00	250,00
211	ALÇA EM AÇO PARA CABO MULTIPLEXADO 2 X 16MM	UN	500	1,85	925,00
213	BOCAL PORCELANA E27 PARA LUMINÁRIA	UN	100	1,17	117,00
215	BOTA DE SEGURANÇA PARA ELETRICISTA 38 A 42	PAR	6	33,00	198,00
217	BRAÇO PARA LUMINÁRIA 1,5M	UN	100	22,00	2.200,00
216	BRAÇO PARA LUMINÁRIA 1M	UN	300	13,60	4.080,00
221	CABO MULTIPLEXADO DE ALUMÍNIO 2 X 16MM ISOLADO	METRO	6000	2,45	14.700,00
220	CABO MULTIPLEXADO DE ALUMÍNIO 4 X 16MM ISOLADO	METRO	1000	4,95	4.950,00
228	CABO PP 3 X 6MM PEÇA C/ 100 M	UN	3	968,00	2.904,00
229	CABO PP 4 X 6MM	METRO	300	12,78	3.834,00
231	CAIXA TRIFÁSICA COM LENTE DE ALCANCE	UN	10	265,00	2.650,00
240	CONECTOR APACTINHO VERMELHO	UN	100	2,20	220,00
244	CONECTOR PERFURANTE PARA CABO 2 X 16MM	UN	500	4,00	2.000,00
258	FIO FLEXÍVEL TORCIDO 2 X 1,5MM COM 100M	UN	10	115,00	1.150,00
259	FIO FLEXÍVEL TORCIDO 2 X 2,5MM COM 100M	UN	5	172,00	860,00
260	FIO SÓLIDO 6MM COM 100M	UN	5	225,00	1.125,00
269	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO E27 70W	UN	1000	12,35	12.350,00
270	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO E40 150W	UN	200	18,85	3.770,00
274	LÂMPADA VAPOR METÁLICO E27 150W	UN	300	27,00	8.100,00
289	OLHAL FORJADO	UN	300	10,40	3.120,00
294	PORCA DE OLHAL FORJADO	UN	300	8,50	2.550,00
TOTAL DO FORNECEDOR LUMINOZA. COM. DE MAT. ELET. E HID E TELEF. LTDA					**72.053,00**
ELETROCENTER MATERIAL ELÉTRICO E CONSTRUÇÃO CAICO CNPJ : 24523276000112 VENCEU OS ITENS					
Código	Descrição	Unid	Quant	Preço	Total
2151	CABO PP 2 X 1,5 MM	METRO	500	1,76	880,00
223	CABO PP 2 X 2,5MM PEÇA C/ 100 M	UN	5	256,00	1.280,00

224	CABO PP 2 X 4MM	METRO	300	3,92	1.176,00
225	CABO PP 2 X 6MM	METRO	300	5,72	1.716,00
226	CABO PP 3 X 2,5MM PEÇA C/ 100 M	UN	3	346,00	1.038,00
227	CABO PP 3 X 4MM PEÇA C/ 100 M	UN	3	617,00	1.851,00
232	CANETA DETECTORA DE TENSÃO - 90 A 1000 V AC	UN	5	54,00	270,00
236	CHAVETA PARA FITA DE AÇO PERFURADA 19MM X 10M	UN	1000	1,39	1.390,00
239	CONE DE SINALIZAÇÃO 70CM	UN	50	24,89	1.244,50
243	CONECTOR APACTINHO CINZA	UN	100	5,90	590,00
248	DISJUNTOR MONOFASICO 40 AMPERES	UN	30	5,39	161,70
249	DISJUNTOR MONOFASICO 50 AMPERES	UN	30	5,39	161,70
254	ESCADA EM FIBRA PARA ILUMINAÇÃO PÍBLICA DE ESTÁGIO DE 3,00M FECHADA (10 DEGRAUS) E 4,80M ABERTA (16 DEGRAUS)	UN	2	424,80	849,60
257	FIO FLEXÍVEL TORCIDO 2 X 0,75MM COM 100M	UN	5	58,00	290,00
262	FITA DE SINALIZAÇÃO ZEBRADA COM 70M	UN	10	8,37	83,70
266	LÂMPADA MISTA E27 250W	UN	50	17,95	897,50
271	LÂMPADA VAPOR MECURIO E40 400W	UN	200	25,00	5.000,00
272	LÂMPADA VAPOR MERCURIO E40 250W	UN	200	17,00	3.400,00
284	MOTOPODA HT 70K	UN	2	1.501,60	3.003,20
283	MOTOSERRA MS 250	UN	2	724,40	1.448,80
298	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR MERCURIO 400W INTERNO	UN	50	38,35	1.917,50
306	REFLETOR HOLOFOTE LED BRANCO FRIO 20W BIVOLT	UN	20	31,64	632,80
307	REFLETOR HOLOFOTE LED BRANCO FRIO 50W BIVOLT	UN	30	56,00	1.680,00
311	SAPATILHA EM AÇO GALVANIZADO	UN	500	2,56	1.280,00
2160	TRAVA QUEDAS PARA CORDA confeccionado em aço inox com duas travas de segurança. possui extensor em fita de poliéster com carga de ruptura superior a 15kn, a fita é costurada com fio sintético de alta resistência em cor contrastante a da fita para facilitar a inspeção. possui um conector com dupla trava de segurança com carga de ruptura de 22kn	UN	10	280,00	2.800,00
TOTAL DO FORNECEDOR ELETROCENTER MATERIAL ELÉTRICO E CONSTRUÇÃO CAICO					**35.042,00**
J. P. MATERIAL ELETRICO E DE CONSTRUÇAO LTDA -EPP CNPJ : 18334420000170 VENCEU OS ITENS					
Código	Descrição	Unid	Quant	Preço	Total
212	BASE PARA FOTOCÉLULA	UN	300	4,00	1.200,00
230	CAIXA DE MEDIDOR MONOFÁSICO COM LENTE DE ALCANCE	UN	80	135,62	10.849,60
264	FOTOCÉLULA SEM BASE	UN	500	10,03	5.015,00
273	LÂMPADA VAPOR METÁLICA E40 400W	UN	70	28,91	2.023,70
275	LÂMPADA VAPOR METÁLICO E40 250W	UN	100	27,89	2.789,00
302	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR SÓDIO 250W EXTERNO	UN	100	45,70	4.570,00
308	REFLETOR HOLOFOTE LED BRANCO FRIO 100W BIVOLT	UN	10	141,05	1.410,50
TOTAL DO FORNECEDOR J. P. MATERIAL ELETRICO E DE CONSTRUÇAO LTDA -EPP					**27.857,80**
ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA CNPJ : 00226324000142 VENCEU OS ITENS					
Código	Descrição	Unid	Quant	Preço	Total
214	BOCAL PORCELANA E40 PARA LUMINÁRIA	UN	50	4,93	246,50
2154	BOTINA PARA ELETRICISTA com elástico lateral encoberto; cabedal: confeccionado em couro vaqueta lisa, espessura de 1,6 a 2,0 mm, resistente a cortes, escoriações, agentes químicos e desgaste em condições normais de uso, forro de gáspea em couro raspa camurça natural; palmilha: em couro natural, espessura mínima de 2,5 mm, costurada através do sistema strobel e palmilha de limpeza antibactericida; alma: em fibra plástica; solado: em poliuretano bidensidade bicolor, (sola preta e entressola cinza)injetado diretamente ao cabedal, com entressola em poliuretano de baixa densidade e sola em poliuretano compacto, antiderrapante; biqueira: polipropileno; contraforte: termoplástico, formato anatômico, com espessura mínima de 1,6 mm; costuras: em linha de nylon fio 30, sendo 4 costuras para união da gáspea com as partes laterais; taloneira: reforçadas; cor: preto.	PAR	10	41,62	416,20
218	BRAÇO PARA LUMINÁRIA 2M	UN	70	53,60	3.752,00
219	BRAÇO PARA LUMINÁRIA 3M	UN	20	69,00	1.380,00
2158	CAPACETE DE PROTEÇÃO cor branca, capacete de segurança, tipo aba frontal, injetado em polietileno, com nervura no casco e fenda laterais para acoplagem de acessórios; suspensão plástica fixa ao casco através de quatro pontos de encaixe, carneira e coroa injetada em plástico, regulagem de tamanho através de ajuste simples.	UN	10	18,71	187,10
234	CHAVE DE 2 COMANDOS PARA ILUMINAÇÃO 30W COM DIJUNTOR	UN	10	153,00	1.530,00
235	CHAVE DE 2 COMANDOS PARA ILUMINAÇÃO 60W COM DIJUNTOR	UN	10	305,00	3.050,00
242	CONECTOR APACTINHO AMARELO	UN	100	2,15	215,00
241	CONECTOR APACTINHO AZUL	UN	100	2,15	215,00
2155	Confeccionado em tecido 100% algodão com tratamento retardante a chama, atpv 9,9, composto de: calça de cós, com dois bolsos frontais e dois bolsos na traseira com fitas refletivas nas pernas; camisa com gola tipo esporte com botão , abertura frontal, com mangas longas e punhos americanos, fechados por botão, com fitas refletivas na altura dos ombros e costas. Aprovado pelo ministério do trabalho, conforme nr10. Produto deve vir com certificado de aprovação - ca. Uniforme não deve conter nenhumaparte metálica como botões e braguilha. Este produto deve vir com o nome da prefeitura municipal de acari gravado nos bolsos das camisas e calças do lado esquerdo conforme padrão prefeitura municipal de acari na cor branco e o nome do risco aptv 9,9 gravado nos bolsos das camisas e calças do lado direito bordado. Uniforme deve ser na cor cinza e tecido de material leve. Usuário: eletricista	CONJ	10	304,50	3.045,00
246	DISJUNTOR MONOFASICO 10 AMPERES	UN	50	5,10	255,00
2152	DISJUNTOR MONOFÁSICO 32 AMPERES	UN	30	5,22	156,60
250	DISJUNTOR TRIFÁSICO 20 AMPERES	UN	15	27,00	405,00
251	DISJUNTOR TRIFÁSICO 30 AMPERES	UN	30	27,00	810,00
252	DISJUNTOR TRIFÁSICO 40 AMPERES	UN	15	28,00	420,00
253	ESCADA DE FIBRA TESOURA E SINGELA - TAM. 2,40 (TESOURA) 5,05 (SINGELA) - MODELO EM ANEXO	UN	1	791,70	791,70
256	ESCADA EM FIBRA PARA ILUMINAÇÃO PÍBLICA 22X37 DEGRAUS 12M	UN	2	1.740,00	3.480,00
255	ESCADA EM FIBRA PARA ILUMINAÇÃO PÍBLICA DE ESTÁGIO DE 4,80M FECHADA (16 DEGRAUS) E 8,40M ABERTA (27 DEGRAUS)	UN	1	980,00	980,00
261	FITA DE AÇO PERFURADA 19MM X 10M	PÇ	10	10,73	107,30
267	LÂMPADA MISTA E27 160W	UN	100	11,90	1.190,00
268	LÂMPADA MISTA E40 250W	UN	50	20,50	1.025,00
276	LUMINÁRIA FECHADA 250 A 400 BOCAL E40	UN	50	46,34	2.317,00
277	LUMINÁRIA FECHADA 70 A 150 BOCAL E27	UN	300	20,27	6.081,00
278	LUMINÁRIA TIPO PÉTOLA COM ALOJAMENTO BOCAL E40	UN	50	202,86	10.143,00
279	LUVA DE PROTEÇÃO EM BORRACHA ISOLANTE DE ALTA TENSÃO 1000A TAM. GG 1000 W	PAR	2	218,95	437,90
280	LUVA DE PROTEÇÃO EM VAQUETA INTEGRAL TAM. GG	PAR	2	17,40	34,80
2153	LUVA VAQUETA LISA DE COURO DE ALTA TENSÃO confeccionada em vaqueta lisa de couro bovino macio e flexível com punho de raspa, para proteção das luvas de alta tensão. Tamanho da palma da luva isolante: classe 2. Utilizada em trabalhos com eletricidade. Produto deverá apresentar certificado de aprovação	PAR	4	31,18	124,72
285	NÚCLEO PARA 01 PÉTALA	UN	20	57,00	1.140,00
286	NÚCLEO PARA 02 PÉTALAS	UN	30	72,36	2.170,80
287	NÚCLEO PARA 03 PÉTALAS	UN	20	86,86	1.737,20

288	NÚCLEO PARA 04 PÉTALAS	UN	15	101,36	1.520,40
290	PARAFUSO EM FERRO GALVANIZADO, CABEÇA QUADRADA 250 X 16MM COM PORCA E RUELA QUADRADA 5/8	UN	300	6,24	1.872,00
291	PARAFUSO EM FERRO GALVANIZADO, CABEÇA QUADRADA 350 X 16MM COM PORCA E RUELA QUADRADA 5/8	UN	300	7,83	2.349,00
292	PARAFUSO EM FERRO GALVANIZADO, CABEÇA QUADRADA 400 X 16MM COM PORCA E RUELA QUADRADA 5/8	UN	200	8,35	1.670,00
293	PARAFUSO EM FERRO GALVANIZADO, CABEÇA QUADRADA 450 X 16MM COM PORCA E RUELA QUADRADA 5/8	UN	300	9,28	2.784,00
295	REATOR PARA LÂMPADA MERCURIO 250W EXTERNO	UN	80	40,46	3.236,80
297	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR MERCURIO 400W EXTERNO	UN	100	49,50	4.950,00
299	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR METÁLICA 400W EXTERNO	UN	100	57,50	5.750,00
303	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR SÓDIO 70W	UN	400	33,47	13.388,00
304	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR SÓDIO/METÁLICA 150W	UN	300	41,99	12.597,00
309	REFLETOR HOLOFOTE LED BRANCO FRIO 200W BIVOLT	UN	10	376,86	3.768,60
TOTAL DO FORNECEDOR ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA					**101.729,62**

ISAÍAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:503A65A3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1: RP 00027/2018

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1: RP 00027/2018

Aos 26 dias do mês de Junho de 2018, na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alexandria, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Rua Desembargador Ferreira Chaves - Centro - Alexandria - RN, nos termos da Lei Federal de nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº 10520, de 17 de Julho de 2002, Lei Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013, e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como as demais normas legais aplicáveis, e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 00027/2018 que objetiva o registro de preços para: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DO PNEU 20.5-25 L3 - 20 LONAS, PARA MANUTENÇÃO DE UM VEICULO DA FROTA DESTE MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA/RN; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA - CNPJ nº 08.148.462/0001-62.

VENCEDOR: JOSIFRANIA PEREIRA DA SILVA ME						
CNPJ: 12.614.101/0001-31						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
1	PNEU 20.5-25 L3 20 LONAS PARA ENCHEDEIRA		Und	4	5.850,00	23.400,00
TOTAL						23.400,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
A referida Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial.

A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Alexandria firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nos quantitativos estimados, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, sem que caiba direito a recurso ou indenização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Presencial nº 00027/2018, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Alexandria, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Presencial nº 00027/2018, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 00027/2018 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- **JOSIFRANIA PEREIRA DA SILVA ME**. Av. Ministro José Américo, 381 – Corrente – Catolé do Rocha/PB. CNPJ nº 12.614.101/0001-31.

Vencedor do(s) Item(s): 1.

Com o valor global de R$ 23.400,00(vinte e três mil e quatrocentos reais)

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Alexandria.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA	***JOSIFRANIA PEREIRA DA SILVA ME***
Prefeita Constitucional	

Publicado por:
Pedro Avelino M. Neto
Código Identificador:F53FC2B5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 107/2018 APODI/RN, EM 06 DE JULHO DE 2018

Abre Crédito Adicional Especial o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), autorizado pela Lei Municipal nº 1.324/2018 e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Apodi – **Alan Jefferson da Silveira Pinto**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a autorização para abertura de Crédito Adicional Especial, concedida pela Lei Municipal nº 1.324/2018, de 03 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição do dia 04 de julho de 2018.

D E C R E T A:

Art. 1º
- Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos dos artigos 40, 42, II e 42, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, destinado a premiações da XXXI Grande Vaquejada de Apodi, conforme discriminado abaixo:

Órgão	**2**	**Prefeitura Municipal de Apodi**				
Unidade Orçamentária	2002	Gabinete do Prefeito				
Função	04	Administração				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	2	Programa de Apoio Administrativo				
Ação	2.2	Manutenção das Atividades do Gabinete Civil				
Natureza da despesa	300000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	330000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	339000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339031	Premiações Culturais, Artísticas, Cientificas, Desportivas e Outras	Fonte	03121	R$	10.000,00
Total					**R$**	**10.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o Art. 1º desta Lei são provenientes de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior – Fonte de Recurso: 03121 – Royalties/Fundo Especial do Petróleo/Compensação Financeira Exploração de Recursos Minerais, nos termos do art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apodi/RN, em 06 de julho de 2018.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:F0075671

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 009/2018 - CRÉDITOS ADICIONAIS

CNPJ: 08.002.404/0001-26
Rua: Manoel Andrade, 12 – Centro, Bom Jesus/RN. CEP: 59.270.000

DECRETO Nº 009/2018 de 31 de maio de 2018.

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 366.760,00 (trezentos e sessenta e seis mil, setecentos e sessenta reais) para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bom Jesus/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município e considerando a autorização contida na Lei Orçamentária Anual nº 373 de 20 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 366.760,00 (trezentos e sessenta e seis mil, setecentos e sessenta reais) destinado às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de anulação parcial, nos termos do art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 e do Art. 6°, inciso I, alínea "b" da Lei Orçamentária Anual nº 373/2017.

Art. 3º - Publique-se e cumpra-se.

Bom Jesus/RN, 31 de maio de 2018.

CLÉCIO DA CÂMARA AZEVEDO
Prefeito

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil								
Listagem das Elaborações de Creditos							Exercício: **2018**	
Período de: 01/05/2018 a 31/05/2018							**Status: Publicado**	
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
321	02/05/2018	29/2018	Anulação de Dotação	Suplementar	10.000,00	02/05/2018	DECRETO: 71	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**350.760,00**
03.101 SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS					**26.800,00**
	2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. ADMINISTRAÇÃO				**26.800,00**
Nº Solic.: 29 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	0100000000	0001	10.000,00
Nº Solic.: 31 Acrescentar		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0100000000	0001	16.800,00
04.101 SECRET. MUNIC. DE PLANEJ., FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO					**10.000,00**
	2004 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS				**10.000,00**
Nº Solic.: 20 Acrescentar		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	0100000000	0001	10.000,00
06.101 SECRETARIA MUNIC DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO					**54.300,00**
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**11.300,00**
Nº Solic.: 74 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100100000	0001	1.300,00
Nº Solic.: 75 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100100000	0001	10.000,00
	2009 FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS DO FUNDEB - 40%				**13.000,00**
Nº Solic.: 73 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0101900000	0001	3.000,00
Nº Solic.: 78 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0101900000	0001	10.000,00
	2032 FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM FINANCIAMENTO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO				**30.000,00**
Nº Solic.: 71 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	0105800000	0001	15.000,00
Nº Solic.: 76 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	0105800000	0001	15.000,00
07.101 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA					**31.000,00**
	2012 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS				**31.000,00**
Nº Solic.: 23 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100000000	0001	1.000,00
Nº Solic.: 25 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100000000	0001	10.000,00
Nº Solic.: 31 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100000000	0001	20.000,00
08.701 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**208.600,00**
	2013 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**143.600,00**
Nº Solic.: 107 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	0100200000	0001	7.000,00
Nº Solic.: 109 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100200000	0001	5.000,00
Nº Solic.: 110 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100200000	0001	15.000,00
Nº Solic.: 112 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	0100200000	0001	10.000,00
Nº Solic.: 115 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	0100200000	0001	3.000,00
Nº Solic.: 116 Acrescentar		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	0100200000	0001	2.000,00
Nº Solic.: 117 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	0100200000	0001	10.000,00
Nº Solic.: 119 Acrescentar		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0100200000	0001	50.000,00
Nº Solic.: 120 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100200000	0001	10.000,00
Nº Solic.: 122 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	0100200000	0001	30.000,00
Nº Solic.: 125 Acrescentar		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	0100200000	0001	1.600,00
	2030 OPERACIONALIZAÇÃO DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB -				**65.000,00**

	FIXO					

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
321	02/05/2018	111/2018	Anulação de Dotação	Suplementar	50.000,00	02/05/2018	DECRETO: 71	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Nº Solic.: 111 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0106400000	0001	50.000,00
Nº Solic.: 113 Acrescentar		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0106400000	0001	10.000,00
Nº Solic.: 114 Acrescentar		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0106400000	0001	5.000,00
09.701 FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL					**20.060,00**
	2044 SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS				**10.000,00**
Nº Solic.: 55 Acrescentar		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0102900000	0001	10.000,00
	2103 APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IGD SUAS				**2.300,00**
Nº Solic.: 54 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0102900000	0001	2.300,00
	2129 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**7.760,00**
Nº Solic.: 53 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	0100000000	0001	760,00
Nº Solic.: 56 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100000000	0001	3.000,00
Nº Solic.: 57 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	0100000000	0001	2.000,00
Nº Solic.: 58 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	0100000000	0001	2.000,00
Total:					**350.760,00**
Anexo II (Redução)					**350.760,00**
03.101 SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS					**26.800,00**
	2127 PROMOÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS				**26.800,00**
Nº Solic.: 29 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100000000	0001	10.000,00
Nº Solic.: 31 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100000000	0001	16.800,00
06.101 SECRETARIA MUNIC DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO					**54.300,00**
	1013 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA E/OU EQUIP. DE UNI. ESCOLAR				**1.300,00**
Nº Solic.: 74 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	6100100000	0001	1.300,00
	1016 CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRA DE ESPORTE E/OU CAMPO DE FUTEBOL				**25.000,00**
Nº Solic.: 75 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	6100000000	0001	10.000,00
Nº Solic.: 76 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	0102400000	0001	15.000,00
	1017 IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA P/ESPORTE AMADOR				**10.000,00**
Nº Solic.: 78 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	0100000000	0001	10.000,00
	2009 FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS DO FUNDEB - 40%				**3.000,00**
Nº Solic.: 73 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0101900000	0001	3.000,00
	2032 FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM FINANCIAMENTO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO				**15.000,00**
Nº Solic.: 71 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0105800000	0001	15.000,00
07.101 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA					**51.000,00**
	1024 AQUISIÇÃO E/OU DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS				**30.000,00**
Nº Solic.: 25 Reduzir		4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0100000000	0001	10.000,00
Nº Solic.: 26 Reduzir		4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0100000000	0001	10.000,00
Nº Solic.: 27 Reduzir		4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0100000000	0001	10.000,00
	1027 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE PRAÇAS E CANTEIROS E/OU ARBORIZAÇÃO				**20.000,00**
Nº Solic.: 31 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	0102400000	0001	20.000,00
	2012 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS				**1.000,00**
Nº Solic.: 23 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0100000000	0001	1.000,00
08.701 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**208.600,00**
	1012 AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA				**30.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
321	02/05/2018	110/2018	Anulação de Dotação	Suplementar	15.000,00	02/05/2018	DECRETO: 71	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Nº Solic.: 110 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0106500000	0001	15.000,00
Nº Solic.: 115 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0106500000	0001	3.000,00
Nº Solic.: 116 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0106500000	0001	2.000,00
Nº Solic.: 120 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0106500000	0001	10.000,00
	1014 MELHORIAS SANITÁRIA DOMICILIARES				**70.000,00**
Nº Solic.: 109 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	6100200000	0001	5.000,00

Nº Solic.: 111 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	0102300000	0001	50.000,00
Nº Solic.: 113 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	0102300000	0001	10.000,00
Nº Solic.: 114 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	6100200000	0001	5.000,00
	1029 AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE				**10.000,00**
Nº Solic.: 117 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	0102300000	0001	10.000,00
	1030 AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL MÉDICA E ODONTOLÓGICA DE SAÚDE E DEMAIS EQUIPAMENTOS				**60.000,00**
Nº Solic.: 112 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0106400000	0001	10.000,00
Nº Solic.: 119 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0106400000	0001	50.000,00
	1060 AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA 12 PASSAGEIROS				**30.000,00**
Nº Solic.: 122 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0106400000	0001	30.000,00
	2013 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**1.600,00**
Nº Solic.: 125 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0100200000	0001	1.600,00
	2078 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE				**7.000,00**
Nº Solic.: 107 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	0100200000	0001	5.000,00
Nº Solic.: 107 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0100200000	0001	2.000,00
09.701 FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL					**10.060,00**
	1004 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DA SEC MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL				**3.000,00**
Nº Solic.: 56 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	6100000000	0001	3.000,00
	1015 AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAL PARA AS UNIDADES DA SEC MUNIC DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL				**4.300,00**
Nº Solic.: 54 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0102100000	0001	2.300,00
Nº Solic.: 57 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6100000000	0001	2.000,00
	2037 BENEFÍCIOS EVENTUAIS - PESSOAS CARENTES				**2.000,00**
Nº Solic.: 58 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0100000000	0001	2.000,00
	2129 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**760,00**
Nº Solic.: 53 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0100000000	0001	760,00
Total:					**350.760,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
395	30/05/2018	131/2018	Anulação de Dotação	Suplementar	6.000,00	30/05/2018	DECRETO: 131	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**6.000,00**
08.701 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**6.000,00**
	2013 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**6.000,00**
Nº Solic.: 131 Acrescentar		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0100200000	0001	6.000,00
Total:					**6.000,00**
Anexo II (Redução)					**6.000,00**
08.701 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**6.000,00**
	1096 CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE UBS NAS COMUN DE GROSSOS, PIABAS, SANTA CATARINA E PASSAGEM COMPRIDA				**6.000,00**
Nº Solic.: 131 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0106400000	0001	6.000,00
Total:					**6.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
401	15/05/2018	88/2018	Anulação de Dotação	Suplementar	10.000,00	15/05/2018	DECRETO: 88	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**10.000,00**
06.101 SECRETARIA MUNIC DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO					**10.000,00**
	2009 FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS DO FUNDEB - 40%				**10.000,00**
Nº Solic.: 88 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0101900000	0001	10.000,00
Total:					**10.000,00**
Anexo II (Redução)					**10.000,00**
06.101 SECRETARIA MUNIC DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO					**10.000,00**
	1016 CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRA DE ESPORTE E/OU CAMPO DE FUTEBOL				**10.000,00**
Nº Solic.: 88 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	0102400000	0001	10.000,00
Total:					**10.000,00**
Total Acréscimo:					**366.760,00**
Total Redução:					**366.760,00**

Total:	366.760,00

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:61A34BE3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PP 045/2018 - REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL LOCAÇÃO GRADATIVA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E EQUIPAMENTOS PESADOS

LICITAÇÃO Nº PP 045/2018
OBJETO: Locação gradativa de veículos automotores e equipamentos pesados
MODALIDADE: Pregão Presencial

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.

Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a prática do mercado local.

Considerando, que não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes.

Considerando, finalmente o que preconizado o inciso XX, do artigo 4º, da Lei Federal nº. 10.520/2002.

ADJUDICO o presente procedimento em favor da (s) licitante (s):

EMPREITEIRA DE OBRAS CAICO LTDA - CNPJ: 08.571.770/0001-04					
Código	Descrição	Unid	Quant	Preço	Total
451116	01 (UMA) MINI CARREGADEIRA (ANO MÍNIMO 2016), COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: MOTOR A DIESEL TURBOALIMENTADO COM POTÊNCIA DE 59 HP; CAPACIDADE DE CARGA DE 700KG; ALTURA ATÉ O PINO DE ARTICULAÇÃO DA CAÇAMBA DE 3000MM; ALCANCE DE DESCARGA DE 560MM; CARGA DE TOMBAMENTO DE 1.400KG; VAZÃO HIDRÁULICA DE 70 LITROS/MINUTO; PRESSÃO HIDRÁULICA NOS ENGATES DE ACESSÓRIOS DE 230 BAR; ENGATES RÁPIDOS COM O SISTEMA DE ALÍVIO DE PRESSÃO; CABINE DO OPERADOR COM PROTEÇÃO ROPS&FOPS; TOMADA ELÉTRICA DE 12V PARA GERENCIAR ACESSÓRIOS; PNEUS NA MEDIDA DE 10X16,5; SISTEMA DE CONTROLE DE OPERAÇÃO ATRAVÉS DE JOYSTICK, COM ACELERADOR DE PÉ E MÃO; PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 2.835KG; SISTEMA DE DESLOCAMENTO COM NO MÍNIMO 02 VELOCIDADES; ALTERNADOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 85AH (com todos os implementos)	DIA	200	400.00	80,000.00
450432	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO CARROCERIA ABERTA, CAPACIDADE DE CARGA MÍN. DE 14.000KG, COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO DO VEICULO (MAIS DOIS AJUDANTES, PESSOAS FISICAS PARA COLETA DE RAMOS E OUTROS SERVIÇOS EM CADA CAMINHÃO) CUSTEADOS PELA CONTRATADA, ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DE 2013, E COMBUSTIVEL CUSTEADOS PELA PREFEITURA. (COM DISPONIBILIDADE DE 01(UM) A 2 (DOIS) CAMINHÕES).	DIA	500	500.00	250,000.00
450345	LOCAÇÃO DE POLIGUINDASTE COM CAPACIDADE PARA 2 (DOIS) COMPARTIMENTOS, COM MOTORISTA, E MANUTENÇÃO DO VEICULO, ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DE 2013, E (MAIS UM AJUDANTE, PESSOA FISICA PARA AUXILIAR NA COLETA DOS CONTEINERES) E COMBUSTIVEL CUSTEADO PELA PREFEITURA.	DIA	264	494.00	130,416.00
TOTAL DO FORNECEDOR - EMPREITEIRA DE OBRAS CAICO LTDA					460,416.00
TAC TRANSPORTE E ALUGUEL DE CARRO LTDA ME - CNPJ: 05.097.586/0001-78					
Código	Descrição	Unid	Quant	Preço	Total
450353	LOCAÇÃO DE PICK-UP 1.6 COMPLETA, CARROCERIA ABERTA, SEGURO INCLUSO, COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO DO VEICULO CUSTEADOS PELA CONTRATADA, ANO DE FABRICAÇÃO 2013. COMBUSTIVEL CUSTEADO PELA PREFEITURA.	DIA	264	210.00	55,440.00
450426	LOCAÇÃO DE PICKUP, CARROCERIA ABERTA, MOTOR 1.4 OU SUPERIOR COMPLETA, CABINE ÚNICA, COM SEGURO INCLUSO, MANUTEÇÃO DO VEICULO CUSTEADO PELA CONTRATADA E COMBUSTIVEL FLEX (ÁLCOOL E GASOLINA), DIREÇÃO HIDRÁULICA, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, ZERO QUILÔMETRO CUSTEADO PELA CONTRATANTE.	DIA	200	220.00	44,000.00
450425	LOCAÇÃO DE VEÍCULO, TIPO PASSEIO, MOTOR 1.4 OU SUPERIOR COMPLETA, 04(QUATRO) PORTAS COM CAPACIDADE PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTÍVEL FLEX (ALCOOL/GASOLINA), AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, PELÍCULAS NOS VIDROS, ZERO QUILÔMETRO, SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL.	MES	12	1,900.00	22,800.00
TOTAL DO FORNECEDOR - TAC TRANSPORTE E ALUGUEL DE CARRO LTDA ME					122,240.00
JAM SERIDO EIRELI - CNPJ: 30.433.871/0001-60					
Código	Descrição	Unid	Quant	Preço	Total
4801	01 (um) veículo tipo caminhão munck equipado com lança e cesto, ou outro veículo compatível com a execução dos serviços, todo ferramental e equipamentos de segurança necessários para realização dos serviços de iluminação e/ou em eventos patrocinados pelo município.	DIA	240	400.00	96,000.00
450349	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA A 12M3, COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO DO VEICULO (MAIS UM AJUDANTE, PESSOA FISICA PARA COLETA DE ENTULHOS, METRALHAS, OUTROS RESIDUOS SOLIDOS EM CADA CAMINHÃO) CUSTEADOS PELA CONTRATADA, ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DE 2013 E COMBUSTIVEL CUSTEADO PELA PREFEITURA. (DISPONIBILIDADE DE 01 A 05 CAÇAMBAS, CADA UMA COM SEUS RESPECTIVOS MOTORISTAS E AJUDANTES).	DIA	1142	450.00	513,900.00
450341	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO ESGOTADOR FOSSA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 6.000 LITROS, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO DO VEICULO (MAIS UM AJUDANTE, PESSOA FISICA PARA AUXILIAR NA COLETA DAS FOSSAS) CUSTEADOS PELA CONTRATADA. ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DE 2013 E COMBUSTIVEL CUSTEADO PELA PREFEITURA.	DIA	264	415.00	109,560.00
450354	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO/ CARROCERIA ABERTA, CAPACIDADE DE CARGA 4.000KG COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO DE PEÇAS. (ACOMPANHANDO 2 AJUDANTES, PESSOAS FÍSICAS PARA COLETA DE RAMOS E OUTROS SERVIÇOS EM CADA CAMINHÃO) CUSTEADOS PELA CONTRATADA, ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DE 2013, COMBUSTIVEL CUSTEADO PELA PREFEITURA, COM DISPONIBILIDADE DE 1 A 2 CAMINHÕES.	DIA	270	400.00	108,000.00
7163	LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA PC 323 DE ESTEIRA, COM OPERADOR,	HORA	1800	117.99	212,382.00

	MANUTENÇÃO DA MÁQUINA E COMBUSTÍVEL CUSTEADO PELA CONTRATANTE.				
TOTAL DO FORNECEDOR - JAM SERIDO EIRELI					1.039.842,00
Valor Total da Contratação R$ 1.622.498,00 (Um Milhão e Seiscentos e Vinte e Dois Mil e Quatrocentos e Noventa e Oito Reais).					

Encaminhe o processo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para deliberação superior.

Caicó/RN, 06 de julho de 2018.

ERIJACKSON WILLYK DE ARAÚJO
Pregoeiro

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:963234B0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PP 045/2018 - REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL LOCAÇÃO GRADATIVA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E EQUIPAMENTOS PESADOS

LICITAÇÃO Nº PP 045/2018
OBJETO: Locação gradativa de veículos automotores e equipamentos pesados
MODALIDADE: Pregão Presencial

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando, os atos praticados pelo Pregoeiro do Município, conjuntamente com a Equipe de Apoio, inclusive a expedição do ato adjudicatório.

Considerando, o que prevê o texto legal elencado no inciso XXII, do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

HOMOLOGO o procedimento em favor da (s) licitante (s):

EMPREITEIRA DE OBRAS CAICO LTDA - CNPJ: 08.571.770/0001-04					
Código	Descrição	Unid	Quant	Preço	Total
451116	01 (UMA) MINI CARREGADEIRA (ANO MÍNIMO 2016), COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: MOTOR A DIESEL TURBOALIMENTADO COM POTÊNCIA DE 59 HP; CAPACIDADE DE CARGA DE 700KG; ALTURA ATÉ O PINO DE ARTICULAÇÃO DA CAÇAMBA DE 3000MM; ALCANCE DE DESCARGA DE 560MM; CARGA DE TOMBAMENTO DE 1.400KG; VAZÃO HIDRÁULICA DE 70 LITROS/MINUTO; PRESSÃO HIDRÁULICA NOS ENGATES DE ACESSÓRIOS DE 230 BAR; ENGATES RÁPIDOS COM O SISTEMA DE ALÍVIO DE PRESSÃO; CABINE DO OPERADOR COM PROTEÇÃO ROPS&FOPS; TOMADA ELÉTRICA DE 12V PARA GERENCIAR ACESSÓRIOS; PNEUS NA MEDIDA DE 10X16,5; SISTEMA DE CONTROLE DE OPERAÇÃO ATRAVÉS DE JOYSTICK, COM ACELERADOR DE PÉ E MÃO; PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 2.835KG; SISTEMA DE DESLOCAMENTO COM NO MÍNIMO 02 VELOCIDADES; ALTERNADOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 85AH (com todos os implementos)	DIA	200	400.00	80,000.00
450432	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO CARROCERIA ABERTA, CAPACIDADE DE CARGA MÍN. DE 14.000KG, COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO DO VEICULO (MAIS DOIS AJUDANTES, PESSOAS FISICAS PARA COLETA DE RAMOS E OUTROS SERVIÇOS EM CADA CAMINHÃO) CUSTEADOS PELA CONTRATADA, ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DE 2013, E COMBUSTIVEL CUSTEADOS PELA PREFEITURA. (COM DISPONIBILIDADE DE 01(UM) A 2 (DOIS) CAMINHÕES).	DIA	500	500.00	250,000.00
450345	LOCAÇÃO DE POLIGUINDASTE COM CAPACIDADE PARA 2 (DOIS) COMPARTIMENTOS, COM MOTORISTA, E MANUTENÇÃO DO VEICULO, ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DE 2013, E (MAIS UM AJUDANTE, PESSOA FISICA PARA AUXILIAR NA COLETA DOS CONTEINERES) E COMBUSTIVEL CUSTEADO PELA PREFEITURA.	DIA	264	494.00	130,416.00
TOTAL DO FORNECEDOR - EMPREITEIRA DE OBRAS CAICO LTDA					460,416.00
TAC TRANSPORTE E ALUGUEL DE CARRO LTDA ME - CNPJ: 05.097.586/0001-78					
Código	Descrição	Unid	Quant	Preço	Total
450353	LOCAÇÃO DE PICK-UP 1.6 COMPLETA, CARROCERIA ABERTA, SEGURO INCLUSO, COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO DO VEICULO CUSTEADOS PELA CONTRATADA, ANO DE FABRICAÇÃO 2013. COMBUSTIVEL CUSTEADO PELA PREFEITURA.	DIA	264	210.00	55,440.00
450426	LOCAÇÃO DE PICKUP, CARROCERIA ABERTA, MOTOR 1.4 OU SUPERIOR COMPLETA, CABINE ÚNICA, COM SEGURO INCLUSO, MANUTEÇÃO DO VEICULO CUSTEADO PELA CONTRATADA E COMBUSTIVEL FLEX (ÁLCOOL E GASOLINA), DIREÇÃO HIDRÁULICA, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, ZERO QUILÔMETRO CUSTEADO PELA CONTRATANTE.	DIA	200	220.00	44,000.00
450425	LOCAÇÃO DE VEÍCULO, TIPO PASSEIO, MOTOR 1.4 OU SUPERIOR COMPLETA, 04(QUATRO) PORTAS COM CAPACIDADE PARA 05 PASSAGEIROS, COMBUSTÍVEL FLEX (ALCOOL/GASOLINA), AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, PELÍCULAS NOS VIDROS, ZERO QUILÔMETRO, SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL.	MES	12	1,900.00	22,800.00
TOTAL DO FORNECEDOR - TAC TRANSPORTE E ALUGUEL DE CARRO LTDA ME					122,240.00
JAM SERIDO EIRELI - CNPJ: 30.433.871/0001-60					
Código	Descrição	Unid	Quant	Preço	Total
4801	01 (um) veículo tipo caminhão munck equipado com lança e cesto, ou outro veículo compatível com a execução dos serviços, todo ferramental e equipamentos de segurança necessários para realização dos serviços de iluminação e/ou em eventos patrocinados pelo município.	DIA	240	400.00	96,000.00
450349	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA A 12M3, COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO DO VEICULO (MAIS UM AJUDANTE, PESSOA FISICA PARA COLETA DE ENTULHOS, METRALHAS, OUTROS RESIDUOS SOLIDOS EM CADA CAMINHÃO) CUSTEADOS PELA CONTRATADA, ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DE 2013 E COMBUSTIVEL CUSTEADO PELA PREFEITURA. (DISPONIBILIDADE DE 01 A 05 CAÇAMBAS, CADA UMA COM SEUS RESPECTIVOS MOTORISTAS E AJUDANTES).	DIA	1142	450.00	513,900.00
450341	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO ESGOTADOR FOSSA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 6.000 LITROS, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO DO VEICULO (MAIS UM AJUDANTE, PESSOA FISICA PARA AUXILIAR NA COLETA DAS FOSSAS) CUSTEADOS PELA CONTRATADA. ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DE 2013 E COMBUSTIVEL CUSTEADO PELA PREFEITURA.	DIA	264	415.00	109,560.00
450354	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO/ CARROCERIA ABERTA, CAPACIDADE DE CARGA 4.000KG COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO DE PEÇAS. (ACOMPANHANDO 2 AJUDANTES, PESSOAS FÍSICAS PARA COLETA DE RAMOS E OUTROS SERVIÇOS EM CADA CAMINHÃO) CUSTEADOS PELA CONTRATADA, ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DE 2013, COMBUSTIVEL CUSTEADO PELA PREFEITURA, COM DISPONIBILIDADE DE 1 A 2 CAMINHÕES.	DIA	270	400.00	108,000.00
7163	LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA PC 323 DE ESTEIRA, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO DA MÁQUINA E COMBUSTÍVEL CUSTEADO PELA CONTRATANTE.	HORA	1800	117.99	212,382.00

TOTAL DO FORNECEDOR - JAM SERIDO EIRELI	1.039.842,00
Valor Total da Contratação R$ 1.622.498,00 (Um Milhão e Seiscentos e Vinte e Dois Mil e Quatrocentos e Noventa e Oito Reais).	

CONVOQUEM-SE a(s) empresa(s) acima mencionada para a assinatura da ata de registro de preços.

Caicó/RN, 06 de julho de 2018.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:F6C862D0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE ADJUDICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 004/2018

Aos 28/05/2018, após considerar os critérios legais acerca do resultado da Licitação na modalidade Pregão, do tipo Menor preço, n.º 004/2018 - PG, destinado a Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para serem utilizados na Estrutura da Central de Abastecimento de Medicamentos deste município de Cerro Corá/RN o pregoeiro ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro abaixo:

ALDO FABRIZIO DUTRA DANTAS (08.321.484/0001-82)

Item	Material	Unid. Medida	Marca	Quant.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	Ar Condicionado. Split hi wall 9.000 btus frio turbo	Un	AGRATTO/ ACS09QF	2	1.140,00	2.280,00
2	Impressora Multifuncional eco tank, tanque de tinta colorida com wifi usb 2.0	Un	EPSON L395	1	960,00	960,00
3	Mesa de Escritório em L	Un	PLATA MOVEIS - POP	1	330,00	330,00
4	Cadeira Giratória Presidente	Un	PLAXMETAL - ERGOPLAX	2	319,00	638,00
5	Gaveteiro com 04 gavetas com chave	Un	PLATA MOVEIS - POP	2	465,00	930,00
6	Armário de madeira 1,20 com 22 ct 02 portas com chave	Un	PLATA MOVEIS - POP	2	439,00	878,00
7	Estante de aço com 05 pratileiras	Un	MARZOVITORINO	15	150,00	2.250,00
8	Computador completo 02 i3.	Un	POSITIVO - C100	1	1.660,00	1.660,00
Total						**9.926,00**

Cerro Corá/RN, 28/05/2018

RAIMUNDO OZARI TENAN
Pregoeiro

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:48449C76

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2018 – PG

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Srª. **MARIA DAS GRAÇAS DE MEDEIROS OLIVEIRA**, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Eletrônico nº 004/2018 - PG, conforme indicado no quadro abaixo, resultado da homologação.
RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

ALDO FABRIZIO DUTRA DANTAS (08.321.484/0001-82)

Item	Material	Unid. Medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	Ar Condicionado. Split hi wall 9.000 btus frio turbo	Un	AGRATTO/ACS09QF	2	1.140,00	2.280,00
2	Impressora Multifuncional eco tank, tanque de tinta colorida com wifi usb 2.0	Un	EPSON L395	1	960,00	960,00
3	Mesa de Escritório em L	Un	PLATA MOVEIS - POP	1	330,00	330,00
4	Cadeira Giratória Presidente	Un	PLAXMETAL - ERGOPLAX	2	319,00	638,00
5	Gaveteiro com 04 gavetas com chave	Un	PLATA MOVEIS - POP	2	465,00	930,00
6	Armário de madeira 1,20 com 22 ct 02 portas com chave	Un	PLATA MOVEIS - POP	2	439,00	878,00
7	Estante de aço com 05 pratileiras	Un	MARZOVITORINO	15	150,00	2.250,00
8	Computador completo 02 i3.	Un	POSITIVO - C100	1	1.660,00	1.660,00
Total						**9.926,00**

Cerro Corá/RN, 28/05/2018.

MARIA DAS GRAÇAS DE MEDEIROS OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:718B1212

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 005/2018.

Aos 29/05/2018, após considerar os critérios legais acerca do resultado da Licitação na modalidade Pregão, do tipo Menor preço, n.º 005/2018 - PG, destinado a Aquisição de Equipamentos, Material Permanente e 01 (um) veículo 0km destinados às Unidades Básicas de Saúde Dr. Mariano Coelho e Sebastiana Leôncio neste município de Cerro Corá/RN. O pregoeiro ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro abaixo:

ALDO FABRIZIO DUTRA DANTAS (08.321.484/0001-82)

Item	Material	Unid. Medida	Marca	Quant.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	AR CONDICIONADO. Capacidade 9.000 a 12.000 BTUs. Tipo Split. Função: quente e frio.	Un	AGRATO - ACS09QF	4	1.260,00	5.040,00
7	GELADEIRA/REFRIGERADOR. Capacidade: de 250 a 299 L.	Un	CONSUL - CRA30	1	1.200,00	1.200,00
10	BEBEDOURO/PURIFICADOR REFRIGERADO. Tipo pressão coluna simples.	Un	LIBEL - MASTER	3	540,00	1.620,00
11	LONGARINA. (Assento – encosto: polipropileno, número de assentos – 03 lugares).	Un	PLAXMETAL - ERGOPLAX	1	240,00	240,00
12	Televisor. Característica Fisica/Especificação. Tipo: Led. Tamanho de Tela: de 42" até 50". Porta: USB. Full HD: Não. Entrada: HDMI. Conversor Digital: Possui.	Un	LG - MODO HOTEL	1	1.720,00	1.720,00
18	Computador Portátil (Notebook). Característica Fisica/Especificação. Especificar: não. Especificação Técnica. Especificação Mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante Computador portátil (notebook) com processador no mínimo Intel Core I5 ou AMD A10 ou similar; Possuir 01 (um) disco rígido de 500 Gigabytes. Velocidade de Rotação: 7.200 rpm; unidade combinada de gravação de disco ótico CD, DVD Rom; Memória Ram de 08 (oito) Gigabytes, em 02 (dois) módulos idênticos de 04 (quatro) Gigabytes cada, do tipo SDRAM DDR4 2.133 MHZ ou superior; Tela LCD de 14 ou 15 polegadas Widescreen, suportar resolução 1.600 x 900 pixels; teclado deverá conter todos os caracteres da Língua Portuguesa, inclusive Ç e acentos, nas mesmas posições do teclado padrão ABNT2; Mouse Touchpad com 02 (dois) botões integrados; Mouse óptico com conexão USB e botão de rolagem (Scrool); interfaces de rede 10/100/1000, conector RJ-45 fêmea e wifi padrão IEEE 802.11A/B/G/N; Sistema Operacional Windows 10 Pro (64 bits); Bateria recarregável do tipo íon de Lítio com no mínimo 06 (seis) células; Fonte externa automática compatível com o item; possuir interfaces USB 2.0 e 3.0, 01 (uma) HDMI ou Display Port e 01 (uma) VGA, leitor de cartão; Webcam Full HD (1080P); deverá vir acompanhado de maleta do tipo acolchoada para transporte e acondicionamento do equipamento; o equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; Garantia de 12 meses.	Un	POSITIVO - MASTER	1	2.550,00	2.550,00
19	Computador (Desktop-Básico). Característica Fisica/Especificação. Especificar: não. Especificação Técnica. Especificação Mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante Computador desktop com processador no mínimo Intel Core I3 ou AMD A10 ou similar; Possuir 01 (um) disco rígido de 500 Gigabytes. Memória Ram de 08 (oito) Gigabytes, em 02 (dois) módulos idênticos de 04 (quatro) Gigabytes cada, do tipo SDRAM DDR4 2.133 MHZ ou superior, operando em modalidade Dual Channel; A Placa Principal deve ter arquitetura ATX, MicroATX, BTX ou MicroBTX, conforme padrões estabelecidos e divulgados no Sítio www.formfactors.org, organismo que define os padrões existentes; Possuir pelo menos 01 (um) Slot PCI-Express 2.0 x 16 ou superior; Possuir Sistema de Detecção de Intusão de Chassis, com acionador instalado no gabinete; O adaptador de vídeo integrado deverá ser no mínimo de 01 (um) Gigabyte de memória; Possuir suporte ao Microsoft Directx 10.1 ou superior, suportar monitor estendido; Possuir no mínimo 02 (duas) saídas de vídeo, sendo pelo menos 01 (uma) digital do tipo HDMI, Display Port ou DVI; unidade combinada de gravação de disco ótico CD, DVD Rom; Teclado USB, ABNT2, 107 teclas (com fio) e mouse USB, 800 DPI, 2 botões, Scrool (com fio); Monitor de Led 19 polegadas (Widescreen 16:9); Interfaces de Rede 10/100/1000 e wifi padrão IEEE 802.11 B/G/N; Sistema Operacional Windows 10 Pro (64 bits); Fonte compatível e que suporte toda configuração exigida no item; Gabinete e periféricos deverão funcionar na vertical ou horizontal; Todos os equipamentos ofertados (Gabinete, Teclado, Mouse e Monitor) devem possuir gradações neutras das cores branca, preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor; Todos os componentes do produto deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondicionamento; Garantia de 12 meses.	Un	GMI INTEL I3/LG20M37AA	3	2.245,00	6.735,00
20	Impressora Laser (Comum). Característica Fisica/Especificação. Especificar: não. Especificação Técnica. Especificação Mínima: que esteja em linha de produção do fabricante Iimpressora laser com padrão de cor monocromático; resolução mínima de 1200 x 1200 DPI; velocidade de 35 páginas por minuto PPM; suportar tamanho de papel A5, A4, carta e ofício; capacidade de entrada de 200 páginas; ciclo mensal de 50.000 páginas; interface USB; permitir compartilhamento por meio e rede 10/100/100 ethernet e WIFI 802.11 b/g/n; suportart frente e verso automático; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma e recondicionamento, garantia de 12 meses.	Un	BROTHER/HL-L5102DW	1	899,00	899,00
21	No-Break (Para Computador). Característica Fisica/Especificação. Especificar: não. Especificação Técnica. Especificação Mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante No-Break com potência nominal de 1,2 KVA; Potência real mínima de 600W; Tensão de entrada 115/127/220 volts (em corrente alternada) com comutação automática; Tensão de saída 110/115 ou 220 volts (a ser definida pelo solicitante); Alarmes audiovisual; Bateria interna selada; Autonomia a plena carga minimo 15 minutos considerando consumo de 240 Wats; Possuir no mínimo 06 tomadas de saída padrão brasileiro; O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; Garantia 12 meses.	Un	LACERDA - NEWW ORION	3	450,00	1.350,00
22	MESA PARA IMPRESSORA (Estrutura – aço/ferro pintado, dimensões mínimas – mínimo de 50 x 40 x 70 cm, tampo – madeira/mdp/mdf/similar).	Un	AP. DE AZEVEDO - 0.80	1	110,00	110,00
23	Longarina. Característica Fisica/Especificação. Assento/Encosto: Polipropileno. Número de Assentos: 03 lugares	Un	PLAXMETAL - ERGOPLAX	1	250,00	250,00
24	Mesa Ginecológica. Característica Fisica/Especificação. Gabinete com portas e gavetas: não possui. Material de Confecção: Aço/Ferro Pintado. Posição de Leito: Móvel.	Un	TUBOMED - TM51	1	525,00	525,00
Total						**22.239,00**

ODONTOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA (09.478.023/0001-80)

Item	Material	Unid. Medida	Marca	Quant.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
2	AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA. (Até 75 litros), modo de operação – digital, câmara de esterilização – aço inoxidável, capacidade – até 25 litros).	Un	STERMAX	1	2.360,00	2.360,00
3	SELADORA. Tipo – manual/pedal, aplicação – grau cirúrgico.	Un	ESSENCE DENTAL	1	280,00	280,00
8	CARRO PARA MATERIAL DE LIMPEZA. Material de confecção polipropileno, balde espremedor, kit c/ mops liquido e pó, placa sinalização e pá, saco vinil.	Un	BRALIMPIA	2	430,00	860,00
9	Microscópio Laboratorial Básico. Característica Fisica/Especificação. Tipo: Binocular. Ocular: 10 x e 16 x. Objetivas: 05. Condensador Koehler: Possui. Iluminação: Led.	Un	LABOR IMPORT	1	2.100,00	2.100,00
13	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO. (Material de confecção – tecido em algodão, braçadeira/fecho – velcro).	Un	ACCUMED	1	48,00	48,00
14	Bisturi Elétrico (até 150 W). Característica Fisica/Especificação. Potência: até 100W. Alarmes: Possui. Função Bipolar: Possui.	Un	BE 3000 KVN	1	2.700,00	2.700,00
15	Ultrassom para Fisioterapia. Característica Fisica/Especificação. Frequência: 1 e 3 MHZ. Tela LCD: Possui. Saída para Terapia Combinada: Não Possui. Modo de Emissão/Operação: Contínuo e Pulsado.	Un	ISP	1	1.224,00	1.224,00
16	Andador. Tipo: Articulada. Rodízios Dianteiros: Possui. Material de Confecção: Alumínio.	Un	GLC	1	190,00	190,00
Total						**9.762,00**

ARTHA EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E LOCAÇÕES - EIRELI - EPP (28.515.824/0001-13)

Item	Material/Serviço	Unid. Medida	Marca	Quant.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
25	Veículo de Passeio – Transporte de Equipe (5 pessoas, 0 Km). Característica Fisica/Especificação. Tipo de	Un	KWID	1	45.000,00	45.000,00

	Combustível: Bicombustível. Portas: 04 portas. Ar Condicionado: Possui. Trio Elétrico (trava, vidro, alarme): Possui. Capacidade: 05 lugares. Freios ABS: Possui. Airbag Duplo: Possui. Câmbio: Manual. Motorização: 1.0 a 1.3. Tipo de Direção: Hidráulica/Elétrica. Distância entre eixos: Mínima de 2.730 mm					
Total						45.000,00

Cerro Corá/RN, 29/05/2018

RAIMUNDO OZAIR TENAN
Pregoeiro

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:18B4C9BC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2018 - PG

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Srª. **MARIA DAS GRAÇAS DE MEDEIROS OLIVEIRA**, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Eletrônico nº 005/2018 - PG, conforme indicado no quadro abaixo, resultado da homologação.
RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO
ALDO FABRIZIO DUTRA DANTAS (08.321.484/0001-82)

Item	Material	Unid. Medida	Marca	Quant.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	AR CONDICIONADO. Capacidade 9.000 a 12.000 BTUs. Tipo Split. Função: quente e frio.	Un	AGRATO - ACS09QF	4	1.260,00	5.040,00
7	GELADEIRA/REFRIGERADOR. Capacidade: de 250 a 299 L.	Un	CONSUL - CRA30	1	1.200,00	1.200,00
10	BEBEDOURO/PURIFICADOR REFRIGERADO. Tipo pressão coluna simples.	Un	LIBEL - MASTER	3	540,00	1.620,00
11	LONGARINA. (Assento – encosto: polipropileno, número de assentos – 03 lugares).	Un	PLAXMETAL - ERGOPLAX	1	240,00	240,00
12	Televisor. Característica Fisica/Especificação. Tipo: Led. Tamanho de Tela: de 42" até 50". Porta: USB. Full HD: Não. Entrada: HDMI. Conversor Digital: Possui.	Un	LG - MODO HOTEL	1	1.720,00	1.720,00
18	Computador Portátil (Notebook). Característica Fisica/Especificação. Especificar: não. Especificação Técnica. Especificação Mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante Computador portátil (notebook) com processador no mínimo Intel Core I5 ou AMD A10 ou similar; Possuir 01 (um) disco rígido de 500 Gigabytes. Velocidade de Rotação: 7.200 rpm; unidade combinada de gravação de disco ótico CD, DVD Rom; Memória Ram de 08 (oito) Gigabytes, em 02 (dois) módulos idênticos de 04 (quatro) Gigabytes cada, do tipo SDRAM DDR4 2.133 MHZ ou superior; Tela LCD de 14 ou 15 polegadas Widescreen, suportar resolução 1.600 x 900 pixels; teclado deverá conter todos os caracteres da Língua Portuguesa, inclusive Ç e acentos, nas mesmas posições do teclado padrão ABNT2; Mouse Touchpad com 02 (dois) botões integrados; Mouse óptico com conexão USB e botão de rolagem (Scrool); interfaces de rede 10/100/1000, conector RJ-45 fêmea e wifi padrão IEEE 802.11A/B/G/N; Sistema Operacional Windows 10 Pro (64 bits); Bateria recarregável do tipo íon de Lítio com no mínimo 06 (seis) células; Fonte externa automática compatível com o item; possuir interfaces USB 2.0 e 3.0, 01 (uma) HDMI ou Display Port e 01 (uma) VGA, leitor de cartão; Webcam Full HD (1080P); deverá vir acompanhado de maleta do tipo acolchoada para transporte e acondicionamento do equipamento; o equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; Garantia de 12 meses.	Un	POSITIVO - MASTER	1	2.550,00	2.550,00
19	Computador (Desktop-Básico). Característica Fisica/Especificação. Especificar: não. Especificação Técnica. Especificação Mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante Computador desktop com processador no mínimo Intel Core I3 ou AMD A10 ou similar; Possuir 01 (um) disco rígido de 500 Gigabytes. Memória Ram de 08 (oito) Gigabytes, em 02 (dois) módulos idênticos de 04 (quatro) Gigabytes cada, do tipo SDRAM DDR4 2.133 MHZ ou superior, operando em modalidade Dual Channel; A Placa Principal deve ter arquitetura ATX, MicroATX, BTX ou MicroBTX, conforme padrões estabelecidos e divulgados no Sítio www.formfactors.org, organismo que define os pradrões existentes; Possuir pelo menos 01 (um) Slot PCI-Express 2.0 x 16 ou superior; Possuir Sistema de Detecção de Intusão de Chassis, com acionador instalado no gabinete; O adaptador de vídeo integrado deverá ser no mínimo de 01 (um) Gigabyte de memória; Possuir suporte ao Microsoft Directx 10.1 ou superior, suportar monitor estendido; Possuir no mínimo 02 (duas) saídas de vídeo, sendo pelo menos 01 (uma) digital do tipo HDMI, Display Port ou DVI; unidade combinada de gravação de disco ótico CD, DVD Rom; Teclado USB, ABNT2, 107 teclas (com fio) e mouse USB, 800 DPI, 2 botões, Scrool (com fio); Monitor de Led 19 polegadas (Widescreen 16:9); Interfaces de Rede 10/100/1000 e wifi padrão IEEE 802.11 B/G/N; Sistema Operacional Windows 10 Pro (64 bits); Fonte compatível e que suporte toda configuração exigida no item; Gabinete e periféricos deverão funcionar na vertical ou horizontal; Todos os equipamentos ofertados (Gabinete, Teclado, Mouse e Monitor) devem possuir gradações neutras das cores branca, preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor; Todos os componentes do produto deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondicionamento; Garantia de 12 meses.	Un	GMI INTEL I3/ LG20M37AA	3	2.245,00	6.735,00
20	Impressora Laser (Comum). Característica Fisica/Especificação. Especificar: não. Especificação Técnica. Especificação Mínima: que esteja em linha de produção do fabricante Iimpressora laser com padrão de cor monocromático; resolução mínima de 1200 x 1200 DPI; velocidade de 35 páginas por minuto PPM; suportar tamanho de papel A5, A4, carta e ofício; capacidade de entrada de 200 páginas; ciclo mensal de 50.000 páginas; interface USB; permitir compartilhamento por meio e rede 10/100/100 ethernet e WIFI 802.11 b/g/n; suportart frente e verso automático; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma e recondicionamento, garantia de 12 meses.	Un	BROTHER/ HL-L5102DW	1	899,00	899,00
21	No-Break (Para Computador). Característica Fisica/Especificação. Especificar: não. Especificação Técnica. Especificação Mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante No-Break com potência nominal de 1,2 KVA; Potência real mínima de 600W; Tensão de entrada 115/127/220 volts (em corrente alternada) com comutação automática; Tensão de saída 110/115 ou 220 volts (a ser definida pelo solicitante); Alarmes audiovisual; Bateria interna selada; Autonomia a plena carga mínimo 15 minutos considerando consumo de 240 Wats; Possuir no mínimo 06 tomadas de saída padrão brasileiro; O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; Garantia 12 meses.	Un	LACERDA - NEWW ORION	3	450,00	1.350,00
22	MESA PARA IMPRESSORA. (Estrutura – aço/ferro pintado, dimensões mínimas – mínimo de 50 x 40 x 70 cm, tampo – madeira/mdp/mdf/similar).	Un	AP. DE AZEVEDO - 0.80	1	110,00	110,00
23	Longarina. Característica Fisica/Especificação. Assento/Encosto: Polipropileno. Número de Assentos: 03 lugares	Un	PLAXMETAL - ERGOPLAX	1	250,00	250,00
24	Mesa Ginecológica. Característica Fisica/Especificação. Gabinete com portas e gavetas: não possui. Material de Confecção: Aço/Ferro Pintado. Posição de Leito: Móvel.	Un	TUBOMED - TM51	1	525,00	525,00
Total						**22.239,00**

ODONTOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA (09.478.023/0001-80)

Item	Material	Unid. Medida	Marca	Quant.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
2	AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA. (Até 75 litros), modo de operação – digital, câmara de esterilização – aço inoxidável, capacidade – até 25 litros).	Un	STERMAX	1	2.360,00	2.360,00
3	SELADORA. Tipo – manual/pedal, aplicação – grau cirúrgico.	Un	ESSENCE DENTAL	1	280,00	280,00
8	CARRO PARA MATERIAL DE LIMPEZA. Material de confecção polipropileno, balde espremedor, kit c/ mops liquido e pó, placa sinalização e pá, saco vinil.	Un	BRALIMPIA	2	430,00	860,00
9	Microscópio Laboratorial Básico. Característica Fisica/Especificação. Tipo: Binocular. Ocular: 10 x e 16 x. Objetivas: 05. Condensador Koehler: Possui. Iluminação: Led.	Un	LABOR IMPORT	1	2.100,00	2.100,00
13	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO. (Material de confecção – tecido em algodão, braçadeira/fecho – velcro).	Un	ACCUMED	1	48,00	48,00
14	Bisturi Elétrico (até 150 W). Característica Fisica/Especificação. Potência: até 100W. Alarmes: Possui. Função Bipolar: Possui.	Un	BE 3000 KVN	1	2.700,00	2.700,00
15	Ultrassom para Fisioterapia. Característica Fisica/Especificação. Frequência: 1 e 3 MHZ. Tela LCD: Possui. Saída para Terapia Combinada: Não Possui. Modo de Emissão/Operação: Contínuo e Pulsado.	Un	ISP	1	1.224,00	1.224,00
16	Andador. Tipo: Articulada. Rodízios Dianteiros: Possui. Material de Confecção: Alumínio.	Un	GLC	1	190,00	190,00
Total						**9.762,00**

ARTHA EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E LOCAÇÕES - EIRELI - EPP (28.515.824/0001-13)

Item	Material	Unid. Medida	Marca	Quant.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
25	Veículo de Passeio – Transporte de Equipe (5 pessoas, 0 Km). Característica Fisica/Especificação. Tipo de Combustível: Bicombustível. Portas: 04 portas. Ar Condicionado: Possui. Trio Elétrico (trava, vidro, alarme): Possui. Capacidade: 05 lugares. Freios ABS: Possui. Airbag Duplo: Possui. Câmbio: Manual. Motorização: 1.0 a 1.3. Tipo de Direção: Hidráulica/Elétrica. Distância entre eixos: Mínima de 2.730 mm	Un	KWID	1	45.000,00	45.000,00
Total						**45.000,00**

Cerro Corá/RN, 29/05/2018.

MARIA DAS GRAÇAS DE MEDEIROS OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:86F5F03B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE ADJUDICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 006/2018

Aos 29/05/2018, após considerar os critérios legais acerca do resultado da Licitação na modalidade Pregão, do tipo Menor preço, n.º 006/2018 - PG, destinado a Aquisição de 01 (um) veículo 0km destinado à Unidade Básica de Saúde José Albino de Assis neste município de Cerro Corá/RN. O pregoeiro ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro abaixo:

TOP CAR VEICULOS E LOCADORA LTDA (01.122.617/0001-42)

Item	Material	Unid. Medida	Marca	Quant.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	Veículo Pick-up Cabine Dupla 4x4 (Diesel). Característica Fisica/ Especificação. Motorização: mínimo de 140 CV. Câmbio: Manual. Capacidade: 05 lugares. Ar Condicionado: Possui. Tipo de Direção: Hidráulica. Trio Elétrico (trava, vidro, alarme): Possui. Freios ABS: Possui. Airbag Duplo: Possui. Acessórios1: Estribos Laterais. Acessórios2: Não Possui. Acessórios3: Protetor de Caçamba.	Un	TRITON SPORT GL (MITSUBISCH MOTORS)	1	122.800,00	122.800,00
Total						122.800,00

Cerro Corá/RN, 29/05/2018

RAIMUNDO OZAIR TENAN
Pregoeiro

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:520D5183

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018 – PG

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Srª. **MARIA DAS GRAÇAS DE MEDEIROS OLIVEIRA**, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Eletrônico nº 006/2018 - PG, conforme indicado no quadro abaixo, resultado da homologação.
RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

TOP CAR VEICULOS E LOCADORA LTDA (01.122.617/0001-42)

Item	Material	Unid. Medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	Veículo Pick-up Cabine Dupla 4x4 (Diesel). Característica Fisica/ Especificação. Motorização: mínimo de 140 CV. Câmbio: Manual. Capacidade: 05 lugares. Ar Condicionado: Possui. Tipo de Direção: Hidráulica. Trio Elétrico (trava, vidro, alarme): Possui. Freios ABS: Possui. Airbag Duplo: Possui. Acessórios1: Estribos Laterais. Acessórios2: Não Possui. Acessórios3: Protetor de Caçamba.	Un	TRITON SPORT GL (MITSUBISHI MOTORS)	1	122.800,00	122.800,00
Total						122.800,00

Cerro Corá/RN, 29/05/2018.

MARIA DAS GRAÇAS DE MEDEIROS OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:C5B573C3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA Nº 05070001/2018

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA

Dispensa de Licitação n.º 05070001/2018

O Senhor Prefeito Municipal do Encanto/RN, através da Prefeitura Municipal de Encanto, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 05070001/2018, vem emitir a presente autorização de dispensa de licitação, amparada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, visando a Despesa referente a aquisição de peças para veículo tipo tanque de placa n° OWD 5322 pertencente a Sec. Mun. De Agricultura de Encanto/RN, pelos valores abaixo descrito:

506 - NAP AUTOMOTIVA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (41.003.401/0001-82)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	14443 - Bomba Arla	UND		1	2.890,01	2.890,01
2	14444 - Mola 7ª traseira	UND		1	333,52	333,52
3	14445 - Mola 6ª traseira	UND		1	360,17	360,17
4	14446 - Mola 8ª traseira	UND		1	306,82	306,82
5	14447 - Mola 9ª traseira	UND		2	276,15	552,30
6	14448 - Mola 10ª traseira	UND		1	336,20	336,20
7	14449 - Mola 11ª traseira	UND		1	229,35	229,35
Total					5.008,37	

Assim, autorizo a presente dispensa.

Às providências de estilo.

Encanto/RN, 29/06/2018

ATEVALDO NAZÁRIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vanubia Gameleira Campos
Código Identificador:A93D3C37

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA Nº 06070001/2018

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA

Dispensa de Licitação n.º 06070001/2018

O Senhor Prefeito Municipal do Encanto/RN, através do Fundo Municipal de Saúde de Encanto, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 06070001/2018, vem emitir a presente autorização de dispensa de licitação, amparada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, visando a Serviço de instalação, treinamento e capacitação de uso do aplicativo mobile da E-SUS AB território versão 2.1 para uso dos agentes de saúde - ACS deste município, pelos valores abaixo descrito:

1139 - AGCON - TECNOLOGIA E AUTOMAÇÃO LTDA - ME (28.354.854/0001-95)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	14452 - Serviço de instalação, treinamento e capacitação de uso do aplicativo mobile da E-SUS AB território versão 2.1	SV		1	1.040,00	1.040,00
Total					1.040,00	

Assim, autorizo a presente dispensa.
Às providências de estilo.

Encanto/RN, 20/06/2018

ATEVALDO NAZÁRIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vanubia Gameleira Campos
Código Identificador:6850EF56

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 419/2018-GP - LDO

Dispõe sobre a Lei das Diretrizes Orçamentárias para elaboração do orçamento geral do Município para o exercício de 2019, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Galinhos/RN faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei.

CAPITULO I
Disposições Preliminares

Artigo 1º - Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias, nos termos da Constituição Federal *(artigo 165, II, Parágrafo 2º)*, combinada com a Lei Federal Complementar nº 101/2000 *(artigo 4º)*, compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, a estrutura e a organização para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2019, incluindo a estimativa das receitas, a fixação das despesas, a limitação de empenhos, as disposições relativas à política de recursos humanos da administração pública municipal e demais condições e exigências para as transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

CAPÍTULO II
Das Definições

Artigo 2º - As definições e os conceitos constantes na presente Lei são aqueles estabelecidos na Lei Federal Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único – Na elaboração da proposta orçamentária serão obedecidos os princípios da unidade, universalidade, anualidade e exclusividade.

CAPÍTULO III
Orçamento Municipal
SEÇÃO I
Do Equilíbrio

Artigo 3º - Na elaboração da proposta orçamentária municipal para o exercício de 2019 será assegurado o devido equilíbrio, não podendo o valor das despesas fixadas ser superior aos das receitas previstas.

Artigo 4º - A avaliação dos resultados dos programas será realizada a cada semestre, quando teremos como ponto inicial de análise, o equilíbrio fiscal entre as receitas fiscais e da seguridade social, e as respectivas despesas.

Artigo 5º - A formalização da proposta orçamentária para o exercício de 2019 será composta das seguintes peças:
I. projeto de lei orçamentária anual, constituído de texto e demonstrativo; e
II. anexos, compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive os das entidades supervisionadas, contendo os seguintes demonstrativos:
a) analítico da receita estimada, ao nível de categoria econômica, subcategoria e fontes e respectiva legislação;
b) recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e da saúde, para evidenciar a previsão de cumprimento dos percentuais estabelecidos pela Constituição Federal (artigo 212);
c) recursos destinados à promoção da assistência social, de forma a garantir o cumprimento dos programas específicos aprovados pelo respectivo conselho;
d) sumário da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
e) natureza da despesa, para cada um dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do município;
f) despesa por fontes de recursos para cada um dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do município;
g) receitas e despesas por categorias econômicas;
h) evolução da receita e despesa orçamentária nos três exercícios anteriores, bem como a receita prevista para este exercício e para mais dois exercícios seguintes;
i) despesas previstas consolidadas em nível de categoria econômica, sub-categoria e elemento;
j) programa de trabalho de cada unidade orçamentária, em nível de função, sub-função, programa, projetos e atividades;
k) consolidado por funções, programas e sub-programas;
l) despesas por órgãos e funções;
m) despesas por unidade orçamentária e por categoria econômica;
n) despesas por órgão e unidade responsável, com os percentuais de comprometimento em relação ao orçamento global;
o) recursos destinados aos Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social;
p) recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério, e outros Fundos; e
q) especificação da legislação da receita.

Parágrafo 1º - Na estimativa das receitas considerar-se-á a tendência do presente exercício, até o mês de junho de 2018, as perspectivas para a arrecadação no exercício de 2019 e as disposições da presente Lei.

Parágrafo 2º - As despesas e as receitas do orçamento anual serão apresentadas de forma sintética e agregadas, evidenciando o "déficit" ou "superávit" corrente, conforme for o caso.

Parágrafo 3º - Fica o Executivo Municipal autorizado a incorporar, na elaboração da proposta orçamentária para 2019, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do município, bem como das classificações orçamentárias decorrentes de alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento do projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2019 à Câmara Municipal.

Artigo 6º - No texto da proposta orçamentária para o exercício de 2019, também conterão autorizações para abertura de créditos adicionais em trinta por cento da despesa

geral, e para remanejamentos de valores, bem como a realização de operação de créditos junto ao BNDS e/ou outros organizamos de financiamento.

Artigo 7º - O orçamento anual do município abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da administração direta.

Artigo 8º - A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitada as disposições da Constituição Federal, (artigo 166, Parágrafo 3º, II, "a", "b", "c", e Parágrafo 4º), devendo ser devolvido para sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, na forma de Lei.

Artigo 9º - O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações à proposta orçamentária, enquanto não iniciada a votação na Comissão específica.

SEÇÃO II
Da Classificação das Receitas e Despesas

Artigo 10. - Na proposta orçamentária a discriminação das despesas far-se-á por categoria de programação, indicando-se, pelo menos, para cada um, no seu menor nível, a natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação:
DESPESAS CORRENTES
a) Pessoal e Encargos Sociais
b) Juros e Encargos da Dívida
c) Outras Despesas Correntes
DESPESAS DE CAPITAL
a) Investimentos
b) Inversões Financeiras
c) Transferências de Capital
d) Amortização da Dívida Interna

Parágrafo 1º - A classificação a que se refere este artigo correspondente aos agrupamentos de elementos de natureza da despesa.

Parágrafo 2º - As categorias de programação de que trata o "caput" deste artigo serão identificadas por projetos ou atividades, os quais serão integrados por título que caracterize as respectivas metas ou ações políticas esperadas, segundo a classificação funcional programática estabelecida na Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964 *(artigo 8º, Parágrafo 2º, e no Anexo V).*

Parágrafo 3º - As despesas terão como prioridades os projetos/ações elencados no Anexo I a esta Lei.

Parágrafo 4º - As despesas de capital programadas para 2019 estão elencadas no Anexo II a esta Lei.

Parágrafo 5º - A Lei Orçamentária Anual para 2019 poderá contemplar despesas de capital não contida no Anexo II desta Lei, contanto que elas sejam voltadas a serviços

essenciais, como educação, à assistência social, à saúde, à agricultura e à infraestrutura urbana.

Artigo 11 - As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais dependem da existência de recursos disponíveis.

Artigo 12 - Constará na proposta orçamentária a reserva de contingência para atender as suplementações de dotações insuficientes no decorrer da execução orçamentária, que não poderá ser superior a três por cento da Receita Corrente Líquida.

CAPITULO IV
Das Receitas

Artigo 13 - A execução da arrecadação da receita obedecerá às disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000 (Seções I e II, do Capitulo III, artigos. 11 e 14) e demais disposições pertinentes, tomando-se como base as receitas arrecadadas até o mês de junho de 2018.

Parágrafo 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2019, serão levados em consideração, para efeito de previsão, os seguintes fatores:
I. efeitos decorrentes de alterações na legislação;
II. variações de índices de preços;
III. crescimento econômico; e
IV. evolução da receita nos últimos três anos.

Parágrafo 2º - A estimativa da receita por parte de Poder Legislativo só será permitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, nos termos da Lei Federal Complementar n º 101/2000.

Artigo 14 - Não será permitida no exercício de 2019 a concessão de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária da qual ocorra renúncia de receita, com exceção se o objetivo da ação visar a geração de emprego e renda.

CAPÍTULO V
Das Despesas
Seção I
Das Despesas com Pessoal

Artigo 15 - Os gastos com pessoal obedecerão às normas e limites estabelecidos na Lei Federal Complementar nº 101/2000, e compreendem:
a) o gerenciamento de atividades relativas à administração de recursos humanos,

b) a valorização, a capacitação e a profissionalização do servidor,
c) a adequação da legislação pertinente às novas disposições constitucionais ou legais,
d) o aprimoramento e a atualização das técnicas e instrumentos de gestão,
e) a realização de processo seletivo e/ou concurso público para atender as necessidades de pessoal, e

f) o recrutamento e a administração de estagiários para desenvolverem atividades nas diversas áreas da administração municipal.

Artigo 16 - O Poder Executivo Municipal publicará após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo da execução orçamentária do período, quando nele conterá os dados de receitas e despesas municipais; e no semestre, o Relatório de Gestão Fiscal, quando nele conterá o gasto com pessoal e o controle das despesas com dívida, garantias e restos a pagar.

Parágrafo 1º - As despesas com pessoal, para o atendimento às disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000, serão apuradas somando-se a realizada mês a mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Parágrafo 2º - Caberá ao Setor de Contabilidade fazer a apuração dos gastos referenciados no Parágrafo 1º deste artigo.

Artigo 17 - Para atendimento das disposições do artigo 7º, da Lei Federal nº 9.424, de 24.12.1996, o Poder Executivo Municipal poderá conceder abono e rateio salarial aos professores e profissionais da educação básica, utilizando os recursos do FUNDEB 60%, caso haja sobra de recursos dessa cota-parte.

Artigo 18 – Fica autorizada a revisão da remuneração dos servidores e os subsídios dos agentes políticos, respeitados os limites constantes da Lei Federal Complementar nº 101/2000.

Artigo 19 - Fica autorizada a realização de concurso público para preenchimento de vagas na administração municipal, que o promoverá visando o atendimento das necessidades funcionais.

Seção II
Do Repasse ao Poder Legislativo

Artigo 20 - Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão realizados pelo Poder Executivo na data estabelecida na Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições contidas na Emenda Constitucional nº 25, combinada com a Emenda Constitucional nº 58/2009.

Seção III
Das Despesas Irrelevantes

Artigo 21 - Serão consideradas despesas irrelevantes, para fins de atendimento ao disposto no artigo 16, Parágrafo 3º, da Lei Federal Complementar nº 101/2000, os gastos que não ultrapassem os limites destinados a isenção de licitação na contratação de obras, compras e serviços, devidamente estabelecidos no artigo 23, Inciso I e II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Seção IV
Das Despesas com Convênios

Artigo 22 - O ente municipal poderá firmar convênio, sendo o órgão concedente, quando for prevista e estabelecida a cooperação mútua entre as partes conveniadas, desde que:

I. sejam aprovados pelo Chefe do Poder Executivo, previamente, o plano de trabalho ou plano de ação, constando o objeto e suas especificações, o cronograma de desembolso;
II. a meta a ser atingida não ultrapasse o exercício financeiro, e ultrapassando, esteja previsto no plano plurianual de investimentos;
III. seja apresentada e aprovada a prestação de contas de recursos anteriormente recebidos do município;
IV. possua a comprovação da correta aplicação dos recursos liberados; e
V. sendo a beneficiada, entidade sem fins lucrativos, esteja devidamente registrada nos órgãos competentes.

Seção V
Das Despesas com Novos Projetos

Artigo 23 - O Poder Executivo garantirá recursos para novos projetos, quando atendidas as despesas de manutenção do patrimônio já existente, cujo montante não poderá exceder a 80% (oitenta por cento) do valor fixado para os investimentos.

CAPÍTULO VI
Dos Repasses à Instituições Públicas e Privadas

Artigo 24 – Poderão ser incluídas na proposta orçamentária para o exercício de 2019, bem como suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários à instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao município, a titulo de subvenções sociais e sua concessão dependerá da obediência as disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000, e ainda, aos dispositivos seguintes:
I. que as entidades sejam de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas nos órgãos competentes;
II. que possua lei específica para autorização da subvenção;
III. que a entidade tenha apresentado a prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, se houver, e que deverá ser encaminhada até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao setor financeiro da prefeitura, na conformidade do Parágrafo Único, do artigo 70, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98;
IV. que a entidade beneficiada, faça a devida comprovação, do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;
V. que a entidade beneficiária faça a apresentação dos respectivos documentos de constituição, até 31 de dezembro de 2018;
VI. que a entidade beneficiária faça a comprovação de que está em situação regular perante o INSS e o FGTS, conforme artigo 195, Parágrafo 3º, da Constituição Federal e perante a Fazenda Municipal, nos termos do Código Tributário do Município; e

VII. não se encontrar em situação de inadimplência no que se refere a prestação de contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.

CAPÍTULO VII
Dos Créditos Adicionais

Artigo 25 - Os créditos especiais e suplementares serão autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo Municipal.

Parágrafo Único - Consideram-se recursos para efeito de abertura de créditos especiais e suplementares, autorizados na forma de "caput" deste artigo, desde que não comprometidos como sendo:
I. o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
II. os provenientes do excesso de arrecadação;
III. os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei;
IV. os provenientes do repasse decorrente da assinatura de convênios com órgãos das esferas dos governos federal e estadual; e
V. o produto de operações de crédito autorizadas por lei especifica, na forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

Artigo 26 - As solicitações ao Poder Legislativo de autorizações para abertura de créditos especiais conterão, no que couber, as informações e os demonstrativos exigidos para a mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentário.

Artigo 27 - As propostas de modificações ao projeto de lei do orçamento, bem como os projetos de créditos adicionais, serão apresentadas com a forma, os níveis de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento.

Artigo 28 - Os créditos adicionais especiais autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2018 poderão ser reabertos ao limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício seguinte, consoante Parágrafo 2º, do artigo 167, da Constituição Federal.
Parágrafo Único - Na hipótese de haver sido autorizado crédito na forma do "caput" deste artigo, até 31 de janeiro de 2019, serão indicados e totalizados com os valores orçamentários para cada órgão e suas unidades, em nível de menor categoria de programação possível, os saldos de créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2018, consoante disposições do Parágrafo 2º, do artigo 167, de Constituição Federal.

Artigo 29 - O Poder Executivo, através do órgão competente da administração, deverá atender no prazo de quinze dias, contados da data do recebimento, as solicitações de informações relativas às categorias de programação explicitadas no projeto de lei que solicitar créditos adicionais, fornecendo dados, quantitativos e qualitativos que justifiquem os valores orçados e evidenciem a ação do governo e suas metas a serem atingidas.

CAPÍTULO VIII
Da Execução Orçamentária e da Fiscalização
SEÇÃO I
Do Cumprimento das Metas Fiscais

Artigo 30 - O Poder Executivo Municipal demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais anualmente.

SEÇÃO II
Da Limitação do Empenho

Artigo 31 - Se verificado ao final do semestre, que a efetivação da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, o Poder

Executivo, por ato próprio e nos montantes necessários, promoverá nos trinta dias subsequentes, limitações de empenho e movimentação financeira.

Parágrafo Único - A limitação do empenho iniciará com as despesas de investimentos, e não sendo suficiente para o atendimento do disposto no “caput”, será estendida às despesas de manutenção dos projetos/ações desenvolvidos no âmbito municipal.

Artigo 32 - Não serão objetos de limitações as despesas que constituam obrigações constitucionais, as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e as destinadas ao pagamento das despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO IX
Das Vedações

Artigo 33 - Será considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público, a gestão de despesa em desacordo com a Lei Federal Complementar nº 101/2000.

Artigo 34 - É vedada a inclusão na proposta orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos fiscais e de seguridade social, o servidor da administração direta ou indireta por créditos de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito publico ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer o servidor ou por aquele que estiver eventualmente lotado.

Parágrafo Único – Além da vedação definida no “caput”, não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:
I – atividades e propagandas político-partidárias;
II – objetivos ou campanhas estranhas as atribuições legais do Poder Executivo;
III – obras de grande porte, sem estar comprovada a clara necessidade social, capaz de comprometer o equilíbrio das finanças municipais; e
IV – auxílios a entidade privadas com fins lucrativos.

CAPÍTULO X
Das Dívidas

SEÇÃO ÚNICA
Da Dívida Fundada Interna
SUB-SEÇÃO I
Dos Precatórios

Artigo 35 - Será consignada na proposta orçamentária para o exercício de 2019, dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciárias e de precatórios, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições do Parágrafo Único deste artigo.

Parágrafo Único - Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2018, serão incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2019, conforme determina a Constituição Federal (artigo 100, Parágrafo 1º).

SUB-SEÇÃO II
Da Amortização e do Serviço da Dívida Fundada Interna

Artigo 36 - O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da dívida fundada interna.

CAPITULO XI
Do Plano Plurianual

Artigo 37 - Poderão deixar de constar da proposta orçamentária do exercício de 2019, programas, projetos e metas constantes do plano plurianual, em razão da compatibilização da previsão de receitas com a fixação de despesas, em função da limitação de recursos.

Artigo 38 - Os projetos imprecisos constantes do plano plurianual existente poderão ser desdobrados em projetos específicos na proposta orçamentária para o exercício de 2019.

Artigo 39 - A inclusão de novos projetos no plano plurianual de investimentos dependerá de lei específica.

Parágrafo Único - Não poderão ser incluídos novos projetos no pano plurianual de investimentos, com recursos decorrentes da anulação de projetos em andamento.

Artigo 40 – Quando a abertura de crédito especial implicar em alteração das metas e prioridades para 2019, constantes no Plano Plurianual de Investimentos, fica o Executivo Municipal autorizado a promover as adaptações necessárias à execução, acompanhamento, controle e avaliação da ação programada.

CAPITULO XII
Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 41 - A proposta orçamentária para o exercício de 2019 será entregue ao Poder Legislativo no prazo definido na Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo Único - Caso a Lei Orgânica Municipal não defina a data do envio da matéria especificada no "caput", o Poder Executivo a remeterá até 30 de setembro de 2018.

Artigo 42 - A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o exercício de 2019, será entregue ao Poder Executivo até 01 de agosto de 2018, para efeito de compatibilização com as despesas do município que integrarão a proposta orçamentária anual.

Artigo 43 - Os projetos de lei relativos às alterações na legislação tributária, para vigorar no exercício de 2019, deverão ser apreciadas pelo Poder Legislativo até dezembro de 2018, tendo sua publicação ainda nesse exercício.

Artigo 44 - A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do município oferecendo sugestões ao:
I. Poder Executivo, até 1º de julho de 2018, junto ao Gabinete do Prefeito; e
II. Poder Legislativo, junto à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais.

Parágrafo Único - As emendas aos orçamentos indicarão, obrigatoriamente, a fonte de recursos e atenderão as demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional.

Artigo 45 - A prestação de contas anual do município incluirá os demonstrativos e balanços previstos na legislação federal e ainda nas resoluções específicas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

Artigo 46 - Se o projeto de lei orçamentário anual não for encaminhado à sanção do Executivo Municipal até 31 de dezembro de 2018, a programação ali constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, até a sua sanção e publicação.

Parágrafo Único – Estão além do limite previsto no *caput* deste artigo as dotações para atendimento de despesas com:
a) pessoal e encargos sociais,
b) pagamento do serviço da dívida,
c) projetos e execuções no ano de 2018 e que perdurem até 2019, ou mais, e
d) pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais.

Artigo 47 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Galinhos/RN, 27 de junho de 2018.

FRANCINALDO SILVA DA CRUZ
Prefeito do Municipal

ANEXO I - ELENCO DE AÇÕES A SEREM PRIORIZADAS

I – ORÇAMENTO FISCAL

1.1 - Administração
1.1.1 - Racionalizar os gastos do município;
1.1.2 - Promover política de valorização do servidor público municipal;
1.1.3 - Desenvolver programas de capacitação, treinamento, e reciclagem do servidor, bem como a realização de concurso para preenchimento de vagas na administração pública municipal;
1.1.4 - Otimizar os serviços de informatização;
1.1.5 - Modernizar a administração municipal;
1.1.6 - Estimular as receitas municipais; e
1.1.7 - Fortalecer os conselhos como forma de descentralizar a gestão pública e consolidar o quadro democrático.

1.2 - Saneamento e Meio Ambiente
1.2.1 - Implantar redes de drenagem em áreas críticas;
1.2.2 - Implantar programas de coleta e tratamento de esgotamento sanitário;
1.2.3 - Recuperar e limpar rios, açudes e lagoas;
1.2.4 - Implantar programas de coleta e tratamento de resíduos sólidos;
1.2.5 - Implantar programas de gerenciamento integrado dos recursos hídricos;
1.2.6 - Implantar projetos ambientais nas áreas do município;
1.2.7 - Desenvolver programas de educação ambiental;
1.2.8 - Oficina de reciclagem;
1.2.9 – Parcerias público-privado para criação de projetos ambientais;

1.3 - Educação
1.3.1 – Manter a integração das creches e pré-escola ao sistema municipal de ensino;
1.3.2 - Manter o programa de alimentação escolar com excelência;
1.3.3 - Ampliar o atendimento na pré-escola, no ensino fundamental, no ensino especial e na educação de jovens e adultos;
1.3.4 - Desenvolver programas educativos sobre combate às drogas, meio ambiente, associativismo, sexualidade, saúde e higiene;
1.3.5 – Desenvolver o Programa de Transporte Escolar, seja com apoio do Governo Estadual e/ou Federal, e através de veículos adequados;
1.3.6 – Desenvolver o Programa de Educação e Jovens e Adultos;
1.3.7 - Estimular a prática esportiva nas escolas;
1.3.8 - Promover programas de capacitação, gestão administrativa e treinamento profissional da educação;
1.3.9 - Desenvolver experiências no envolvimento da comunidade na gestão escolar;
1.3.10 - Promover programas de redução da repetência e da evasão escolar;
1.3.11 - Realizar pesquisa para acompanhamento e avaliação do ensino fundamental;
1.3.12 - Recuperar e manter a estrutura física e os equipamentos das unidades escolares;
1.3.13 – Implantar a avaliação de desempenho do magistério;
1.3.14 – Manter o bom funcionamento das escolas;
1.3.15 – Manter a informática a disposição da classe estudantil e sua família; e
1.3.16 – Estimular a gestão plena administrativa na educação.

1.3.17 – Recuperar as Escolas e estimular a Inclusão Digital.
1.3.18 – Aquisição de um veículo executivo;
1.3.19 – Ampliação das escolas;
1.3.20 – Desapropriação e revitalização de escolas.
1.4 - Cultura
1.4.1 - Restaurar e recuperar logradouros;
1.4.2 - Implantar projetos culturais, sobretudo a valorização do folclore e artesanato;
1.4.3 – Preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural do município, resgatando a história, nos mais diversos ângulos do Município;
1.4.4 - Manter a sistemática de tombamento municipal;
1.4.5 – Instalar e manter a banda de música municipal; e
1.4.6 – Incentivar a criação e manutenção do coral municipal.

1.5 - Serviços Públicos
1.5.1 - Fiscalizar o sistema de iluminação pública, permitindo a sua rápida manutenção, bem como a sua ampliação;
1.5.2 – Manter os mecanismos necessários para a contribuição da iluminação pública;
1.5.3 - Arborizar e reurbanizar as ruas do município;
1.5.4 – Abrir novas ruas e logradouros, quando necessário, visando a ampliação dos limites urbanos;
1.5.5 – Manter e ampliar a segurança local, através de guardas municipais;
1.5.6 – Manter a malha viária em boa condição de tráfego;
1.5.7 – Implantação de placas solares nos postes de iluminação pública;
1.5.8 – Melhorias nos trapiches e áreas de embarque e desembarque de passageiros;
1.5.9 – Projetos de Arborização.

1.6 - Habitação
1.6.1 - Incentivar políticas de habitação;
1.6.2 – Promover a Construção de Casas Populares;
1.6.3 - Implantar o programa de melhoria e recuperação de moradia da população de baixa renda.

1.7 - Esporte e Lazer
1.7.1 - Apoiar a prática esportiva comunitária;
1.7.2 - Promover o aproveitamento democrático dos espaços esportivos e culturais;
1.7.3 - Manter e recuperar quadras de esportes;
1.7.4 – Promover Competições Municipais, em várias modalidades;
1.7.5 – Apoio financeiro aos atletas de nível amador e profissional;

1.8 - Transporte
1.8.1 – Reformar os existentes;
1.8.2 - Promover a conservação das ruas e estradas vicinais; e
1.8.3 – Manter a frota municipal, e amplia-la quando necessária.

1.9 - Limpeza Urbana
1.9.1 - Promover a limpeza urbana em ruas e logradouros, na sede, nas praias e nos Distritos;
1.9.2 - Implantar programas de incentivo profissional para produção de reciclagem do lixo;
1.9.5 – Buscar convênio Junto ao Governo Federal para implantação do sistema de esgotamento sanitário e construção de fossas sépticas.

1.10 - Finanças
1.10.1 - Modernizar cada vez mais os sistemas de arrecadação e tributação do município;
1.10.2 - Apoiar programas específicos de capacitação e reciclagem dos servidores; e
1.10.3 - Promover campanhas educativas visando conscientizar o contribuinte e diminuir os níveis de inadimplência.

1.11 – Infraestrutura Urbana
1.11.1 - Promover a implementação da infraestrutura das ruas, avenidas e espaços públicos do Município.
1.11.2 – Promover Urbanização Turística na entrada do Município e na Entrada da Cidade;
1.11.3 – Promover construção de novas áreas de lazer;

1.12 – Agricultura
1.12.1 – Pleitear junto à EMATER, convênio visando o fortalecimento da Agricultura Familiar;
1.12.2 – Construir e instalar poços artesianos na zona rural;
1.12.3 – Garantir a safra da agricultura familiar, destinando-a alimentação escolar;
1.12.4 – Criar o Programa de Canoas para o Pequeno Pescador Artesanal;
1.12.5 – Implantação de dessalinizadores no Assentamento Pirangi.

1.13 – Desenvolvimento Social
1.13.1 – Apoio ao menor aprendiz com a criação de oportunidades ao primeiro emprego;
1.13.2 – Apoio ao menor aprendiz com a criação e apoio a cursos de nível técnico; e
1.13.3 – Apoio ao empreendedor com a criação e apoio a cursos de nível técnico, bem como encontrando espaços para absolver a produção local.

1.14 - Turismo
1.14.1 – Implantar ações que visem a capacitação dos agentes ligados ao turismo no município;
1.14.2 – Pleitear convênios de parcerias com órgãos que fomentem o turismo;
1.14.3 – Promover campanhas educativas voltadas ao turismo;
1.14.4 – Criar o balcão de informação turística nos principais pontos turísticos municipais; e
1.14.5 – Viabilidade de Convênios junto ao Governo Estadual e Federal;
1.14.6 – Educação de trânsito e regularização de tráfego de veículos;
1.14.7 – Implantação de salva vidas;
1.14.8 – Ampliação e melhorias no estacionamento do Pratagil;
1.14.9 – Construção de Pórtico na entrega da cidade.

II – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2.1 - Saúde
2.1.1 - Promover a continuidade do processo de gestão pela qualidade e da municipalização da saúde;
2.1.2 - Dar continuidade ao Programa e Atendimento ao Desnutrido e à Gestante em Risco Nutricional, entre outros programas de saúde pública;
2.1.3 - Promover ações básicas de saúde;
2.1.4 - Promover campanhas de combate e controle as epidemias e endemias;
2.1.5 - Aprimorar o sistema de informações sobre a mortalidade infantil;
2.1.6 - Aprimorar as ações de vigilância sanitária;
2.1.7 - Manter e recuperar veículos e equipamentos;

2.1.8 - Garantir as condições materiais à execução de saúde de apoio à criança, ao adolescente, ao deficiente físico, à mulher e ao idoso;
2.1.9 - Ampliar a assistência médica, através do Programa Saúde na Família;
2.1.10 - Ampliar a assistência odontológica, através do Programa Saúde Bucal;
2.1.11 – Incentivar o programa de Agentes de Saúde;
2.1.12 – Incentivar o programa de assistência à mulher e ao homem;
2.1.13 - Melhorar o gerenciamento para o atendimento de urgência;
2.1.14 – Manter e reformar os postos e unidades de saúde;
2.1.15 – Criar e manter programas de assistência à juventude;
2.1.16 - Ampliar e reformar a Unidade de Saúde;
2.1.17 – Equipar todos os Postos de Saúde do Município;
2.1.18 – Barco Ambulância;
2.1.19 – Capacitação para profissionais da saúde;
2.1.20 – Casa de apoio em Natal para pacientes;

2.1.21 – Programas e convênios para realização de exames.
2.2 - Trabalho
2.2.1 - Apoiar e incentivar atividades de geração de emprego e renda;
2.2.2 - Implantar oficinas profissionalizantes;
2.2.3 - Apoiar o associativismo e o cooperativismo; e
2.2.4 - Incentivar a produção de alimento para atender a demanda do município.

2.3 - Assistência Social
2.3.1 – Manter e ampliar o programa de complementação nutricional às famílias;
2.3.2 - Promover programas de ampliação dos canais institucionais de participação;
2.3.3 - Promover programas especiais de apoio à criança e ao adolescente, ao deficiente físico, à mulher e ao idoso;
2.3.4 - Combater a prostituição infanto-juvenil;
2.3.5 – apoiar as ações do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente;
2.3.6 - promover educação profissional para população;
2.3.7 - Promover cursos voltados às mães e jovens em risco social;
2.3.8 – Programa de benefícios eventuais;
2.3.10 – Incentivar a capacitação e Qualificação dentro dos Programas da assistência social;
2.3.11 – Aquisição de merendas através da agricultura familiar.

Galinhos/RN, 27 de junho de 2018.

FRANCINALDO SILVA DA CRUZ
Prefeito do Municipal

ANEXO II - ELENCO DAS DESPESAS DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO

I – ORÇAMENTO FISCAL

1.1 - Administração
1.1.1 - Ampliar o sistema de informatização do município;
1.1.2 – Ampliar e equipar os serviços das unidades administrativas; e
1.1.3 – Construir o centro administrativo.

1.2 - Saneamento e Meio Ambiente
1.2.1 - Implantar redes de drenagem em áreas críticas;
1.2.2 - Edificar e estruturar áreas para tratamento de resíduos sólidos e líquidos;
1.2.3 - Construir unidades sanitárias e o iniciar o sistema de esgotamento sanitário;
1.2.5 - Implantar projetos ambientais nas áreas do município;
1.2.6 – Edificar e estruturar sistemas integrados de oferta de recursos hídricos; e
1.2.7 – Amplia sistemas de abastecimento de água potável.

1.3 - Educação
1.3.1 – Recuperar, ampliar e equipar a rede municipal do sistema de ensino, com a construção e ampliação de unidades de ensino;
1.3.2 – Desenvolver a ação de transporte escolar, com a aquisição de novas unidades de transportes;
1.3.3 – Edificar e estruturar áreas de prática esportiva;
1.3.4 – Construir e equipar refeitórios em escolas;
1.3.5 – Implantar Programa.
1.4 - Cultura
1.4.1 - Restaurar e recuperar espaços culturais;
1.4.2 - Restaurar o patrimônio histórico, artístico e cultural do município;
1.4.3 – Criar a banda de música municipal;
1.4.4 – Criar o coral municipal; e

1.5 - Serviços Públicos
1.5.1 – Ampliar e manter a oferta de iluminação pública;
1.5.2 – Recuperar, ampliar e construir novos espaços públicos;
1.5.3 – Adquirir equipamentos agrícolas que propicie a assistência ao pequeno agricultor;
1.5.4 – Adquirir equipamentos para limpeza pública;

1.6 - Habitação
1.6.1 – Edificar novas unidades de habitação popular; e
1.6.2 – Adquirir novas áreas urbanas de terrenos para programas de habitação popular.

1.7 - Esporte e Lazer
1.7.1 – Construiu novos espaços para a prática esportiva comunitária;
1.7.2 – Manter e construir novos espaços de recreação.

1.8 - Transporte
1.8.1 - Instalar abrigos rodoviários; e

1.8.2 - Promover a conservação das ruas e estradas vicinais; principalmente, quanto ao alargamento dos trechos vicinais já invadidos pela vegetação, dificultando o acesso de veículos de grande porte.

1.9 - Turismo

1.9.1 – Implantar ações que visem o fortalecimento do turismo local;
1.9.2 – Construir calçadão, urbanizar as vias centrais do nosso Município; e
1.9.3 – Instalar placas informativas nos pontos turísticos do nosso Município.

1.10 - Limpeza Urbana
1.10.1 – Implementar ações de investimentos que permita uma melhor infraestrutura no serviço de limpeza pública.

1.11 – Infraestrutura Urbana
1.11.1 - Promover a implementação e urbanização da infraestrutura ao acesso principal do Município, com a construção de calçadas e espaços de esporte e lazer;
1.11.2 – Construção de pavimentação de avenidas e novas ruas municipais;
1.11.3 – Ampliar cemitério público;
1.11.4 – Recuperar e ampliar pavimentações de ruas;
1.11.5 - Recuperar e construir novas praças;
1.11.6 – Adquirir novos imóveis visando a ampliação da infraestrutura urbana.
1.11.7 – Ampliar e reformar o mercado público, a feira e o matadouro;
1.11.8 – Construir calçadão, urbanizando as principais avenidas na sede e comunidades próximas ao centro do nosso Município;
1.11.9 – Construir pórticos nos principais acessos ao Município; e
1.11.10 – Instalar academias comunitárias em logradouros.

1.12 – Agricultura
1.12.1 – Adquirir equipamentos agrícolas para suporte técnico ao pequeno agricultor;
1.12.2 – Recuperar e construir barreiros em terras de pequenos agricultores; e
1.12.3 – Construir e instalar o matadouro municipal com novos equipamentos.

II – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2.1 - Saúde
2.1.1 – Adquirir e manter veículos e equipamentos do sistema de saúde pública; e
2.1.2 – Ampliar o sistema de saúde pública local.

2.2 - Assistência Social
2.2.1 - Melhorar a qualidade do serviço de assistência geral, inclusive construindo, restaurando e instalando as unidades existentes, inclusive a sede da Casa da Família;

2.2.2 - Melhorar a qualidade do serviço de apoio a idosos, inclusive construindo, restaurando e instalando as unidades existentes; e
2.2.3 - Melhorar a qualidade do serviço de apoio a idosos, inclusive construindo, restaurando e instalando as unidades existentes.
Galinhos/RN, 26 de junho de 2018.

FRANCINALDO SILVA DA CRUZ
Prefeito do Municipal

ANEXO III – ANEXO DAS METAS FISCAIS

As receitas e despesas previstas para o nosso município, durante os dois próximos anos, atingirão os seguintes números:

R$ 1.000,00

Discriminação	2016	2017	2018	2019	2020
Receitas Totais	46.370.089,00	30.843.857,00	38.201.400,00	39.611.470,00	41.092.043,50
Despesas Totais	43.390.096,00	25.915.337,00	28.201.400,00	29.611.470,00	31.092.043,50

Analisando o comportamento das receitas ao longo do último exercício fiscal, se tem que ela registrou variação positiva e em percentual razoável.
Já avaliando as receitas no exercício de 2017, quando comparadas com os números da despesa do mesmo exercício, temos que houve um superávit na ordem de R$ 4.928.520,00. Vejamos o detalhamento da despesa ocorrida no exercício de 2017.

R$ 1,00

Especificações da Natureza	Realizada/R$	Percentual %
Pessoal e Encargos Sociais	10.195.430,70	54,34
Outras Despesas Correntes	4.864.841,31	25,93
Juros da Dívida	18.081,32	0,10
Investimentos	455.282,52	2,43
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortizações da Dívida	135.467,43	0,72
Total da Despesa Realizada	15.669.103,28	Sem Dados
Total da Receita Arrecadada	18.761.202,14	Sem Dados
Variação	Sem dados	Sem Dados

Dentre as despesas realizadas, destacamos o gasto com pessoal, quando, seguindo as diretrizes do Governo Federal, principalmente no que se refere a elevação do salário mínimo nacional e piso salarial do magistério, os Poderes Executivo e Legislativo destinaram mais de 54% da Receita Corrente Líquida anual nesse gasto.

Galinhos/RN, 27 de junho de 2018.

FRANCINALDO SILVA DA CRUZ
Prefeito do Municipal

ANEXO IV – ANEXO DAS METAS FISCAIS ANUAIS

R$ 1,00

Especificação	2016	2017
Receitas	42.474.545,00	15.950.337,00
Despesas	41.993.723,84	15.759.744,00

Analisando as metas fiscais apuradas nesses dois últimos anos, não foram obtidos dados referentes a arrecadação e execução das despesas do exercício financeiro de 2016, pelo que foram apresentados os valores na sua previsão inicial da proposta orçamentária.

Galinhos/RN, 27 de junho de 2018.

FRANCINALDO SILVA DA CRUZ
Prefeito do Municipal

ANEXO V – AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
R$ 1,00

Evolução do Patrimônio Líquido	2016	2017
Ativo Real Líquido	Sem dados disponíveis	Sem dados disponíveis
Passivo Real Descoberto	Sem dados disponíveis	Sem dados disponíveis

Patrimônio Líquido: diferença entre o passivo e o ativo

Analisando a evolução do patrimônio líquido, não foram obtidos dados referentes a arrecadação e execução das despesas do exercício financeiro de 2016, pelo que ficou prejudicada sua análise.

Galinhos/RN, 27 de junho de 2018.

FRANCINALDO SILVA DA CRUZ
Prefeito do Municipal

ANEXO VI – DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E AVALIAÇÃO DE ATIVOS

R$ 1,00

Ativo Permanente em 2017	ORIGEM	APLICAÇÃO	VALOR/R$
Bens Móveis	Alienação	Despesas de Capital	R$ 317.000,00
Bens Imóveis	Alienação	Despesas de Capital	R$ 135.467,43

Ao longo do exercício de 2017, foram alienados bens de capital na ordem de R$ 452.467,43, onde, diante dos arquivos existentes na Prefeitura, não foi possível identificar a aplicação desses recursos.

Galinhos/RN, 27 de junho de 2018.

FRANCINALDO SILVA DA CRUZ
Prefeito do Municipal

ANEXO VII – DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DE RENUNCIA DE RECEITAS
R$ 1,00

Tributos	Valor Renunciado	Valor Compensado
Iss/Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza		
Iptu/Imposto Predial e Territorial Urbano	NADA A REGISTRAR	
Itbi/Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis		
Irrf/Imposto sobre a Renda retido na Fonte		

No decorrer do exercício, não houve o registro de qualquer compensação de renúncia de receitas tributárias municipais.

Galinhos/RN, 27 de junho de 2018.

FRANCINALDO SILVA DA CRUZ
Prefeito do Municipal

ANEXO VIII – ANEXO DOS RISCOS FISCAIS

Este estudo na LDO não está resumido à previsão de gastos e receitas compatíveis entre si, estendendo-se ao exercício da identificação dos principais riscos a que as contas públicas estão sujeitas quando da elaboração orçamentária.

Com as principais receitas, o FPM e o ICMS, que foram projetadas a partir de indicadores relacionados com o crescimento econômico nacional e estadual, respectivamente, já que esses valores advêm dos governos federal e estadual, é evidente que a não confirmação desses indicadores significará um desvio do equilíbrio das contas públicas.

No que se referem às situações que podem causar ganhos ou perdas de receitas, podemos destacar aquelas:
a) a tendência, em 2019, é pela estabilização das taxas anuais de juros, provocando desaquecimento na atividade econômica, e consequentemente, gerando menores arrecadações,
b) a manutenção dos repasses advindos dos royalties,
c) o surgimento de passivos contingentes, que se tratam de dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, como a de processos judiciais que envolvem o município. Destacamos, os precatórios trabalhistas e ao INSS.

Galinhos/RN, 27 de junho de 2018.

FRANCINALDO SILVA DA CRUZ
Prefeito do Municipal

ANEXO IX – DEMONSTRATIVO SOBRE RECEITAS E DESPESAS DECORRENTES DE ISENÇÕES, ANISTIAS, REMISSÕES, SUBSÍDIOS E OUTROS BENEFÍCIOS
R$ 1,00

Tributos	Receitas	Despesas
Iss/Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	0,00	0,00
Iptu/Imposto Predial e Territorial Urbano	0,00	0,00
Itbi/Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis	0,00	0,00
Irrf/Imposto sobre a Renda retido na Fonte	0,00	0,00

No decorrer do exercício, também não houve o registro de qualquer receita ou despesa decorrente de isenções ou anistias na área tributária.

Galinhos/RN, 27 de junho de 2018.

FRANCINALDO SILVA DA CRUZ
Prefeito do Municipal

Publicado por:
Jose Carlos de Oliveira Ferreira
Código Identificador:E28A984A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO 0392018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO Pregão Presencial Nº 039/2018.

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL, referente a licitação Pregão Presencial nº 039/2018 com início 12 de junho de 2018, realizada em 25 de junho de 2018 (segunda-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada, em favor da empresa relacionada a seguir, conforme tabela abaixo:

Item nº:1 - **ABACATE (MB)**			
Quantidade: 300,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 5,4000	Valor Total: 1.620,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:2 - **ABACAXI (MB)**			
Quantidade: 2.500,00	Unidade: UND	Valor Unitário: 3,4000	Valor Total: 8.500,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:3 - **Acerola (MB)**			
Quantidade: 3.200,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 6,6000	Valor Total: 21.120,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:4 - **ALFACE (MB)**			
Quantidade: 300,00	Unidade: PÉ	Valor Unitário: 3,2000	Valor Total: 960,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:5 - **ALHO CABEÇA PESO MÉDIO 40G (MB)**			
Quantidade: 8.000,00	Unidade: UND	Valor Unitário: 1,5500	Valor Total: 12.400,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:6 - **BANANA PRATA (MB)**			
Quantidade: 14.000,00	Unidade: UND	Valor Unitário: 0,4600	Valor Total: 6.440,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:7 - **BATATA DOCE (MB)**			
Quantidade: 1.000,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 3,5000	Valor Total: 3.500,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:8 - **BATATA INGLESA (MB)**			
Quantidade: 3.000,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 3,3000	Valor Total: 9.900,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:9 - **BETERRABA (MB)**			
Quantidade: 100,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 3,8000	Valor Total: 380,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:10 - **CAJU (MB)**			
Quantidade: 500,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 6,7000	Valor Total: 3.350,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:11 - **Cebola Branca (MB)**			

Quantidade: 2.700,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 2,6000	Valor Total: 7.020,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:12 - **CEBOLA ROXA (MB)**			
Quantidade: 1.000,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 2,6000	Valor Total: 2.600,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:13 - **Cenoura (MB)**			
Quantidade: 2.200,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 3,3000	Valor Total: 7.260,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:14 - **CHEIRO VERDE E CEBOLINHA, MOLHO COM PESO MÉDIO DE 100G (MB)**			
Quantidade: 10.000,00	Unidade: UND	Valor Unitário: 0,7200	Valor Total: 7.200,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:15 - **CHUCHU (MB)**			
Quantidade: 750,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 1,4400	Valor Total: 1.080,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:16 - **Feijão Verde (MB)**			
Quantidade: 750,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 3,7000	Valor Total: 2.775,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:17 - **Goiaba (MB)**			
Quantidade: 5.000,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 4,1000	Valor Total: 20.500,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:18 - **JERIMUM CABLOCO (MB)**			
Quantidade: 1.000,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 3,8000	Valor Total: 3.800,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:19 - **MAÇA (MB)**			
Quantidade: 2.200,00	Unidade: UND	Valor Unitário: 0,8500	Valor Total: 1.870,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:20 - **Macaxeira (MB)**			
Quantidade: 1.500,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 5,8000	Valor Total: 8.700,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:21 - **Mamão (MB)**			
Quantidade: 2.000,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 2,4500	Valor Total: 4.900,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:22 - **MANGA ESPADA (MB)**			
Quantidade: 1.000,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 2,7000	Valor Total: 2.700,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:23 - **MARACUJÁ (MB)**			
Quantidade: 2.500,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 5,8000	Valor Total: 14.500,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:24 - **MELÂNCIA (MB)**			
Quantidade: 2.500,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 1,7000	Valor Total: 4.250,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:25 - **MELÃO (MB)**			
Quantidade: 2.500,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 2,8000	Valor Total: 7.000,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:26 - **MILHO VERDE ESPIGA (MB)**			
Quantidade: 3.000,00	Unidade: UND	Valor Unitário: 0,7500	Valor Total: 2.250,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:27 - **PEPINO (MB)**			
Quantidade: 100,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 2,8000	Valor Total: 280,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:28 - **PIMENTÃO (MB)**			
Quantidade: 7.000,00	Unidade: UND	Valor Unitário: 0,7500	Valor Total: 5.250,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:29 - **REPOLHO (MB)**			
Quantidade: 500,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 4,7000	Valor Total: 2.350,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:30 - **Tomate (MB)**			
Quantidade: 3.000,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 4,1500	Valor Total: 12.450,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:31 - **OVO DE GALINHA VERMELHO BANDEJA COM 15und (MB)**			
Quantidade: 2.500,00	Unidade: UND	Valor Unitário: 6,4500	Valor Total: 16.125,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:32 - **OVO DE GALINHA BRANCO COMERCIAL BANDEJA COM 15und (MB)**			
Quantidade: 2.500,00	Unidade: UND	Valor Unitário: 6,4500	Valor Total: 16.125,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:33 - **LARANJA (MB)**			
Quantidade: 2.500,00	Unidade: UND	Valor Unitário: 0,4500	Valor Total: 1.125,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:34 - **LIMÃO (MB)**			
Quantidade: 50,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 5,8000	Valor Total: 290,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:35 - **PASSAS (MB)**			
Quantidade: 20,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 19,5000	Valor Total: 390,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:36 - **Kiwi (MB)**			
Quantidade: 20,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 16,5000	Valor Total: 330,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:37 - **Morango (MB)**			
Quantidade: 50,00	Unidade: BAND	Valor Unitário: 8,8000	Valor Total: 440,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:38 - **UVA (MB)**			
Quantidade: 50,00	Unidade: KG	Valor Unitário: 6,7500	Valor Total: 337,50
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
Item nº:39 - **Tangerina (MB)**			
Quantidade: 500,00	Unidade: UND	Valor Unitário: 5,8000	Valor Total: 2.900,00
Aceito para : **ODERLEY WAGNER SANTIAGO** - CNPJ 22.899.585/0001-66			
VALOR TOTAL R$ 224.967,50			

Jardim de Piranhas, 06 de julho de 2018.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Everton Araujo Santos
Código Identificador:8CA14D48

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018

Às **09:00** do dia **06 de julho de 2018**, na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN, situada na Av. Drº. Silvio Bezerra de Melo, 363 - Centro, CEP: 59.390-000, realizou-se a sessão pública para recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e as documentações de habilitação, apresentados em razão do certame licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018**, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO EQUIPAMENTOS, MATERIAL PERMANENTE E MATERIAL DE CONSUMO PARA SEREM UTILIZADOS COM O OBJETO DE: IMPLANTAR E IMPLEMENTAR O PROGRAMA ESTAÇÃO JUVENTUDE, NA MODALIDADE COMPLEMENTAR, NO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN. As especificações técnicas dos serviços, objeto deste Pregão, estão contidas no Anexo I do Termo de Referência do Edital. Presentes o Pregoeiro, Aldrin Macedo de Medeiros, bem como, a Equipe de Apoio constituída pelos servidores: Jayzon Inácio do Nascimento, e Jarlene Guilherme da Silva Medeiros, solicitados pelo Pregoeiro para prestarem apoio técnico e operacional no processo licitatório, nomeados pela Portaria Nº 002/2018. O Pregoeiro iniciou a sessão informando os procedimentos da mesma. Foi credenciado a participar do certame o representante da pessoa jurídica baixo relacionada, o qual deixou os envelopes de propostas de preços e habilitação:

DO CREDENCIAMENTO

Na sequência, foi verificada a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e dos documentos para credenciamento da empresa licitante:

FORNECEDORES PARTICIPANTES	
LICITANTE	**REPRESENTANTE**
RAZÃO SOCIAL / CNPJ / CPF	**NOME / IDENTIDADE / EMISSOR**
PEDRO NASCIMENTO DE PAIVA FERNANDES - ME / 09.109.547/0001-02	FERNANDO ANTÔNIO DA C F DE MELO FILHO /1057995

Finalizado o credenciamento foram verificados os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação (envelopes nº 01 e 02) deixados pelo representante credenciado.

DO REGISTRO DO PREGÃO

Ato contínuo, foram abertos os Envelopes contendo as Propostas e, com a colaboração dos membros da Equipe de Apoio, o Pregoeiro examinou a compatibilidade do objeto, prazos e condições de fornecimento ou de execução, com aqueles definidos no Edital.

LANCES POR ITEM

Item Nº1 - 0031273 - AGULHA DE MÃO Nº 14 PARA COSTURA PCT/10		
Propostas		
Fornecedor	**Qtde**	**Valor**
Lances		
O(s) item(ns) marcado(s) com (*) está(ão) classificado(s) para próxima rodada; o(s) marcado(s) com (X) foi(ram) desclassificado(s) pelo Pregoeiro Oficial; e o(s) não marcado(s), desclassificado(s) automaticamente.		

Item Nº2 - 0031275 - APONTADOR SIMPLES RETANGULAR COM NO MINIMO 2,5X2X1,5CM		
Propostas		
Fornecedor	**Qtde**	**Valor**
Lances		
O(s) item(ns) marcado(s) com (*) está(ão) classificado(s) para próxima rodada; o(s) marcado(s) com (X) foi(ram) desclassificado(s) pelo Pregoeiro Oficial; e o(s) não marcado(s), desclassificado(s) automaticamente.		

Item Nº3 - 0031276 - BANNER COR 4X0 CORES. MATERIAL LONA. ACAB. COM ILHOS/M²		
Propostas		
Fornecedor	**Qtde**	**Valor**
Lances		
O(s) item(ns) marcado(s) com (*) está(ão) classificado(s) para próxima rodada; o(s) marcado(s) com (X) foi(ram) desclassificado(s) pelo Pregoeiro Oficial; e o(s) não marcado(s), desclassificado(s) automaticamente.		

Item Nº4 - 0031278 - BASTIDOR PLÁSTICO FINO COM REGULADOR Nº16		
Propostas		
Fornecedor	**Qtde**	**Valor**
Lances		
O(s) item(ns) marcado(s) com (*) está(ão) classificado(s) para próxima rodada; o(s) marcado(s) com (X) foi(ram) desclassificado(s) pelo Pregoeiro Oficial; e o(s) não marcado(s), desclassificado(s) automaticamente.		

Item Nº5 - 0031281 - CADERNO DESENHO COM ESPIRAL COM NO MINIMO 40 FOLHAS		
Propostas		
Fornecedor	**Qtde**	**Valor**
Lances		
O(s) item(ns) marcado(s) com (*) está(ão) classificado(s) para próxima rodada; o(s) marcado(s) com (X) foi(ram) desclassificado(s) pelo Pregoeiro Oficial; e o(s) não marcado(s), desclassificado(s) automaticamente.		

Item Nº6 - 0031284 - CARTOLINA COMUM TAMANHO 500X660 CORES VARIADAS		
Propostas		
Fornecedor	**Qtde**	**Valor**

Lances
O(s) item(ns) marcado(s) com (*) está(ão) classificado(s) para próxima rodada; o(s) marcado(s) com (X) foi(ram) desclassificado(s) pelo Pregoeiro Oficial; e o(s) não marcado(s), desclassificado(s) automaticamente.

Item Nº7 - 0031285 - CARTOLINA GUACHE DECORADA		
Propostas		
Fornecedor	Qtde	Valor
Lances		
O(s) item(ns) marcado(s) com (*) está(ão) classificado(s) para próxima rodada; o(s) marcado(s) com (X) foi(ram) desclassificado(s) pelo Pregoeiro Oficial; e o(s) não marcado(s), desclassificado(s) automaticamente.		

Item Nº8 - 0031291 - Cola Permanente Para Tecidos 25ml		
Propostas		
Fornecedor	Qtde	Valor
Lances		
O(s) item(ns) marcado(s) com (*) está(ão) classificado(s) para próxima rodada; o(s) marcado(s) com (X) foi(ram) desclassificado(s) pelo Pregoeiro Oficial; e o(s) não marcado(s), desclassificado(s) automaticamente.		

Item Nº9 - 0031294 - CRACHÁ, PAPEL BRANCO, 12CM X 10CM, COLORIDO, GRAMATURA 180G, COM CORDÃO		
Propostas		
Fornecedor	Qtde	Valor
Lances		
O(s) item(ns) marcado(s) com (*) está(ão) classificado(s) para próxima rodada; o(s) marcado(s) com (X) foi(ram) desclassificado(s) pelo Pregoeiro Oficial; e o(s) não marcado(s), desclassificado(s) automaticamente.		

Item Nº10 - 0031296 - EMBORRACHADO EM EVA TAMANHO 90X180 EM ROLO COM PROTEÇÃO PLASTICA		
Propostas		
Fornecedor	Qtde	Valor
Lances		
O(s) item(ns) marcado(s) com (*) está(ão) classificado(s) para próxima rodada; o(s) marcado(s) com (X) foi(ram) desclassificado(s) pelo Pregoeiro Oficial; e o(s) não marcado(s), desclassificado(s) automaticamente.		

Item Nº11 - 0031301 - FITA DECORATIVA (CETIM) DIVERSAS CORES 16X50		
Propostas		
Fornecedor	Qtde	Valor
Lances		
O(s) item(ns) marcado(s) com (*) está(ão) classificado(s) para próxima rodada; o(s) marcado(s) com (X) foi(ram) desclassificado(s) pelo Pregoeiro Oficial; e o(s) não marcado(s), desclassificado(s) automaticamente.		

Item Nº12 - 0031302 - FOLDER EM PAPEL BRANCO, A4, DUAS DOBRAS COLORIDO, FRENETE E VERSO 120G		
Propostas		
Fornecedor	Qtde	Valor
Lances		
O(s) item(ns) marcado(s) com (*) está(ão) classificado(s) para próxima rodada; o(s) marcado(s) com (X) foi(ram) desclassificado(s) pelo Pregoeiro Oficial; e o(s) não marcado(s), desclassificado(s) automaticamente.		

Item Nº13 - 0031303 - FOLHETO - 21X15CM, 4X4, CORES, EM COUCHE LISO, 115G		
Propostas		
Fornecedor	Qtde	Valor
Lances		
O(s) item(ns) marcado(s) com (*) está(ão) classificado(s) para próxima rodada; o(s) marcado(s) com (X) foi(ram) desclassificado(s) pelo Pregoeiro Oficial; e o(s) não marcado(s), desclassificado(s) automaticamente.		

Item Nº14 - 0031306 - LÁPIS EM MADEIRA DE COR EM EMBALAGEM C/ 48 CORES. ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO			
Propostas			
Fornecedor	Qtde	Valor	
09.109.547/0001-02 - PEDRO NASCIMENTO DE PAIVA FERNANDES - ME	200	R$ 41,5000	*
Lances			
O(s) item(ns) marcado(s) com (*) está(ão) classificado(s) para próxima rodada; o(s) marcado(s) com (X) foi(ram) desclassificado(s) pelo Pregoeiro Oficial; e o(s) não marcado(s), desclassificado(s) automaticamente.			
Item Nº14 - 0031306		Rodada Nº 1	
09.109.547/0001-02 - PEDRO NASCIMENTO DE PAIVA FERNANDES - ME		R$ 41,5000	09:14:15

Item Nº15 - 0031308 - LINHA MEADA PARA BORDAR DIVERSAS CORES CAIXA C/ 72 UNIDADES		
Propostas		
Fornecedor	Qtde	Valor
Lances		
O(s) item(ns) marcado(s) com (*) está(ão) classificado(s) para próxima rodada; o(s) marcado(s) com (X) foi(ram) desclassificado(s) pelo Pregoeiro Oficial; e o(s) não marcado(s), desclassificado(s) automaticamente.		

Item Nº16 - 0031310 - PAPEL CAMURÇA TAMANHO 40X60 CORES VARIADAS		
Propostas		
Fornecedor	Qtde	Valor
Lances		
O(s) item(ns) marcado(s) com (*) está(ão) classificado(s) para próxima rodada; o(s) marcado(s) com (X) foi(ram) desclassificado(s) pelo Pregoeiro Oficial; e o(s) não marcado(s), desclassificado(s) automaticamente.		

Item Nº17 - 0031313 - PASTA SUSPENSA PLASTIFICADA COM GRAMPOS CORES DIVERSAS		
Propostas		
Fornecedor	Qtde	Valor
Lances		
O(s) item(ns) marcado(s) com (*) está(ão) classificado(s) para próxima rodada; o(s) marcado(s) com (X) foi(ram) desclassificado(s) pelo Pregoeiro Oficial; e o(s) não marcado(s), desclassificado(s) automaticamente.		

Item Nº18 - 0031315 - PINCEL CHATO PARA TRABALHOS DIVERSOS - NÚMERO 4 REDONDO		
Propostas		
Fornecedor	Qtde	Valor
Lances		
O(s) item(ns) marcado(s) com (*) está(ão) classificado(s) para próxima rodada; o(s) marcado(s) com (X) foi(ram) desclassificado(s) pelo Pregoeiro Oficial; e o(s) não marcado(s), desclassificado(s) automaticamente.		

Item Nº19 - 0031323 - TINTA PARA TECIDOS POTE COM 250ML (CORES DIVERSAS)			
Propostas			
Fornecedor	Qtde	Valor	
09.109.547/0001-02 - PEDRO NASCIMENTO DE PAIVA FERNANDES - ME	400	R$ 17,3800	*
Lances			

O(s) item(ns) marcado(s) com (*) está(ão) classificado(s) para próxima rodada; o(s) marcado(s) com (X) foi(ram) desclassificado(s) pelo Pregoeiro Oficial; e o(s) não marcado(s), desclassificado(s) automaticamente.	
Item Nº19 - 0031323	**Rodada Nº 1**

Item Nº20 - 0031325 - COMPUTADOR COM MONITOR LED 19,5" INTEL® CORE™ I5 8GB HD 1TB, MOUSE/TECLADO/CAIXA DE SOM/WINDOWS 10			
Propostas			
Fornecedor	**Qtde**	**Valor**	
09.109.547/0001-02 - PEDRO NASCIMENTO DE PAIVA FERNANDES - ME	14	R$ 2.079,0000	*
Lances			
O(s) item(ns) marcado(s) com (*) está(ão) classificado(s) para próxima rodada; o(s) marcado(s) com (X) foi(ram) desclassificado(s) pelo Pregoeiro Oficial; e o(s) não marcado(s), desclassificado(s) automaticamente.			
Item Nº20 - 0031325		**Rodada Nº 1**	
09.109.547/0001-02 - PEDRO NASCIMENTO DE PAIVA FERNANDES - ME		R$ 2.079,0000	09:19:33

Item Nº21 - 0031332 - SMART TV LED 43" FULL HD COM CONVERSOR DIGITAL/WIFI/HDMI/USB/			
Propostas			
Fornecedor	**Qtde**	**Valor**	
09.109.547/0001-02 - PEDRO NASCIMENTO DE PAIVA FERNANDES - ME	1	R$ 2.788,5000	*
Lances			
O(s) item(ns) marcado(s) com (*) está(ão) classificado(s) para próxima rodada; o(s) marcado(s) com (X) foi(ram) desclassificado(s) pelo Pregoeiro Oficial; e o(s) não marcado(s), desclassificado(s) automaticamente.			
Item Nº21 - 0031332		**Rodada Nº 1**	

DA CLASSIFICAÇÃO

EMPRESA	**VALOR**	**CLASSIFICAÇÃO**
Item: 001-AGULHA DE MÃO Nº 14 PARA COSTURA PCT/10		
Item:002-APONTADOR SIMPLES RETANGULAR COM NO MINIMO 2,5X2X1,5CM		
Item:003-BANNER COR 4X0 CORES. MATERIAL LONA. ACAB. COM ILHOS/M²		
Item:004-BASTIDOR PLÁSTICO FINO COM REGULADOR Nº16		
Item: 005-CADERNO DESENHO COM ESPIRAL COM NO MINIMO 40 FOLHAS		
Item: 006-CARTOLINA COMUM TAMANHO 500X660 CORES VARIADAS		
Item: 007-CARTOLINA GUACHE DECORADA		
Item: 008-Cola Permanente Para Tecidos 25ml		
Item: 009-CRACHÁ, PAPEL BRANCO, 12CM X 10CM, COLORIDO, GRAMATURA 180G, COM CORDÃO		
Item: 010-EMBORRACHADO EM EVA TAMANHO 90X180 EM ROLO COM PROTEÇÃO PLASTICA		
Item: 011-FITA DECORATIVA (CETIM) DIVERSAS CORES 16X50		
Item: 012-FOLDER EM PAPEL BRANCO, A4, DUAS DOBRAS COLORIDO, FRENET E VERSO 120G		
Item: 013-FOLHETO - 21X15CM, 4X4, CORES, EM COUCHE LISO, 115G		
Item: 014-LÁPIS EM MADEIRA DE COR EM EMBALAGEM C/ 48 CORES. ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO		
PEDRO NASCIMENTO DE PAIVA FERNANDES - ME	41,5000	1º Lugar
Item: 015-LINHA MEADA PARA BORDAR DIVERSAS CORES CAIXA C/ 72 UNIDADES		
Item:016-PAPEL CAMURÇA TAMANHO 40X60 CORES VARIADAS		
Item:017-PASTA SUSPENSA PLASTIFICADA COM GRAMPOS CORES DIVERSAS		
Item:018-PINCEL CHATO PARA TRABALHOS DIVERSOS - NÚMERO 4 REDONDO		
Item: 019-TINTA PARA TECIDOS POTE COM 250ML (CORES DIVERSAS)		
Item: 020-COMPUTADOR COM MONITOR LED 19,5" INTEL® CORE™ I5 8GB HD 1TB, MOUSE/TECLADO/CAIXA DE SOM/WINDOWS 10		
PEDRO NASCIMENTO DE PAIVA FERNANDES - ME	2.079,0000	1º Lugar
Item: 021-SMART TV LED 43" FULL HD COM CONVERSOR DIGITAL/WIFI/HDMI/USB/		

DA HABILITAÇÃO

Em seguida, foi analisada a aceitabilidade da proposta detentora do menor preço, conforme previsto no edital. Posteriormente, foi analisada a documentação da referida empresa.

DAS OCORRÊNCIAS DA SESSÃO PÚBLICO

A EMPRESA PEDRO NASCIMENTO DE PAIVA FERNANDES – ME. CNPJ Nº 09.109.547/0001-02, ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE LEGAL O SRº FERNANDO ANTÔNIO DA C F DE MELO FILHO, DEIXOU A DOCUMENTAÇÃO - CREDENCIAMENTO/PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO, NÃO FICANDO O MESMO PARA A SESSÃO. APÓS ANALISE FEITA PELA COMISSÃO FOI VISTO QUE A EMPRESA ACIMA CITADA APRESENTOU CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS VENCIDA. DESCUMPRINDO ASSIM O ITEM 9.3.1.5 DO EDITAL, QUE EXIGE A APRESENTAÇÃO DE "CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS, EMITIDA PELA SECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO OU OUTRO ÓRGÃO EQUIVALENTE NA UNIDADE FEDERADA À QUAL A EMPRESA LICITANTE É DOMICILIADA". DIANTE DA RESTRIÇÃO NA COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL CONFORME EXIGIDO NO ITEM 9.3.1.5 E APONTADO POR ESTA COMISSÃO ACIMA, FOI ASSEGURADO O DIREITO DE USUFRUIR DO PRAZO DE CINCO DIAS ÚTEIS PARA REGULARIZAÇÃO DA CERTIDÃO PENDENTE CONFORME PREVISTO NO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 43 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 NA QUAL PREVÊ QUE: "HAVENDO ALGUMA RESTRIÇÃO NA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL, SERÁ ASSEGURADO O PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, CUJO TERMO INICIAL CORRESPONDERÁ AO MOMENTO EM QUE O PROPONENTE FOR DECLARADO O VENCEDOR DO CERTAME, PRORROGÁVEL POR IGUAL PERÍODO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PARA A REGULARIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO, PAGAMENTO OU PARCELAMENTO DO DÉBITO E EMISSÃO DE EVENTUAIS CERTIDÕES NEGATIVAS OU POSITIVAS COM EFEITO DE CERTIDÃO NEGATIVA. (REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 2014)."

ITENS DE FORNECEDORES INABILITADOS		
Fornecedor	**>Item**	**Motivo**
PEDRO NASCIMENTO DE PAIVA FERNANDES - ME	Nº 19 - 0031323	PREÇO ACIMA DO NOSSO VALOR DE REFERENCIA
PEDRO NASCIMENTO DE PAIVA FERNANDES - ME	Nº 21 - 0031332	PREÇO ACIMA DO NOSSO VALOR DE REFERENCIA

DO ENCERRAMENTO

O Pregoeiro, após encerramento desta fase informou a todos os presentes que o resultado será publicado no Diário dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte - FEMURN, uma vez que irá proceder com a Equipe de Apoio, uma análise minuciosa da documentação do licitante classificado nos preços, inclusive verificar a autenticidade das **Certidões emitidas pela Internet**. Nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro declarou encerrados

os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que vai assinada pelos presentes. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão às 09h:50m do dia 06/07/2018, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio.

COMISSÃO

ALDRIN MACEDO DE MEDEIROS	*JAYZON INÁCIO DO NASCIMENTO EQUIPE DE*	*JARLENE GUILHERME DA SILVA MEDEIROS*
Pregoeiro	Apoio	Equipe de Apoio

Publicado por:
Aldrin Macedo de Medeiros
Código Identificador:A6416CAE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº 1053/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS PERECÍVEIS
Ata de Registro de Preços nº 48/2018
Data de assinatura: 19/06/2018
Vigência: 19/06/2018 a 18/06/2019
Órgão Gerenciador:
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas. Representante: Ismael Alves de Souza
Órgão(s) Participante(s):
MUNICÍPIO DE PARELHAS. Representante: Alexandre Carlo de Medeiros Dantas

Fornecedor: **COOPERATIVA AGROPECUARIA DO SERIDO CAPESA**		
CNPJ: **08.460.693/0001-07**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA BERNARDINO DE SENA, 536 , DINARTE MARIZ, PARELHAS/RN, CEP: 59360-000**		
Representante: **VÊNANCIO DE SOUZA LIMA**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0003818 - BANANA		KG	14961,00	2,940	43.985,34
2	0003823 - CENOURA		KG	2002,00	4,470	8.948,94
3	0003821 - CEBOLA BRANCA		KG	2002,00	3,500	7.007,00

Valor Total R$59.941,28

Publicado por:
Maria das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:F28CBD0A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 029/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE Riacho da Cruz, com sede na: Rua Camilo de Lellis, 285, Centro, Riacho da Cruz, Rio Grande do Norte, CEP: 59.820-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.921.556/0001-08, neste ato representado por MARIA BERNADETE NUNES REGO GOMES, Prefeito, inscrito no CPF sob o n.º 289.106.054-72, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 026/2018 - PP, homologada em 04/07/2018, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto Registro de Preços para possível aquisição de material odontológico destinado a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo ao edital de *Pregão* nº 026/2018 - PP, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

626 - PHOSPODONT LTDA (04.451.626/0001-75)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
4	5455 - Agente Hemostático, Solução Hemostática Tópica À Base De Cloreto De Aluminio, Uso Odontológico, Em Frasco Com 10ml	FRASCO	TECHNEW	10	13,30	133,00
11	5464 - Anestésico Local Injetável, Mepivacaína 2% Com Epinefrina 1:100.000 - Caixa Com 50 Tubetes De 1,8ml Cada	CX	DENTSPLY	50	76,50	3.825,00
14	5466 - Anestésico Local Solução Injetável, Cloridrato De Mepivacaina 3% Sem Vaso - Caixa Com 50 Tubetes Cim 1,8ml Cada	CX	DENTSPLY	5	77,00	385,00
15	5470 - Anestésico Tópico Gel, A Base De Benzocaína, Em Embalagem De 12g, Sabor Tutti-Fritti	FRASCO	DFL	20	8,80	176,00

18	5472 - Bandeja Clícina Medindo 22x12 Cm	UN	FAVA	20	17,40	348,00
20	11242 - BROCA CARBIDE BAIXA ROTAÇÃO Nº 04	UN	QUIMIDROL	40	3,18	127,20
21	11243 - BROCA CARBIDE BAIXA ROTAÇÃO Nº 02	UN	QUIMIDROL	40	3,18	127,20
22	11244 - BRUNIDOR BENNET PARA AMÁLGAMA Nº 33	UN	PRATA	30	3,40	102,00
29	5482 - Cimento Provisório, Para Cimentação E Obturação Provisória, Composição Reforçada À Base De Óxido De Zinco E Eugeol De Fácil E Rápida Manipulação E Com Propriedades Sedativas, Pó(35g) E Líquido (15ml)	CX	IODONTOSUL	10	20,30	203,00
30	5481 - Cimento De Ionomero De Vidro De Presa Quimica, Cor A3, Ionomero De Vidro Restaurador E Forrador - Composto De Pó (10g) E Líquido (8ml)	CX	DENTSCARE	15	20,30	304,50
32	5484 - Coletor De Material Perfúro-Cortante, Capacidade Normal : 07 Litros	UN	ASTROBOX	4	2,41	9,64
33	5485 - Composição De Hidróxido De Cálcio Radiopaco - Pasta Base 13g + Pasta Catalisadores 11g	CX	TECHNEW	15	15,20	228,00
34	11247 - CONTRA-ÂNGULO 1:1 COM MICROMOTOR PARA EQUIPO ODONTOLÓGICO	UN	SCHUSTER	4	740,00	2.960,00
37	8268 - CÂMARA ESCURA PARA REVELAÇÃO Especificações Mínimas: * Material que evite entrada de luminosidade externa. * Tampa que facilite higienização e reposição dos químicos. * Validade: indeterminada. * Amplo visor de acrílico vermelho translúcido com proteção ultravioleta. * Copos de fácil reposição e que permitem maior economia de químicos. * Aros que facilitem a retirada das luvas para limpeza. * 1 anos de garantia.	UN	ESSENCE	2	158,00	316,00
44	5491 - Discos De Feltro Natural Utilizados Para Suportar Pastas E Abrasivos Para Polimento De Superfícies. Disponíveis Nos Tamanho 12 Mm Aconpanhando O Mandril. Caixa Com 24 Unidades.	CX	DENTSCARE	10	23,10	231,00
46	5492 - Enxaguatório Bucal, Composto De Digluconato De Clorexidina 0,12%, Em Frasco De 1 Litro	FRASCO	IODONTOSUL	10	14,40	144,00
47	5493 - Escova De Robinson, Corte Das Cerdas Reta.	UN	MICRODONT	120	1,24	148,80
48	5496 - Espatula De Inserção Para Resina Com Ponta Ativa Dourada	UN	INDUSBELLO	20	45,87	917,40
51	5498 - Evidenciador De Placa Bacteriana, Soluçao Para Bochecho, Pronto Para Uso Com 500ml	FRASCO	IODONTOSUL	5	5,03	25,15
54	5501 - Fio Dental - Com 500m	UN	HILLO	2	6,34	12,68
57	5504 - Fluoreto De Sódio 1,23% - Flúor Del Acidulado Sabor Tutti-Frutti Em Embalagem De 200ml	UN	IODONTOSUL	60	3,50	210,00
58	11256 - Fluoreto De Sódio 1,23% - Flúor Del Acidulado Sabor Neutroi Em Embalagem De 200ml	UN	IODONTOSUL	20	3,50	70,00
62	5509 - Forceps Nº150	UN	ABC	10	51,50	515,00
63	5510 - Forceps Nº151	UN	ABC	10	51,50	515,00
64	5511 - Forceps Nº17	UN	ABC	10	51,50	515,00
65	5512 - Forceps Nº18l	UN	ABC	10	51,50	515,00
66	5513 - Forceps Nº18r	UN	ABC	10	51,50	515,00
67	5515 - Forceps Nº69	UN	ABC	10	51,50	515,00
68	5514 - Forceps Nº65	UN	ABC	6	51,50	309,00
69	11257 - Fórceps Nº 16	UN	ABC	10	51,50	515,00
70	5516 - Formocressol, Uso Odontológico, Frasco De 10ml	FRASCO	IODONTOSUL	4	4,00	16,00
72	5518 - Hidróxido De Cálcio Pa, Uso Odontologico, Apresentado Sob A Forma De Pó, Em Embalagem De 10g	FRASCO	MAQUIRA	4	20,37	81,48
73	5519 - Hollemback Nº 3	UN	IODONTOSUL	10	3,21	32,10
75	11258 - KIT DE HIGIENE BUCAL ADULTO Contendo escova dental e creme dental de 50g.	UN	PRATA	1.000	4,40	4.400,00
76	11259 - KIT DE HIGIENE BUCAL INFANTIL Contendo escova dental e creme dental de 50g.	UN	ORAL DENTMIL	1.000	4,20	4.200,00
80	11261 - LIMA PARA OSSO Nº 12	UN	STERILANCE	5	24,00	120,00
82	11262 - MICRO-BUSH FINO (1,5MM) Embalagem com 100 unidades.	CX	DENTSCARE	50	8,16	408,00
83	11263 - MICRO-BUSH REGULAR Embalagem com 100 unidades.	CX	DENTSCARE	50	8,16	408,00
84	11264 - OSTEÓTOMO ODONTOLÓGICO RETO	UN	ABC	5	55,50	277,50
86	5528 - Papel Carbono, Dupla Face (Azil E Vermelho), Embalagem Com 12 Unidades	PCT	PREVEN	20	2,33	46,60
87	5565 - Pote Dappen De Vidro	Pote	PREVEN	10	2,66	26,60
89	5534 - Pedra Pomes, Uso Odontológico, Ultra Fina. Pote Com 100 G	PCT	IODONTOSUL	10	3,79	37,90
90	5529 - Pasta Para Polimento De Compositos A Base De Óxido De Alumínio Granulação Extra-Fina De 6 A 8 Microns. Seringa Com 4g.	UN	DENTSCARE	4	19,37	77,48
94	5538 - Placa De Vidro , 20mm, Polida	UN	IODONTOSUL	4	9,47	37,88
95	5539 - Ponta Diamantada Fg 1012 Haste Curta - Caixa Com 10 Unidades	CX	FAVA	10	15,20	152,00
96	11266 - Ponta Diamantada Fg 1013 Haste Curta - Caixa Com 10 Unidades	CX	FAVA	20	15,20	304,00
97	5540 - Ponta Diamantada Fg 1014 Haste Curta - Caixa Com 10 Unidades	CX	FAVA	20	15,20	304,00
98	11267 - Ponta Diamantada Fg 1015 Haste Curta - Caixa Com 10 Unidades	CX	FAVA	20	15,29	305,80
99	5541 - Ponta Diamantada Fg 1016 Haste Curta - Caixa Com 10 Unidades	CX	FAVA	20	15,20	304,00
100	5554 - Ponta Diamantada Fg 3118 Haste Curta - Caixa Com 10 Unidades	CX	FAVA	10	15,20	152,00
101	5555 - Ponta Diamantada Fg 3118f Haste Curta - Caixa Com 10 Unidades	CX	FAVA	10	15,20	152,00
102	11268 - Ponta Diamantada Dourada 2135FF para alta rotação	UN	FAVA	50	1,53	76,50
104	11270 - Ponta Diamantada 3195F para alta rotação	UN	FAVA	50	1,53	76,50
105	11271 - Ponta Diamantada 3168F para alta rotação	UN	FAVA	50	1,53	76,50
106	11272 - PONTA CÔNICA INVERTIDA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1033	UN	FAVA	30	1,53	45,90
107	11273 - PONTA CÔNICA INVERTIDA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1035	UN	FAVA	30	1,53	45,90
108	11274 - PONTA CILÍNDRICA DIAMANTADA Nº 1094 PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	FAVA	30	1,53	45,90
109	11275 - PONTA CILÍNDRICA DIAMANTADA Nº 1092 PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	FAVA	30	1,53	45,90
112	5559 - Porta Agulha Mayo Hegar De 16cm	UN	ABC	10	19,00	190,00
113	5560 - Porta Amalgama Inox	UN	BRASVAL	10	18,90	189,00
115	5562 - Posicionador De Filme Radiográfico Autoclavavel Adulto Contendo Um Posicionador Bite Wing E Tres Posicionadores Periapicais	CX	MAQUIRA	1	46,40	46,40
116	5563 - Posicionador De Filme Radiográfico Autoclavavel Infantil Contendo Um Posicionador Bite Wing E Tres Posicionadores Periapicais	CX	MAQUIRA	1	46,40	46,40
119	11281 - PORTA DICAL DUPLO	UN	PRATA	20	3,50	70,00
121	11282 - RESINA COMPOSTA FLUÍDA, MICROHÍBRIDA RADIOPACA, DE MÉDIA VISCOSIDADE, FOTOPLIMERIZÁVEL (RESINA FLOW) COR A3 Seringa 2g.	SERINGA	BIODINAMICA	10	10,97	109,70
122	11283 - RESINA COMPOSTA FLUÍDA, MICROHÍBRIDA RADIOPACA, DE MÉDIA VISCOSIDADE, FOTOPLIMERIZÁVEL (RESINA FLOW) COR A1	SERINGA	BIODINAMICA	10	10,97	109,70
128	5579 - Selante De Fóssulas E Fissuras Fotopolimerizável	UN	MAQUIRA	10	17,00	170,00
129	5580 - Sistema De Adesivo , Fotopolimerizavel, Monocomponente Para Esmalte E Dentina , Frasco Com 4ml. Classificado Como Adesivo Convencional De Dos Passoas A Base De Acetona.	FRASCO	BIODINAMICA	40	11,70	468,00
133	5583 - Sugador Odontológico Descartável, Compatível Com Aqeuipo Gnatus, Para Remoção De Saliva , Confeccionado Em Material Atóxico, Embalagem Com 40 Unidades	PCT	INJECTA	100	4,00	400,00
137	5586 - Tesoura Iris Reta	UN	ABC	10	13,63	136,30
138	5587 - Tira De Lixa Abrasiva De Aço Inoxidável 4mm, Embalagem Com 12 Tiras	PCT	PREVEN	30	5,73	171,90
139	5588 - Tira De Lixa De Poliester, Para Acabamento E Polimento De Resina Composta, Com Duas Faces Abrasivas, Granulação Média E Fina, Embalagem Com 150 Unidades	PCT	PREVEN	20	6,85	137,00

141	5592 - Verniz Fluoretado Embalagem Contendo Frasco Com 10 Ml E Frasco De Solvente Contendo 10ml	FRASCO	DENTSCARE	5	14,78	73,90
Total					29.492,31	

757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME (10.212.250/0001-49)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	5453 - Ácido Fosfórico A 37%, Seringa Com 2,5ml Cada. Flow Pack. Embalagem Com 3 Seringas	PCT	CAITHEC	100	3,69	369,00
2	5456 - Agulha Descartável Gengival Curta, Tipo 30g, Com Marcador Do Lado Do Bisel - Caixa Com 100 Unidades	CX.	INJEX	50	28,00	1.400,00
3	5457 - Agulha Descartável Gengival Longa, Tipo 27g, Com Marcador Do Lado Do Bisel - Caixa Com 100 Unidades	CX.	INJEX	50	28,00	1.400,00
5	5458 - Alavanca Seldin Adulto Direita 1r	UN	LM	6	17,50	105,00
6	5459 - Alavanca Seldin Adulto Esquerda 1l	UN	LM	6	17,50	105,00
7	5460 - Alavanca Seldin Adulto Reta 2	UN	LM	6	17,50	105,00
9	5461 - Amálgama Em Capsula, Embalagem Com 500 Capsulas De 1 Porção 400mg Presa Regular.	CÁPSULA	SDI	300	1,80	540,00
10	5462 - Amálgama Em Capsula, Embalagem Com 500 Capsulas De 2 Porções 600mg Presa Regular.	CÁPSULA	SDI	300	1,99	597,00
12	5465 - Anestésico Local Solução Injetável, À Base De Cloridrato De Lidocaina E Fenilefrina, Caixa Com 50 Tubetes De 1,8ml Cada	CX	SS WHITE	100	37,80	3.780,00
16	7813 - AVENTAL DE CHUMBO COM PROTETOR DE TIREÓIDE Avental de Chumbo Cirúrgico, para proteção do paciente, confeccionado em borracha plumbífera acabamento em tecido especial lavável.	UN	FENIX DENTAL	2	437,00	874,00
17	5471 - Babador Descartavel Impermeável. Pacote Com 100 Unidades	PCT	BIODINAMICA	100	9,27	927,00
27	5475 - Broca Cirúrgica Zecrya	UN	PRIMA DENTAL	20	18,84	376,80
28	5479 - Cabo Para Espelho	UN	PREVEN	30	2,31	69,30
31	2305 - COLGADURA INDIVIDUAL INOX	UN	MAC	10	2,59	25,90
35	5487 - Cunha De Madeira - Cunhas Anatômicas Sortidas, Isenta De Rebarbas E Superfície Acabadas, Embalagem Com 100 Unidades	CX	SS PLUS	4	8,39	33,56
36	11248 - CURETA DE LUCCAS	UN	PRATA	10	5,50	55,00
38	11250 - COLHERES DE DENTINA Nº 14	UN	PRATA	10	4,27	42,70
39	11251 - COLHERES DE DENTINA Nº 17	UN	PRATA	10	4,27	42,70
40	11252 - CONDENSADOR WARD Nº 01	UN	PRATA	10	3,99	39,90
41	11253 - CONDENSADOR WARD Nº 03	UN	PRATA	10	3,99	39,90
42	11254 - CONDENSADOR WARD Nº 02	UN	PRATA	10	3,99	39,90
43	5489 - Curetas De Periodontia Modelo Mc Call 17/18	UN	PRATA	10	8,72	87,20
45	5488 - Curetas De Periodontia Modelo Mc Call 13/14	UN	FGM	10	8,72	87,20
50	5497 - Espelho Dental Sem Cabo, Caixa Com 12 Unidades	FRASCO	IODONTOSUL	10	26,04	260,40
52	5499 - Explorador Duplo Nº5	UN	LM	10	4,69	46,90
53	5500 - Fio De Sutura Seda Odontológica 3-0, Não Absorvível, Agulha Triangular 1/2 Circunferencia E 1,7cm, Trançado Preto, Estéril (Agulha Para Sutura Odontológica 1,7cm Com Fio De Seda), Caixa Com 24 Envelop	CX	TECHNEW	30	27,86	835,80
55	5502 - Fita Matriz De Aço 5 X 0,05 X 5m	UN	PREVEN	50	1,12	56,00
56	5503 - Fita Matriz De Aço 7 X 0,05 X 5m	UN	PREVEN	30	1,33	39,90
59	5506 - Forceps Infantil Nº01	UN	GOLGRAN	20	39,20	784,00
60	5507 - Forceps Infantil Nº02	UN	GOLGRAN	20	39,20	784,00
61	5508 - Forceps Infantil Nº06	UN	GOLGRAN	20	39,20	784,00
71	5517 - Hidroxido De Calcio Fotopolimerizavel. Seringa Com 2g.	UN	BIODINAMICA	10	21,17	211,70
74	5520 - Hollemback Nº 6	UN	PRATA	10	4,27	42,70
77	5522 - Kit De Acabamento E Polimento Para Resina Composta, Silicones Abrasivas	KIT	KG SORENSEN	4	77,70	310,80
78	5523 - Kit De Discos De Lixa Flexíveis, Disponíveis Em 4 Granulações (Grossa, Média, Fina E Extra Fina) E Nos Tamanhos De 8 E 12 Mm De Diâmetro Acompanhando O Mandril. Caixa Com 56 Discos.	CX	TDV	10	68,50	685,00
85	5527 - Óculos De Proteção - Lentes De Policarbonato Anti-Embaçante	UN	SOFT VISION	10	5,88	58,80
88	5530 - Pasta Profilática Com Flúor, Uso Profissional, Bisnaga Com 90g	Tubo	MAQUIRA	30	6,55	196,50
91	5535 - Pelicula Radiografica Adulto, Filme E Caixa Com 150 Películas	CX	KODAK	7	128,80	901,60
92	5536 - Pelicula Radiografica Infantil, Filme E Caixa Com 100 Películas	CX	KODAK	5	161,00	805,00
93	11265 - PINÇA CLÍNICA CURVA	UN	LM	20	6,72	134,40
114	11278 - PORTA BROCAS ODONTOLÓGICAS DE 15 FUROS	UN	HORUS ODONTO	4	5,60	22,40
117	11279 - PONTEIRA PARA ULTRASSON SHUSTER JET LAXIS SONIC (CONJUNTO DE 3 PONTEIRAS: T2s, T3s; Ts-1)	UN	SHUSTER	10	205,00	2.050,00
118	11280 - PÓ PARA BICARBONATO DE SÓDIO 40g.	SACHÊ	MAQUIRA	10	2,37	23,70
123	5568 - Resina Composta Fotopolimerizável Contendo Nanopartículas Para Restaurações Em Dentes Anteriores E Posteriores. Seringa Com 4g, Cor A1(Esmalte)	SERINGA	DENTSPLY	30	20,00	600,00
124	5569 - Resina Composta Fotopolimerizável Contendo Nanopartículas Para Restaurações Em Dentes Anteriores E Posteriores. Seringa Com 4g, Cor A2 (Esmalte)	SERINGA	DENTSPLY	50	20,00	1.000,00
125	5570 - Resina Composta Fotopolimerizável Contendo Nanopartículas Para Restaurações Em Dentes Anteriores E Posteriores. Seringa Com 4g, Cor A3 (Esmalte)	SERINGA	DENTSPLY	50	20,00	1.000,00
126	5571 - Resina Composta Fotopolimerizável Contendo Nanopartículas Para Restaurações Em Dentes Anteriores E Posteriores. Seringa Com 4g, Cor A3,5 (Esmalte)	SERINGA	DENTSPLY	50	20,00	1.000,00
127	5578 - Rolete De Algodão Odontológico - Pacote Com 100 Unidades	PCT	SS PLUS	100	1,61	161,00
130	5581 - Solução Fixadora Para Radiografias - Embalagem Com 475ml	FRASCO	CAITHEC	20	6,23	124,60
131	5582 - Solução Reveladora - Embalagem Com 475ml	FRASCO	CAITHEC	20	6,23	124,60
134	11285 - SINDESMÓTOMO CIRÚRGICO	PCT	LM	30	5,88	176,40
135	11286 - SERINGA CARPULE	UN	LM	20	18,90	378,00
136	5584 - Taça De Borracha Embalagem Com 3 Unidades Para Polimento E Acabamento De Resinas	PCT	PREVEN	50	0,91	45,50
140	5589 - Tira De Poliester Transparente Envelope Com 50 Unidades De 10 X 120 X 0,05mm	PCT	PREVEN	20	1,33	26,60
142	5593 - Verniz Forrador De Cavidades, Frasco Com 15ml	FRASCO	SS WHITE	5	7,73	38,65
Total					24.851,01	

409 - JOANA DARC BESSA - ME (07.641.623/0001-92)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
8	2218 - ALGODÃO HIDRÓFILO DE 500G	RL	CREMER	20	11,00	220,00
13	5463 - Anestésico Local Injetável, Articaina 4% Com Epinefrina 1:100.000 - Caixa Com 50 Tubetes De 1,8ml Cada	CX	DFL	50	110,00	5.500,00
19	2275 - BROCA ALTA ROTAÇÃO CARBIDE CIRÚRGICA Nº 703	UN	FAVA	15	6,00	90,00

23	5473 - Broca Cirurgica Haste Longa Alta Rotação Nº 4. Caixa Com 10 Unidades (Carbide)	CX	FAVA	20	30,00	600,00
24	5474 - Broca Cirurgica Haste Longa Alta Rotação Nº 6. Caixa Com 10 Unidades (Carbide)	CX	FAVA	20	30,00	600,00
25	11245 - BROCA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 330	UN	FAVA	20	6,00	120,00
26	11246 - BROCA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 245	UN	FAVA	20	6,00	120,00
49	11255 - ESPONJA HEMOSTÁTICA DE COLÁGENO LIOFILIZADO, REABSORSÍVEL, COM AÇÃO HEMOSTÁTICA E CICRATIZANTE (HEMOSPON) Caixa com 10 Unidades	CX	TECHNEW	5	24,00	120,00
79	11260 - LÂMINA DE BISTURI DESCARTÁVEL Nº 15 , EM AÇO CARBONO, PONTA AFIADA COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO CABO, ESTÉRIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL EM ALUMÍNIO, HERMETICAMENTE FECHADO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DA ESTERILIZAÇÃO E VALIDADE	CX	LABOR IMPORT	5	23,00	115,00
81	5524 - Lubrificante Em Spray, Para Alta E Baixa Rotação - Composto Por Óleo Mineral De Baixa Viscosidade Para Lubrificação E Prevenção De Axidação Em Rolamentos , Unidade Com 200ml	FRASCO	MAQUIRA	2	18,00	36,00
103	11269 - Ponta Diamantada Dourada 3118F para alta rotação	CX	FAVA	50	2,00	100,00
110	11276 - PONTA DE POLIMENTO DURA WHITE - FORMATO PÊRA	UN	DEDECO	40	4,00	160,00
111	11277 - PONTA DE POLIMENTO DURA WHITE - FORMATO CHAMA	UN	DEDECO	40	4,00	160,00
120	2358 - PORTA MATRIZ N 1 C/12 UND	PCT	GOLGRA	10	22,00	220,00
132	11284 - SUGADOR CIRÚRGICO DESCARTÁVEL Estéril, para sucção de sangue. Caixa com 40 unidades.	CX	MAQUIRA	50	20,00	1.000,00
Total					9.161,00	

Item: 1 - Ácido Fosfórico A 37%, Seringa Com 2,5ml Cada. Flow Pack. Embalagem Com 3 Seringas
Unidade de medida: PCT Quantidade: 100
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	8,00	MAQUIRA
626 - PHOSPODONT LTDA	3,86	CAITHEC
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	3,69	CAITHEC

Item: 2 - Agulha Descartável Gengival Curta, Tipo 30g, Com Marcador Do Lado Do Bisel - Caixa Com 100 Unidades
Unidade de medida: CX. Quantidade: 50
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	34,00	PROCARE
626 - PHOSPODONT LTDA	29,12	INJEX
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	28,00	INJEX

Item: 3 - Agulha Descartável Gengival Longa, Tipo 27g, Com Marcador Do Lado Do Bisel - Caixa Com 100 Unidades
Unidade de medida: CX. Quantidade: 50
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	38,00	PROCARE
626 - PHOSPODONT LTDA	29,12	INJEX
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	28,00	INJEX

Item: 4 - Agente Hemostático, Solução Hemostática Tópica À Base De Cloreto De Aluminio, Uso Odontológico, Em Frasco Com 10ml
Unidade de medida: FRASCO Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	20,00	DENTSPLY
626 - PHOSPODONT LTDA	13,30	TECHNEW
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	14,04	BIODINAMICA

Item: 5 - Alavanca Seldin Adulto Direita 1r
Unidade de medida: UN Quantidade: 6
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	18,00	PRATA
626 - PHOSPODONT LTDA	21,68	ICE COM. PROD. ODON
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	17,50	LM

Item: 6 - Alavanca Seldin Adulto Esquerda 1l
Unidade de medida: UN Quantidade: 6
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	18,00	PRATA
626 - PHOSPODONT LTDA	21,68	ICE COM. PROD. ODON
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	17,50	LM

Item: 7 - Alavanca Seldin Adulto Reta 2
Unidade de medida: UN Quantidade: 6
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	18,00	PRATA
626 - PHOSPODONT LTDA	21,68	ICE COM. PROD. ODON

757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	17,50	LM

Item: 8 - ALGODÃO HIDRÓFILO DE 500G
Unidade de medida: RL Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	11,00	CREMER
626 - PHOSPODONT LTDA	11,65	NEVOA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	11,20	nathalya

Item: 9 - Amálgama Em Capsula, Embalagem Com 500 Capsulas De 1 Porção 400mg Presa Regular.
Unidade de medida: CÁPSULA Quantidade: 300
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	2,80	SDI
626 - PHOSPODONT LTDA	1,90	SDI LIMITED
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	1,80	SDI

Item: 10 - Amálgama Em Capsula, Embalagem Com 500 Capsulas De 2 Porções 600mg Presa Regular.
Unidade de medida: CÁPSULA Quantidade: 300
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	3,00	SDI
626 - PHOSPODONT LTDA	2,33	METALMS LTDA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	1,99	SDI

Item: 11 - Anestésico Local Injetável, Mepivacaína 2% Com Epinefrina 1:100.000 - Caixa Com 50 Tubetes De 1,8ml Cada
Unidade de medida: CX Quantidade: 50
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	100,00	DFL
626 - PHOSPODONT LTDA	76,50	DENTSPLY
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	147,00	DFL

Item: 12 - Anestésico Local Solução Injetável, À Base De Cloridrato De Lidocaina E Fenilefrina, Caixa Com 50 Tubetes De 1,8ml Cada
Unidade de medida: CX Quantidade: 100
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	55,00	SSWHITE
626 - PHOSPODONT LTDA	39,32	SS WHITE
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	37,80	SS WHITE

Item: 13 - Anestésico Local Injetável, Articaina 4% Com Epinefrina 1:100.000 - Caixa Com 50 Tubetes De 1,8ml Cada
Unidade de medida: CX Quantidade: 50
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	110,00	DFL
626 - PHOSPODONT LTDA	196,56	DFL
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	184,80	DFL

Item: 14 - Anestésico Local Solução Injetável, Cloridrato De Mepivacaina 3% Sem Vaso - Caixa Com 50 Tubetes Cim 1,8ml Cada
Unidade de medida: CX Quantidade: 5
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	105,00	DFL
626 - PHOSPODONT LTDA	77,00	DENTSPLY
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	147,00	DFL

Item: 15 - Anestésico Tópico Gel, A Base De Benzocaína, Em Embalagem De 12g, Sabor Tutti-Fritti
Unidade de medida: FRASCO Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	10,00	DFL
626 - PHOSPODONT LTDA	8,80	DFL
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	9,10	DFL

Item: 16 - AVENTAL DE CHUMBO COM PROTETOR DE TIREÓIDE
Descrição: Avental de Chumbo Cirúrgico, para proteção do paciente, confeccionado em borracha plumbífera acabamento em tecido especial lavável.
Unidade de medida: UN Quantidade: 2
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
626 - PHOSPODONT LTDA	495,04	ODONTOLOGIC
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	437,00	FENIX DENTAL

Item: 17 - Babador Descartavel Impermeável. Pacote Com 100 Unidades
Unidade de medida: PCT Quantidade: 100
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	18,00	SSPLUS
626 - PHOSPODONT LTDA	12,96	BIODINAMICA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	9,27	BIODINAMICA

Item: 18 - Bandeja Clícina Medindo 22x12 Cm
Unidade de medida: UN Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	25,00	MAQUIRA
626 - PHOSPODONT LTDA	17,40	FAVA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	20,06	FAVA

Item: 19 - BROCA ALTA ROTAÇÃO CARBIDE CIRÚRGICA Nº 703
Unidade de medida: UN Quantidade: 15
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	6,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	10,18	ANGELUS
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	12,12	PRIMA DENTAL

Item: 20 - BROCA CARBIDE BAIXA ROTAÇÃO Nº 04
Unidade de medida: UN Quantidade: 40
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	6,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	3,18	QUIMIDROL
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	6,78	PRIMA DENTAL

Item: 21 - BROCA CARBIDE BAIXA ROTAÇÃO Nº 02
Unidade de medida: UN Quantidade: 40
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	6,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	3,18	QUIMIDROL
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	6,78	PRIMA DENTAL

Item: 22 - BRUNIDOR BENNET PARA AMÁLGAMA Nº 33
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	15,00	PRATA
626 - PHOSPODONT LTDA	3,40	PRATA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	3,99	PRATA

Item: 23 - Broca Cirurgica Haste Longa Alta Rotação Nº 4. Caixa Com 10 Unidades (Carbide)
Unidade de medida: CX Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	30,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	101,92	ANGELUS
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	97,86	PRIMA DENTAL

Item: 24 - Broca Cirurgica Haste Longa Alta Rotação Nº 6. Caixa Com 10 Unidades (Carbide)
Unidade de medida: CX Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	30,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	101,92	ANGELUS
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	97,86	PRIMA DENTAL

Item: 25 - BROCA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 330
Unidade de medida: UN Quantidade: 20

Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	6,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	6,56	ANGELUS
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	12,12	PRIMA DENTAL

Item: 26 - BROCA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 245
Unidade de medida: UN Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	6,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	6,56	ANGELUS
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	12,12	PRIMA DENTAL

Item: 27 - Broca Cirúrgica Zecrya
Unidade de medida: UN Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	25,00	DENTSPLY
626 - PHOSPODONT LTDA	26,21	ANGELUS
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	18,84	PRIMA DENTAL

Item: 28 - Cabo Para Espelho
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	8,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	5,12	PRISMA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	2,31	PREVEN

Item: 29 - Cimento Provisório, Para Cimentação E Obturação Provisória, Composição Reforçada À Base De Óxido De Zinco E Eugeol De Fácil E Rápida Manipulação E Com Propriedades Sedativas, Pó(35g) E Líquido (15ml)
Unidade de medida: CX Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	25,00	SSWHITE
626 - PHOSPODONT LTDA	20,30	IODONTOSUL
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	38,08	BIODINAMICA

Item: 30 - Cimento De Ionomero De Vidro De Presa Quimica, Cor A3, Ionomero De Vidro Restaurador E Forrador - Composto De Pó (10g) E Líquido (8ml)
Unidade de medida: CX Quantidade: 15
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	40,00	MAQUIRA
626 - PHOSPODONT LTDA	20,30	DENTSCARE
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	46,41	FGM

Item: 31 - COLGADURA INDIVIDUAL INOX
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	6,00	PRATA
626 - PHOSPODONT LTDA	3,11	TECNODENT
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	2,59	MAC

Item: 32 - Coletor De Material Perfúro-Cortante, Capacidade Normal : 07 Litros
Unidade de medida: UN Quantidade: 4
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	4,00	DESCARPAK
626 - PHOSPODONT LTDA	2,41	ASTROBOX
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	2,91	VIVA BOX

Item: 33 - Composição De Hidróxido De Cálcio Radiopaco - Pasta Base 13g + Pasta Catalisadores 11g
Unidade de medida: CX Quantidade: 15
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	50,00	DENTSPLY

626 - PHOSPODONT LTDA	15,20	TECHNEW
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	16,17	TECHNEW

Item: 34 - CONTRA-ÂNGULO 1:1 COM MICROMOTOR PARA EQUIPO ODONTOLÓGICO
Unidade de medida: UN Quantidade: 4
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
626 - PHOSPODONT LTDA	740,00	SCHUSTER
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	784,00	DENTFLEX

Item: 35 - Cunha De Madeira - Cunhas Anatômicas Sortidas, Isenta De Rebarbas E Superfície Acabadas, Embalagem Com 100 Unidades
Unidade de medida: CX Quantidade: 4
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	18,00	MAQUIRA
626 - PHOSPODONT LTDA	10,05	IODONTOSUL
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	8,39	SS PLUS

Item: 36 - CURETA DE LUCCAS
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
626 - PHOSPODONT LTDA	9,61	ICE COM. PROD. ODON.
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	5,50	PRATA

Item: 37 - CÂMARA ESCURA PARA REVELAÇÃO
Descrição: Especificações Mínimas: * Material que evite entrada de luminosidade externa. * Tampa que facilite higienização e reposição dos químicos. * Validade: indeterminada. * Amplo visor de acrílico vermelho translúcido com proteção ultravioleta. * Copos de fácil reposição e que permitem maior economia de químicos. * Aros que facilitem a retirada das luvas para limpeza. * 1 anos de garantia.
Unidade de medida: UN Quantidade: 2
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
626 - PHOSPODONT LTDA	158,00	ESSENCE
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	175,00	ESSENCE DENAL

Item: 38 - COLHERES DE DENTINA Nº 14
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	18,00	PRATA
626 - PHOSPODONT LTDA	4,45	PRATA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	4,27	PRATA

Item: 39 - COLHERES DE DENTINA Nº 17
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	18,00	PRATA
626 - PHOSPODONT LTDA	4,45	PRATA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	4,27	PRATA

Item: 40 - CONDENSADOR WARD Nº 01
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	18,00	PRATA
626 - PHOSPODONT LTDA	4,45	PRATA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	3,99	PRATA

Item: 41 - CONDENSADOR WARD Nº 03
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	18,00	PRATA
626 - PHOSPODONT LTDA	4,45	PRATA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	3,99	PRATA

Item: 42 - CONDENSADOR WARD Nº 02
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	18,00	PRATA
626 - PHOSPODONT LTDA	4,45	PRATA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	3,99	PRATA

Item: 43 - Curetas De Periodontia Modelo Mc Call 17/18
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	18,00	PRATA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	8,72	PRATA

Item: 44 - Discos De Feltro Natural Utilizados Para Suportar Pastas E Abrasivos Para Polimento De Superfícies. Disponíveis Nos Tamanho 12 Mm Aconpanhando O Mandril. Caixa Com 24 Unidades.
Unidade de medida: CX Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
626 - PHOSPODONT LTDA	23,10	DENTSCARE
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	40,31	FGM

Item: 45 - Curetas De Periodontia Modelo Mc Call 13/14
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
626 - PHOSPODONT LTDA	10,20	PRATA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	8,72	FGM

Item: 46 - Enxaguatório Bucal, Composto De Digluconato De Clorexidina 0,12%, Em Frasco De 1 Litro
Unidade de medida: FRASCO Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	20,00	RIOQUIMICA
626 - PHOSPODONT LTDA	14,40	IODONTOSUL
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	18,06	IODONTOSUL

Item: 47 - Escova De Robinson, Corte Das Cerdas Reta.
Unidade de medida: UN Quantidade: 120
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	1,30	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	1,24	MICRODONT
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	1,26	PREVEN

Item: 48 - Espatula De Inserção Para Resina Com Ponta Ativa Dourada
Unidade de medida: UN Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	80,00	PRISMA
626 - PHOSPODONT LTDA	45,87	INDUSBELLO
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	46,90	INDUSBELLO

Item: 49 - ESPONJA HEMOSTÁTICA DE COLÁGENO LIOFILIZADO, REABSORSÍVEL, COM AÇÃO HEMOSTÁTICA E CICRATIZANTE (HEMOSPON)
Descrição: Caixa com 10 Unidades
Unidade de medida: CX Quantidade: 5
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	24,00	TECHNEW
626 - PHOSPODONT LTDA	26,20	TECHNEW
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	30,73	TECHNEW

Item: 50 - Espelho Dental Sem Cabo, Caixa Com 12 Unidades
Unidade de medida: FRASCO Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	42,00	PREMINUM
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	26,04	IODONTOSUL

Item: 51 - Evidenciador De Placa Bacteriana, Soluçao Para Bochecho, Pronto Para Uso Com 500ml
Unidade de medida: FRASCO Quantidade: 5

Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
626 - PHOSPODONT LTDA	5,03	IODONTOSUL
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	7,70	IODONTOSUL

Item: 52 - Explorador Duplo Nº5
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	8,00	PRATA
626 - PHOSPODONT LTDA	4,93	PRATA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	4,69	LM

Item: 53 - Fio De Sutura Seda Odontológica 3-0, Não Absorvível, Agulha Triangular 1/2 Circunferencia E 1,7cm, Trançado Preto, Estéril (Agulha Para Sutura Odontológica 1,7cm Com Fio De Seda), Caixa Com 24 Envelop
Unidade de medida: CX Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	35,00	PROCARE
626 - PHOSPODONT LTDA	32,04	TECHNEW
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	27,86	TECHNEW

Item: 54 - Fio Dental - Com 500m
Unidade de medida: UN Quantidade: 2
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	12,00	PREVENT
626 - PHOSPODONT LTDA	6,34	HILLO
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	7,70	HILLO

Item: 55 - Fita Matriz De Aço 5 X 0,05 X 5m
Unidade de medida: UN Quantidade: 50
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	2,70	MAQUIRA
626 - PHOSPODONT LTDA	1,17	PREVEN
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	1,12	PREVEN

Item: 56 - Fita Matriz De Aço 7 X 0,05 X 5m
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	2,70	MAQUIRA
626 - PHOSPODONT LTDA	1,38	PREVEN
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	1,33	PREVEN

Item: 57 - Fluoreto De Sódio 1,23% - Flúor Del Acidulado Sabor Tutti-Frutti Em Embalagem De 200ml
Unidade de medida: UN Quantidade: 60
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	8,00	MAQUIRA
626 - PHOSPODONT LTDA	3,50	IODONTOSUL
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	3,78	IODONTOSUL

Item: 58 - Fluoreto De Sódio 1,23% - Flúor Del Acidulado Sabor Neutroi Em Embalagem De 200ml
Unidade de medida: UN Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	8,00	MAQUIRA
626 - PHOSPODONT LTDA	3,50	IODONTOSUL
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	3,78	IODONTOSUL

Item: 59 - Forceps Infantil Nº01
Unidade de medida: UN Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	100,00	GOLGRAN
626 - PHOSPODONT LTDA	51,71	ABC
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	39,20	GOLGRAN

Item: 60 - Forceps Infantil Nº02
Unidade de medida: UN Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	100,00	GOLGRAN
626 - PHOSPODONT LTDA	51,71	ABC
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	39,20	GOLGRAN

Item: 61 - Forceps Infantil Nº06
Unidade de medida: UN Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	100,00	GOLGRAN
626 - PHOSPODONT LTDA	51,71	ABC
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	39,20	GOLGRAN

Item: 62 - Forceps Nº150
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	100,00	GOLGRAN
626 - PHOSPODONT LTDA	51,50	ABC
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	58,80	GOLGRAN

Item: 63 - Forceps Nº151
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	100,00	GOLGRAN
626 - PHOSPODONT LTDA	51,50	ABC
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	58,80	GOLGRAN

Item: 64 - Forceps Nº17
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	100,00	GOLGRAN
626 - PHOSPODONT LTDA	51,50	ABC
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	58,80	GOLGRAN

Item: 65 - Forceps Nº18l
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	100,00	GOLGRAN
626 - PHOSPODONT LTDA	51,50	ABC
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	58,80	GOLGRAN

Item: 66 - Forceps Nº18r
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	100,00	GOLGRAN
626 - PHOSPODONT LTDA	51,50	ABC
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	58,80	GOLGRAN

Item: 67 - Forceps Nº69
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	100,00	GOLGRAN
626 - PHOSPODONT LTDA	51,50	ABC
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	58,80	GOLGRAN

Item: 68 - Forceps Nº65
Unidade de medida: UN Quantidade: 6
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	100,00	GOLGRAN

626 - PHOSPODONT LTDA	51,50	ABC
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	58,80	GOLGRAN

Item: 69 - Fórceps Nº 16
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	100,00	GOLGRAN
626 - PHOSPODONT LTDA	51,50	ABC
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	58,80	GOLGRAN

Item: 70 - Formocressol, Uso Odontológico, Frasco De 10ml
Unidade de medida: FRASCO Quantidade: 4
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	12,00	MAQUIRA
626 - PHOSPODONT LTDA	4,00	IODONTOSUL
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	5,42	BIODINAMICA

Item: 71 - Hidroxido De Calcio Fotopolimerizavel. Seringa Com 2g.
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	21,17	BIODINAMICA

Item: 72 - Hidróxido De Cálcio Pa, Uso Odontologico, Apresentado Sob A Forma De Pó, Em Embalagem De 10g
Unidade de medida: FRASCO Quantidade: 4
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	72,00	MAQUIRA
626 - PHOSPODONT LTDA	20,37	MAQUIRA

Item: 73 - Hollemback Nº 3
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	10,00	PRATA
626 - PHOSPODONT LTDA	3,21	IODONTOSUL
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	4,27	PRATA

Item: 74 - Hollemback Nº 6
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	10,00	PRATA
626 - PHOSPODONT LTDA	4,45	PRATA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	4,27	PRATA

Item: 75 - KIT DE HIGIENE BUCAL ADULTO
Descrição: Contendo escova dental e creme dental de 50g.
Unidade de medida: UN Quantidade: 1.000
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
626 - PHOSPODONT LTDA	4,40	PRATA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	5,53	DENTAL K

Item: 76 - KIT DE HIGIENE BUCAL INFANTIL
Descrição: Contendo escova dental e creme dental de 50g.
Unidade de medida: UN Quantidade: 1.000
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
626 - PHOSPODONT LTDA	4,20	ORAL DENTMIL
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	5,81	DENTAL K

Item: 77 - Kit De Acabamento E Polimento Para Resina Composta, Silicones Abrasivas
Unidade de medida: KIT Quantidade: 4
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	77,70	KG SORENSEN

Item: 78 - Kit De Discos De Lixa Flexíveis, Disponíveis Em 4 Granulações (Grossa, Média, Fina E Extra Fina) E Nos Tamanhos De 8 E 12 Mm De Diâmetro Acompanhando O Mandril. Caixa Com 56 Discos.
Unidade de medida: CX Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	68,50	TDV

Item: 79 - LÂMINA DE BISTURI DESCARTÁVEL Nº 15
Descrição: , EM AÇO CARBONO, PONTA AFIADA COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO CABO, ESTÉRIL, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL EM ALUMÍNIO, HERMETICAMENTE FECHADO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DA ESTERILIZAÇÃO E VALIDADE
Unidade de medida: CX Quantidade: 5
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	23,00	LABOR IMPORT
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	23,60	SOLIDOR

Item: 80 - LIMA PARA OSSO Nº 12
Unidade de medida: UN Quantidade: 5
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
626 - PHOSPODONT LTDA	24,00	STERILANCE
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	25,12	FAVA

Item: 81 - Lubrificante Em Spray, Para Alta E Baixa Rotação - Composto Por Óleo Mineral De Baixa Viscosidade Para Lubrificação E Prevenção De Axidação Em Rolamentos , Unidade Com 200ml
Unidade de medida: FRASCO Quantidade: 2
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	18,00	MAQUIRA
626 - PHOSPODONT LTDA	27,26	ABC
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	20,72	MAQUIRA

Item: 82 - MICRO-BUSH FINO (1,5MM)
Descrição: Embalagem com 100 unidades.
Unidade de medida: CX Quantidade: 50
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	12,00	KD
626 - PHOSPODONT LTDA	8,16	DENTSCARE
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	10,96	KG SORENSEN

Item: 83 - MICRO-BUSH REGULAR
Descrição: Embalagem com 100 unidades.
Unidade de medida: CX Quantidade: 50
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	12,00	KD
626 - PHOSPODONT LTDA	8,16	DENTSCARE
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	10,96	KG SORENSEN

Item: 84 - OSTEÓTOMO ODONTOLÓGICO RETO
Unidade de medida: UN Quantidade: 5
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
626 - PHOSPODONT LTDA	55,50	ABC
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	84,00	PRATA

Item: 85 - Óculos De Proteção - Lentes De Policarbonato Anti-Embaçante
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	10,00	SSPLUS
626 - PHOSPODONT LTDA	6,41	PROT-CAP
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	5,88	SOFT VISION

Item: 86 - Papel Carbono, Dupla Face (Azil E Vermelho), Embalagem Com 12 Unidades
Unidade de medida: PCT Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	3,50	MAQUIRA
626 - PHOSPODONT LTDA	2,33	PREVEN
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	6,86	MAQUIRA

Item: 87 - Pote Dappen De Vidro
Unidade de medida: Pote Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	4,00	MAQUIRA
626 - PHOSPODONT LTDA	2,66	PREVEN
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	2,80	PREVEN

Item: 88 - Pasta Profilática Com Flúor, Uso Profissional, Bisnaga Com 90g
Unidade de medida: Tubo Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	10,00	MAQUIRA
626 - PHOSPODONT LTDA	7,27	MAQUIRA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	6,55	MAQUIRA

Item: 89 - Pedra Pomes, Uso Odontológico, Ultra Fina. Pote Com 100 G
Unidade de medida: PCT Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	8,00	MAQUIRA
626 - PHOSPODONT LTDA	3,79	IODONTOSUL
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	6,86	MAQUIRA

Item: 90 - Pasta Para Polimento De Compositos A Base De Óxido De Alumínio Granulação Extra-Fina De 6 A 8 Microns. Seringa Com 4g.
Unidade de medida: UN Quantidade: 4
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
626 - PHOSPODONT LTDA	19,37	DENTSCARE
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	29,12	TDV

Item: 91 - Pelicula Radiografica Adulto, Filme E Caixa Com 150 Películas
Unidade de medida: CX Quantidade: 7
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	150,00	KODAL
626 - PHOSPODONT LTDA	139,78	KODAK
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	128,80	KODAK

Item: 92 - Pelicula Radiografica Infantil, Filme E Caixa Com 100 Películas
Unidade de medida: CX Quantidade: 5
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	200,00	KODAK
626 - PHOSPODONT LTDA	167,44	KODAK
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	161,00	KODAK

Item: 93 - PINÇA CLÍNICA CURVA
Unidade de medida: UN Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	10,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	8,16	PRATA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	6,72	LM

Item: 94 - Placa De Vidro , 20mm, Polida
Unidade de medida: UN Quantidade: 4
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	15,00	PREVE
626 - PHOSPODONT LTDA	9,47	IODONTOSUL
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	11,20	PREVEN

Item: 95 - Ponta Diamantada Fg 1012 Haste Curta - Caixa Com 10 Unidades
Unidade de medida: CX Quantidade: 10

Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	20,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	15,20	FAVA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	16,66	FAVA

Item: 96 - Ponta Diamantada Fg 1013 Haste Curta - Caixa Com 10 Unidades
Unidade de medida: CX Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	20,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	15,20	FAVA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	16,66	FAVA

Item: 97 - Ponta Diamantada Fg 1014 Haste Curta - Caixa Com 10 Unidades
Unidade de medida: CX Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	20,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	15,20	FAVA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	16,66	FAVA

Item: 98 - Ponta Diamantada Fg 1015 Haste Curta - Caixa Com 10 Unidades
Unidade de medida: CX Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	20,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	15,29	FAVA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	16,66	FAVA

Item: 99 - Ponta Diamantada Fg 1016 Haste Curta - Caixa Com 10 Unidades
Unidade de medida: CX Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	20,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	15,20	FAVA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	16,66	FAVA

Item: 100 - Ponta Diamantada Fg 3118 Haste Curta - Caixa Com 10 Unidades
Unidade de medida: CX Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	20,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	15,20	FAVA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	16,66	FAVA

Item: 101 - Ponta Diamantada Fg 3118f Haste Curta - Caixa Com 10 Unidades
Unidade de medida: CX Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	20,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	15,20	FAVA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	16,66	FAVA

Item: 102 - Ponta Diamantada Dourada 2135FF para alta rotação
Unidade de medida: UN Quantidade: 50
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	2,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	1,53	FAVA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	16,66	FAVA

Item: 103 - Ponta Diamantada Dourada 3118F para alta rotação
Unidade de medida: CX Quantidade: 50
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	2,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	15,29	FAVA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	16,66	FAVA

Item: 104 - Ponta Diamantada 3195F para alta rotação
Unidade de medida: UN Quantidade: 50
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	2,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	1,53	FAVA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	16,66	FAVA

Item: 105 - Ponta Diamantada 3168F para alta rotação
Unidade de medida: UN Quantidade: 50
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	2,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	1,53	FAVA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	16,66	FAVA

Item: 106 - PONTA CÔNICA INVERTIDA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1033
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	2,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	1,53	FAVA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	1,67	FAVA

Item: 107 - PONTA CÔNICA INVERTIDA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1035
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	2,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	1,53	FAVA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	1,67	FAVA

Item: 108 - PONTA CILÍNDRICA DIAMANTADA Nº 1094 PARA ALTA ROTAÇÃO
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	2,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	1,53	FAVA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	1,67	FAVA

Item: 109 - PONTA CILÍNDRICA DIAMANTADA Nº 1092 PARA ALTA ROTAÇÃO
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	2,00	FAVA
626 - PHOSPODONT LTDA	1,53	FAVA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	1,67	FAVA

Item: 110 - PONTA DE POLIMENTO DURA WHITE - FORMATO PÊRA
Unidade de medida: UN Quantidade: 40
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	4,00	DEDECO
626 - PHOSPODONT LTDA	7,36	AMERICAN BURRS
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	9,74	CONNE

Item: 111 - PONTA DE POLIMENTO DURA WHITE - FORMATO CHAMA
Unidade de medida: UN Quantidade: 40
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	4,00	DEDECO
626 - PHOSPODONT LTDA	7,36	AMERICAN BURRS
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	9,74	CONNE

Item: 112 - Porta Agulha Mayo Hegar De 16cm
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	30,00	PRATA

626 - PHOSPODONT LTDA	19,00	ABC
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	30,80	PRATA

Item: 113 - Porta Amalgama Inox
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	35,00	GOLGRAN
626 - PHOSPODONT LTDA	18,90	BRASVAL
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	31,92	PRATA

Item: 114 - PORTA BROCAS ODONTOLÓGICAS DE 15 FUROS
Unidade de medida: UN Quantidade: 4
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	15,00	MAQUIRA
626 - PHOSPODONT LTDA	8,23	PERFURABRAG
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	5,60	HORUS ODONTO

Item: 115 - Posicionador De Filme Radiográfico Autoclavavel Adulto Contendo Um Posicionador Bite Wing E Tres Posicionadores Periapicais
Unidade de medida: CX Quantidade: 1
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	60,00	MAQUIRA
626 - PHOSPODONT LTDA	46,40	MAQUIRA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	49,98	MAQUIRA

Item: 116 - Posicionador De Filme Radiográfico Autoclavavel Infantil Contendo Um Posicionador Bite Wing E Tres Posicionadores Periapicais
Unidade de medida: CX Quantidade: 1
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	55,00	MAQUIRA
626 - PHOSPODONT LTDA	46,40	MAQUIRA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	49,98	MAQUIRA

Item: 117 - PONTEIRA PARA ULTRASSON SHUSTER JET LAXIS SONIC (CONJUNTO DE 3 PONTEIRAS: T2s, T3s; Ts-1)
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
626 - PHOSPODONT LTDA	254,80	DABI LTDA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	205,00	SHUSTER

Item: 118 - PÓ PARA BICARBONATO DE SÓDIO
Descrição: 40g.
Unidade de medida: SACHÊ Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	3,00	MAQUIRA
626 - PHOSPODONT LTDA	9,06	MAQUIRA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	2,37	MAQUIRA

Item: 119 - PORTA DICAL DUPLO
Unidade de medida: UN Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	15,00	PRATA
626 - PHOSPODONT LTDA	3,50	PRATA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	4,73	LM

Item: 120 - PORTA MATRIZ N 1 C/12 UND
Unidade de medida: PCT Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	22,00	GOLGRA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	23,10	PRATA

Item: 121 - RESINA COMPOSTA FLUÍDA, MICROHÍBRIDA RADIOPACA, DE MÉDIA VISCOSIDADE, FOTOPLIMERIZÁVEL (RESINA FLOW) COR A3

Descrição: Seringa 2g.
Unidade de medida: SERINGA Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	35,00	SDI
626 - PHOSPODONT LTDA	10,97	BIODINAMICA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	11,06	BIODINAMICA

Item: 122 - RESINA COMPOSTA FLUÍDA, MICROHÍBRIDA RADIOPACA, DE MÉDIA VISCOSIDADE, FOTOPLIMERIZÁVEL (RESINA FLOW) COR A1
Unidade de medida: SERINGA Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	35,00	SDI
626 - PHOSPODONT LTDA	10,97	BIODINAMICA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	11,06	BIODINAMICA

Item: 123 - Resina Composta Fotopolimerizável Contendo Nanopartículas Para Restaurações Em Dentes Anteriores E Posteriores. Seringa Com 4g, Cor A1(Esmalte)
Unidade de medida: SERINGA Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	35,00	SDI
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	20,00	DENTSPLY

Item: 124 - Resina Composta Fotopolimerizável Contendo Nanopartículas Para Restaurações Em Dentes Anteriores E Posteriores. Seringa Com 4g, Cor A2 (Esmalte)
Unidade de medida: SERINGA Quantidade: 50
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	35,00	SDI
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	20,00	DENTSPLY

Item: 125 - Resina Composta Fotopolimerizável Contendo Nanopartículas Para Restaurações Em Dentes Anteriores E Posteriores. Seringa Com 4g, Cor A3 (Esmalte)
Unidade de medida: SERINGA Quantidade: 50
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	35,00	SDI
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	20,00	DENTSPLY

Item: 126 - Resina Composta Fotopolimerizável Contendo Nanopartículas Para Restaurações Em Dentes Anteriores E Posteriores. Seringa Com 4g, Cor A3,5 (Esmalte)
Unidade de medida: SERINGA Quantidade: 50
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	35,00	SDI
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	20,00	DENTSPLY

Item: 127 - Rolete De Algodão Odontológico - Pacote Com 100 Unidades
Unidade de medida: PCT Quantidade: 100
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	3,00	SSPLUS
626 - PHOSPODONT LTDA	1,68	W. BARBOSA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	1,61	SS PLUS

Item: 128 - Selante De Fóssulas E Fissuras Fotopolimerizável
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	40,00	DFL
626 - PHOSPODONT LTDA	17,00	MAQUIRA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	39,51	DENTSPLY

Item: 129 - Sistema De Adesivo , Fotopolimerizavel, Monocomponente Para Esmalte E Dentina , Frasco Com 4ml. Classificado Como Adesivo Convencional De Dos Passoas A Base De Acetona.
Unidade de medida: FRASCO Quantidade: 40
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	35,00	VIGOR DENT
626 - PHOSPODONT LTDA	11,70	BIODINAMICA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	16,30	DENTSPLY

Item: 130 - Solução Fixadora Para Radiografias - Embalagem Com 475ml
Unidade de medida: FRASCO Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	14,00	KODAK
626 - PHOSPODONT LTDA	6,78	CAITHEC
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	6,23	CAITHEC

Item: 131 - Solução Reveladora - Embalagem Com 475ml
Unidade de medida: FRASCO Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	14,00	KODAK
626 - PHOSPODONT LTDA	6,78	CAITHEC
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	6,23	CAITHEC

Item: 132 - SUGADOR CIRÚRGICO DESCARTÁVEL
Descrição: Estéril, para sucção de sangue. Caixa com 40 unidades.
Unidade de medida: CX Quantidade: 50
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	20,00	MAQUIRA
626 - PHOSPODONT LTDA	34,08	BIODINAMICA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	36,89	MAQUIRA

Item: 133 - Sugador Odontológico Descartável, Compatível Com Aqeuipo Gnatus, Para Remoção De Saliva , Confeccionado Em Material Atóxico, Embalagem Com 40 Unidades
Unidade de medida: PCT Quantidade: 100
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	4,50	SSPLUS
626 - PHOSPODONT LTDA	4,00	INJECTA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	4,62	A. GOMES

Item: 134 - SINDESMÓTOMO CIRÚRGICO
Unidade de medida: PCT Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	12,00	PREMIUM
626 - PHOSPODONT LTDA	6,15	PRATA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	5,88	LM

Item: 135 - SERINGA CARPULE
Unidade de medida: UN Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	60,00	JON
626 - PHOSPODONT LTDA	18,93	BRASVAL
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	18,90	LM

Item: 136 - Taça De Borracha Embalagem Com 3 Unidades Para Polimento E Acabamento De Resinas
Unidade de medida: PCT Quantidade: 50
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	4,00	PREVENT
626 - PHOSPODONT LTDA	1,12	PREVEN
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	0,91	PREVEN

Item: 137 - Tesoura Iris Reta
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	15,00	PRATA
626 - PHOSPODONT LTDA	13,63	ABC
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	22,12	LM

Item: 138 - Tira De Lixa Abrasiva De Aço Inoxidável 4mm, Embalagem Com 12 Tiras
Unidade de medida: PCT Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	13,00	MAQUIRA
626 - PHOSPODONT LTDA	5,73	PREVEN
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	6,44	FAVA

Item: 139 - Tira De Lixa De Poliester, Para Acabamento E Polimento De Resina Composta, Com Duas Faces Abrasivas, Granulação Média E Fina, Embalagem Com 150 Unidades
Unidade de medida: PCT Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	13,00	MAQUIRA
626 - PHOSPODONT LTDA	6,85	PREVEN
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	6,86	PREVEN

Item: 140 - Tira De Poliester Transparente Envelope Com 50 Unidades De 10 X 120 X 0,05mm
Unidade de medida: PCT Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	3,00	MAQUIRA
626 - PHOSPODONT LTDA	2,17	MAQUIRA
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	1,33	PREVEN

Item: 141 - Verniz Fluoretado Embalagem Contendo Frasco Com 10 Ml E Frasco De Solvente Contendo 10ml
Unidade de medida: FRASCO Quantidade: 5
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	40,00	SSWHITE
626 - PHOSPODONT LTDA	14,78	DENTSCARE
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	22,54	SS WHITE

Item: 142 - Verniz Forrador De Cavidades, Frasco Com 15ml
Unidade de medida: FRASCO Quantidade: 5
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	20,00	SSWHITE
626 - PHOSPODONT LTDA	8,04	SS WHITE
757 - W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	7,73	SS WHITE

VALIDADE DA ATA
A validade da Ata de Registro de Preços iniciará em 06/07/2018, tendo seu término em 06/07/2019, podendo ou não ser prorrogada, a critério da Administração, respeitado, contudo, o prazo total de 12 (doze) meses (art. 12 do Decreto nº 7.892/13).

REVISÃO E CANCELAMENTO
Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
O registro do fornecedor será cancelado quando:
descumprir as condições da ata de registro de preços;
não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nesta Ata de Registro de Preços será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
por razão de interesse público; ou
a pedido do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Riacho da Cruz, Rio Grande do Norte, 06/07/2018.

ASSINATURAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE Riacho da Cruz
CNPJ/MF nº 12.921.556/0001-08
MARIA BERNADETE NUNES REGO GOMES
Prefeita
CPF n.º 289.106.054-72

FUTURA CONTRATADA

JOANA DARC BESSA - ME
CNPJ: 07.641.623/0001-92

PHOSPODONT LTDA
CNPJ: 04.451.626/0001-75

W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME
CNPJ: 10.212.250/0001-49

Publicado por:
Fábio Maximiliano Diogenes Souza
Código Identificador:4752765A

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE Riacho da Cruz, com sede na: Rua Camilo de Lellis, 285, Centro, Riacho da Cruz, Rio Grande do Norte, CEP: 59.820-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.921.556/0001-08, neste ato representado por MARIA BERNADETE NUNES REGO GOMES, Prefeito, inscrito no CPF sob o n.º 289.106.054-72, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 018/2018 - PP, homologada em 05/07/2018, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto Registro de preços para futura aquisição de materiais de laboratório destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo ao edital de *Pregão* nº 018/2018 - PP, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Empresa: PHOSPODONT LTDA
CNPJ. Nº 04.451.626/0001-75

Item	Material	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	9205 - DOSAGENS BIOQUÍMICAS GLICOSE COLORIMÉTRICA C/500 ML	UN	GOLD ANALISA	30	50,00	1.500,00
3	9207 - DOSAGENS BIOQUÍMICAS URÉIA (COLORIMÉTRICA) C/ 250 ML	UN	GOLD ANALISA	30	73,00	2.190,00
9	10844 - VDRL (MICROSOPIA) C/ 5 ml	UN	GOLD ANALISA	30	30,00	900,00
10	5002 - PCR PROTEINA C REATIVA 2ML	UN	GOLD ANALISA	30	22,00	660,00
13	9215 - LÁTEX (PROVA DO LÁTEX)	UN	GOLD ANALISA	10	24,00	240,00
20	9194 - PONTEIRAS AMARELAS PACOTE C/ 1000	UN	CRAL PLAST	10	8,35	83,50
21	11201 - LÂMINA LABORATÓRIO, VIDRO, CERCA DE 75 X 25 MM, BORDA FOSCA (CAIXA COM 50 UND)	UN	CRAL PLAST	40	3,34	133,60
22	11202 - LÂMINA LABORATÓRIO, VIDRO, CERCA DE 75 X 25 MM, BORDA LISA (CAIXA COM 50 UND)	UN	CRAL PLAST	40	3,34	133,60
28	9199 - PLACA CAVADA DE VIDRO (PARA VDLR)	UN	GLOBAL TRADE	6	37,90	227,40
35	11359 - MICROPIPETA, ATÉ 50 MCL, MONOCANAL, MECÂNICA, VOLUME FIXO, COM EJETOR DE PONTEIRA, SUPORTE, AUTOCLAVÁVEL, COM DISPENSADOR	UND	CRAL PLAST	50	43,50	2.175,00
37	11361 - TUBO DE HEMÓLISE, VIDRO, 12X75MM	UND	CRAL PLAST	2.000	0,07	140,00
Total					8.383,10	

Empresa: JOANA DARC BESSA - ME
CNPJ. 07.641.623/0001-92

Item	Materia	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
8	9203 - CREATININA CINÉTICA C/ 250 ML	UN	BIOCLIN	30	38,00	1.140,00
29	9201 - ESCOVAS PARA LAVAGEM DE TUBOS (TUBOS MÉDIOS)	UN	JPROLAB	100	3,00	300,00
31	11355 - ÁGUA DESTILADA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA (05 LTS)	UND	SANA FARMA	100	7,00	700,00

32	11356 - REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, QUANTITATIVO DE BILIRRUBINA TOTAL, FOTOMÉTRICO DE PONTO FINAL (375 ML)	UND	BIOCLIN	20	39,00	780,00
36	11360 - TUBO LABORATÓRIO, CAPILAR, VIDRO, CERCA DE 1,5 X 75 MM (C/ 500 UND)	UND	PERFECTA	30	10,00	300,00
Total					3.220,00	

Empresa: MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME
CNPJ. 07.969.641/0001-06

Item	Material	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
2	9206 - DOSAGENS BIOQUÍMICAS ÁCIDO URICO COLORIMÉTRICO C/100 ML	UN	VIDA	30	38,50	1.155,00
4	9208 - TGO (CINÉTICO) C/100 ML	UN	VIDA	30	61,00	1.830,00
5	9209 - TGP (CINÉTICO) C/100 ML	UN	VIDA	30	61,00	1.830,00
6	9210 - COLESTEROL TOTAL COLORIMÉTRICO C/200 ML	UN	VIDA	30	65,00	1.950,00
7	9211 - TRIGLICERÍDEO COLORIMÉTRICO C/100 ML	UN	VIDA	30	83,00	2.490,00
11	4987 - ASLO 2ML	UN	EBRAM	20	35,00	700,00
12	10845 - FITAS PARA BHCG CX C/50 TIRAS	UN	EBRAM	10	27,00	270,00
14	9190 - ANTI "A" 10ML	UN	EBRAM	30	16,20	486,00
15	9191 - ANTI "B" 10ML	UN	EBRAM	30	16,20	486,00
16	9192 - ANTI "D" 10ML	UN	EBRAM	30	34,20	1.026,00
17	9204 - EDTA ANTICOAGULANTE FR 20 ML	UN	BIOCLIN	30	4,58	137,40
18	2509 - ANTICOAGULANTE FLUORETO 20 ML	FR	BIOCLIN	30	4,58	137,40
19	9193 - TIRAS REATIVAS PARA URINA C/100 TESTES	UN	WAMA	10	23,30	233,00
23	9195 - REAGENTES PARA HEMOGRAMA CLEANER 1000 ML	UN	EBRAM	30	27,00	810,00
24	9196 - REAGENTES PARA HEMOGRAMA LISANTE 1000 ML	UN	EBRAM	30	100,80	3.024,00
25	9197 - REAGENTES PARA HEMOGRAMA DILUENTE	UN	EBRAM	30	57,50	1.725,00
26	9198 - TUBOS DE ENSAIO DE VIDRO (15X100)	UN	KASVI	2.000	0,25	500,00
27	9216 - RELÓGIOS DESPERTADORES (PARA LABORATÓRIO)	UN	KASVI	2	18,00	36,00
30	9202 - TUBOS DE ENSAIO DE PLASTICO (MÉDIO) (TRANSPARENTE) (10X75)	UN	KASVI	1.000	0,07	70,00
33	11357 - REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, QUANTITATIVO DE FOSFATASE ALCALINA, ENZIMÁTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL (100 ML)	UND	VIDA	20	59,80	1.196,00
34	11358 - REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, QUANTITATIVO DE GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE, CINÉTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL (100 ML)	UND	VIDA	20	83,00	1.660,00
Total					21.751,80	

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item: 1 - DOSAGENS BIOQUÍMICAS GLICOSE COLORIMÉTRICA C/500 ML
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	65,00	BIOCLIN
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	72,45	VIDA
626 - PHOSPODONT LTDA	50,00	GOLD ANALISA

Item: 2 - DOSAGENS BIOQUÍMICAS ÁCIDO URICO COLORIMÉTRICO C/100 ML
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	110,00	BIOCLIN
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	38,50	VIDA
626 - PHOSPODONT LTDA	43,10	GOLD ANALISA

Item: 3 - DOSAGENS BIOQUÍMICAS URÉIA (COLORIMÉTRICA) C/ 250 ML
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	100,00	BIOCLIN
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	83,16	VIDA
626 - PHOSPODONT LTDA	73,00	GOLD ANALISA

Item: 4 - TGO (CINÉTICO) C/100 ML
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	80,00	BIOCLIN
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	61,00	VIDA
626 - PHOSPODONT LTDA	69,89	GOLD ANALISA

Item: 5 - TGP (CINÉTICO) C/100 ML
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca

409 - JOANA DARC BESSA - ME	80,00	BIOCLIN
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	61,00	VIDA
626 - PHOSPODONT LTDA	69,89	GOLD ANALISA

Item: 6 - COLESTEROL TOTAL COLORIMÉTRICO C/200 ML
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	80,00	BIOCLIN
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	65,00	VIDA

Item: 7 - TRIGLICERÍDEO COLORIMÉTRICO C/100 ML
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	140,00	BIOCLIN
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	83,00	VIDA
626 - PHOSPODONT LTDA	126,62	GOLD ANALISA

Item: 8 - CREATININA CINÉTICA C/ 250 ML
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	38,00	BIOCLIN
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	55,44	VIDA
626 - PHOSPODONT LTDA	43,54	GOLD ANALISA

Item: 9 - VDRL (MICROSOPIA) C/ 5 ml
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	65,00	BIOCLIN
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	37,44	WAMA
626 - PHOSPODONT LTDA	30,00	GOLD ANALISA

Item: 10 - PCR PROTEINA C REATIVA 2ML
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	60,00	BIOCLIN
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	27,00	EBRAM
626 - PHOSPODONT LTDA	22,00	GOLD ANALISA

Item: 11 - ASLO 2ML
Unidade de medida: UN Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	70,00	BIOCLIN
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	35,00	EBRAM
626 - PHOSPODONT LTDA	37,57	GOLD ANALISA

Item: 12 - FITAS PARA BHCG CX C/50 TIRAS
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	45,00	LABOR IMPORT
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	27,00	EBRAM
626 - PHOSPODONT LTDA	40,77	GOLD ANALISA

Item: 13 - LÁTEX (PROVA DO LÁTEX)
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	60,00	BIOCLIN
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	29,70	EBRAM
626 - PHOSPODONT LTDA	24,00	GOLD ANALISA

Item: 14 - ANTI "A" 10ML
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	30,00	PROTHEMO
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	16,20	EBRAM
626 - PHOSPODONT LTDA	18,50	PROTHENO

Item: 15 - ANTI "B" 10ML
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	30,00	PROTHEMO
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	16,20	EBRAM
626 - PHOSPODONT LTDA	18,50	PROTHENO

Item: 16 - ANTI "D" 10ML
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	40,00	PROTHEMO
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	34,20	EBRAM
626 - PHOSPODONT LTDA	38,01	PROTHENO

Item: 17 - EDTA ANTICOAGULANTE FR 20 ML
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	5,00	BIOCLIN
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	4,58	BIOCLIN
626 - PHOSPODONT LTDA	4,81	GOLD ANALISA

Item: 18 - ANTICOAGULANTE FLUORETO 20 ML
Unidade de medida: FR Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	5,00	BIOCLIN
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	4,58	BIOCLIN
626 - PHOSPODONT LTDA	4,81	GOLD ANALISA

Item: 19 - TIRAS REATIVAS PARA URINA C/100 TESTES
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	40,00	LABOR IMPORT
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	23,30	WAMA
626 - PHOSPODONT LTDA	31,75	GOLD ANALISA

Item: 20 - PONTEIRAS AMARELAS PACOTE C/ 1000
Unidade de medida: UN Quantidade: 10
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	10,00	LABOR IMPORT
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	9,79	KASVI
626 - PHOSPODONT LTDA	8,35	CRAL PLAST

Item: 21 - LÂMINA LABORATÓRIO, VIDRO, CERCA DE 75 X 25 MM, BORDA FOSCA (CAIXA COM 50 UND)
Unidade de medida: UN Quantidade: 40
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	4,59	KASVI
626 - PHOSPODONT LTDA	3,34	CRAL PLAST

Item: 22 - LÂMINA LABORATÓRIO, VIDRO, CERCA DE 75 X 25 MM, BORDA LISA (CAIXA COM 50 UND)
Unidade de medida: UN Quantidade: 40
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	3,87	KASVI
626 - PHOSPODONT LTDA	3,34	CRAL PLAST

Item: 23 - REAGENTES PARA HEMOGRAMA CLEANER 1000 ML
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	207,00	EXTRA
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	27,00	EBRAM

Item: 24 - REAGENTES PARA HEMOGRAMA LISANTE 1000 ML
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	230,00	EBRAM
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	100,80	EBRAM

Item: 25 - REAGENTES PARA HEMOGRAMA DILUENTE
Unidade de medida: UN Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	117,00	EBRAM
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	57,50	EBRAM

Item: 26 - TUBOS DE ENSAIO DE VIDRO (15X100)
Unidade de medida: UN Quantidade: 2.000
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	0,30	PERFECTA
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	0,25	KASVI

Item: 27 - RELÓGIOS DESPERTADORES (PARA LABORATÓRIO)
Unidade de medida: UN Quantidade: 2
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	25,00	LABOR IMPORT
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	18,00	KASVI

Item: 28 - PLACA CAVADA DE VIDRO (PARA VDLR)
Unidade de medida: UN Quantidade: 6
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	40,00	PERFECTA
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	41,00	GLOBAL
626 - PHOSPODONT LTDA	37,90	GLOBAL TRADE

Item: 29 - ESCOVAS PARA LAVAGEM DE TUBOS (TUBOS MÉDIOS)
Unidade de medida: UN Quantidade: 100
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	3,00	JPROLAB
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	5,40	KASVI
626 - PHOSPODONT LTDA	4,72	J. PROLAB

Item: 30 - TUBOS DE ENSAIO DE PLASTICO (MÉDIO) (TRANSPARENTE) (10X75)
Unidade de medida: UN Quantidade: 1.000
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	0,19	JPROLAB
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	0,07	KASVI

Item: 31 - ÁGUA DESTILADA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA (05 LTS)
Unidade de medida: UND Quantidade: 100
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	7,00	SANA FARMA
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	10,26	CINORD
626 - PHOSPODONT LTDA	7,28	SANAFARMA IND

Item: 32 - REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, QUANTITATIVO DE BILIRRUBINA TOTAL, FOTOMÉTRICO DE PONTO FINAL (375 ML)
Unidade de medida: UND Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	39,00	BIOCLIN

563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	64,26	VIDA

Item: 33 - REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, QUANTITATIVO DE FOSFATASE ALCALINA, ENZIMÁTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL (100 ML)
Unidade de medida: UND Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	80,00	BIOCLIN
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	59,80	VIDA

Item: 34 - REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMAÇÃO, QUANTITATIVO DE GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE, CINÉTICO COLORIMÉTRICO DE PONTO FINAL (100 ML)
Unidade de medida: UND Quantidade: 20
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	112,00	BIOCLIN
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	83,00	VIDA

Item: 35 - MICROPIPETA, ATÉ 50 MCL, MONOCANAL, MECÂNICA, VOLUME FIXO, COM EJETOR DE PONTEIRA, SUPORTE, AUTOCLAVÁVEL, COM DISPENSADOR
Unidade de medida: UND Quantidade: 50
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	85,00	LABOR IMPOR
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	66,20	KACIL
626 - PHOSPODONT LTDA	43,50	CRAL PLAST

Item: 36 - TUBO LABORATÓRIO, CAPILAR, VIDRO, CERCA DE 1,5 X 75 MM (C/ 500 UND)
Unidade de medida: UND Quantidade: 30
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	10,00	PERFECTA
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	12,89	KASVI

Item: 37 - TUBO DE HEMÓLISE, VIDRO, 12X75MM
Unidade de medida: UND Quantidade: 2.000
Preços registrados

Licitante	Valor unitário(R$)	Marca
409 - JOANA DARC BESSA - ME	0,18	JPROLAB
563 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	0,16	KASVI
626 - PHOSPODONT LTDA	0,07	CRAL PLAST

VALIDADE DA ATA
A validade da Ata de Registro de Preços iniciará em 06/07/2018, tendo seu término em 06/07/2019, podendo ou não ser prorrogada, a critério da Administração, respeitado, contudo, o prazo total de 12 (doze) meses (art. 12 do Decreto nº 7.892/13).

REVISÃO E CANCELAMENTO
Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preçospraticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
O registro do fornecedor será cancelado quando:
descumprir as condições da ata de registro de preços;
não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nesta Ata de Registro de Preços será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
por razão de interesse público; ou

a pedido do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Riacho da Cruz, Rio Grande do Norte, 06/07/2018.

ASSINATURAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ – RN
CNPJ/MF nº 12.921.556/0001-08
MARIA BERNADETE NUNES REGO GOMES
PrefeitA
CPF n.º 289.106.054-72

FUTURA CONTRATADA

_____
JOANA DARC BESSA - ME
CNPJ: 07.641.623/0001-92

_____
MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME
CNPJ: 07.969.641/0001-06

_____
PHOSPODONT LTDA
CNPJ: 04.451.626/0001-75

Publicado por:
Fábio Maximiliano Diogenes Souza
Código Identificador:1E5CB62C

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2018 – PP

Aos 04/07/2018, após considerar os critérios legais a cerca do resultado da Licitação na modalidade Pregão, do tipo Menor preço, n.º 029/2018 - PP, destinado a Registro de Preços de materiais de higiene e limpeza, copa e cozinha destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais o pregoeiro ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro abaixo:

Empresa: FRANCISCO DA COSTA CAVALCANTE - ME
CNPJ. Nº 24.594.947/0001-36

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	8746 - ÁCIDO MURIÁTICO Embalagem com 1000 ml, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade.	L	LAVANDEIRA	2.176	3,05	6.636,80
6	8939 - CESTO PLÁSTICO PARA LIXO Cesto em material plático para lixo, produto contendo marca do fabricante, 6,9 litros.	UN	ARCA	286	4,24	1.212,64
8	6814 - DETERGENTE LIQUIDO 500 ML Especificação : Embalagem com composição do produto,dados do fabricante, data de fabricação e validade.	UN	LAVANDEIRA	6.998	1,02	7.137,96
10	6815 - ESPONJA DE LÃ DE AÇO 60G Especificação : APLICAÇÃO: Utilizado na lavagem de utensílios, o material deverá ser capaz de remover resíduos incrustados e atender a limpeza em geral. Embalagem: As esponjas deverão ser embaladas em sacos plásticos selados, devendo constar da embalagem a identificação do fabricante, o nome do produto, a data de fabricação e prazo de validade ou apenas a data final de validade, peso líquido, número de unidades e demais informações exigidas pela legislação em vigor. PRAZO DE VALIDADE: Deverá o produto manter suas características inalteradas quando abrigado em local seco, por um período mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Caso o prazo de validade estabelecido pelo fabricante do produto ultrapasse o mínimo exigido, prevalecerá o maior. CARACTERÍSTICAS GEOMÉTRICAS: . comprimento: 90 a 120 mm; ú largura: 40 a 100mm. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS ú peso líquido total: mínimo 42 g; ú número de unidades/embalagem: 8.	UN	MARILUX	2.386	1,39	3.316,54
11	7975 - ESPONJA DUPLA FACE - PACOTE COM 03 UND	PCT	SCOTH BRITE	1.455	2,48	3.608,40
12	8940 - FLANELA EM 100% ALGODÃO, DIMENSÕES 30X50CM	UN	ROMA	375	2,13	798,75
13	7984 - FÓSFORO C/10 CX C/40 UNIDADE	CX	ARGOS	370	2,40	888,00
16	7971 - GUARDANAPO 50 X 30CM	UN	ABSOLUTO	805	3,39	2.728,95
17	8916 - ODORIZADOR DE AMBIENTE 400ML	UN	AER	102	9,69	988,38
18	8068 - PANO DE CHÃO Em algodão lavado, tipo saco, para limpeza, dimensões aproximadas 65 x 40 cm.	UND	ALGO BOM	964	2,44	2.352,16
24	557 - VASSOURA EM PÊLO cabo e base em madeira, sendo a base retangular, comprimento mínimo de 25 cm e altura mínima da base de 3,0 cm.	UN	SERTÃO PLAST	259	6,04	1.564,36
25	6821 - SABÃO EM BARRA DE 500 G Especificação : Multi-uso, para limpeza em geral, biodegradável, barra de 500 g. Com nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, Registro no Ministério da Saúde.	UN	LAVANDEIRA	339	1,90	644,10
26	553 - SABÃO EM PÓ 500 G Super concentrado, coloração azul, para lavagem de roupas hospitalares,limpeza e uso doméstico. Caixa 24 (vinte e quatro) unidades de 500 g,com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no	CX.	LAVANDEIRA	1.650	46,75	77.137,50

	Ministério da Saúde.					
30	6812 - AMACIANTE PARA ROUPA 500ml Especificação : Embalagem contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	UN	LAVANDEIRA	1.206	1,89	2.279,34
32	8162 - CREME DENTAL 90G Com mínimo de 1.500 ppm de fluor, ação bacteriana. Embalagem: bisnaga com 90 g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde.	UN	SORRISO	739	2,39	1.766,21
44	10812 - SACO DE LIXO 100 LT Saco de lixo 100 litros – Na cor preto, com no mínimo 13 mícra, com medidas mínimas de 75 cm x 105 cm. Confeccionado dentro das normas ABNT NBR 9191/2008. Fardo com 100 unidades. Apresentar declaração.	UN	RAVA	2.400	19,45	46.680,00
45	10813 - BOBINA DE SACO PLÁSTICO PICOTADA DIMENSÕES APROXIMADAS: 28X42 CM, CAPACIDADE 3KG, P/ ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS COM 500 UNIDADES.	UN	BAG ROLL	20	33,75	675,00
46	10814 - SHAMPOO INFANTIL Shampoo Infantil vitaminado com sua Formula Suave PH Neutro para todos os tipos de cabelos, que não irrite os olhos acondicionado em frascos plásticos com Bico Dosador, com no mínimo 500 ml. Especificações constar no rotulo da embalagem.	UN	TRALALA	96	8,99	863,04
47	10815 - CONDICIONADOR INFANTIL Condicionador embalagem de 480 ml, formula suave, com pro vitamina b5 e vitamina E contem ph neutro, proporciona brilho e macies natural dos cabelos, testados dermatologicamente alergia, podendo ser utilizado diariamente em todos os tipos de cabelo. Fragrância neutra.	UN	TRALALA	96	9,80	940,80
Total					162.218,93	

Empresa: MERCADINHO MIRAGEM LTDA
CNPJ. 11.939.808/0001-55

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
5	7974 - BALDE PLÁSTICO EM POLIETILENO, CAPACIDADE 10 LITROS	UN	MB	316	5,65	1.785,40
7	6813 - DESINFETANTE LIQUIDO 1000 ML Especificação : Desinfetante de uso doméstico embalagem contendo dados do fabricante, composição e data de validade.	UN	GUARANY	9.302	1,73	16.092,46
14	7985 - GARFO PARA REFEIÇÃO DESCARTÁVEL Em polietileno, cristal, comprimento 15 cm, com variação de +/- 1 cm.de +/- 1 cm. Embalagem: pacote com 50 unidades, com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	PCT	PRA FESTA	865	3,78	3.269,70
15	7986 - COLHER PARA REFEIÇÃO DESCARTÁVEL Em polietileno, cristal, comprimento 15 cm, com variação de +/- 1 cm.de +/- 1 cm. Embalagem: pacote com 50 unidades, com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	PCT	PRA FESTA	865	3,78	3.269,70
20	549 - PEDRA SANITÁRIA 25G Pedra sanitária 25g, embalagem contendo composição do produto, fragância, dados do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	UN	DISOFLOR	1.590	1,32	2.098,80
22	7987 - PRATO DESCARTÁVEL Cor branca, comprimento 20 cm, com variação de +/- 1 cm.de +/- 1 cm. Embalagem: pacote com 10 unidades, com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	PCT	PRA FESTA	1.370	2,15	2.945,50
31	7977 - CERA LÍQUIDA Frascos de 750 ml, contendo dados do fabricante, composição e data de validade.	UN	MARILUX	1.182	3,20	3.782,40
33	6817 - GUARDANAPO PAPEL ABSORVENTE DIMENSÕES 18 X 23CM Especificação : Folha simples de alta qualidade, na cor branca,100% fibras naturais. Embalagem, com dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	UN	ELLY	2.430	0,88	2.138,40
36	9102 - FLANELA 100% ALGODÃO MEDINDO 39X59CM	UN	ROMATEX	480	2,20	1.056,00
38	10806 - CABO DE RODO Rodo, com cabo de madeira plastificada com rosca, medindo no mínimo 1,20 cm de comprimento, suporte plástico medindo aproximadamente 50 cm, com borracha dupla. Utilização: Piso ou qualquer superficie lisa.	UN	PET	120	3,03	363,60
41	10809 - VASSOURA DE PALHA Vassoura caipira, de palha, com 05 fios, com cabo, reforçada.	UN	DA CASA	240	1,80	432,00
48	10816 - PAPEL FILME DE PLÁSTICO TRANSPARENTE 300MX10CMX28CM	UN	SUPER FILME	240	27,70	6.648,00
Total					43.881,96	

Empresa: A.C. ALVES
CNPJ. Nº 19.165.244/0001-52

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
2	8815 - ÁGUA SANITÁRIA, HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO, INCOLOR, LAVAGEM E ALVEJANTE DE ROUPAS, BANHEIRAS, PIAS,COMUM	L		9.435	1,44	13.586,40
19	7988 - PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA Em rolo, não reciclado, alta absorção, na cor branca, dimensões de 10 cm x 30 m. A embalagem deverá conter a marca do fabricante, dimensão, indicação de não reciclado, cor e lote do produto. Pacote com 04 rolos.	PCT		2.245	4,55	10.214,75
21	6820 - POLIDOR DE ALUMÍNIO 500ml Especificação : Embalagem contendo composição do produto, modo de usar, dados do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	UN		1.004	1,72	1.726,88
27	7972 - SABONETE 90G	UN		1.194	1,35	1.611,90
34	546 - HASTE FLEXÍVEL DE POLIPROPILENO com pontas de algodão, 100% puro e com tratamento antigerme.Caixa com 12 (doze) embalagens com mínimo 75 unidades, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	CX.		456	14,00	6.384,00
35	552 - SABÃO EM BARRA DE 1000 G Multi-uso, para limpeza em geral, biodegradável, barra de 1000 g. Fardo com 05 unidades, com nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, Registro no Ministério da Saúde.	FARDO		72	20,50	1.476,00
37	10805 - ESCOVA DENTAL ADULTO MACIA Cabo reto, Cerdas macias, cabeça referência 35, com Cerdas de Cabeça Arredondadas contendo 32 Tufos de Cerdas, comprimento total de 17 a 20 cm c/ selo de aprovação da ABO - (Associação Brasileira de Odontologia), embaladas individualmente.	UN		400	3,55	1.420,00
39	10807 - SODA CÁUSTICA Soda cáustica em escamas. Composição: Hidróxido de sódio, carbonato de sódio, cloreto de sódio.	UN		48	4,80	230,40
Total					36.650,33	

Empresa: H. C. CORDEIRO

CNPJ. 20.755.100/0001-35

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
3	363 - ÁLCOOL ETÍLICO 70% Para desinfecção hospitalar.rfice fixa e anti-sepsia antes de punção venosa, tendo como princípio ativo o álcool etílico a 77% (v/v) que corresponde a 70% em peso, com acao antimicrobiana para Staphuylococus aureus, Salmonella choleraesuis e Pseudomonas aeruginosa, apresentando documentacao a ser solicitada: laudo de ação antimicrobiana para bacterias citadas, laudo do produto assinado pelo químico responsável, Embalagem: de 01 litro.	FRASCO	AUDAX	2.384	7,85	18.714,40
4	7973 - BALDE PLÁSTICO EM POLIETILENO, CAPACIDADE 20 LITROS	UN	LIBAP	316	7,00	2.212,00
9	7983 - ESCOVA DE LIMPEZA PARA SANITÁRIO	UN	DIFRANCIS	391	4,25	1.661,75
23	550 - RODO PARA PISO 40 CM Cabo em madeira, comprimento mínimo da base de 300 mm e máximo de 600 mm, cabo com 1,20 m. A borracha deve ultrapassar a base em no mínimo 25 mm.	UN	ICOPLAN	259	4,95	1.282,05
28	7976 - SABONETE LÍQUIDO 1000 ML Fragrância agradável, para saboneteiras de banheiros. Embalagem: com dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	FR	LIMPEMAX	102	4,60	469,20
29	4762 - PÁ PARA LIXO EM MATERIAL PLÁSTICO Pá para lixo em material plástico com cabo, embalagem contendo dados do produto e marca do fabricante.	UN	ICOPLAN	247	6,20	1.531,40
40	10808 - VASSOURA PET Vassoura doméstica tipo caipira, cerdas, cerdas de garrafa pet, amarração em arame, cabo de madeira com 120 cm.	UN	MUNDIAL	240	8,90	2.136,00
42	10810 - LIMPADOR DE VIDRO Limpa vidros concentrado, cada unidade contendo 5 litros	GALÃO	LIMPEMAX	72	15,90	1.144,80
43	10811 - SACO DE LIXO 50 LT Saco de lixo 50 litros – Na cor preto, com no mínimo 6 mícra, com medidas mínimas de 63 cm x 80 cm. Confeccionado dentro das normas ABNT NBR 9191/2008. Fardo com 100 unidades. Apresentar declaração.	UN	RAVA	2.400	14,30	34.320,00
Total					63.471,60	

Riacho da Cruz/RN, 04/07/2018.

FABIO MAXIMILIANO DIÓGENES DE SOUSA
Pregoeiro

Publicado por:
Fábio Maximiliano Diogenes Souza
Código Identificador:5D7E7E19

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2018 – PP

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. **MARIA BERNADETE NUNES RÊGO GOMES**, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Presencial nº 029/2018 - PP, conforme indicado no quadro abaixo, resultado da homologação.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

Empresa: FRANCISCO DA COSTA CAVALCANTE – ME
CNPJ. 24.594.947/0001-36

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	8746 - ÁCIDO MURIÁTICO Embalagem com 1000 ml, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade.	L	LAVANDEIRA	2.176	3,05	6.636,80
6	8939 - CESTO PLÁSTICO PARA LIXO Cesto em material plático para lixo, produto contendo marca do fabricante, 6,9 litros.	UN	ARCA	286	4,24	1.212,64
8	6814 - DETERGENTE LIQUIDO 500 ML Especificação : Embalagem com composição do produto,dados do fabricante, data de fabricação e validade.	UN	LAVANDEIRA	6.998	1,02	7.137,96
10	6815 - ESPONJA DE LÃ DE AÇO 60G Especificação : APLICAÇÃO: Utilizado na lavagem de utensílios, o material deverá ser capaz de remover resíduos incrustados e atender a limpeza em geral. Embalagem: As esponjas deverão ser embaladas em sacos plásticos selados, devendo constar da embalagem a identificação do fabricante, o nome do produto, a data de fabricação e prazo de validade ou apenas a data final de validade, peso líquido, número de unidades e demais informações exigidas pela legislação em vigor. PRAZO DE VALIDADE: Deverá o produto manter suas características inalteradas quando abrigado em local seco, por um período mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Caso o prazo de validade estabelecido pelo fabricante do produto ultrapasse o mínimo exigido, prevalecerá o maior. CARACTERÍSTICAS GEOMÉTRICAS: . comprimento: 90 a 120 mm; ú largura: 40 a 100mm. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS ú peso líquido total: mínimo 42 g; ú número de unidades/embalagem: 8.	UN	MARILUX	2.386	1,39	3.316,54
11	7975 - ESPONJA DUPLA FACE - PACOTE COM 03 UND	PCT	SCOTH BRITE	1.455	2,48	3.608,40
12	8940 - FLANELA EM 100% ALGODÃO, DIMENSÕES 30X50CM	UN	ROMA	375	2,13	798,75
13	7984 - FÓSFORO C/10 CX C/40 UNIDADE	CX	ARGOS	370	2,40	888,00
16	7971 - GUARDANAPO 50 X 30CM	UN	ABSOLUTO	805	3,39	2.728,95
17	8916 - ODORIZADOR DE AMBIENTE 400ML	UN	AER	102	9,69	988,38
18	8068 - PANO DE CHÃO Em algodão lavado, tipo saco, para limpeza, dimensões aproximadas 65 x 40 cm.	UND	ALGO BOM	964	2,44	2.352,16
24	557 - VASSOURA EM PÊLO cabo e base em madeira, sendo a base retangular, comprimento mínimo de 25 cm e altura mínima da base de 3,0 cm.	UN	SERTÃO PLAST	259	6,04	1.564,36
25	6821 - SABÃO EM BARRA DE 500 G Especificação : Multi-uso, para limpeza em geral, biodegradável, barra de 500 g. Com nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, Registro no Ministério da Saúde.	UN	LAVANDEIRA	339	1,90	644,10
26	553 - SABÃO EM PÓ 500 G Super concentrado, coloração azul, para lavagem de roupas	CX.	LAVANDEIRA	1.650	46,75	77.137,50

	hospitalares,limpeza e uso doméstico. Caixa 24 (vinte e quatro) unidades de 500 g,com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.					
30	6812 - AMACIANTE PARA ROUPA 500ml Especificação : Embalagem contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	UN	LAVANDEIRA	1.206	1,89	2.279,34
32	8162 - CREME DENTAL 90G Com mínimo de 1.500 ppm de fluor, ação bacteriana. Embalagem: bisnaga com 90 g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde.	UN	SORRISO	739	2,39	1.766,21
44	10812 - SACO DE LIXO 100 LT Saco de lixo 100 litros – Na cor preto, com no mínimo 13 mícra, com medidas mínimas de 75 cm x 105 cm. Confeccionado dentro das normas ABNT NBR 9191/2008. Fardo com 100 unidades. Apresentar declaração.	UN	RAVA	2.400	19,45	46.680,00
45	10813 - BOBINA DE SACO PLÁSTICO PICOTADA DIMENSÕES APROXIMADAS: 28X42 CM, CAPACIDADE 3KG, P/ ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS COM 500 UNIDADES.	UN	BAG ROLL	20	33,75	675,00
46	10814 - SHAMPOO INFANTIL Shampoo Infantil vitaminado com sua Formula Suave PH Neutro para todos os tipos de cabelos, que não irrite os olhos acondicionado em frascos plásticos com Bico Dosador, com no mínimo 500 ml. Especificações constar no rotulo da embalagem.	UN	TRALALA	96	8,99	863,04
47	10815 - CONDICIONADOR INFANTIL Condicionador embalagem de 480 ml, formula suave, com pro vitamina b5 e vitamina E contem ph neutro, proporciona brilho e macies natural dos cabelos, testados dermatologicamente alergia, podendo ser utilizado diariamente em todos os tipos de cabelo. Fragrância neutra.	UN	TRALALA	96	9,80	940,80
Total					R$ 162.218,93	

Valor Total Homologado em R$ 162.218,93 (Cento e Sessenta e Oito Mil, Duzentos e Dezoito Reais e Novena e Três Centavos)

Empresa: MERCADINHO MIRAGEM LTDA
CNPJ. Nº 11.939.808/0001-55

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
5	7974 - BALDE PLÁSTICO EM POLIETILENO, CAPACIDADE 10 LITROS	UN	MB	316	5,65	1.785,40
7	6813 - DESINFETANTE LIQUIDO 1000 ML Especificação : Desinfetante de uso doméstico embalagem contendo dados do fabricante, composição e data de validade.	UN	GUARANY	9.302	1,73	16.092,46
14	7985 - GARFO PARA REFEIÇÃO DESCARTÁVEL Em polietileno, cristal, comprimento 15 cm, com variação de +/- 1 cm.de +/- 1 cm. Embalagem: pacote com 50 unidades, com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	PCT	PRA FESTA	865	3,78	3.269,70
15	7986 - COLHER PARA REFEIÇÃO DESCARTÁVEL Em polietileno, cristal, comprimento 15 cm, com variação de +/- 1 cm.de +/- 1 cm. Embalagem: pacote com 50 unidades, com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	PCT	PRA FESTA	865	3,78	3.269,70
20	549 - PEDRA SANITÁRIA 25G Pedra sanitária 25g, embalagem contendo composição do produto, fragância, dados do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	UN	DISOFLOR	1.590	1,32	2.098,80
22	7987 - PRATO DESCARTÁVEL Cor branca, comprimento 20 cm, com variação de +/- 1 cm.de +/- 1 cm. Embalagem: pacote com 10 unidades, com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	PCT	PRA FESTA	1.370	2,15	2.945,50
31	7977 - CERA LÍQUIDA Frascos de 750 ml, contendo dados do fabricante, composição e data de validade.	UN	MARILUX	1.182	3,20	3.782,40
33	6817 - GUARDANAPO PAPEL ABSORVENTE DIMENSÕES 18 X 23CM Especificação : Folha simples de alta qualidade, na cor branca,100% fibras naturais. Embalagem, com dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	UN	ELLY	2.430	0,88	2.138,40
36	9102 - FLANELA 100% ALGODÃO MEDINDO 39X59CM	UN	ROMATEX	480	2,20	1.056,00
38	10806 - CABO DE RODO Rodo, com cabo de madeira plastificada com rosca, medindo no mínimo 1,20 cm de comprimento, suporte plástico medindo aproximadamente 50 cm, com borracha dupla. Utilização: Piso ou qualquer superfície lisa.	UN	PET	120	3,03	363,60
41	10809 - VASSOURA DE PALHA Vassoura caipira, de palha, com 05 fios, com cabo, reforçada.	UN	DA CASA	240	1,80	432,00
48	10816 - PAPEL FILME DE PLÁSTICO TRANSPARENTE 300MX10CMX28CM	UN	SUPER FILME	240	27,70	6.648,00
Total					R$ 43.881,96	

Valor Total Homologado em R$ 43.881,96 (Quarenta e Três Mil, Oitocentos e Oitenta e Um Reais e Noventa e Seis Centavos).

Empresa: A.C. ALVES
CNPJ. 19.165.244/0001-52

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
2	8815 - ÁGUA SANITÁRIA, HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO, INCOLOR, LAVAGEM E ALVEJANTE DE ROUPAS, BANHEIRAS, PIAS,COMUM	L		9.435	1,44	13.586,40
19	7988 - PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA Em rolo, não reciclado, alta absorção, na cor branca, dimensões de 10 cm x 30 m. A embalagem deverá conter a marca do fabricante, dimensão, indicação de não reciclado, cor e lote do produto. Pacote com 04 rolos.	PCT		2.245	4,55	10.214,75
21	6820 - POLIDOR DE ALUMÍNIO 500ml Especificação : Embalagem contendo composição do produto, modo de usar, dados do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	UN		1.004	1,72	1.726,88
27	7972 - SABONETE 90G	UN		1.194	1,35	1.611,90
34	546 - HASTE FLEXÍVEL DE POLIPROPILENO com pontas de algodão, 100% puro e com tratamento antigerme.Caixa com 12 (doze) embalagens com mínimo 75 unidades, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	CX.		456	14,00	6.384,00
35	552 - SABÃO EM BARRA DE 1000 G Multi-uso, para limpeza em geral, biodegradável, barra de 1000 g. Fardo com 05 unidades, com nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, Registro no	FARDO		72	20,50	1.476,00

	Ministério da Saúde.					
37	10805 - ESCOVA DENTAL ADULTO MACIA Cabo reto, Cerdas macias, cabeça referência 35, com Cerdas de Cabeça Arredondadas contendo 32 Tufos de Cerdas, comprimento total de 17 a 20 cm c/ selo de aprovação da ABO - (Associação Brasileira de Odontologia), embaladas individualmente.	UN		400	3,55	1.420,00
39	10807 - SODA CÁUSTICA Soda cáustica em escamas. Composição: Hidróxido de sódio, carbonato de sódio, cloreto de sódio.	UN		48	4,80	230,40
Total					R$ 36.650,33	

Valor Total Homologado em R$ 36.650,33 (Trinta e Seis Mil, Seiscentos e Cinquenta Reais e Trinta e Três Centavos).

Empresa: H. C. CORDEIRO
CNPJ. Nº 20.755.100/0001-35

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
3	363 - ÁLCOOL ETÍLICO 70% Para desinfecção hospitalar.rfice fixa e anti-sepsia antes de punção venosa, tendo como princípio ativo o álcool etílico a 77% (v/v) que corresponde a 70% em peso, com acao antimicrobiana para Staphuylococus aureus, Salmonella choleraesuis e Pseudomonas aeruginosa, apresentando documentacao a ser solicitada: laudo de ação antimicrobiana para bacterias citadas, laudo do produto assinado pelo químico responsável, Embalagem: de 01 litro.	FRASCO	AUDAX	2.384	7,85	18.714,40
4	7973 - BALDE PLÁSTICO EM POLIETILENO, CAPACIDADE 20 LITROS	UN	LIBAP	316	7,00	2.212,00
9	7983 - ESCOVA DE LIMPEZA PARA SANITÁRIO	UN	DIFRANCIS	391	4,25	1.661,75
23	550 - RODO PARA PISO 40 CM Cabo em madeira, comprimento mínimo da base de 300 mm e máximo de 600 mm, cabo com 1,20 m. A borracha deve ultrapassar a base em no mínimo 25 mm.	UN	ICOPLAN	259	4,95	1.282,05
28	7976 - SABONETE LÍQUIDO 1000 ML Fragrância agradável, para saboneteiras de banheiros. Embalagem: com dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	FR	LIMPEMAX	102	4,60	469,20
29	4762 - PÁ PARA LIXO EM MATERIAL PLÁSTICO Pá para lixo em material plástico com cabo, embalagem contendo dados do produto e marca do fabricante.	UN	ICOPLAN	247	6,20	1.531,40
40	10808 - VASSOURA PET Vassoura doméstica tipo caipira, cerdas, cerdas de garrafa pet, amarração em arame, cabo de madeira com 120 cm.	UN	MUNDIAL	240	8,90	2.136,00
42	10810 - LIMPADOR DE VIDRO Limpa vidros concentrado, cada unidade contendo 5 litros	GALÃO	LIMPEMAX	72	15,90	1.144,80
43	10811 - SACO DE LIXO 50 LT Saco de lixo 50 litros – Na cor preto, com no mínimo 6 mícra, com medidas mínimas de 63 cm x 80 cm. Confeccionado dentro das normas ABNT NBR 9191/2008. Fardo com 100 unidades. Apresentar declaração.	UN	RAVA	2.400	14,30	34.320,00
Total					R$ 63.471,60	

Valor Total Homologado em R$ 63.471,60 (Sessenta e Três Mil, Quatrocentos e Setenta e Um Reais e Sessenta Centavos).

Fica aberto o prazo de cinco dias úteis para o comparecimento dos interessados para assinatura de Ata de Registro de Preços.

Riacho da Cruz/RN,06/07/2018.

MARIA BERNADETE NUNES RÊGO GOMES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Fábio Maximiliano Diogenes Souza
Código Identificador:19F9A4BB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

PODER EXECUTIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Período de referência: Janeiro/2017 a Dezembro/2017		
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**	
	LIQUIDADAS (a)	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS' (b)**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**8.818.107,13**	**174.049,01**
Pessoal ativo	7.912.010,54	174.049,01
Pessoal inativo e pensionistas	906.096,59	0
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**1.688.575,65**	0
II - IRRF (Decisão 720/07 - Processo nº 6535/2007-TCE)	**87.440,22**	
INSS SEGURADO PROCESSO NÚMERO 12.704/2013 - TC	**619.330,87**	
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	0	0
Decorrentes de decisão judicial de período anterior ao de apuração	1.216,27	0
Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao de apuração	74.491,70	0
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados	906.096,59	0

DESPESA LIQUIDADA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**7.129.531,48**	**174.049,01**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**14.680.594,16**	**---**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	0	0
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	**14.680.594,16**	**100**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	**7.303.580,49**	**49,75**
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art . 20 da LRF)	**7.927.520,85**	**54**
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art . 22 da LRF)	**7.531.144,81**	**51,3**
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art . 59 da LRF)	**7.134.768,76**	**48,6**

A Constituição Federal em seu art. 169 estabelece que as normas específicas para controle das Despesas com Pessoal serão dispostas em Lei Complementar. Por sua vez, a Lei Complementar 101/2000, em seu art. 19, fixa o limite da Despesa Total com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida, e no art. 20 define a repartição desse limite global. Demonstra-se, no quadro a seguir, o total empenhado com pessoal pelo Poder Executivo em relação à Receita Corrente Líquida – RCL, no qual se pode verificar o atendimento ao limite legal.
Destaca-se, por oportuno, que a exclusão do IRRF do cálculo da RCL e da base de cálculo da Despesa com Pessoal deve-se à Decisão nº 720/2007 desta Egrégia Corte de Contas, como também a exclusão dos valores referentes as retenções previdências dos servidores que contribuem para o Regime Geral de Previdência e Regime Próprio de Previdência Social motivado pela consulta formulado ao TCE-RN conforme processo nº 12.704/2013 - TC.

Publicado por:
Luiz Kleber Inácio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:E9E2775E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE
TERMO ADITIVO AO EDITAL N. 02/2018 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO *

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE, através da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no inciso o IX, do Art. 37 da Constituição Federal da República, Lei Orgânica Municipal, Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do Município de São Bento do Norte (Lei nº 315, de 20 de dezembro de 1999), Lei de Criação para Cargos Temporários (Lei nº 491, de 05 de março de 2018) e Lei de Contratação de Contratação por Tempo Determinado para atender necessidade temporária de Excepcional Interesse Público Municipal (Lei nº 492, de 05 de março de 2018), e o Edital n. 01/2018, do Processo Seletivo Simplificado visando à contratação em caráter temporário, de Profissionais de Nível Superior, Médio e Fundamental, torna público e resolve:

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional Interesse Público da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de preencher vagas exclusivamente em razão de desistência do aprovado, conforme estabelecido no item 2. do Edital do Processo Seletivo Simplificado n. 01/2018;
CONSIDERANDO que as contratações para o cargo de médico sejam indispensáveis para atuar na Secretaria Municipal de Saúde Pública, e em caráter de urgência;
RESOLVE:
Art. 1º - Prorrogar o prazo de inscrição do Processo Seletivo Simplificado n.01/2018, para o preenchimento de vaga de Médico Plantonista e Médico ESF em virtude de não ter ocorrido inscrições no prazo anteriormente aberto.
* Médico Plantonista – 01 vaga;
* Médico ESF – 01 vaga.

Parágrafo Único – O novo prazo será dia 09 a 11 de julho de 2018, no horário de 8:00 às 12:00 horas, na Sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Norte-RN (Secretaria de Administração), localizado na Rua Ursulino Silvestre, 448 – Centro – São Bento do Norte/RN, improrrogável.

Art. 2º - Determinar a data de 12 de julho de 2018 para publicação da relação final de aprovados e homologação, dia 13 de julho de 2018, para entrega de documentos e comprovação das informações prestadas no ato da inscrição e 16 de julho para assinatura do Contrato (Secretaria de Administração, no horário das 08:00h às 12:00h) e início das atividades, conforme Edital já especificado.

Art. 3º - Ficam mantidas as mesmas condições anteriormente estabelecidas no Edital n. 01/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 12 de março de 2018, retificando tão somente a carga horária para Médicos Plantonista, para plantões de 12h ou 24h, conforme especificação do quadro de vagas. Edição 1722 (http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/materia/144589C1)

Art. 4º - Este aditivo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

*** Republicado em razão de não haver candidatos inscritos.**

São Bento do Norte/RN, 06 de julho de 2018.

ERIBERTO FREIRE TOMAZ
Presidente da Comissão

AUGUSTO FELIPE CORTEZ MEIRA DE MEDEIROS
Membro da Comissão

PATRÍCIA MORAIS PEIXOTO
Membro da Comissão

KARLIANO CAVALCANTE DA SILVA
Membro da Comissão

FRANCISCO ARAÚJO DE LIMA
Membro da Comissão

TERMO ADITIVO AO EDITAL N. 02/2018 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
ANEXO UNÍCO
QUADRO DE VAGAS

NÚMERO DE ORDEM	CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS	ATRIBUIÇÕES/ CARGA HORÁRIA	SALÁRIO (R$)	VAGAS
01	MÉDICO PLANTONISTA	Ensino Superior completo em Medicina + Registro no conselho de classe	Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; realizar consultas clínicas e procedimentos; realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica e procedimentos para fins de diagnósticos; encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contrareferência locais, mantendo sua responsabilidadepelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência; indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário; clinicar e medicar pacientes; assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; respeitar a ética médica; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; guardar sigilo das atividades inerentes às atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; realizar visitas domiciliares e participar de eventos visando prevenção; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo. Carga horária de 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) horas por plantão.	R$ 750,00 / PLANTÃO 24 horas - R$ 1.500,00 / PLANTÃO 24 horas	01
02	MÉDICO ESF	Ensino Superior completo em Medicina + Registro no conselho de classe	Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita; Executar as ações de assistência integral em todas as faces do ciclo de vida, criança, adolescente, mulher, adulto e idoso; Realizar consultas e procedimentos na USF e, quando necessário no domicílio; Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na atenção Básica definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS 2001; Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva; Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc.; Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências; Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência; Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; Indicar internação hospitalar; Solicitar exames complementares, Verificar e atestar óbito; Conhecer a realidade das famílias pela quais são responsáveis com ênfase nas suas características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas; Identificar os problemas de saúde e situações de risco mais comuns aos quais,a população está exposta; Elaborar com a participação da comunidade, um plano local para o enfrentamento dos problemas de saúde e fatores que colocam em risco a saúde; Executar, de acordo com a qualificação de cada profissional, os procedimentos de vigilância epidemiológica, nas diferentes fases do ciclo de vida; Valorizar a relação com o usuário e com a família para a criação de vínculo de confiança, de afeto, de respeito; Realizar visitas domiciliares de acordo com o planejamento; Resolver os problemas de saúde do nível de atenção básica; Garantir acesso a continuidade do tratamento dentro de um sistema de referência e contrareferência para os casos de maior complexidade ou que necessitem de internação hospitalar; Prestar assistência integral à população adscrita, respondendo à demanda de forma continua e racionalista; Coordenar, participar de e/ou organizar grupos de educação para a saúde; Promovendo ações intersetoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes na comunidade para o enfretamento conjunto dos problemas identificados; Fomentar a participação popular discutindo com a comunidade conceitos de cidadania, de direitos à saúde e suas bases legais; Incentivar a formação e/ou participação ativa da comunidade nos conselhos locais de saúde e no Conselho Municipal de Saúde; Auxiliar na implantação do Cartão Nacional de Saúde; Identificar pessoas portadoras de hipertensão, diabetes, tuberculose, hanseníase para alimentar aos respectivos banco de dados. Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.	R$ 7.500,00	01

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:40526C10

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATO DE ADJUDICAÇÃO DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL N° 039/2018

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.

Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a pratica do mercado local.

Considerando, que não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes.

Considerando, finalmente o que preconizado o inciso XX, do artigo 4º, da Lei Federal nº. 10.520/2002.

ADJUDICO o presente procedimento em favor das licitantes:

EMPRESA: SAÚDE DOCTOR COMÉRCIO LTDA **CNPJ: 11.511.020/0001-43** **VENCEU OS ITENS ABAIXO :**					
ITEM	**ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS**	**UNID**	**QUANT.**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL**
04	Agulha Gengival Descartável 27G Longa Cx.C/100Und	Cx	100	R$ 23,00	R$ 2.300,00
05	Agulha Gengival Descartável 30G Curta Cx. C/100Und	Cx	250	R$ 23,00	R$ 5.750,00
06	Alavancas Curvas Direitas	Und	50	R$ 17,00	R$ 850,00
07	Alavancas Curvas Esquerdas	Und	50	R$ 17,00	R$ 850,00
08	Alavancas Retas	Und	50	R$ 16,00	R$ 800,00
09	Anestésico Com Vaso Citanest Cx. C/50Und	Cx	50	R$ 50,00	R$ 2.500,00
11	Anestésico Sem Vaso Mepivacaina Cx. C/50Und	Cx	100	R$ 53,00	R$ 5.300,00
12	Anestésico Tópico	Und	100	R$ 4,70	R$ 470,00
13	Antisséptico Bucal Menta + Flúor 1Lt	Fr	30	R$ 18,00	R$ 540,00
14	Anestésico Articaína Cx. C/50Und	Cx	30	R$ 74,00	R$ 2.220,00
16	Bandeja Inox 29X18X1,5 Inox	Und	30	R$ 18,00	R$ 540,00
18	Brocas Esféricas N° 1014	Und	100	R$ 1,50	R$ 150,00
19	Brocas Esféricas N° 1016	Und	100	R$ 1,50	R$ 150,00
20	Brocas N° 1012 C/10Und	Cx	20	R$ 15,00	R$ 300,00
21	Brocas N° 1013 C/10Und	Cx	20	R$ 15,00	R$ 300,00
22	Brocas N° 1015 C/10Und	Cx	10	R$ 15,00	R$ 150,00
23	Brocas N° 1032 C/10Und	Cx	10	R$ 15,00	R$ 150,00
24	Brocas N° 1033 C/10Und	Cx	10	R$ 15,00	R$ 150,00
25	Brocas N° 1034 C/10Und	Cx	10	R$ 15,00	R$ 150,00
26	Brocas N° 1090 C/10Und	Cx	10	R$ 15,00	R$ 150,00
27	Brocas N° 1092 C/10Und	Cx	10	R$ 15,00	R$ 150,00
28	Brocas N° 1093 C/10Und	Cx	10	R$ 15,00	R$ 150,00
29	Brocas N° 3098 C/10Und	Cx	10	R$ 15,00	R$ 150,00
30	Brocas Tipo Shoufu Circular	Und	100	R$ 8,00	R$ 800,00
31	Brocas Tipo Shoufu Em Chama	Und	100	R$ 8,00	R$ 800,00
34	Brunidor N°33. Fabricado Em Aço Inoxidável.	Und	100	R$ 6,00	R$ 600,00
35	Cabo De Bisturi N° 03	Und	50	R$ 7,65	R$ 382,50
36	Cabo Para Espelho Odontológico	Und	100	R$ 2,24	R$ 224,00
41	Carbono Oclusal. C/12 Folhas Duplas Preto/Vermelho, Extrafino De Papel.	Und	100	R$ 2,00	R$ 200,00
42	Cimento Provisório Líquido C/ 20Ml	Und	100	R$ 9,78	R$ 978,00
43	Cimento Provisório Pó C/ 50G	Und	100	R$ 4,00	R$ 400,00
44	Colgadura Individual Inox	Und	60	R$ 3,00	R$ 180,00
57	Escova De Robson Plana Branca	Und	400	R$ 1,15	R$ 460,00
66	Fio Dental Com 100 Metros	Und	300	R$ 1,80	R$ 540,00
82	Gorro Cirúrgico Descartável Pct. C/100Und	Pct	200	R$ 4,55	R$ 910,00
88	Ionômero De Vidro Restaurador Líquido	Und	50	R$ 10,00	R$ 500,00
93	Luva P/ Procedimentos Tam.M Cx. C/100Und	Cx	300	R$ 15,60	R$ 4.680,00
94	Lixa De Acabamento De Resina Cx. C/150Und	Cx	50	R$ 7,00	R$ 350,00
100	Amálgama Em Cápsula 01 Porção (Cx. C/ 50Und)	Und	80	R$ 51,00	R$ 4.080,00
101	Amálgama Em Cápsula 02 Porção (Cx. C/ 50Und)	Cx	40	R$ 95,00	R$ 3.800,00
102	Fio De Sutura 4.0 Seda Cx.C/ 24Und Agulha 1/2	Cx	60	R$ 20,00	R$ 1.200,00
111	Películas Periapicais Infantil Cx. C/100Und	Cx	5	R$ 110,00	R$ 550,00
113	Placa De Vidro	Und	30	R$ 8,00	R$ 240,00
114	Ponta Diamantada N° 1011 Cx. C/10Und	Und	10	R$ 15,00	R$ 150,00
115	Ponta Diamantada N° 1013 Cx.C/10Und	Cx	10	R$ 15,00	R$ 150,00
116	Ponta Diamantada N° 3168 Cx. C/10Und	Cx	10	R$ 15,00	R$ 150,00
117	Ponta Diamantada N° 1035 Cx. C/10Und	Cx	10	R$ 15,00	R$ 150,00
119	Porta Algodão Inox	Und	30	R$ 22,00	R$ 660,00
120	Porta Amálgama Inox	Und	80	R$ 16,00	R$ 1.280,00
122	Porta Matriz	Und	30	R$ 20,00	R$ 600,00
130	Resina Fotopolimerizável Z100 A1	Und	50	R$ 30,25	R$ 1.512,50
131	Resina Fotopolimerizável Z100 A2	Und	50	R$ 30,25	R$ 1.512,50
132	Resina Fotopolimerizável Z100 A3	Und	50	R$ 30,25	R$ 1.512,50
133	Resina Fotopolimerizável Z100 A3,5	Und	50	R$ 30,25	R$ 1.512,50
134	Resina Tph A1	Und	100	R$ 10,10	R$ 1.010,00
135	Resina Tph A2	Und	100	R$ 10,00	R$ 1.000,00
136	Resina Tph A3	Und	100	R$ 10,00	R$ 1.000,00
140	Resina Fotopolimerizável P50	Und	50	R$ 60,90	R$ 3.045,00
143	Revelador P/ Rx 475Ml	Und	100	R$ 9,00	R$ 900,00
149	Sugador Aromáticos Descartável Pct. C/40Und	Und	350	R$ 4,00	R$ 1.400,00
151	Tesoura Íris Curva 12 Cm	Und	50	R$ 13,15	R$ 657,50
152	Tesoura Íris Reta 12 Cm	Und	50	R$ 13,15	R$ 657,50
SOMA TOTAL					**R$ 64.954,50**

EMPRESA: RDF-DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA **CNPJ: 12.305.387/0001-73** **VENCEU OS ITENS ABAIXO:**					
ITEM	**ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS**	**UNID**	**QUANT.**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**
10	Anestésico Com Vaso Novocol Cx. C/50Und	Cx	360	R$ 38,42	R$ 13.831,20
15	Babador Descartável (Pct. Com 100	Pct	100	R$ 11,80	R$ 1.180,00
32	Brunidor N°02. Fabricado Em Aço Inoxidável.	Und	100	R$ 4,20	R$ 420,00
33	Brunidor N°29. Fabricado Em Aço Inoxidável.	Und	100	R$ 4,20	R$ 420,00
37	Calcador Para Amálgama Tipo Ward N° 04.	Und	100	R$ 4,38	R$ 438,00
38	Calcador N° 02. Cabo Contendo Inscrição De Número E Marca Em Aço Inox.	Und	100	R$ 4,38	R$ 438,00
40	Caneta De Baixa Rotação, Micromotor E Contra Ângulo.	Und	2	R$ 606,79	R$ 1.213,58
45	Colher De Dentina	Und	100	R$ 3,90	R$ 390,00
46	Contra Ângulo Sistema Intra	Und	2	R$ 337,00	R$ 674,00
48	Cunha Madeira Colorida Cx.C/100 Um	Und	100	R$ 6,52	R$ 652,00
53	Detergente Enzimático Cx.C/12Lts	Cx	10	R$ 229,90	R$ 2.299,00
54	Papel Grau Cirurgico 10X100Mt	Rl	150	R$ 31,36	R$ 4.704,00
55	Papel Grau Cirurgico 15X100Mt	Rl	60	R$ 46,92	R$ 2.815,20
56	Papel Grau Cirurgico 20X100Mt	Rl	30	R$ 62,56	R$ 1.876,80
58	Espátula N° 07	Und	30	R$ 6,63	R$ 198,90

59	Espátula N° 24	Und	30	R$ 6,63	R$ 198,90
60	Espátula Para Inserção De Resina	Und	50	R$ 4,38	R$ 219,00
62	Espelho Odontológico Sem Cabo N° 05	Und	150	R$ 1,98	R$ 297,00
63	Evidenciador De Placa Para Bochecho	Und	50	R$ 5,67	R$ 283,50
64	Fio De Sutura 2.0 Seda Com 24Ag 1/2 Cx. C/24Und	Cx	30	R$ 27,90	R$ 837,00
65	Fio De Sutura 3.0 Seda Com 24 Ag 1/2 Cx. C/24Und	Cx	100	R$ 27,90	R$ 2.790,00
70	Fórceps N° 01	Und	5	R$ 46,90	R$ 234,50
71	Fórceps N° 02	Und	5	R$ 46,90	R$ 234,50
72	Fórceps N° 04	Und	5	R$ 46,90	R$ 234,50
73	Fórceps N° 06	Und	5	R$ 46,90	R$ 234,50
74	Fórceps N° 150	Und	5	R$ 46,90	R$ 234,50
75	Fórceps N° 151	Und	5	R$ 46,90	R$ 234,50
76	Fórceps N° 16	Und	5	R$ 46,90	R$ 234,50
77	Fórceps N° 17	Und	5	R$ 46,90	R$ 234,50
78	Fórceps N° 18	Und	5	R$ 46,90	R$ 234,50
79	Fórceps N° 65	Und	5	R$ 46,90	R$ 234,50
80	Fórceps N° 69	Und	5	R$ 46,90	R$ 234,50
81	Formocresol	Und	10	R$ 4,27	R$ 42,70
83	Hemostop	Pct	80	R$ 9,09	R$ 727,20
85	Hidróxido De Cálcio P.A	Und	20	R$ 3,15	R$ 63,00
86	Holembecker	Und	100	R$ 4,09	R$ 409,00
87	Ionômero De Vidro Restaurador Pó	Und	50	R$ 9,66	R$ 483,00
91	Lâmina Bisturi N° 15 C/100Und	Und	10	R$ 19,89	R$ 198,90
92	Luva P/ Procedimentos Tam.P Cx. C/100Und	Cx	300	R$ 15,64	R$ 4.692,00
95	Máscara Cirúrgica Descartável Cx. C/50Und	Cx	200	R$ 4,61	R$ 922,00
98	Micro Motor	Und	5	R$ 318,00	R$ 1.590,00
99	Microbrush C/100Und	Und	100	R$ 10,28	R$ 1.028,00
104	Óleo De Lubrificação Alta Rotação (Frasco De 100Ml)	Und	100	R$ 11,00	R$ 1.100,00
107	Pastas Profiláticas Bisnaga De 50 G	Und	100	R$ 5,05	R$ 505,00
108	Pedra Para Afiar Cureta Periodontal	Und	50	R$ 13,45	R$ 672,50
109	Pedra Pomes Ultrafino Pó100G	Und	50	R$ 3,97	R$ 198,50
110	Películas Periapicais Adulto Cx. C/150Und	cx	15	R$ 97,90	R$ 1.468,50
112	Pinça Clínica	Cx	50	R$ 7,00	R$ 350,00
118	Porta Agulha Em Inox 14 Cm	Cx	50	R$ 17,19	R$ 859,50
121	Porta Dycal	Und	100	R$ 3,95	R$ 395,00
126	Resina Flúida Flow A1	Und	20	R$ 10,96	R$ 219,20
127	Resina Flúida Flow A2	Und	20	R$ 10,96	R$ 219,20
128	Resina Flúida Flow A3	Und	20	R$ 10,91	R$ 218,20
129	Resina Flúida Flow A 3,5	Und	20	R$ 10,91	R$ 218,20
137	Resina Tph A 3,5	Und	100	R$ 10,19	R$ 1.019,00
138	Resina Tph B1	Und	100	R$ 10,19	R$ 1.019,00
139	Resina Tph B2	Und	100	R$ 10,19	R$ 1.019,00
141	Resina Fotopolimerizável Z250	Und	50	R$ 45,90	R$ 2.295,00
142	Resina Tph B3	Und	50	R$ 10,19	R$ 509,50
144	Rolos De Algodão Pct. C/100Und	Und	1000	R$ 1,56	R$ 1.560,00
147	Sindesmotomo	Und	20	R$ 5,88	R$ 117,60
148	Sonda Exploradora Dupla N° 05	Und	50	R$ 4,90	R$ 245,00
150	Taça De Borracha	Pct	150	R$ 0,81	R$ 121,50
154	Tira De Lixa P/Amálgama C/12Und	Und	80	R$ 5,15	R$ 412,00
156	Verniz Cavitário	Pct	100	R$ 7,81	R$ 781,00
159	Mascara Desc. Tripla Cx. C/50Unid	cx	180	R$ 4,61	R$ 829,80
160	Câmara Escura	Cx	1	R$ 133,35	R$ 133,35
SOMA TOTAL					**R$65.396,93**

EMPRESA: DENTALMED COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
CNPJ: 16.826.043/0001-60
VENCEU OS ITENS ABAIXO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	UNID	QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
01	Acido Fosfórico 37%, Cor Azul – Frasco Com 10 Ml	Fr	100	R$ 3,60	R$ 360,00
02	Abridor De Boca Com Travas	Und	10	R$ 5,35	R$ 53,50
03	Adesivo Para Resina Esmalte E Dentina 6Ml Tampa Flitop	Und	100	R$ 12,28	R$ 1.228,00
17	Brocas Cirúrgicas Zecrya	Und	30	R$ 22,18	R$ 665,40
39	Caneta De Alta Rotação Sistema Triplo De Refrigeraçao	Und	2	R$ 310,59	R$ 621,18
47	Coltosol	Und	100	R$ 9,16	R$ 916,00
49	Cureta Tartarectomia Trinity N° 00	Und	30	R$ 7,44	R$ 223,20
50	Cureta Tartarectomia Trinity N°13-14	Und	30	R$ 7,44	R$ 223,20
51	Cureta Tartarectomia Trinity N°14-15	Und	30	R$ 7,44	R$ 223,20
52	Cureta Tartarectomia Trinity N°17-18	Und	30	R$ 7,44	R$ 223,20
61	Espátula Supra Fill	Und	30	R$ 12,00	R$ 360,00
67	Fixador P/ Rx 475Ml	Und	100	R$ 8,37	R$ 837,00
68	Flúor Tópico Gel 200 Ml	Und	100	R$ 4,32	R$ 432,00
69	Fluorniz	Und	20	R$ 17,23	R$ 344,60
84	Hidro C	Und	100	R$ 13,31	R$ 1.331,00
89	Irm Líquido	Und	50	R$ 14,23	R$ 711,50
90	Irm Pó	Und	50	R$ 13,62	R$ 681,00
96	Matriz Metálica 0.5 Mm	Cx	50	R$ 1,19	R$ 59,50
97	Matriz Metálica 0.7 Mm	Und	50	R$ 1,39	R$ 69,50
103	Óculos De Proteção Contra Impactos	Cx	40	R$ 5,00	R$ 200,00
123	Pote Dappen	Und	50	R$ 1,51	R$ 75,50
124	Pulposam Líquido	Und	100	R$ 10,56	R$ 1.056,00
125	Pulposam Pó	Und	100	R$ 10,56	R$ 1.056,00
145	Saca Broca Universal	Pct	30	R$ 18,50	R$ 555,00
146	Seringa De Carpule Com Refluxo	Und	20	R$ 20,65	R$ 413,00
153	Tesoura Reta 14Cm Remoção De Sutura	Und	50	R$ 14,70	R$ 735,00
155	Tira Poliéster Com 50 Unidades	Pct	100	R$ 1,38	R$ 138,00
157	Verniz Com Flúor	Und	50	R$ 17,23	R$ 861,50
158	Kit Posicionador Radiográfico Adulto/Infantil	Und	4	R$ 52,55	R$ 210,20
SOMA TOTAL					**R$14.863,18**

Valor Total da Contratação R$ 145.214,61 (Cento e Quarenta e Cinco Mil Duzentos e Quatorze Reais e Sessenta e Hum Centavos).

Não houve interposição de recurso por parte dos representantes credenciados das empresas licitantes.
Encaminhe o processo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para deliberação superior.

São Fernando/RN, 21 de maio de 2018.

CIRO DANTAS DE MEDEIROS
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Ciro Dantas de Medeiros
Código Identificador:38FB064C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL N° 039/2018

Considerando, os atos praticados pelo Pregoeiro do Município, conjuntamente com a Equipe de Apoio, inclusive a expedição do ato adjudicatório.

Considerando, o que prevê o texto legal elencado no inciso XXII, do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

HOMOLOGO o procedimento em favor das licitantes:

EMPRESA: SAÚDE DOCTOR COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 11.511.020/0001-43
VENCEU OS ITENS ABAIXO :

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	UNID	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
04	Agulha Gengival Descartável 27G Longa Cx.C/100Und	Cx	100	R$ 23,00	R$ 2.300,00
05	Agulha Gengival Descartável 30G Curta Cx. C/100Und	Cx	250	R$ 23,00	R$ 5.750,00
06	Alavancas Curvas Direitas	Und	50	R$ 17,00	R$ 850,00
07	Alavancas Curvas Esquerdas	Und	50	R$ 17,00	R$ 850,00
08	Alavancas Retas	Und	50	R$ 16,00	R$ 800,00
09	Anestésico Com Vaso Citanest Cx. C/50Und	Cx	50	R$ 50,00	R$ 2.500,00
11	Anestésico Sem Vaso Mepivacaina Cx. C/50Und	Cx	100	R$ 53,00	R$ 5.300,00
12	Anestésico Tópico	Und	100	R$ 4,70	R$ 470,00
13	Antisséptico Bucal Menta + Flúor 1Lt	Fr	30	R$ 18,00	R$ 540,00
14	Anestésico Articaína Cx. C/50Und	Cx	30	R$ 74,00	R$ 2.220,00
16	Bandeja Inox 29X18X1,5 Inox	Und	30	R$ 18,00	R$ 540,00
18	Brocas Esféricas N° 1014	Und	100	R$ 1,50	R$ 150,00
19	Brocas Esféricas N° 1016	Und	100	R$ 1,50	R$ 150,00
20	Brocas N° 1012 C/10Und	Cx	20	R$ 15,00	R$ 300,00
21	Brocas N° 1013 C/10Und	Cx	20	R$ 15,00	R$ 300,00
22	Brocas N° 1015 C/10Und	Cx	10	R$ 15,00	R$ 150,00
23	Brocas N° 1032 C/10Und	Cx	10	R$ 15,00	R$ 150,00
24	Brocas N° 1033 C/10Und	Cx	10	R$ 15,00	R$ 150,00
25	Brocas N° 1034 C/10Und	Cx	10	R$ 15,00	R$ 150,00
26	Brocas N° 1090 C/10Und	Cx	10	R$ 15,00	R$ 150,00
27	Brocas N° 1092 C/10Und	Cx	10	R$ 15,00	R$ 150,00
28	Brocas N° 1093 C/10Und	Cx	10	R$ 15,00	R$ 150,00
29	Brocas N° 3098 C/10Und	Cx	10	R$ 15,00	R$ 150,00
30	Brocas Tipo Shoufu Circular	Und	100	R$ 8,00	R$ 800,00
31	Brocas Tipo Shoufu Em Chama	Und	100	R$ 8,00	R$ 800,00
34	Brunidor N°33. Fabricado Em Aço Inoxidável.	Und	100	R$ 6,00	R$ 600,00
35	Cabo De Bisturi N° 03	Und	50	R$ 7,65	R$ 382,50
36	Cabo Para Espelho Odontológico	Und	100	R$ 2,24	R$ 224,00
41	Carbono Oclusal. C/12 Folhas Duplas Preto/Vermelho, Extrafino De Papel.	Und	100	R$ 2,00	R$ 200,00
42	Cimento Provisório Líquido C/ 20Ml	Und	100	R$ 9,78	R$ 978,00
43	Cimento Provisório Pó C/ 50G	Und	100	R$ 4,00	R$ 400,00
44	Colgadura Individual Inox	Und	60	R$ 3,00	R$ 180,00
57	Escova De Robson Plana Branca	Und	400	R$ 1,15	R$ 460,00
66	Fio Dental Com 100 Metros	Und	300	R$ 1,80	R$ 540,00
82	Gorro Cirúrgico Descartável Pct. C/100Und	Pct	200	R$ 4,55	R$ 910,00
88	Ionômero De Vidro Restaurador Líquido	Und	50	R$ 10,00	R$ 500,00
93	Luva P/ Procedimentos Tam.M Cx. C/100Und	Cx	300	R$ 15,60	R$ 4.680,00
94	Lixa De Acabamento De Resina Cx. C/150Und	Cx	50	R$ 7,00	R$ 350,00
100	Amálgama Em Cápsula 01 Porção (Cx. C/ 50Und)	Und	80	R$ 51,00	R$ 4.080,00
101	Amálgama Em Cápsula 02 Porção (Cx. C/ 50Und)	Cx	40	R$ 95,00	R$ 3.800,00
102	Fio De Sutura 4.0 Seda Cx.C/ 24Und Agulha 1/2	Cx	60	R$ 20,00	R$ 1.200,00
111	Películas Periapicais Infantil Cx. C/100Und	Cx	5	R$ 110,00	R$ 550,00
113	Placa De Vidro	Und	30	R$ 8,00	R$ 240,00
114	Ponta Diamantada N° 1011 Cx. C/10Und	Und	10	R$ 15,00	R$ 150,00
115	Ponta Diamantada N° 1013 Cx.C/10Und	Cx	10	R$ 15,00	R$ 150,00
116	Ponta Diamantada N° 3168 Cx. C/10Und	Cx	10	R$ 15,00	R$ 150,00
117	Ponta Diamantada N° 1035 Cx. C/10Und	Cx	10	R$ 15,00	R$ 150,00
119	Porta Algodão Inox	Und	30	R$ 22,00	R$ 660,00
120	Porta Amálgama Inox	Und	80	R$ 16,00	R$ 1.280,00
122	Porta Matriz	Und	30	R$ 20,00	R$ 600,00
130	Resina Fotopolimerizável Z100 A1	Und	50	R$ 30,25	R$ 1.512,50
131	Resina Fotopolimerizável Z100 A2	Und	50	R$ 30,25	R$ 1.512,50
132	Resina Fotopolimerizável Z100 A3	Und	50	R$ 30,25	R$ 1.512,50
133	Resina Fotopolimerizável Z100 A3,5	Und	50	R$ 30,25	R$ 1.512,50
134	Resina Tph A1	Und	100	R$ 10,10	R$ 1.010,00
135	Resina Tph A2	Und	100	R$ 10,00	R$ 1.000,00
136	Resina Tph A3	Und	100	R$ 10,00	R$ 1.000,00
140	Resina Fotopolimerizável P50	Und	50	R$ 60,90	R$ 3.045,00
143	Revelador P/ Rx 475Ml	Und	100	R$ 9,00	R$ 900,00
149	Sugador Aromáticos Descartável Pct. C/40Und	Und	350	R$ 4,00	R$ 1.400,00

151	Tesoura Íris Curva 12 Cm	Und	50	R$ 13,15	R$ 657,50
152	Tesoura Íris Reta 12 Cm	Und	50	R$ 13,15	R$ 657,50
SOMA TOTAL					**R$ 64.954,50**

EMPRESA: RDF-DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
CNPJ: 12.305.387/0001-73
VENCEU OS ITENS ABAIXO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	UNID	QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
10	Anestésico Com Vaso Novocol Cx. C/50Und	Cx	360	R$ 38,42	R$ 13.831,20
15	Babador Descartável (Pct. Com 100	Pct	100	R$ 11,80	R$ 1.180,00
32	Brunidor N°02. Fabricado Em Aço Inoxidável.	Und	100	R$ 4,20	R$ 420,00
33	Brunidor N°29. Fabricado Em Aço Inoxidável.	Und	100	R$ 4,20	R$ 420,00
37	Calcador Para Amálgama Tipo Ward N° 04.	Und	100	R$ 4,38	R$ 438,00
38	Calcador N° 02. Cabo Contendo Inscrição De Número E Marca Em Aço Inox.	Und	100	R$ 4,38	R$ 438,00
40	Caneta De Baixa Rotação, Micromotor E Contra Ângulo.	Und	2	R$ 606,79	R$ 1.213,58
45	Colher De Dentina	Und	100	R$ 3,90	R$ 390,00
46	Contra Ângulo Sistema Intra	Und	2	R$ 337,00	R$ 674,00
48	Cunha Madeira Colorida Cx.C/100 Um	Und	100	R$ 6,52	R$ 652,00
53	Detergente Enzimático Cx.C/12Lts	Cx	10	R$ 229,90	R$ 2.299,00
54	Papel Grau Cirurgico 10X100Mt	Rl	150	R$ 31,36	R$ 4.704,00
55	Papel Grau Cirurgico 15X100Mt	Rl	60	R$ 46,92	R$ 2.815,20
56	Papel Grau Cirurgico 20X100Mt	Rl	30	R$ 62,56	R$ 1.876,80
58	Espátula N° 07	Und	30	R$ 6,63	R$ 198,90
59	Espátula N° 24	Und	30	R$ 6,63	R$ 198,90
60	Espátula Para Inserção De Resina	Und	50	R$ 4,38	R$ 219,00
62	Espelho Odontológico Sem Cabo N° 05	Und	150	R$ 1,98	R$ 297,00
63	Evidenciador De Placa Para Bochecho	Und	50	R$ 5,67	R$ 283,50
64	Fio De Sutura 2.0 Seda Com 24Ag 1/2 Cx. C/24Und	Cx	30	R$ 27,90	R$ 837,00
65	Fio De Sutura 3.0 Seda Com 24 Ag 1/2 Cx. C/24Und	Cx	100	R$ 27,90	R$ 2.790,00
70	Fórceps N° 01	Und	5	R$ 46,90	R$ 234,50
71	Fórceps N° 02	Und	5	R$ 46,90	R$ 234,50
72	Fórceps N° 04	Und	5	R$ 46,90	R$ 234,50
73	Fórceps N° 06	Und	5	R$ 46,90	R$ 234,50
74	Fórceps N° 150	Und	5	R$ 46,90	R$ 234,50
75	Fórceps N° 151	Und	5	R$ 46,90	R$ 234,50
76	Fórceps N° 16	Und	5	R$ 46,90	R$ 234,50
77	Fórceps N° 17	Und	5	R$ 46,90	R$ 234,50
78	Fórceps N° 18	Und	5	R$ 46,90	R$ 234,50
79	Fórceps N° 65	Und	5	R$ 46,90	R$ 234,50
80	Fórceps N° 69	Und	5	R$ 46,90	R$ 234,50
81	Formocresol	Und	10	R$ 4,27	R$ 42,70
83	Hemostop	Pct	80	R$ 9,09	R$ 727,20
85	Hidróxido De Cálcio P.A	Und	20	R$ 3,15	R$ 63,00
86	Holembecker	Und	100	R$ 4,09	R$ 409,00
87	Ionômero De Vidro Restaurador Pó	Und	50	R$ 9,66	R$ 483,00
91	Lâmina Bisturi N° 15 C/100Und	Und	10	R$ 19,89	R$ 198,90
92	Luva P/ Procedimentos Tam.P Cx. C/100Und	Cx	300	R$ 15,64	R$ 4.692,00
95	Máscara Cirúrgica Descartável Cx. C/50Und	Cx	200	R$ 4,61	R$ 922,00
98	Micro Motor	Und	5	R$ 318,00	R$ 1.590,00
99	Microbrush C/100Und	Und	100	R$ 10,28	R$ 1.028,00
104	Óleo De Lubrificação Alta Rotação (Frasco De 100Ml)	Und	100	R$ 11,00	R$ 1.100,00
107	Pastas Profiláticas Bisnaga De 50 G	Und	100	R$ 5,05	R$ 505,00
108	Pedra Para Afiar Cureta Periodontal	Und	50	R$ 13,45	R$ 672,50
109	Pedra Pomes Ultrafino Pó100G	Und	50	R$ 3,97	R$ 198,50
110	Películas Periapicais Adulto Cx. C/150Und	cx	15	R$ 97,90	R$ 1.468,50
112	Pinça Clínica	Cx	50	R$ 7,00	R$ 350,00
118	Porta Agulha Em Inox 14 Cm	Cx	50	R$ 17,19	R$ 859,50
121	Porta Dycal	Und	100	R$ 3,95	R$ 395,00
126	Resina Flúida Flow A1	Und	20	R$ 10,96	R$ 219,20
127	Resina Flúida Flow A2	Und	20	R$ 10,96	R$ 219,20
128	Resina Flúida Flow A3	Und	20	R$ 10,91	R$ 218,20
129	Resina Flúida Flow A 3,5	Und	20	R$ 10,91	R$ 218,20
137	Resina Tph A 3,5	Und	100	R$ 10,19	R$ 1.019,00
138	Resina Tph B1	Und	100	R$ 10,19	R$ 1.019,00
139	Resina Tph B2	Und	100	R$ 10,19	R$ 1.019,00
141	Resina Fotopolimerizável Z250	Und	50	R$ 45,90	R$ 2.295,00
142	Resina Tph B3	Und	50	R$ 10,19	R$ 509,50
144	Rolos De Algodão Pct. C/100Und	Und	1000	R$ 1,56	R$ 1.560,00
147	Sindesmotomo	Und	20	R$ 5,88	R$ 117,60
148	Sonda Exploradora Dupla N° 05	Und	50	R$ 4,90	R$ 245,00
150	Taça De Borracha	Pct	150	R$ 0,81	R$ 121,50
154	Tira De Lixa P/Amálgama C/12Und	Und	80	R$ 5,15	R$ 412,00
156	Verniz Cavitário	Pct	100	R$ 7,81	R$ 781,00
159	Mascara Desc. Tripla Cx. C/50Unid	cx	180	R$ 4,61	R$ 829,80
160	Câmara Escura	Cx	1	R$ 133,35	R$ 133,35
SOMA TOTAL					**R$65.396,93**

EMPRESA: DENTALMED COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
CNPJ: 16.826.043/0001-60
VENCEU OS ITENS ABAIXO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	UNID	QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
01	Ácido Fosfórico 37%, Cor Azul – Frasco Com 10 Ml	Fr	100	R$ 3,60	R$ 360,00
02	Abridor De Boca Com Travas	Und	10	R$ 5,35	R$ 53,50
03	Adesivo Para Resina Esmalte E Dentina 6Ml Tampa Flitop	Und	100	R$ 12,28	R$ 1.228,00
17	Brocas Cirúrgicas Zecrya	Und	30	R$ 22,18	R$ 665,40
39	Caneta De Alta Rotação Sistema Triplo De Refrigeraçao	Und	2	R$ 310,59	R$ 621,18
47	Coltosol	Und	100	R$ 9,16	R$ 916,00
49	Cureta Tartarectomia Trinity N° 00	Und	30	R$ 7,44	R$ 223,20
50	Cureta Tartarectomia Trinity N°13-14	Und	30	R$ 7,44	R$ 223,20

51	Cureta Tartarectomia Trinity N°14-15	Und	30	R$ 7,44	R$ 223,20
52	Cureta Tartarectomia Trinity N°17-18	Und	30	R$ 7,44	R$ 223,20
61	Espátula Supra Fill	Und	30	R$ 12,00	R$ 360,00
67	Fixador P/ Rx 475Ml	Und	100	R$ 8,37	R$ 837,00
68	Flúor Tópico Gel 200 Ml	Und	100	R$ 4,32	R$ 432,00
69	Fluorniz	Und	20	R$ 17,23	R$ 344,60
84	Hidro C	Und	100	R$ 13,31	R$ 1.331,00
89	Irm Líquido	Und	50	R$ 14,23	R$ 711,50
90	Irm Pó	Und	50	R$ 13,62	R$ 681,00
96	Matriz Metálica 0.5 Mm	Cx	50	R$ 1,19	R$ 59,50
97	Matriz Metálica 0.7 Mm	Und	50	R$ 1,39	R$ 69,50
103	Óculos De Proteção Contra Impactos	Cx	40	R$ 5,00	R$ 200,00
123	Pote Dappen	Und	50	R$ 1,51	R$ 75,50
124	Pulposam Líquido	Und	100	R$ 10,56	R$ 1.056,00
125	Pulposam Pó	Und	100	R$ 10,56	R$ 1.056,00
145	Saca Broca Universal	Pct	30	R$ 18,50	R$ 555,00
146	Seringa De Carpule Com Refluxo	Und	20	R$ 20,65	R$ 413,00
153	Tesoura Reta 14Cm Remoção De Sutura	Und	50	R$ 14,70	R$ 735,00
155	Tira Poliéster Com 50 Unidades	Pct	100	R$ 1,38	R$ 138,00
157	Verniz Com Flúor	Und	50	R$ 17,23	R$ 861,50
158	Kit Posicionador Radiográfico Adulto/Infantil	Und	4	R$ 52,55	R$ 210,20
SOMA TOTAL					**R$14.863,18**
Valor Total da Contratação R$ 145.214,61 (Cento e Quarenta e Cinco Mil Duzentos e Quatorze Reais e Sessenta e Hum Centavos).					

CONVOQUEM-SE a(s) empresa(s) acima mencionada para a assinatura da ata de registro de preços.

São Fernando/RN, 21 de maio de 2018.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ciro Dantas de Medeiros
Código Identificador:DC201B57

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2018. PROCESSO: N.º 412.011/2018. PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2018.

Processo: n.º 412.011/2018. Pregão Presencial nº 015/2018. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de Ar-condicionado e equipamentos diversos (geladeiras, freezers, bebedouros e ventiladores de teto e parede), com reposição de peças; bem como a instalação/desinstalação dos Aparelhos de Ar Condicionado, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.
Assinatura da Ata: 06.07.2018. Vigência: 12 meses a contar da assinatura da ARP. Conforme segue:

EMPRESA: INFO MIX MULT SERVIÇOS LTDA - ME
CNPJ: 21.408.538/0001-00
ENDEREÇO: Rua Boa Vista, nº 142, Juremal Tel.: (84) 99832-2042
CIDADE: São Paulo do Potengi/RN CEP: 59.460-000
EMAIL: infomix07@bol.com.br
REPRESENTANTE: Israel Leonidas Medeiros Mafra – CPF: 009.734.454-08
LOTES: 01 E 02.

LOTE 01 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM APARELHOS DE AR-CONDICIONADO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	RETIRADA DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 A 12.000 BTUS.	UNID	30	R$ 101,00	R$ 3.030,00
2	RETIRADA DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 18.000 A 22.000 BTUS.	UNID	30	R$ 113,00	R$ 3.390,00
3	RETIRADA DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 24.000 A 30.000 BTUS.	UNID	20	R$ 132,00	R$ 2.640,00
4	REINSTALAÇÃO OU INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 A 12.000 BTUS.	UNID	70	R$ 298,00	R$ 20.860,00
5	REINSTALAÇÃO OU INSTALÇAO DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 18.000 A 22.000 BTUS.	UNID	60	R$ 358,00	R$ 21.480,00
6	REINSTALAÇÃO OU INSTALAÇÃO AR CONDICIONADO SOLIT DE 24.000 A 30.000 BTUS.	UNID	30	R$ 445,00	R$ 13.350,00
7	CARGA DE GÁS COM LIMPEZA INTERNA DO SISTEMA COM EFETIVAÇÃO DE ALTO VÁCUO EM AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 A 12.000 BTUS.	UNID	180	R$ 149,00	R$ 26.820,00
8	CARGA DE GÁS COM LIMPEZA INTERNA DO SISTEMA COM EFETIVAÇÃO DE ALTO VÁCUO EM AR CONDICIONADO SPLIT DE 18.000 A 22.000 BTUS.	UNID	100	R$ 175,00	R$ 17.500,00
9	CARGA DE GÁS COM LIMPEZA INTERNA DO SISTEMA COM EFETIVAÇÃO DE ALTO VÁCUO EM AR CONDICIONADO SPLIT DE 24.000 A 30.000 BTUS.	UNID	40	R$ 194,00	R$ 7.760,00
10	REPOSIÇÃO DE COMPRESSOR PARA SPLIT DE 9.000 BTUS	UNID	15	R$ 401,00	R$ 6.015,00
11	REPOSIÇÃO DE COMPRESSOR PARA SPLIT DE 12.000 BTUS	UNID	15	R$ 484,00	R$ 7.260,00
12	REPOSIÇÃO DE COMPRESSOR PARA SPLIT DE 18.000 A 22.00 BTUS	UNID	15	R$ 619,00	R$ 9.285,00
13	REPOSIÇÃO DE COMPRESSOR PARA SPLIT DE 24.000 A 30.000 BTUS	UNID	10	R$ 940,00	R$ 9.400,00
14	REPOSIÇÃO DE PLACA DE COMANDO EM AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 A 12.000 BTUS.	UNID	40	R$ 135,00	R$ 5.400,00
15	REPOSIÇÃO DE PLACA DE COMANDO EM AR CONDICIONADO SPLIT DE 18.000 A 22.000 BTUS.	UNID	40	R$ 152,00	R$ 6.080,00
16	REPOSIÇÃO DE PLACA DE COMANDO EM AR CONDICIONADO SPLIT DE 24.000 A 30.000 BTUS.	UNID	30	R$ 168,00	R$ 5.040,00
17	REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 9.000 A 12.000 BTUS UNIDADE EXTERNA.	UNID	20	R$ 150,00	R$ 3.000,00
18	REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 9.000 A 12.000 BTUS UNIDADE INTERNA	UNID	20	R$ 102,00	R$ 2.040,00
19	REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 18.000 A 22.000 BTUS UNIDADE EXTERNA.	UNID	20	R$ 154,00	R$ 3.080,00

20	REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 18.000 A 22.000 BTUS UNIDADE INTERNA.	UNID	10	R$ 120,00	R$ 1.200,00
21	REPOSIÇÃO DE MOTOR VENTILADOR EM SPLIT DE 24.000 A 30.000 BTUS UNIDADE INTERNA	UNID	10	R$ 161,00	R$ 1.610,00
22	REPOSIÇÃO DE MOTOT VENTILADOR EM SPLIT DE 24.000 A 30.000 BTUS UNIDADE EXTERNA	UNID	20	R$ 199,00	R$ 3.980,00
23	REPOSIÇÃO DE ROLAMENTOS	UNID	50	R$ 35,00	R$ 1.750,00
24	REPOSIÇÃO DE CAPACITORES DE 1UF A 14UF	UNID	200	R$ 19,00	R$ 3.800,00
25	REPOSIÇÃO DE CAPACITORES DE 15UF A 25UF	UNID	200	R$ 30,50	R$ 6.100,00
26	REPOSIÇÃO DE CAPACITORES DE 30UF A 50UF	UNID	200	R$ 44,00	R$ 8.800,00
27	REPOSIÇÃO DE SENSORES PARA AR CONDICIONADOS SPLIT DE 9.000 A 18.000 BTUS.	UNID	60	R$ 97,00	R$ 5.820,00
28	REPOSIÇÃO DE SENSORES PARA AR CONDICIONADOS SPLIT DE 22.000 A 30.000 BTUS.	UNID	40	R$ 114,00	R$ 4.560,00
29	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 BTUS	UNID	10	R$ 129,00	R$ 1.290,00
30	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA AR CONDICIONADO SPLIT DE 12.000 BTUS	UNID	10	R$ 138,00	R$ 1.380,00
31	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA AR CONDICIONADO SPLIT DE 18.000 BTUS	UNID	10	R$ 147,00	R$ 1.470,00
32	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA AR CONDICIONADO SPLIT DE 22.000 BTUS	UNID	5	R$ 159,00	R$ 795,00
33	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA AR CONDICIONADO SPLIT DE 24.000 BTUS	UNID	5	R$ 185,00	R$ 925,00
34	REPOSIÇÃO DE TURBINA PARA AR CONDICIONADO SPLIT DE 30.000 BTUS	UNID	5	R$ 198,00	R$ 990,00
35	MANUTENÇÃO PREVENTIVA (HIGIENIZAÇÃO COM ANT-BACTERICIDAS NA EVAPORADORA E LIMPEZA DA CONDENSADORA DO AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 A 18.000 BTUS	UNID	400	R$ 123,00	R$ 49.200,00
36	MANUTENÇÃO PREVENTIVA (HIGIENIZAÇÃO COM ANT-BACTERICIDAS NA EVAPORADORA E LIMPEZA DA CONDENSADORA DO AR CONDICIONADO SPLIT DE 22.000 A 30.000 BTUS	UNID	200	R$ 146,00	R$ 29.200,00
37	METRO DE TURBULAÇÃO AO TAMANHO PADRÃO INFORMADO NA OBSERVAÇÃO PARA SPLIT	UNID	100	R$ 58,00	R$ 5.800,00
38	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM SPLIT	UNID	150	R$ 161,00	R$ 24.150,00
39	CHAVE CONTATORA	UNID	30	R$ 125,00	R$ 3.750,00
40	SUPORTE DO CONDENSADOR INSTALADOR	UNID	20	R$ 61,00	R$ 1.220,00
41	BANDEJA DO DRENO DA EVAPORADORA	UNID	20	R$ 108,00	R$ 2.160,00
42	PRESSOSTATO DE ALTA	UNID	50	R$ 47,00	R$ 2.350,00
43	PRESSOSTATO DE BAIXA	UNID	50	R$ 47,00	R$ 2.350,00
44	PLACA UNIVERSAL	UNID	50	R$ 102,00	R$ 5.100,00
45	SERPENTINA DE COBRE DE 9.000 A 12.000 BTUS	UNID	20	R$ 201,85	R$ 4.037,00
46	SERPENTINA DE COBRE DE 18.000 A 22.000 BTUS	UNID	20	R$ 245,60	R$ 4.912,00
47	SERPENTINA DE COBRE DE 24.000 A 30.000 BTUS	UNID	10	R$ 274,60	R$ 2.746,00
48	CONTROLE REMOTO UNIVERSAL	UNID	30	R$ 37,50	R$ 1.125,00
VALOR TOTAL					R$ 356.000,00

LOTE 02 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GELADEIRAS, FREEZERS, BEBEDOUROS E VENTILADORES DE TETO E PAREDE.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MANUTENÇÃO CORRETIVA (MÃO DE OBRA EM SERVIÇOS GERAIS) EM FREEZERS E GELADEIRAS DE CAPACIDADE DIVERSAS.	UNID	80	R$ 95,00	R$ 7.600,00
2	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM FREEZERS E GELADEIRAS DE CAPACIDADE DIVERSAS, INCLUINDO SUBSTITUIÇÃO E FORNECIMENTO DO COMPRESSOR ADEQUADO AO EQUIPAMENTO.	UNID	30	R$ 295,00	R$ 8.850,00
3	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM FREEZERS E GELADEIRAS DE CAPACIDADE DIVERSAS, INCLUINDO SUBSTITUIÇÃO E FORNECIMENTO DO TERMOSTATO ADEQUADO AO EQUIPAMENTO.	UNID	40	R$ 85,00	R$ 3.400,00
4	SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS EM GELADEIRAS E FREEZERS DE CAPACIDADE DIVERSAS, INCLUINDO FORNECIMENTO DE GÁS R-134A OU R-600A.	UNID	100	R$ 145,00	R$ 14.500,00
5	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM FREEZERS E GELADEIRAS DE CAPACIDADE DIVERSAS, PARA TROCA DE BORRACHA DE VEDAÇÃO, INCLUSO MÃO DE OBRA E PEÇA. (INCLUSO ESTA LINHA)	UNID	40	R$ 255,00	R$ 10.200,00
6	MANUTENÇÃO CORRETIVA (MÃO DE OBRA EM SERVIÇOS GERAIS) EM BEBEDOUROS DO TIPO GELÁGUA DE COLUNA OU DE MESA.	UNID	40	R$ 95,00	R$ 3.800,00
7	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM BEBEDOUROS DO TIPO GELÁGUA DE COLUNA OU DE MESA, INCLUINDO SUBSTITUIÇÃO E FORNECIMENTO DO TERMOSTATO ADEQUADO AO EQUIPAMENTO.	UNID	50	R$ 85,00	R$ 4.250,00
8	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM BEBEDOURO DO TIPO GELÁGUA DE COLUNA OU DE MESA, INCLUINDO SUBSTITUIÇÃO E FORNECIMENTO DE TORNEIRA EM PLÁSTICO ADEQUADO AO EQUIPAMENTO.	UNID	40	R$ 21,00	R$ 840,00
9	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM BEBEDOURO DO TIPO GELÁGUA DE COLUNA OU DE MESA, INCLUINDO SUBSTITUIÇÃO E FORNECIMENTO DO COMPRESSOR ADEQUADO AO EQUIPAMENTO.	UNID	20	R$ 300,00	R$ 6.000,00
10	MANUTENÇÃO EM VENTILADO DE TETO E PAREDE.	UNID	150	R$ 70,40	R$ 10.560,00
VALOR TOTAL					R$ 70.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e alterações; Lei 10.520/02 e Decreto Mun. 011/2013. SIGNATARIOS: Maria do Socorro dos Anjos Furtado – Prefeita Municipal – Pelo Órgão Gerenciador e Israel Leonidas Medeiros Mafra – Representante Legal pela contratada. A íntegra da ata com as demais informações encontrar-se-á disponibilizada para consulta, nesta Prefeitura Municipal de Serra Caiada/RN, sito a Rua Nossa Senhora da Conceição, 276 – Centro – Serra Caiada/RN – CEP: 59.245-000 ou pelo telefone (84) 3293-0038.

Publicado por:
Abrahão Allan Miranda da Silva
Código Identificador:FC704CDF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018 - PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - § 2º DO ARTIGO 15, DA LEI Nº 8.666/93, COM SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES

PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS N° 008/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 28 dias de maio do ano de 2018 o **MUNICÍPIO DE TAIPU,** com Sede à Rua Antônio Alves da Rocha, 304, centro, TAIPU/RN, inscrito no CNPJ sob n° 08.114.753/-0001-30, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. SEBASTIÃO AMBRÓSIO DE MELO, portador do CPF: 025.682.844-04, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Serra Pelada, Zona Rural deste Município, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Presencial, sob o número 008/2018, cujo objetivo fora a formalização de **REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE TAIPU/RN** a qual constitui-se em **documento vinculativo** e **obrigacional** às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93 e osartigos e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece osartigos e condições gerais para o registro de preços referente à **AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE TAIPU/RN,** cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e prestador de serviços foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra a presente ARP, o Município de TAIPU, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do prestador dos serviços, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular, via fax ou telefone, para retirada da ordem de serviço.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O **PRESTADOR DE SERVIÇOS** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ordem de serviço, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;
b) prestar os serviços solicitados, em data e local previamente estabelecidos e acordados entre as partes, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de serviço;
c) Prestar os serviços conforme especificação e preço registrados na presente ARP;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** referentes às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) cumprir com as obrigações fiscais, relativas à prestação dos serviços, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses, podendo o prestador de serviços solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação da prestação dos serviços. De acordo com o art. 4º, §§ 1º e 2º do Decreto 7.892/2013 e art. 57, § 4º da Lei 8.666/93, é admitida a prorrogação da vigência da Ata quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração municipal.

Parágrafo Único: Caso o prestador dos serviços não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, oPrestador de Serviçose as especificações dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

EMPRESA: KIREI TECNOLAB LÇTDA EPP		
CNPJ: 06.912.821/0001-80	**TELEFONE: 84-2010-1050**	**E-MAIL: hosp@kireitecnolab.com.br**
ENDEREÇO: RUA DA AURORA, 188, LAGOA NOVA, NATAL/RN, CEP: 59.054-680		

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	QUANT	UNID	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
26	0008537 - SONDA URETRAL DE ALIVIO Nº10	MARK MED	500	UND	0,52	260,00
27	0004921 - ÁCIDO TRICLOROACÉTICO (frasco com 30ml)	ALCHEN LABS	30	Fr	69,26	2.077,80
28	0007138 - AGUA DESTILADA (DESMINERALISADA) GL C/ 5 LT	SANAFARMA	40	Gl	9,90	396,00
29	0002946 - ALCOOL ABSOLUTO 99,5%	MEDIX	50	LT	8,90	445,00
30	0000551 - CAIXA COLETORA DE PEFUROCORTANTE CAP. 20 LT	SOLIDOR	150	UND	5,60	840,00
31	0009480 - CATETER INTRAVASCULAR PERIFÉRICO SOBRE AGULHA Nº 24, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CÂNULA DE TEFLON OU POLIURETANO, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, RADIOPACO, ATÓXICO E APIROGÊNICO, COM CÂMARA DE REFLUXO TRANSPARENTE, AGULHA ATRAUMÁTICA COM BISEL TRIFACETADO. CAIXA COM 50UNIDADES	MERCUR	60	CX	41,25	2.475,00
32	0009469 - COLAR CERVICAL EM PECA UNICA, REFORCO INTERNO, COMPRIMENTO REGULAVEL, CONFECCIONADO EM ESPUMA MACIA, CONSISTENTE E ALTA DENSIDADE, REFORCO INTERNO EM E.V.A. E FECHOS ADERENTES E REGULAVEIS, COR; BRANCA, TAMANHO: G (ALTURA - 18 CM)	MERCUR	30	UND	22,90	687,00
33	0009468 - COLAR CERVICAL EM PECA UNICA, REFORCO INTERNO, COMPRIMENTO REGULAVEL, CONFECCIONADO EM ESPUMA MACIA, CONSISTENTE E ALTA DENSIDADE, REFORCO INTERNO EM E.V.A. E FECHOS ADERENTES E REGULAVEIS, COR; BRANCA, TAMANHO: P (ALTURA - 10 CM)	MERCUR	30	UND	22,90	687,00
34	0010496 - FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA COM FECLHO, ELÁSTICO E BARREIRA PROTETORA TAM. G PACOTE COM 16 UNIDADES	MEGAFRAL	50	PCT	19,90	995,00
35‘	0010497 - FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA COM FECLHO, ELÁSTICO E BARREIRA PROTETORA TAM. M PACOTE COM 16 UNIDADES	MEGAFRAL	50	PCT	19,90	995,00
36	0010498 - FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA COM FECLHO, ELÁSTICO E BARREIRA PROTETORA TAM. P PACOTE COM 16 UNIDADES	MEGAFRAL	50	PCT	19,90	995,00
37	0010499 - FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL, C/ ELASTICO NAS PERNAS, , COBERTURA EXTERNA IMPERMEAVEL, CONTENDO FITAS ADESIVAS REGULAVEIS. TAMANHO P PACOTE C OM 16 UNIDADES	MEGAFRAL	50	PCT	12,90	645,00

38	0010500 - FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL, C/ ELASTICO NAS PERNAS, , COBERTURA EXTERNA IMPERMEAVEL, CONTENDO FITAS ADESIVAS REGULAVEIS. TAMANHO M PACOTE C OM 16 UNIDADES	MEGAFRAL	50	PCT	12,90	645,00
39	0010501 - FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL, C/ ELASTICO NAS PERNAS, , COBERTURA EXTERNA IMPERMEAVEL, CONTENDO FITAS ADESIVAS REGULAVEIS. TAMANHO G PACOTE C OM 16 UNIDADES	MEGAFRAL	50	PCT	12,90	645,00
40	0010339 - HASTES FLEXIVEIS COM 75 UNIDADES - COTONETE PALINETE 100% ALGODÃO ANTIGERME PRÁTICOS HIGIÊNICOS E INDISPENSÁVEIS.	THEOTO	100	CX	2,30	230,00
41	0000610 - LANCETA DESC.PARA PUNCAO DIG. C/200	CRAL	1500	UND	12,26	18.390,00
42	0010340 - LUGOL 5% (IODO INORGANICO) 1000ML	QUELL	50	L	89,00	4.450,00
43	0000664 - MEDIDOR DE GLICEMIA - GLICOSIMETRO	ONCALL	30	UND	48,90	1.467,00
44	0005128 - SONDA FOLEY Nº 14	SOLIDOR	50	UND	4,22	211,00
45	0010502 - SONDA FOLLEY Nº 24 COM BALÃO	SOLIDOR	60	UND	4,22	253,20
46	0006845 - TERMOMETRO CLINICO, CORPO EM VIDRO NEUTRO TRANSLUCIDO, DE PERFIL OVAL, COM ESCALA DE LEITURA NITIDA E PRECISA, GRADUADA DE 35 A 42, COM COLUNA INTERNA DE MERCURIO.	INCOTERM	100	UND	6,90	690,00
47	0000662 - TIRA PARA GLICEMIA C/50	ONCALL	300	CX	23,12	6.936,00
48	0006431 - VASELINA LIQUIDA BIDESTILADA COM GRAU FARMACEUTICA	FARMA	100	LTR	22,00	2.200,00
49	0010338 - VASELINA SOLIDA POTE DE 25 G	FARMAX	50	POTE	5,90	295,00
50	0000558 - CATETER NASAL P/OXIGENIO TIPO OCULOS ADULTO	MARKMED	500	UND	1,98	990,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02					**48.900,00**	

Art. 7º. O pagamento será realizado, através de ordem bancária ou cheque nominal até o 30º (trigésimo) dia após a realização dos serviços, salvo por atraso de liberação de recursos financeiros, desde que a contratada:
a) entregue, neste prazo, o documento fiscal equivalente;
b) esteja em dia com as obrigações previdenciárias (INSS), (FGTS), tributos federal, estadual e municipal;
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **PRESTADOR DOS SERVIÇOS**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras contratações, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, na Imprensa Oficial.
Parágrafo Único: Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, inclusive com a íntegra da presente ARP e alterações posteriores.

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do prestador dos serviços registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. Constatada irregularidades no objeto contratual, este Município poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
ParágrafoÚnico– Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 12. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
b) multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato;
c) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do registro por inexecução ou execução irregular;
d) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.
Parágrafo Primeiro: Oprestador dos serviçosestará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d".
b) Descumprimento dos prazos e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d".
Parágrafo Segundo: Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro: Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto: As sanções de advertência e de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderão ser aplicadas à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto: As penalidades fixadas nesteartigo serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 13. O Prestador de Serviços terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.

b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manutenção das condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro: Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo: O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.
Art. 14. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.
Art. 15. **DA ADESÃO**

15.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, durante sua vigência, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização desta ata de registro de preços, independentemente da participação ou não na licitação que a originou, observadas as exigências contidas na legislação pertinente, desde que as aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme § 3º, do artigo 22, do Decreto Federal n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

15.2. As adesões a esta ata não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme § 4º, do artigo 22, do Decreto Federal n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013
.
15.3. Caberá ao Prestador de Serviços beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não prejudique as obrigações assumidas com os participantes desta Ata;

15.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, conforme § 6º do artigo 22, do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

Art. 16 - Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de TAIPU/RN
Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR,** pelo particular prestador de serviços e por duas (02) testemunhas.

SEBASTIÃO AMBRÓSIO DE MELO
Prefeito Municipal

Empresa:
Kirei Tecnolab LTDA EPP
EDINALDO NUNES DE LIMA
CPF: 482.296.284-91

TESTEMUNHAS:

_____
CPF/MF: _____

_____
CPF/MF: _____

Publicado por:
Jairo Cavalcanti de Castro
Código Identificador:6D76C78A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018 - PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - § 2º DO ARTIGO 15, DA LEI Nº 8.666/93, COM SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES

PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS N° 008/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 28 dias de maio do ano de 2018 o **MUNICÍPIO DE TAIPU,** com Sede à Rua Antônio Alves da Rocha, 304, centro, TAIPU/RN, inscrito no CNPJ sob n° 08.114.753/-0001-30, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. SEBASTIÃO AMBRÓSIO DE MELO, portador do CPF: 025.682.844-04, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Serra Pelada, Zona Rural deste Município, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Presencial, sob o número 008/2018, cujo objetivo fora a formalização de **REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE TAIPU/RN** a qual constitui-se em **documento vinculativo** e **obrigacional** às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93 e osartigos e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece osartigos e condições gerais para o registro de preços referente à **AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE TAIPU/RN,** cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e prestador de serviços foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra a presente ARP, o Município de TAIPU, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do prestador dos serviços, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular, via fax ou telefone, para retirada da ordem de serviço.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O **PRESTADOR DE SERVIÇOS** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ordem de serviço, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;
b) prestar os serviços solicitados, em data e local previamente estabelecidos e acordados entre as partes, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de serviço;
c) Prestar os serviços conforme especificação e preço registrados na presente ARP;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** referentes às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) cumprir com as obrigações fiscais, relativas à prestação dos serviços, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses, podendo o prestador de serviços solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação da prestação dos serviços. De acordo com o art. 4º, §§ 1º e 2º do Decreto 7.892/2013 e art. 57, § 4º da Lei 8.666/93, é admitida a prorrogação da vigência da Ata quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração municipal.

Parágrafo Único: Caso o prestador dos serviços não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, oPrestador de Serviçose as especificações dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

EMPRESA: CRM COMERCIAL LTDA		
CNPJ: 04.679.119/0001-93	**TELEFONE: 84-3211-7625 FAX 84-3201-9163**	**E-MAIL: crmcomercial.finaceiro@hotmail.com crmlicitacoes01@gmail.com crmlicitacoes@yahoo.com.br**
ENDEREÇO: RUA GAL. GUSTAVO CORDEIRO DE FARIAS, 459, PETRÓPOLIS, CEP: 59.012-570, NATAL/RN		

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	QUANT	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	0000527 - AGULHA DESCARTAVEL 13 X 4,5	SOLIDOR	3000	UND	0,08	240,00
	0000528 - AGULHA DESCARTAVEL 25 X 7	SOLIDOR	1200	UND	0,08	96,00
	0000530 - AGULHA DESCARTAVEL 40 X 12	SOLIDOR	500	UND	0,10	50,00
	0005002 - ATADURA CREPOM 13 FIOS / CM² 20 CM C/ 12 UND	MB TEXTIL	130	CX	7,00	910,00
	0000529 - AGULHA DESCARTAVEL 25 X 8	SOLIDOR	3000	UND	0,08	240,0
	0008450 - COMPRESSA CIRÚRGICA, CAMPO OPERATÓRIO, NO TAMANHO 45 X 50 CM. PCT COM 50 UNDS	AMÉRICA	150	PCT	61,18	9.177,00
	0005043 - COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA ESTERILIZADA 7,5 CM X 7,5 CM , 11 FIOS POR CM², DE ALGODÃO PURIFICADO, 8 DOBRAS, COR BRANCA ISENTA DE ALVEJANTE ÓPTICO E AMIDO, ESTÉRIL. PCT COM 10 UNDS.	MB TEXTIL	8000	PCT	0,55	4.400,00
	0000561 - COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5 13 FIOS PCT C/500	CLEAN	500	PCT	13,72	6.860,00
	0000566 - ESPARADRAPO IMPERMEAVEL 10CM X 4,5MT	CIEX	250	UND	8,40	2.100,00
	0000580 - FIO CATGUT CROMADO 3-0 AG 3.0 CM 1/2 C/24 UND	BIOLINE	15	CX	73,59	1.103,85
	0005075 - FIO MONO-NYLON 2 - 0	BIOLINE	15	CX	31,53	472,95
	0000680 - FIO SEDA ODONT. 3-0 AG 1,7CM DE 1/2 C/24 UND	LABOR IMPORT	15	CX	43,70	656,50
	0006407 - GAZE HIDROFILA91CMX91CM C/11FIOS	MB TEXTIL	200	ROL	29,90	5.980,00
	0000637 - SERINGA DESCARTAVEL 1ML C/AGULHA 13X45	SR	5000	UND	0,21	1.050,00
	0006840 - SERINGA HIPODERMICA DESCARTAVEL, BICO CENTRAL, AGULHA DE 25 MM X 0,7 MM, CAPACIDADE DE 10 ML. [DECARPACK]	SR	1000	UND	0,30	300,00
	0006836 - SERINGA DESCARTAVEL, SEM AGULHA 3 ML [EMBRAMAC]	SR	1000	UND	0,18	180,00
	0000639 - SERINGA DESCARTAVEL 3ML C/AGULHA 25 X 7	SR	2000	UND	0,21	420,00
	0005037 - COLETOR DE URINA INFANTIL FEMININO	CRAL	250	UND	0,51	127,50
	0005038 - COLETOR DE URINA INFANTIL MASCULINO	CRAL	250	UND	0,46	115,00
	0000332 - DETERGENTE ENZIMATICO 1000ML	CICLOFARMA	10	UND	93,00	930,00
	0000599 - FITA ADESIVA HOSPITALAR 19CM X 50M	CIEX	30	UND	2,78	83,40
	0000609 - LAMINA DE BISTURI N 24 C/100 UND	SOLIDOR	10	CX	20,13	201,30
	0005100 - LÂMINA FOSCA PARA PREVENTIVO	CRAL	6	CX	3,75	22,50
	0000614 - LUVA CIRURGICA ESTERIL N. 7,5 (PAR) B136- CXA. C/200 PARES	SANRO	250	CX	204,00	51.00,00
	0000645 - SONDA DE FOLEY N 22 2 VIAS COM BALAO	LABOR IMPORT	100	UND	2,85	285,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01					**87.000,00**	

Art. 7º. O pagamento será realizado, através de ordem bancária ou cheque nominal até o 30º (trigésimo) dia após a realização dos serviços, salvo por atraso de liberação de recursos financeiros, desde que a contratada:
a) entregue, neste prazo, o documento fiscal equivalente;
b) esteja em dia com as obrigações previdenciárias (INSS), (FGTS), tributos federal, estadual e municipal;
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **PRESTADOR DOS SERVIÇOS**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras contratações, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, na Imprensa Oficial.
Parágrafo Único: Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, inclusive com a íntegra da presente ARP e alterações posteriores.

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do prestador dos serviços registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. Constatada irregularidades no objeto contratual, este Município poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
ParágrafoÚnico– Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 12. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
b) multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato;
c) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do registro por inexecução ou execução irregular;
d) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.
Parágrafo Primeiro: Oprestador dos serviçosestará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d".
b) Descumprimento dos prazos e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d".
Parágrafo Segundo: Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro: Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto: As sanções de advertência e de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderão ser aplicadas à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto: As penalidades fixadas nesteartigo serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 13. O Prestador de Serviços terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manutenção das condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro: Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo: O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.
Art. 14. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.
Art. 15. **DA ADESÃO**

15.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, durante sua vigência, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização desta ata de registro de preços, independentemente da participação ou não na licitação que a originou, observadas as exigências contidas na legislação pertinente, desde que as aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a

cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme § 3º, do artigo 22, do Decreto Federal n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

15.2. As adesões a esta ata não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme § 4º, do artigo 22, do Decreto Federal n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013
.

15.3. Caberá ao Prestador de Serviços beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não prejudique as obrigações assumidas com os participantes desta Ata;

15.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, conforme § 6º do artigo 22, do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

Art. 16 - Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de TAIPU/RN
Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR,** pelo particular prestador de serviços e por duas (02) testemunhas.

SEBASTIÃO AMBRÓSIO DE MELO
Prefeito Municipal

Empresa:
CRM Comercial LTDA
RENILSON NERY DE MOURA
CPF: 421.327.974-04

TESTEMUNHAS:

_____
CPF/MF: _____

_____
CPF/MF: _____

Publicado por:
Jairo Cavalcanti de Castro
Código Identificador:6E721282

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 057/2018

Aos 05 dias do mês de Julho do ano de 2018, perante a Comissão Permanentede Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura de Upanema/RN, o Município de Upanema, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 022/2018**, **Registro de Preços nº 057/2018,** na Ata de julgamento de preços, homologada em 29/06/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "**Aquisição de Medicamentos Psicotrópicos para atender as necessidades das Unidades Básicas de Atendimento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Upanema/RN**" conforme especificações constantes no Anexo VIII do Edital do Pregão Presencial nº 022/2018.

1.2. As licitantes registradas para os materiais licitados são as seguintes:

Fornecedor: **R W C GURGEL EPP**		
CNPJ: **10.538.476/0001-34**	Telefone: **84033165726**	Email:
Endereço: **Rua Felipe Camarão, 1662 , Aeroporte, Mossoró/RN, CEP: 59607-340**		
Representante: **RAIMUNDO WANDECY CAMPELO GURGEL** - CPF: **915.383.784-34**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0009644 - ACIDO VALPRÓICO SUSP. 250MG/ML 100ML	HIPOLABOR	FRASCO	500,00	7,15	3.575,00
2	0009645 - ÁCIDO VALPRÓICO 500MG CPR	BIOLAB	COMP.	700,00	1,52	1.064,00
3	0009646 - ALPRAZOLAM 0,5 MG CPR	E.M.S	COMP.	700,00	0,26	182,00
4	0009647 - ALPRAZOLAM 1,0 MG CPR	E.M.S	COMP.	1000,00	0,30	300,00
5	0009648 - ALPRAZOLAM 2,0 MG CPR	E.M.S	COMP	3000,00	0,83	2.490,00
6	0009649 - AMITRIPTILINA COMPRIMIDO 25MG CPR	TEUTO	COMP.	3000,00	0,10	300,00
8	0009652 - BROMAZEPAN 3 MG CPR	TEUTO	COMP.	40000,00	0,21	8.400,00
12	0009659 - CARBAMAZEPINA 400 MG CPR.	QUIMICA	COMP.	5000,00	0,69	3.450,00
13	0009660 - CARBONATO DE LÍTIO 300 MG CPR	HIPOLABOR	COMP.	2000,00	0,44	880,00
14	0009693 - CITALOPRAM 20MG CPR	AUROBINDO	COMP.	4000,00	0,56	2.240,00
15	0009723 - CITRATO FENTANILA 5MG INJ. 100ML	CRISTALIA	AMPOLA	200,00	5,24	1.048,00
16	0009687 - CLONAZEPAM 0,5 MG	QUIMICA	COMP	10000,00	0,21	2.100,00
19	0009695 - CLORIDRATO DE NOTRIPILINA 50 MG	TEUTO	COMP.	1000,00	1,22	1.220,00
20	0009696 - CLORIDRATO DE NOTRIPILINA 75 MG CPR	TEUTO	COMP.	500,00	1,46	730,00
22	0009698 - CLORIDRATO DE SERTRALINA50 MG CPR	EUROFARMA	COMP.	5000,00	0,48	2.400,00
23	0009699 - CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 25 MG CPR	VALEANTE	COMP.	1000,00	0,71	710,00
24	0009702 - CLORIDRATO DE TRAMADOL 100 MG. 2ML. INJ.	QUIMICA	AMPOLA	1000,00	1,68	1.680,00

28	0009670 - DIAZEPAM 10MG 2ML INJ.	SANTISTA	AMPOLA	600,00	1,01	606,00
32	0009715 - FENITOÍNA 250 MG 5 ML INJ.	HIPOLABOR	AMPOLA	300,00	2,98	894,00
38	0009678 - LEVOMEPROMAZINA GOTAS 4% 20 ML	CRISTALIA	FRASCO	500,00	13,22	6.610,00
39	0009679 - LORAZEPAM 2 MG CPR	TEUTO	COMP.	700,00	0,15	105,00
40	0009746 - MIDAZOLAN 3ML INJ.	HIPOLABOR	AMPOLA	700,00	1,95	1.365,00
41	0009680 - MORFINA 1 MG/ML INJ 2ML	CRISTALIA	AMPOLA	600,00	8,21	4.926,00
42	0009681 - OXCARBAZEPINA 300MG	QUIMICA	COMP.	3000,00	1,32	3.960,00
43	0009732 - OXCARBAZEPINA 600MG	QUIMICA	COMP.	3000,00	2,69	8.070,00
44	0009733 - OXCARBAZEPINA SUSP. 6% 100ML	QUIMICA	FRASCO	100,00	56,25	5.625,00
45	0009683 - PERICIAZINA 1% GOTAS	CRISTALIA	FRASCO	300,00	18,50	5.550,00
46	0009682 - PERICIAZINA 100 MG	SANFONI	COMP.	700,00	0,93	651,00
47	0009664 - QUETIAPINA 100MG CPR	TEUTO	COMP.	500,00	1,98	990,00
48	0009662 - QUETIAPINA 25MG CPR	TEUTO	COMP.	1000,00	0,69	690,00
49	0009738 - RISPIRIDONA 2 MG CPR	QUIMICA	COMP.	4000,00	0,41	1.640,00
50	0009737 - RISPIRIDONA1 MG CPR	QUIMICA	COMP.	3000,00	0,41	1.230,00
52	0012147 - HALOPERIDOL 5MG/ML 1ML INJ.	TEUTO	AMPOLA	500,00	2,07	1.035,00
53	0012148 - DECANOATO DE HALOPERIDOL 70,52MG 1ML INJ.	CRISTALIA	AMPOLA	80,00	14,44	1.155,20
54	0012164 - HALOPERIDOL GOTAS 2MG/ML 20ML	QUIMICA	FRASCO	1000,00	4,91	4.910,00
55	0013989 - CLORIDRATO DE TIORIZADINA 50MG COMPRIMIDO	QUIMICA	COMP	1000,00	0,95	950,00
Valor total R$ Oitenta e três mil setecentos e trinta e um reais e vinte centavos						83.731,20

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações, específicas para a aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.
1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 022/2018 e seus anexos;
b) Propostas das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data, de sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1. Os produtos deverão ser entregues conforme as condições previstas no Anexo IX do Edital.
4.2 Após o recebimento da Ordem de Compra, por parte do fornecedor, os objetos deverão ser entregues no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis**,** nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na Ordem de Compra.
4.2.1 O referido prazo para entrega dos produtos poderá ser prorrogado em caso de falta do produto solicitado no mercado local, devendo o fornecedor, neste caso, comunicar o fato por escrito à Administração apresentando a devida justificativa.
4.3. No ato da entrega dos produtos a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.
4.4. Fica aqui estabelecido que os produtos sejam recebidos:
a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;
b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e a consequente aceitação.
4.3.1. Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, que se dará em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório.
4.5. Os produtos que forem recusados (tanto no recebimento provisório, ou, antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
4.6. Se os produtos não forem substituídos no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços, podendo, ainda, ser determinada a suspensão dos pagamentos.
4.7. A emissão do aceite não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de qualidade dos produtos entregues, por estarem fora das especificações técnicas exigidas neste Edital e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado à administração submeter os produtos à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.
4.7.1. Caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura datada e assinada por responsável da secretaria, e será efetuado através de depósito na conta corrente da fornecedora.
5.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade com o FGTS, e Certidão
Negativa de Débitos Trabalhistas, observada a natureza jurídica da licitante.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
5.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
5.5. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da Legislação vigente, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die*.
5.6. As despesas decorrentes de aquisição dos objetos correrão à conta dos recursos orçamentários existentes na Lei Orçamentária Anual vigente.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	09.001	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
PROGRAMA	0102	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde
AÇÃO	2130	Funcionamento do Programa de Atenção Básica – PAB FIXO
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DE RECURSOS	120	Recursos do Fundo Nacional de Saúde
SUBFUNÇÃO	302	Assistência Hospitalar e Laboratorial
PROGRAMA	0102	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde
AÇÃO	2103	Manutenção da Unidade Mista de Saúde

AÇÃO	2101	Funcionamento do Programa de Assistência Farmacêutica-FB
AÇÃO	2131	Funcionamento de Melhoria e Acesso a Qualidade- PMAQ
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.30	Material de Consumo
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
PROGRAMA	0102	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde
AÇÃO	2103	Manutenção da Unidade Mista de Saúde
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DE RECURSOS	120	Recursos do Fundo Nacional de Saúde
FONTE DE RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

5.6. Nesta etapa, serão observados os dispositivos constantes no Decreto Municipal N° 047/2017- GPMU, de 29 de Setembro de 2017.
5.7. Os pagamentos deverão respeitar a ordem cronológica das exigibilidades, considerando cada fonte diferenciada de recursos, sendo que, no de recursos vinculados, cada contrato de empréstimo, convênio ou outra origem de recursos será uma fonte.
5.8. O pagamento da despesa deverá ser realizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da emissão da Nota de Liquidação pelo gestor de contratos responsável pelo atesto da despesa, ou do transcurso de etapa ou de parcela, contanto que previsto e autorizado o parcelamento da prestação em conformidade com o cronograma de execução e o cronograma financeiro, desde que inexistentes quaisquer pendências e não ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias contados do protocolo da Nota Fiscal pelo fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras na respectiva unidade gestora.
5.9. Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada, a respectiva cobrança terá os prazos oponíveis à respectiva unidade gestora interrompidos, exclusivamente quanto ao fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras correlato à pendência, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais fornecedores, prestadores de serviços ou responsáveis pela execução de obras posicionados em ordem cronológica das exigibilidades.
5.10. A preterição da ordem cronológica de pagamentos somente será admitida em caso de:
I – grave perturbação da ordem;
II – estado de emergência;
III – calamidade pública;
IV – decisão judicial;
V – relevante interesse público mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas.
5.11. As situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo devem ser previamente justificadas por meio de ato emanado da autoridade competente.
5.11.1. Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstaciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.
5.11.2. No prazo de até 02 (dois) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
5.11.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
5.11.4. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
5.11.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
5.12. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente.
5.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:
a) providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;

b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
c) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o produto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estarem em desacordo com as especificações exigidas.
7.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus para o Município.
7.2.1. A não substituição dos produtos no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas, e justificadas, pela Administração.

8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto estará, a empresa fornecedora, sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta Ata e no Edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Upanema/RN, 05 de Julho de 2018.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

R W C Gurgel EPP
CNPJ:10.538.476/0001-34
RAIMUNDO WANDECY CAMPELO GURGEL
CPF: 915.383.784-34

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:19A5E316

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 270601/2018 – DISP (PUBLICAÇÃO POR RETIFICAÇÃO)

DECLARAÇÃO DE DISPENSA

Dispensa de Licitação n.º 270601/2018 – DISP

(PUBLICAÇÃO POR RETIFICAÇÃO)

A Comissão de Licitação do Município de Viçosa/RN, através da Prefeitura Municipal, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 270601/2018 - DISP, vem emitir a presente declaração de dispensa de licitação, amparada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, visando a Aquisição de fogões industriais (04 e 06 bocas) destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social, pelo valor de R$ 1.377,00, em favor de Natal Service Ltda (08.412.520/0001-13), conforme abaixo descrito:

625 - Natal Service Ltda (08.412.520/0001-13)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	3582 - FOGÃO INDUSTRIAL DE 04 BOCAS Características: Com 02 bocas duplas e 02 bocas simples em aço.	UND	ITA METAL	1	566,00	566,00
2	3583 - FOGÃO INDUSTRIAL DE 06 BOCAS Características: Com 03 bocas duplas e 03 bocas simples em aço.	UND	ITA METAL	1	811,00	811,00
Total					**1.377,00**	

Assim, nos termos do art.26, da Lei nº 8.666/93, vem comunicar ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, da presente declaração, para que proceda, se de acordo, a devida ratificação.

Viçosa/RN, 06/07/2018.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Presidente da CPL

Publicado por:
Francisco Ubiraci Nobre Pereira
Código Identificador:E1BE5EC1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 270601/2018 - DISP (PUBLICAÇÃO POR RETIFICAÇÃO)

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93, e suas atualizações posteriores e em consonância com os pareceres técnico e jurídico acostados aos autos, para a contratação de Natal Service Ltda (08.412.520/0001-13), referente à Aquisição de fogões industriais (04 e 06 bocas) destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social, conforme preços abaixo discriminados:

625 - Natal Service Ltda (08.412.520/0001-13)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	3582 - FOGÃO INDUSTRIAL DE 04 BOCAS Características: Com 02 bocas duplas e 02 bocas simples em aço.	UND	ITA METAL	1	566,00	566,00
2	3583 - FOGÃO INDUSTRIAL DE 06 BOCAS Características: Com 03 bocas duplas e 03 bocas simples em aço.	UND	ITA METAL	1	811,00	811,00
Total					**1.377,00**	

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do Ilmo. Sr. KLEBERSON ALVES DOS SANTOS, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Viçosa/RN, 06/07/2018.

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Ubiraci Nobre Pereira
Código Identificador:B15B3C3A